UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

A QUEBRA DA MOLA REAL DAS SOCIEDADES
A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)

André Roberto de Arruda Machado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. István Jancsó

São Paulo
2006

*Para Fernanda Sposito, por
encher de alegria a minha história.*

AGRADECIMENTOS

Este pesquisador, provavelmente, jamais teria apresentado esta tese se não existisse a rede de educação pública e gratuita, responsável por sua formação há mais de vinte anos. Em vista disso, sou grato a todos aqueles que, cotidianamente, permanecem insistindo na importância desta instituição, nos seus diferentes níveis. Entre estas pessoas, dedico um especial agradecimento ao meu orientador, Prof. Dr. István Jancsó, que sempre me estimulou a zelar pelo caráter público da nossa universidade e do nosso ofício. Além do contínuo entusiasmo por esta pesquisa, a ele devo uma generosa interlocução que me renderam valiosas lições sobre a importância do rigor acadêmico e do trabalho em grupo.

Ainda no terreno das instituições públicas, agradeço as bolsas concedidas pela CAPES (ainda no nível do mestrado) e pela FAPESP (já no doutorado direto) que viabilizaram a concretização deste trabalho. Menciono, ainda, a importância do financiamento concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo para as atividades do Projeto Temático “A Fundação do Estado e da nação brasileiros”, pois isto propiciou as condições ideais para a manutenção de um espaço de diálogo acadêmico que muito tem me beneficiado. Nesse sentido, sou grato a todos os colegas do Projeto Temático por suas críticas à pesquisa, além das diversas sugestões bibliográficas e de documentação. Entre estas pessoas, particularmente, menciono a contribuição decisiva das críticas e sugestões feitas em diversos fóruns, inclusive em situação de banca de qualificação, dos Professores Doutores Marco Morel, Denis Bernardes, César Guazzelli, Cecília Helena Salles de Oliveira, Wilma Peres Costa, Márcia Berbel, Miriam Dolhnikoff, Mônica Dantas, Íris Kantor, João Paulo G. Pimenta, da doutoranda Andréa Slemian e dos mestrandos Vinícius Albuquerque e Daniel Afonso da Silva. A Bruno Estefanes devo longas e estimulantes conversas sobre a história e as coisas do Grão-Pará.

Uma vez que o Projeto Temático apenas consolidou a prática dos trabalhos e das discussões em grupo que já existiam, permitindo a incorporação de novos pesquisadores, desejo lembrar alguns pioneiros que muito ajudaram na minha trajetória. João e Andréa, já citados, juntamente com Thomas Wisiak foram importantes referências e serviram muitas vezes como modelo. Da mesma forma, sou grato aos integrantes das diferentes gerações do PET (Programa Especial de Treinamento) do Departamento de História da USP com os

quais convivi e com quem partilhei as primeiras inquietações que deram origem a esta pesquisa, assim como aos professores doutores Norberto Guarinello, Vera Ferlini e Ilana Blaj (em memória), colaboradores deste programa.

Entre a graduação e o doutorado, no Departamento de História da USP e no Programa de Pós-Graduação em História Social, ainda pude desfrutar da estimulante convivência com professores e colegas de curso, muitos dos quais influenciaram minha formação intelectual e aos quais sou grato. Entre os colegas de curso, às vezes por afinidades que passavam longe do gosto pela história, surgiram amigos que estão sempre presentes: meu abraço ao Jorge, Perê, Cláudio, Lucas, João, Alexandre, Ivana, Ricardo Besen, Virgínia, Diana, Surya, Patrícia, Raus, Rosangela, Renata Consegliere e Ana Paula Medici por terem transformado a *Trivial* na primeira banca de qualificação de todos os projetos que deram certo e na incubadora de utopias que sequer chegaram ao papel; ao Claudinei, Fransueldes, Tatiana e Ricardo, pela moribunda *Cloaca*; ao Danilo e a Larissa por terem partilhado comigo e com a Fernanda as dificuldades e as alegrias de crescer e de fazer uma tese.

Nos sete meses de pesquisa em arquivos localizados em outros estados, contei com a ajuda de inúmeras pessoas. Sou muito grato aos funcionários do Arquivo Público do Pará, que me acolheram como em nenhum outro lugar, e ao Prof. Dr. Geraldo Mártires Coelho, seu diretor. Na Universidade Federal do Pará, minha gratidão à Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin pelas críticas e sugestões ao projeto inicial de pesquisa; ao Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto e sua assistente por terem facilitado o meu acesso ao acervo do IHGP; à Profa. Dra. Magda Ricci pelas inúmeras conversas sobre a pesquisa, por suas críticas e sugestões de bibliografia e documentação.

Não tenho como agradecer o tratamento fraternal de alguns amigos paraenses durante minha longa estadia em Belém, expresso em uma generosidade difícil para um paulistano entender. O companheirismo de Eurico, Carlos, Siméia e Shirley aliviaram a imensa saudade de casa e me proporcionou conhecer parte do interior paraense que povoava o meu imaginário desde a leitura do Raiol. A estes amigos também devo uma rica interlocução sobre a história do Pará que me renderam sugestões bibliográficas e cópias de documentos. Ainda em Belém, faço uma menção especial a Érika Fares que me acolheu como alguém de sua família desde a minha chegada e me apresentou a cidade como

nenhuma outra pessoa poderia fazer. Graças a Érika tive, ainda, garantida a estadia por uma semana na casa de um jovem casal de São Luis, no Maranhão, onde fiz uma rápida consulta aos arquivos públicos.

Entre os funcionários que me auxiliaram nas diversas instituições visitadas no Rio de Janeiro, desejo citar o Prof. Dr. Pedro Tortma, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo seu zelo no apoio aos pesquisadores. Ainda no Rio de Janeiro, sou muito grato aos amigos Adilson e Valéria por terem me hospedado em sua casa, de onde tenho uma carinhosa lembrança.

Entre as pessoas que residem fora de São Paulo e me ajudaram nesta pesquisa, por fim, cabe registrar o meu agradecimento ao Prof. Dr. Mathias R. Assunção pelo diálogo sempre franco e atencioso.

Aos meus familiares fica o obrigado pelo afeto e o incentivo de sempre. Entre eles gostaria de lembrar, especialmente, da importante ajuda de meus tios Sebastião e Vera no começo da minha graduação. Meus avós, certamente, gostariam de poder ter visto concluído este trabalho, especialmente Isaura, minha avó portuguesa e mãe de todas as histórias da minha infância.

Aos meus pais, Sérgio de Arruda Machado e Maria Adelaide Rodrigues Machado, e aos meus irmãos, Sidney de Arruda Machado e Júlio César de Arruda Machado, dedico o meu carinho pelo apoio incondicional que me permitiram fazer as escolhas que me trouxeram até aqui. Agradeço, ainda, aos Espósitos e aos Carignatos pela acolhida sempre generosa. Com Eduardo, Neusa, Sandra, César, Rafael, Marina e D. Diva estou sempre em casa.

Por fim, meu obrigado a Fernanda Sposito, minha mulher e companheira nas lutas e nas descobertas intelectuais. Se a realização deste trabalho causou a minha ausência por tanto tempo, escrevo meu agradecimento a você da nossa casa, em meio às nossas coisas e contemplando a vista que dividimos todas as manhãs.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar os conflitos que tiveram como palco o Grão-Pará entre os anos de 1821 e 1825, a partir da problemática da formação do Estado e da nação brasileiros. O conturbado processo de incorporação desta província ao Império, no qual diversos levantes armados se sucederam, põe em xeque a tese de que a construção do Estado brasileiro se resolveu de maneira simples e pacífica através de um “acordo entre elites”.

A perspectiva a ser apresentada aqui é a de que o projeto vencedor não pode ser tomado como projeto único. Neste sentido, buscará se demonstrar que a instabilidade política vivenciada no Grão-Pará se deve ao fato de que, neste período, os homens desta província se dividiram em múltiplos partidos, cada qual defendendo diferentes projetos de futuro, sendo que, por razões a serem aqui especificadas, nenhum desses grupos conseguiu criar condições para, ao mesmo tempo, alcançar o poder e sustentá-lo de maneira estável. Isto arrastou a disputa por vários anos, evidenciando a importância de algo frequentemente desprezado neste tipo de análise: a violência como instrumento da política.

PALAVRAS-CHAVE

Grão-Pará, Independência, Império do Brasil, guerra civil, história política

ABSTRACT

This work aims to analyze the conflicts that took place in Grão-Pará between 1821 and 1825, considering the problem around state's formation and Brazilian nation's formation.

Studying such conflicts and the incorporation of Grão-Pará's province to the Empire – a complicated process – helps to modify an usual idea: the one that says that Brazilian state building is characterized as something pacific and simple, conducted by an elite's agreement.

Without taking this process' ending (the incorporation of Grão-Pará's province to the Empire) as the only one possible, we've studied the political instability at that province, product of a great number of political parties, each one claiming for its own plans to put an end to the crisis at that moment. We have also examined the reasons that made none of those parties concentrate the political power in Grão-Pará from 1821 to 1825. Actually, this scenery made the conflicts in Grão-Pará persist for a long time. It also brings up the importance of studying violence as an instrument for politics actions.

KEY WORDS

Grão-Pará, Independence, Brazilian Empire, Civil War, political history

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Parte I – Os homens do Grão-Pará diante da crise do Antigo Regime português: a diversidade dos projetos de futuro e o alinhamento ao governo do Rio de Janeiro.....	33
Capítulo 1 – Um tempo de incertezas.....	42
Capítulo 2 – O Grão-Pará: apontamentos sobre a sociedade, a economia e o espaço.....	60
2.1 – Os homens e a trama dos seus interesses.....	60
2.2 – O universo do Grão-Pará.....	86
Capítulo 3 – A quebra da “mola real das sociedades bem constituídas”: o aprofundamento da crise do Antigo Regime português no Grão-Pará e as tentativas de sua superação.....	91
3.1 – Disputas em torno do futuro.....	91
3.2 – A reconstrução das diferenças.....	115
3.2.1 – Um novo elemento nas disputas políticas da província do Grão-Pará: o Governo das Armas.....	145
3.2.2 – Os projetos políticos na moldura do espaço territorial.....	155
3.2.3 – As Esquadras Imaginárias: estratégias políticas e militares na construção da independência e da unidade.....	164
Parte II – O reenquadramento da crise.....	180
Capítulo 4 – A provisoriedade da “Solução Brasileira”.....	193
4.1 – A importância da intervenção militar externa na manutenção da ordem após o alinhamento do Pará ao governo do Rio de Janeiro.....	193
4.2 – Os novos “Sebastianistas”.....	220
4.3 – O espectro da República.....	234
4.4 – O espraçamento das rebeldias: a perda de controle sobre o interior da província.....	246

Capítulo 5 – O Grão-Pará, província do Império do Brasil: a	
inviabilização de outros projetos de futuro.....	272
5.1 – A Junta Militar Provisória de Santarém e a	
contra-ofensiva aos rebeldes.....	272
5.2 – A inviabilização da costura de alianças externas:	
a derrota da Confederação do Equador, a intervenção	
militar da Marinha Imperial no Maranhão e o reconhecimento	
da independência brasileira por Portugal	289
Conclusão.....	309
Bibliografia e fontes.....	317

Anexos

TABELA 1- População da Província do Grão-Pará em 1823 e suas principais atividades econômicas divididas pelas comarcas, regiões, vilas e povoados

TABELA 2 - Principais produtos de exportação do Grão-Pará para Portugal (1808-1818)

TABELA 3 - Percentual, em réis, do valor do cacau na soma das exportações do Pará (1776-1822)

TABELA 4 - Comparação, em réis, dos valores exportados pelas Capitanias do Rio de Janeiro, Maranhão e Pará (1797-1807)

MAPA 1 – Comarcas e regiões econômicas do Grão-Pará (1822)

MAPA 2 – Movimentação das forças rebeldes e dos desertores (1823-24)

Abreviaturas

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará (PA)
AIHGP	Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraense (PA)
AN	Arquivo Nacional (RJ)
AIHGB	Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ)
AI	Arquivo do Itamaraty (RJ)
BN	Biblioteca Nacional (RJ)

INTRODUÇÃO

"A Independência do Brasil é o resultado de um pacto conservador e não de um movimento nacional e popular. Nascemos de um casamento de conveniência entre velhos que não se amavam e não do fogo de artifício provocado pela livre união de jovens amantes"¹.

O texto transcrito acima é parte da resenha escrita por Luiz Felipe de Alencastro, publicada originalmente no Jornal do Brasil em 1980, para o livro de Fernando Novais – *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Nesse trecho, especificamente, Alencastro já apontava uma idéia que seria central na tese² defendida por ele poucos anos depois: segundo ele, a formação do Estado Nacional brasileiro e a manutenção, pelo novo Império, da unidade de todo o território americano antes sob o domínio português foram o resultado de um pacto entre as elites das diversas províncias que compunham este espaço.

Na tese, a afirmação de Alencastro se estruturou em torno do que foi o objeto central do seu estudo: o tráfico negreiro. Para o autor, resumidamente, na primeira metade do século XIX nenhuma das regiões do antigo Reino do Brasil tinha condições para sustentar, isoladamente, a manutenção do tráfico de escravos vindos da África, uma vez que

¹ Luiz Felipe de Alencastro - Resenha para o livro de Fernando Novais - *Brasil e Portugal na Crise do Antigo Sistema Colonial*, originalmente escrita em 1980 e transcrita na Revista *Novos Estudos*, n. 59, março de 2001, p. 221

² Luiz Felipe de Alencastro - *Le Commerce des Vivants: Traite d'esclaves et "Pax Lusitana" dans l'Atlantique Sud*. Paris, Université de Paris X, 1985-86. Tese de Doutorado.

a Inglaterra promovia uma pesada repressão contra este negócio. Esta tarefa exigia recursos diplomáticos e militares que, segundo Alencastro, só poderiam ser oferecidos pelo Império e pela dinastia de Bragança, o que teria obrigado as elites econômicas e políticas locais a se submeterem ao Rio de Janeiro e, conseqüentemente, garantido o feito da América Portuguesa não ter se fragmentado, ao contrário do que aconteceu com os antigos domínios espanhóis na América.³ Em outras palavras, para este autor, a manutenção do tráfico de escravos foi o ponto de convergência dos interesses dos estratos dominantes das diferentes províncias que favoreceu o acordo do qual resultou Estado independente, tal como ele se estruturou. Isso teria garantido, por sua vez, a continuidade do sistema de produção anterior na nova ordem política.

A tese de Alencastro foi original ao focar o tráfico, mas a idéia de que o Estado brasileiro se originou de um acordo entre as elites é bem mais antiga e já havia recebido na época formulações de pensadores de grande prestígio que tinham, inclusive, partido de referenciais teóricos distintos. Nessa linha, provavelmente, Caio Prado Jr. é o primeiro nome de grande vulto. Em *Evolução Política do Brasil*, apesar de apontar a existência de conflitos, especialmente durante o período do Constitucionalismo Português e depois da Independência, Prado Jr. descreveu um cenário no qual as “classes superiores” das províncias do Reino do Brasil livremente confabularam, de tal forma a moldar o novo Estado conforme os seus interesses. Segundo o autor, internamente nenhum tipo de resistência pôde se apresentar como uma oposição real a este projeto:

“Outro efeito da forma pela qual se operou a emancipação do Brasil é o caráter de “arranjo político”, se assim nos podemos exprimir, de que se revestiu. Os meses que medeiam da partida de D. João à proclamação da Independência, período final em que os acontecimentos se precipitam, decorrem num ambiente de manobras de bastidores, em que a luta se desenrola exclusivamente em torno do príncipe regente, num trabalho intenso de afastar da influência das cortes portuguesas e

³ Luiz Felipe de Alencastro - *Le Commerce des Vivants: Traite d'esclaves et “Pax Lusitana” dans l'Atlantique Sud*, pp. 493-496 e, principalmente, o capítulo XI – L'Empire du Brésil.

trazê-lo para o seio dos autonomistas. Resulta daí que a Independência se fez por uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o Regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto.⁴”

Ao falar em “classes superiores”, Caio Prado Jr. estava se referindo a personagens muito específicos: os grandes proprietários das unidades produtoras de monoculturas destinadas ao mercado externo⁵. Nesse sentido, Alencastro se aproxima de Prado Jr., pois os principais agentes do acordo são os mesmos. No entanto, enquanto o primeiro foca a manutenção do tráfico negreiro como o ponto de convergência, o segundo fala mais vagamente da intenção dos grandes proprietários rurais preservarem os seus interesses na nova ordem política que, segundo Prado Jr., eles mesmos construíram.

Deste foco se aproximará, já na década de 70, Florestan Fernandes no seu *Circuito Fechado*. Florestan reafirmava, com grande convicção, que o Brasil, tal como se configurou, era o resultado de um acordo entre os membros dos “estamentos senhoriais” da antiga colônia que a certa altura se aliaram e dirigiram a revolução política da Independência para moldar o novo Estado de acordo com o seu projeto político. O ponto de convergência que permitiu esta aliança, tal como em Caio Prado Jr., foi descrito como os interesses dos grandes proprietários rurais de uma maneira geral, sem fixar-se em um foco como o tráfico negreiro ou qualquer outro. Mas ao contrário de Prado Jr., Florestan foi bastante incisivo ao dizer no que se constituíam esses interesses:

⁴ Caio Prado Jr. - *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 9ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1975, p. 48

⁵ Caio Prado Jr. - *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, p. 46-47 e 52-54.

“Os estamentos senhoriais começam a ganhar existência própria, fora e acima do estreito palco fornecido pelo domínio patrimonialista e senhorial, do poder local e das pressões canalizadas institucionalmente de modo indireto sobre a Coroa. Eles não só começam a tomar consciência da comunidade de interesses econômicos, sociais e políticos numa linha integrativa estamental. Surgem as primeiras manifestações coletivas, embora regionais ou “concentradas no tope”, através dos figurões do Governo, de um “querer coletivo” que iria se articular de modo muito rápido. Tão rápido, que a Independência converteu-se numa transação senhorial: os senhores já tinham alcançado solidariedade política estamental suficiente para poderem impor a própria posição social como fundamento dos processos de emancipação de Portugal e para conterem essa radical transformação nos limites de uma “revolução política dentro da ordem”, ou seja, com a preservação do monopólio da terra, da propriedade do escravo e de todos os privilégios da aristocracia”⁶.

A estes autores, com referenciais teóricos tão distintos, muitos outros vieram se alinhar, endossando a tese de que a formação do Estado brasileiro tal como se estruturou, o que conseqüentemente abarca a questão territorial, deve-se a um “acordo entre as elites”. Tal como exposto brevemente aqui, há evidentemente muitas diferenças entre todos estes trabalhos, mas certas convergências foram aos poucos sendo vulgarizadas numa espécie de “modelo explicativo do acordo”. Nesse sentido, duas afirmações são centrais neste “modelo”: em primeiro lugar, defende-se a idéia de que a aliança entre os estratos dominantes das diferentes províncias foi facilitada pelo fato dos interesses destes grupos serem convergentes; a outra afirmação bastante difundida é a de que esses homens livremente confabularam, negociando o seu apoio ao projeto político do Rio de Janeiro,

⁶ Florestan Fernandes – *Circuito Fechado. Quatro Ensaios sobre o “Poder Institucional”*. São Paulo, Hucitec, 1976, pp. 48-49.

mediante ao atendimento de suas exigências, sem que houvesse uma oposição real a esta ação.

A vulgarização destas idéias em um modelo explicativo teve um peso enorme para aqueles que, como este pesquisador, chegaram aos cursos de graduação em história nos últimos anos e se depararam quase que com um consenso em torno desta questão⁷. Por sua vez, longe dos muros da universidade a força destas idéias municiaram muitos militantes de esquerda, por mais estranho que isto possa parecer. Numa análise cheia de anacronismos, para muitos destes militantes intelectualizados o processo de independência era a mais clara demonstração de que os homens que no seu tempo detiveram maior poder econômico e político, historicamente, sempre conseguiram conduzir os processos de transformação política, de modo a garantir a máxima de que no Brasil as coisas só mudam para ficarem iguais.

Foi exatamente este contexto que gerou a pergunta que foi a motivação original desta pesquisa: afinal, a formação do Estado Nacional brasileiro e a conquista da “unidade territorial” podem ser explicadas simplesmente como o resultado de um acordo entre as elites econômicas e políticas dos antigos domínios lusos na América? Muitas dúvidas reforçavam a urgência pessoal de buscar uma resposta para esta primeira questão: tendo em vista a diversidade que compunha as diferentes partes do Reino do Brasil, existiria realmente uma unidade de interesses entre esses grupos locais, forte o suficiente para justificar o alinhamento das províncias ao governo do Rio de Janeiro? Esta era uma opção óbvia para estes homens? Além disso, fossem estes membros dos estratos dominantes ou não, que papel restou neste processo histórico para aqueles que não cabiam no “acordo”? Não existiram outros projetos de futuro que no período fossem merecedores de uma adesão significativa a ponto de pôr em dúvida a subordinação de algumas províncias ao Rio de Janeiro? Se existiram, por que estas alternativas de futuro foram inviabilizadas? E por fim: não existiram fatores que limitaram as possibilidades de escolha das ditas “elites”?

Tendo estas questões em mente, o processo histórico da incorporação da província do Grão-Pará ao Império do Brasil logo chamou a atenção pela intensidade dos conflitos,

⁷ Obviamente, há muito tempo, os historiadores que se debruçam especificamente sobre o problema da formação do Estado Nacional brasileiro têm colocado novas questões e apontado diferentes caminhos para o entendimento desta questão. Contudo, quando se sai do campo desta literatura especializada, o “modelo explicativo do acordo” torna-se quase uma premissa.

inclusive armados, que marcaram este período de forma tão violenta a ponto disto ser apontado por quase toda a historiografia que se debruçou sobre o tema como a grande característica deste processo, sendo isto, aliás, um destaque incomum num país que cultivava a idéia de que sua independência foi feita sem derramamento de sangue. Tudo isto chamava a atenção porque o grande vulto que tomaram os conflitos no período do alinhamento do Grão-Pará ao governo do Rio de Janeiro, evidentemente, torna obrigatório que se repense a tese de que a formação do Estado brasileiro se resolveu através de um simples e pouco traumático acordo. Afinal, se assim o fosse, por que os embates em território paraense se arrastaram por um período tão longo? Desde então, formulavam-se hipóteses provisórias: uma delas era a de que esses confrontos representariam a resistência dos estratos dominantes paraenses, ou de parte deles, que não queriam se subordinar ao Rio de Janeiro. Outra hipótese inicial aventada, por exemplo, era a de que isto seria o reflexo do fato dos homens de maior poder econômico e político da província terem perdido o controle da situação, abrindo espaço para que outros personagens emergissem na cena pública e tentassem impor os seus próprios objetivos políticos.

Nesse sentido, o que era especialmente instigante não era apenas o fato da incorporação oficial da província ao novo Império americano ter se realizado sob as ameaças de bloqueio e ataque feitas por Grenfell, o mercenário inglês que comandava as forças navais a serviço de D. Pedro I, o que para muitos é a prova de que o juramento de fidelidade dos paraenses ao filho de D. João VI se resumiu a um ato de imposição. Mais do que isso, parecia ser extremamente relevante a ocorrência de inúmeros conflitos, inclusive armados, que se sucederam antes da chegada da chegada de Grenfell a Belém e, especialmente, o fato de uma guerra civil, que foi se revelando aos poucos ao longo da pesquisa, ter sacudido a província logo depois do alinhamento ao governo do Rio de Janeiro ter sido oficializado.

Isto posto, foi a partir destas inquietações que se delineou o objetivo desta pesquisa: analisar os conflitos que tiveram como palco o Grão-Pará no período da incorporação desta província ao nascente Império⁸, pensando-os sob a problemática da formação do Estado e da nação brasileiros. Neste esforço, sempre foi considerado fundamental compreender qual era a lógica que motivou estes embates e as razões pelas

⁸ O recorte cronológico da pesquisa será especificado mais adiante.

quais, por um longo período, não foi possível estancá-los. Para tanto, buscou-se não se deixar seduzir pelo desfecho deste processo – o alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro – não tomando, desta forma, o projeto político vencedor por projeto único, o que representaria construir uma história na qual os acontecimentos sempre levam, de modo inequívoco, para o resultado já conhecido. Ao contrário, tentou-se resgatar as incertezas do período, outras vozes, outras alternativas de futuro que não a vencedora, refletindo ao mesmo tempo em que medida estas outras alternativas tinham ou não uma adesão significativa na província e porque em alguns momentos foram consideradas viáveis e em outros foram tidas como inviabilizadas. Por sua vez, entender como os homens do período faziam esta última avaliação representou a difícil tarefa de tentar desvendar em que fatores, na época, estavam apoiados o seu cálculo político. Foi esta análise que permitiu perceber o anacronismo presente nas explicações que buscam reduzir a incorporação do Grão-Pará ao Império do Brasil a um “acordo entre elites” ou como uma solução óbvia motivada por um suposto nativismo que já fazia os portugueses da América se reconhecerem como brasileiros, tese esta muito difundida pelo IHGB e que, como se verá, respaldou algumas obras da historiografia paraense. Também foi buscando compreender em que fatores, na época, estava apoiado o cálculo político destes homens é que se conseguiu reconstruir a motivação dos conflitos, porque durante muito tempo não foi possível extinguir a sucessão destes embates e, finalmente, apontar novos caminhos para se apreender as razões pelas quais se viabilizou o alinhamento do Grão-Pará ao governo do Rio de Janeiro.

*

Obviamente, o primeiro passo nesse esforço de análise foi revisitar as obras anteriores que se debruçaram sobre este momento da vida paraense. Esta atividade se revelou instigante desde o início, na medida em que é grande a diversidade de interpretações oferecida por estes autores para se compreender os conflitos que ocorrem neste período no Grão-Pará. Nesse sentido, a primeira obra de interesse é o *Compêndio da Eras da Província do Pará* de Antonio Ladislau Monteiro Baena, estudo com o qual o autor pretendeu abarcar a história paraense de 1615 até a incorporação oficial da província ao Império do Brasil, em agosto de 1823.

Baena era um segundo-tenente lisboeta quando chegou a Belém aos vinte anos, em 1803⁹. Progressivamente foi ocupando outros postos como de professor de Matemática na escola militar¹⁰ e comandante interino da praça de Macapá (1821). Em 1822 investiu naquela que seria a sua contribuição mais notável no serviço público: na ocasião pediu a Junta de Governo para que se fizesse um cadastro na Província a fim de se estabelecer uma estatística¹¹. Contudo, os sucessivos conflitos que se seguiram à independência, unidos ao desinteresse de algumas autoridades, fizeram Baena abandonar temporariamente o seu projeto¹², sendo que apenas em 1839 sai publicado o seu esforço em sintetizar estes dados – tarefa finalizada por ele 6 anos antes – com o livro *Ensaio Corográfico da Província do Pará*, tida por muitos como sua melhor obra¹³ e hoje raríssima.

O *Compêndio das Eras da Província do Pará*, obra que mais diretamente interessa aqui, foi escrito paralelamente a todas estas atividades e publicado pela primeira vez em 1838¹⁴. Neste livro Baena expunha claramente, mais de uma década depois de oficializada a incorporação do Pará ao Império do Brasil, a posição contrária a Independência que sustentara no calor dos acontecimentos. O autor das *Eras* teve como militar uma participação ativa nos sucessos do ano de 1823 na defesa da manutenção dos laços com Lisboa, aparecendo em sua própria obra muitas vezes como personagem, numa extravagante mistura ao seu estilo de narração em terceira pessoa:

“A este tempo o Governador de Armas divide a gente, que lhe estava unida, em duas columnas: coloca-se na frente de uma, que conduz pela rua Santo Antonio ao Largo da Igreja deste Santo e a outra he guiada pelo Coronel Villaça aõ mesmo Largo pela rua do açougue: aõ

⁹ Grande parte das informações sobre a vida de Antônio Ladislau Monteiro Baena foram recolhidas da conhecida biografia feita por Arthur Vianna publicada Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará e agora reeditadas IN: Antônio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, UFPA, 1969.

¹⁰ Como se verá no capítulo 3, por conta de seus trabalhos na escola militar, na década de 1810 Baena já era considerado um dos “sábios” do Pará.

¹¹ No Arquivo Público do Pará existem vários Mapas de População feitos em 1823, aparentemente destinados aos propósitos estabelecidos por Baena. A maior parte desta documentação está concentrada no Códice 768, mas há documentos espalhados em outros volumes.

¹² Antônio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Belém, Typographia de Santos & Menor, 1839, Prólogo.

¹³ Esta opinião, expressa por Arthur Vianna na biografia de Baena, é publicamente compartilhada por outros especialistas.

¹⁴ Cabe lembrar que Baena foi sócio do IHGB e publicou alguns trabalhos na revista desta instituição.

desembocar neste ponto sabe do Major Baena que o restante dos revoltosos já manifestava arrependimento, e proferia que não queria responder ao fogo que se lhe fizesse: levanta Vivas a El Rei, ás Cortes, á Religião, e á Tropa Paraense: observa que todos acclamaõ a uniaõ, que o ar resoa com gritos de alegria: mette-os nas fileiras com generosa confiança; marcha para o Largo de Palacio; faz as continencias devidas á dignidade da Junta Provisoria, que se apresenta e corre a frente de toda a Tropa: e a manda recolher a Quarteis”¹⁵.

O trecho acima é uma descrição da malograda revolta de 14 de Abril de 1823 em que parte da tropa se sublevou com o objetivo de se fazer proclamar o alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro, meses antes da chegada de Grenfell. Símbolo de uma historiografia posterior, que pretendeu ver nestes eventos um crescente desejo da província em unir-se ao Brasil, a narração da revolta de 14 de Abril deixa clara as posições assumidas por Baena. Classificada como “insurreição ilegítima”¹⁶, a revolta é ridicularizada por sua desorganização, sua pequena representatividade nas tropas e a facilidade com a qual foi desmontada. Ao dispor os fatos desta maneira, Baena reduziu estes eventos a uma atitude irresponsável, influenciada diretamente pelas idéias fomentadas pelo Movimento Constitucionalista Português que, como se demonstrará adiante, teve um enorme impacto na vida política da província.

Como se verá mais detidamente e de maneira mais sistemática no capítulo 3, Baena e muito dos seus contemporâneos eram severos críticos do Constitucionalismo Português por entender que este Movimento quebrara “a mola real das sociedades bem constituídas”¹⁷, ou seja, pusera em xeque os referenciais políticos e as instituições do Antigo Regime que para eles eram as bases sob as quais se sustentavam as ditas “sociedades bem constituídas”. Isto abria caminho, segundo Baena, para que grupos, movidos por seus interesses e por suas paixões políticas, tentassem impor alguma “forma

¹⁵ Antônio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 376.

¹⁶ Antônio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 375.

¹⁷ Esta expressão é do Bispo do Pará e foi feita em 1823. Está questão estará devidamente circunstanciada a partir do capítulo 3

transitória de sociedade”, ou seja, uma nova ordem política sustentada tão somente por teorias.

No *Compêndio das Eras da Província do Pará* é nítido que Baena classificava, em 1823, o projeto do Império do Brasil nesta segunda categoria. Em nenhum momento o autor reconhece a existência ou o amadurecimento de elementos, como um sentimento nativista ou a convergência de interesses econômicos, por exemplo, que servissem como base de sustentação para o novo Estado independente. Por isso, entre outras coisas, a ruptura com Lisboa é apresentada por ele como um projeto político que enfrentou enormes resistências na província, decorrendo daí os conflitos que ocorreram no período. Expressões como partido, brasileiros moderados, etc., permeiam a obra, destacando assim uma sociedade dividida em suas opiniões e os embates decorrentes da disputa entre esses grupos.

Outra obra que, ainda no século XIX, tratou deste tema foi o célebre *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. O autor deste livro, Domingos Antônio Raiol, teve uma vida mais prestigiosa que Baena: agraciado com o título de Barão do Guajará, Raiol alcançou altos cargos públicos no Império sendo parlamentar e Presidente de várias Províncias. Em meio a estas atividades teve a oportunidade de manusear a documentação em que basearia o seu *Motins Políticos*, sem dúvida a mais impressionante história amazônica do século XIX. Até hoje essa obra guarda uma decisiva influência na organização dos fatos para aqueles que se aventuram a decifrar os conflitos deste período, que Raiol recortou cronologicamente entre a adesão do Grão-Pará às Cortes de Lisboa e a Cabanagem.

Não é preciso ressaltar em “Motins Políticos”, a exemplo do que se fez em relação à obra anterior, a importância na narrativa dos eventos das disputas entre os grupos políticos da província, cada qual defendendo alternativas de futuro distintas. Afinal, é justamente este caráter conflituoso o cerne do mais importante trabalho de Raiol, algo que transparece desde o título da obra. Tanto assim que dessa forma resume a sua obra:

“Abrange, pois, o nosso trabalho, o período mais importante da história política da província do Pará, quando nela se tornaram mais frequentes

*as convulsões populares, dirigidas quase sempre pelos agentes do poder público.*¹⁸”

Raiol elegeu, prioritariamente, a disputa entre os estratos dominantes do Grão-Pará, segundo ele divididos entre Brasileiros e Portugueses, como a causa das constantes sublevações que agitaram a província no período. Em seus relatos, no entanto, são constantes as mobilizações de outros homens livres e de escravos, ainda que vistos sempre como uma massa desorientada, muitas vezes formada por homens “ébrios” que provocavam distúrbios favorecendo o interesse de alguma das facções da província. Na narrativa da Independência, porém, tratou de reconhecer um quadro mais complexo com várias possibilidades de futuro:

*“Três princípios tinham em breve de atuar, o do absolutismo, o do sistema representativo e o da nacionalidade brasileira”*¹⁹.

Em seguida, porém, Raiol vai diminuindo as possibilidades de escolha e tornando a Independência “inevitável”:

“O primeiro era condenado pela opinião pública, o segundo acaba de ser suplantado em Portugal pela dissolução das Côrtes, e o terceiro tinha os mesmos elementos deste, repousava também na idéia de uma constituição, que desse ao povo o direito de eleger os seus representantes e lhes garantisse a sua soberania.

*Não existia, portanto, motivo algum, que pudesse justificar qualquer disposição hostil à independência. Os ânimos deviam ser-lhes favoráveis e qualquer impulso estranho bastaria d’ora em diante para fazê-la abraçar”*²⁰.

¹⁸ Domingos Antônio Raiol – *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém, UFPA, 1970, p. 7 (Introdução)

¹⁹ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 39.

²⁰ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 39. Nesta análise, Raiol estava se remetendo ao período entre o final de Julho e o começo de Agosto de 1823, quando chegaram a Belém as notícias de Lisboa dando

Homem profundamente ligado ao Império do Brasil, Raiol descreveu a Independência como a evolução de um processo que ia ganhando força a despeito daqueles que pretendiam barrá-lo. Se fez isto à semelhança de muitos no seu tempo, não o fez toalmente imprimindo nestes eventos um “destino manifesto”²¹. Ao contrário, inúmeras vezes destacou a importância das conjunturas nas escolhas dos homens do período, assim como salientou as alianças como decisivas na construção de novos cenários políticos. Não por acaso, a dissolução das Cortes tem destaque na sua narrativa da Independência. Afinal, na análise de Raiol, a volta do Absolutismo em Portugal permitiu que os partidários do sistema representativo (no caso, ligado ao Vintismo Português) se unissem aos partidários da Independência, mudando a composição de forças na província.

Dessa maneira, tanto em Raiol como em Baena, o jogo político e o embate entre os diversos grupos, defensores de projetos políticos distintos, ganham destaque na narrativa dos eventos da Independência. Reconhecia-se, portanto, o caminho errático do processo que estava longe do simples desejo de aclamação de uma província unida em torno da adesão ao projeto de um novo Império, ou ainda, firme nos seus propósitos de fidelidade a Lisboa. Na interpretação destes autores, foi uma composição de forças que definiu favoravelmente ao Império Brasileiro o episódio da Independência. Composição essa que, segundo a perspectiva desses autores, não eliminou os seus opositores e muito menos as disputas internas que perdurarão ainda por muitos anos.

Depois disto, será apenas na década de 1920 que uma nova interpretação destes fatos buscará se impor. Nesse sentido, o marco inicial desta viragem é o dia 7 de Setembro de 1922, data em que o Instituto Histórico e Geográfico Paraense realizou uma sessão solene por ocasião dos festejos do Centenário da Independência do Brasil. Foi nesta reunião que se apresentou a proposta do 1º secretário do IHGP, o engenheiro Palma Muniz, de se dedicar o número seguinte da revista da instituição ao tema do “movimento de adesão do

conta da dissolução das Cortes portuguesas. Poucos dias depois Grenfell chegaria ao Pará comandando a força naval a serviço de D. Pedro I.

²¹ Nesse sentido, basta uma comparação, guardadas as devidas especificidades, entre a obra de Raiol e a de seu contemporâneo Varnhagen. O debate sobre a obra de Varnhagen será retomado no capítulo 1.

Pará à Independência²²”, publicação que abriria uma longa polêmica entre os estudiosos do tema, garantindo desde então a sua posição de referência no debate historiográfico.

Chama a atenção a forma na qual se dispuseram os fatos: no interior da festa da “emancipação política” do Brasil, com um forte significado em torno do 7 de setembro, propõe-se a organização de uma revista com o objetivo de estudar exclusivamente a “adesão do Grão-Pará à Independência”. Como demonstra Aldrin Moura de Figueiredo, em sua tese de doutorado²³, o lugar da região amazônica no mundo e na nação brasileira há muito preocupava a elite intelectual paraense que se formava no começo do século XX, simultaneamente ao “boom” da borracha, quando Belém se pretendia a “Paris dos Trópicos”. Figueiredo estudou a atuação destes intelectuais, resumindo desta forma o panorama cultural do Pará neste período:

“Entre 1908 e 1929, a capital do estado do Pará viveu um período de enormes transformações em sua vida cultural e política com a emergência de grupos intelectuais que divulgavam uma nova interpretação da realidade brasileira, vista agora sob o ângulo amazônico. Da pintura à escrita da história da pátria, passando pela construção das efemérides nacionais relidas sob um prisma moderno, até a elaboração de uma história do tempo presente, os literatos paraenses procuram definir uma outra visão da chamada identidade nacional na qual a Amazônia passava necessariamente a ser uma espécie de epicentro intelectual do país”²⁴.

Durante os festejos do centenário da Independência, o IHGP daria prosseguimento a esta lógica revisionista da história amazônica, com o objetivo de colocá-la na proa dos acontecimentos. Para tanto dominou o tom dos debates na imprensa objetivando, nas palavras de Aldrin Moura de Figueiredo, “a todo custo, apagar das memórias as versões de

²² Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros Estudos* (Reedição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – Ano VI, Volume IV, 1922). Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973, pp. 11-12.

²³ Aldrin Moura de Figueiredo - *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Campinas, UNICAMP, 2001. Tese de Doutorado.

²⁴ Aldrin Moura de Figueiredo - *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Resumo.

que teria existido uma guerra de independência”²⁵. Sem dúvida alguma, isso não condizia com as aspirações de sua elite cultural que rejeitava a idéia do Pará ter sido uma província retardatária na formação da Nação Brasileira e, sobretudo, a versão corrente de que isto só se dera diante da vergonhosa imposição do mercenário inglês Grenfell, em agosto de 1823. Nesse sentido, logo no início de sua tese “Adesão do Grão-Pará à Independência”, incorporada na supracitada revista do IHGP, Palma Muniz pretendeu inverter este sentimento retardatário da província através de uma de suas argumentações mais polêmicas: para Muniz o Pará, na verdade, é quem teria dado o primeiro passo decisivo no caminho da emancipação política do Reino do Brasil por ter sido a província que pioneiramente alinhou-se às Cortes de Lisboa, episódio que, segundo ele, foi um “formidável abalo inicial nas multiseculares colunas absolutistas do trono português” e o estopim da “série de revoluções que mudou a ordem das coisas no Brasil”²⁶.

Apoiado por um grupo de intelectuais, Palma Muniz cuidou, na função de 1º secretário do IHGP, para que a famosa edição da Revista de 1923 tivesse um único tom. Neste sentido, na própria proposta apresentada por Palma Muniz, naquele 7 de Setembro de 1922, sobre quais os assuntos deveriam constar na revista, já estava dado os limites do que deveria ser debatido e do que deveria ser ignorado: nesta proposta, por exemplo, saltava aos olhos o predomínio da palavra “Adesão” sobre qualquer outra que pretendesse fazer referência a relação da província com o Império do Brasil²⁷. Longe de ser um mero detalhe, a escolha deste termo firmava uma nova postura em relação aos acontecimentos de 1823, abandonando velhas abordagens que consagraram expressões como “guerra de independência”.²⁸

Lançada a proposta dos assuntos que deveriam constar nesta edição do periódico do IHGP, pretendia-se receber trabalhos de membros do Instituto e de outros colaboradores. No entanto, as poucas teses apresentadas não chegaram a dez, sendo ainda muito desigual a participação delas na revista. Para se ter uma idéia, na reedição patrocinada pelo Conselho Estadual de Cultura em 1973 das 700 páginas da revista mais de 450 eram apenas da tese

²⁵ Aldrin Moura de Figueiredo - *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*, pp. 173 – 184.

²⁶ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 15-16.

²⁷ A lista de temas propostos para a revista está transcrita IN: Palma Muniz – Op. Cit., pp. 11-12

²⁸ Figueiredo também chama a atenção para a escolha dos termos nesta nova versão da história da independência no Pará. Ver de Aldrin Moura de Figueiredo – *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura Amazônica, 1908-1929*.

“Adesão do Grão-Pará à Independência” de Palma Muniz²⁹. No entanto, a posição destacada de Palma Muniz nesta nova versão dos fatos da incorporação do Pará ao Império do Brasil vai muito além do impressionante número de páginas que ocupou na famosa edição da Revista do IHGP: a sua pesquisa documental, com a valiosa transcrição de uma série de documentos, além do afincado na defesa da tese da “Adesão” em muito superou o seus pares. Indicativo disto é o fato da já citada reedição da revista em 1973 intitular-se *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*, atribuindo, ainda, a autoria do conjunto a Palma Muniz.

Não se deve estranhar este fato, pois o esforço deste paraense em sustentar um novo olhar sobre 1823 é realmente singular. Dessa forma no desenvolvimento da tese “Adesão do Grão Pará à Independência”, terceiro assunto proposto para figurar na revista do IHGP, é patente a preocupação do 1º secretário do IHGP em firmar a idéia de que o Pará aderiu de forma espontânea e entusiasmada ao Império do Brasil e não pela imposição de um estrangeiro que estava a frente da Marinha Imperial, no caso Grenfell. Ao contrário disso, segundo o autor, a emancipação seria o resultado do amadurecimento de um sentimento nativista que já teria deixado várias marcas na história da província.

No entanto, apesar do esforço de Muniz, algo materialmente representado pelo significativo número de documentos levantados por ele, a sua tese sempre gerou desconfiança: se o desejo de unir-se ao Império do Brasil era crescente e se o papel de Grenfell foi desprezível, porque o Grão-Pará não fez antes a sua “adesão à independência”?

Para Palma Muniz havia uma explicação: teria sido a repressão das tropas portuguesas a responsável pela tardia “adesão” da província ao Império. Neste sentido, Muniz, a exemplo de outros historiadores, deu enorme destaque às ações de José Maria de Moura, então Governador de Armas do Grão-Pará. Em torno da sua figura, Muniz concentrou a oposição à quebra dos laços com Portugal:

“Genuinamente reinol, aliás obedecendo ao juramento prestado a D. João VI, com as providências que tomou no Grão-Pará, conseguiu impedir por mais de um ano a adesão desta província à independência.

²⁹ Palma Muniz ainda apresentou mais dois trabalhos que foram publicados na revista: “Apontamentos biográficos de alguns vultos que figuraram no período de 1821 e 1823” e “Adesão de Maracanã à Independência”.

A fase da sua existência, entre abril de 1822 e agosto de 1823, é um período movimentado em que, a par das odiosidades particulares, para servir as quais pôs em jogo até o prestígio do seu alto posto e a influência que gozava no meio militar, demonstrou uma inquebrantável dedicação ao rei de Portugal, na tendência de conservar para os seus domínios o Grão-Pará, uma vez que era inevitável a independência das Províncias do sul do Brasil”³⁰.

No entanto, como se demonstrará adiante, a manutenção dos vínculos com a metrópole europeia interessava a muitos outros homens e estava longe de ser apenas uma obsessão do Brigadeiro Moura. Além disso, apesar do esforço de Muniz em caracterizar o processo paraense como uma inevitável “evolução” que apontava necessariamente para a incorporação consensual desta província ao Império do Brasil, sua obra revela a todo o momento o choque de interesses contraditórios que, muitas vezes, culminavam nos diversos conflitos que estão presentes em toda a sua obra, a despeito de sua intenção de minimizá-los.

Em comum, as obras de Baena, Raiol e Palma Muniz têm a ênfase da disputa entre os que queriam o alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro e os que lutavam pela manutenção dos laços com Lisboa, ainda que os pontos de vista e a virulência dos conflitos decorrentes desta disputa variem bastante na comparação entre as obras. Nesse sentido, a perspectiva destes autores reforçava uma das hipóteses iniciais desta pesquisa, apresentada algumas linhas acima. Contudo, como se verá principalmente na primeira parte desse trabalho, a leitura da documentação demonstrou que as disputas políticas neste período no Grão-Pará eram mais complexas que a simples contraposição entre estes dois projetos. Antes disso, porém, a leitura das duas obras mais recentes sobre o tema já havia apontado este caminho: uma delas era *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes* de Geraldo Mártires Coelho, sem dúvida nenhuma um dos livros fundamentais da historiografia paraense, e a outra o *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820/23)* de

³⁰ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 352 (nota 44)

José Alves Souza Jr que, como reconhece o próprio autor, desdobra algumas questões a partir do trabalho de Coelho.

Estas duas obras se inserem num movimento das décadas de 1980 e 1990, quando começaram a surgir com mais força no Pará os primeiros trabalhos de história originados em cursos de pós-graduação. Como primeiro resultado desta mudança passaram a serem incorporadas, então, novas leituras e tendências historiográficas trazidas do diálogo com outros centros de pesquisa do país e do exterior.

A obra de Geraldo Mártires Coelho, inicialmente uma tese de doutorado, exemplifica bem este processo³¹. Defendida em 1987 na Universidade Nova de Lisboa, foi influenciada diretamente pelos debates que Coelho encontrou em Portugal sobre o Vintismo, tema frequentemente negligenciado pelos historiadores brasileiros. Tanto é assim que é justamente na investigação do impacto do Vintismo no Grão-Pará através do periódico “O Paraense”, que circulou na província entre 1822 e 1823, que Coelho vai nortear a sua tese que em muitos pontos inovou o debate sobre a temática da Independência e o papel da imprensa. Nesse sentido, o trabalho de Coelho preocupou-se primordialmente em desfazer a ligação entre o movimento independentista e a adesão à Regeneração Política de Portugal, algo que, como visto, Palma Muniz tinha insistido muito. Para este autor estava claro que o Vintismo era um projeto político com significado próprio que não podia ser confundido com o desejo de emancipação ou de manutenção dos laços coloniais.

Ao contrário disso, justamente a mais relevante contribuição de Coelho para este debate foi o de ter demonstrado que durante a maior parte do período entre 1821 e 1823 o principal foco de conflitos no Grão-Pará não estava na disputa entre os que queriam a emancipação e aqueles que lutavam pela manutenção dos laços com Lisboa. Ao invés disso, Coelho demonstra, muitas vezes à luz de documentos que até então eram inéditos, que durante a maior parte deste período o principal foco de disputa estava entre os grupos que, apesar de igualmente pretenderem se manter fiéis a Lisboa, sustentavam diferentes projetos políticos, ou seja, pretendiam que esta união com Portugal se desse de maneiras diferentes. Nesse sentido, para Coelho o cerne da luta estava, por um lado, na tentativa de um grupo, que tinha o periódico *O Paraense* como seu principal instrumento, implementar

³¹ Originalmente intitulada *O Vintismo no Grão Pará: relações entre a Imprensa e o Poder* e posteriormente publicada pela CEJUP como *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes* esta tese foi defendida na Universidade Nova de Lisboa em 1987 sob orientação do Prof. Joel Serrão.

na província as conquistas do Vintismo que vigoravam na Europa, como a liberdade de imprensa, por exemplo. Do outro lado do principal palco da luta, estaria um grupo oposto que, de modo geral com integrantes mais tradicionalmente ligados ao poder na província, igualmente pretendia se manter fiel a Lisboa, mas defendia a idéia de que nem todos os princípios do Constitucionalismo Português podiam ser aplicados na América, utilizando todos os meios de repressão que estavam a sua disposição para evitar que isso acontecesse. Desse modo, no cenário descrito por Coelho, o projeto de emancipação política ocupava um lugar marginal na província, ganhando algum vulto só no final deste período.

Seguindo o caminho aberto por Geraldo Mártires Coelho, aproximando-se inclusive do seu objeto de estudo, em 1997 José Alves Souza Jr.³² apresenta na Unicamp a sua dissertação de mestrado: *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820/23)*. Sua principal contribuição foi diálogo com novas interpretações sobre a Independência, especialmente com a obra de Cecília Helena Salles de Oliveira³³, a partir de onde construiu alguns de seus pressupostos.

Nesse sentido, a exemplo do que Oliveira tinha feito em relação ao Rio de Janeiro, Souza Jr. buscou relacionar a defesa de diferentes projetos políticos neste período no Grão-Pará aos interesses materiais dos diferentes grupos. Dessa forma, resumidamente, para Souza Jr. o principal foco de conflito era mesmo entre os que desejavam aprofundar na província as mudanças conquistadas pelo Constitucionalismo Português e os que queriam barrar este processo, tal como descrito no modelo de Geraldo Mártires Coelho. No entanto, a explicação para isto era diferente: segundo Souza Jr, os que defendiam as conquistas Vintistas o faziam porque eram membros da elite econômica, muitos de fortuna recente, que ainda não tinham alcançado altos cargos públicos e viam nesta mudança política a possibilidade de ascenderem nas estruturas de poder da província. Já entre os que pretendiam restringir este processo de mudança estavam principalmente famílias que detinham um grande poder econômico e há décadas monopolizavam os altos cargos

³² José Alves Souza Jr., assim como Geraldo Mártires Coelho, é professor do Departamento de História da UFPA.

³³ A obra em questão é a tese de Cecília Helena Salles de Oliveira – *A Astúcia Liberal. Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-24)*. Bragança Paulista, Edusf / Ícone, 1999.

públicos, valendo-se deles como um fator de acumulação de riqueza³⁴. Dessa forma, reforçando o que tinha sido afirmado por Geraldo Mártires Coelho, para Souza Jr. o projeto de emancipação política foi marginal na província durante a maior parte deste período.

Ao longo da pesquisa, a leitura destes dois trabalhos foi importante para que se atentasse para a diversidade de projetos políticos existentes nesta época no Grão-Pará. Contudo, a leitura da documentação revelou um cenário ainda mais complexo, o que foi decisivo para que se estabelecesse um recorte cronológico diferente do que foi proposto por estes dois autores.

*

Como se disse antes, o objetivo desta pesquisa tinha sido definido como o de analisar os conflitos que tiveram como palco o Grão-Pará no período da incorporação desta província ao nascente Império, pensando-os sob a problemática da formação do Estado e da nação brasileiros. No entanto, como deveria se definir o recorte cronológico da pesquisa, já que, antes da chegada de Grenfell, há muito tempo os conflitos, inclusive armados, sucediam-se na província e levando-se em conta que poucas semanas depois do juramento de fidelidade a D. Pedro I o Grão-Pará era engolfado numa guerra civil?

As obras que anteriormente trataram do tema consagraram principalmente dois recortes, sendo que o primeiro deles tomou forma com o livro *Motins Políticos*, de Domingos Antonio Raiol³⁵. Tendo como preocupação central do seu trabalho os conflitos da província, o Barão de Guajará vai construir um recorte que liga dois pontos distantes 14 anos entre si: para ele a adesão do Grão-Pará às Cortes de Lisboa, em 1821, abriu um novo período na história paraense no qual combates armados, motins e golpes irão se suceder até culminarem na explosão da Cabanagem em 1835. Para Raiol, portanto, os embates entre 1821 e 1835 marcavam um único período, o que torna a sua análise muito singular já que, freqüentemente, outras revoltas regenciais são taxadas como um espasmo de violência, não sendo relacionadas às disputas ocorridas na ocasião da independência³⁶.

O outro recorte cronológico foi consagrado a partir de obra de Palma Muniz. Preocupado em repensar a incorporação do Grão-Pará na nação brasileira, Muniz definiu

³⁴ Estas questões estarão melhor explicadas na primeira parte desse trabalho.

³⁵ Neste caso a obra de Baena não será considerada, pois o seu recorte, de 1615 até 1823, é o da colonização portuguesa no território em que no século XIX estava a província do Grão-Pará.

³⁶ Por sua vez, a força da obra de Raiol sobre outros historiadores pode ser verificada no fato de que os posteriores trabalhos sobre a Cabanagem, de modo geral, seguiram este recorte incomum.

como seu marco inicial o ano de 1821 porque, como dito anteriormente, para ele a adesão americana às Cortes de Lisboa foi um duro golpe para o poder do trono português no novo mundo, sendo ainda a sua baliza final o juramento de fidelidade a D. Pedro I que marcou a oficialização da ruptura com Lisboa. Muitos anos depois, Geraldo Mártires Coelho e José Alves Souza Jr. revisitariam esse período com uma problematização muito diferente, mas manteriam, grosso modo, o mesmo recorte cronológico.

Mas um trabalho sobre esta época no Grão-Pará pode ignorar a luta sangrenta que se iniciou poucas semanas depois e simplesmente fechar um ciclo com o juramento de fidelidade a D. Pedro I? Esta escolha, obviamente, revela algumas opções feitas por seus autores. No caso de Palma Muniz, está claro que se ele procurou defender uma versão dos fatos na qual a grande luta era a da conquista da emancipação, uma vez conseguido este objetivo seria muito difícil justificar a manutenção dos conflitos³⁷. No mínimo, seria forçoso admitir que outras questões estavam em disputa. Quanto a Coelho e também a Souza Jr.³⁸ as balizas temporais estabelecidas demonstram alguns dos limites dessas importantes obras na compreensão daquela complexa realidade.

Pode-se justificar o recorte feito por Coelho, dizendo-se que não poderia ser outro já que estava condicionado a vida do periódico *O Paraense*. Contudo, este periódico acabou sendo, na verdade, a principal fonte documental para que Coelho entendesse o Vintismo no Grão-Pará, este sim o seu verdadeiro objeto de estudo. Aí reside o problema: apesar de dizer textualmente que o Vintismo era uma manifestação da crise então vivida³⁹, entende-se que o trabalho de Coelho acaba isolando a Regeneração Portuguesa do seu próprio contexto, ou seja, da crise do Antigo Regime no Império Luso-brasileiro. Disso resulta problemas, como o fato da tese conseguir trabalhar brilhantemente com as oposições no interior dos debates de como deveria se manter a união do Grão-Pará com Lisboa, mas ter dificuldade em lidar com os projetos de ruptura. De fato, problematizou-se o Vintismo e não a crise. E tanto esta foi uma opção que não esteve limitada pela vida do periódico *O*

³⁷ Na verdade, Palma Muniz menciona que embates ocorreram logo depois da instalação do novo governo subordinado ao Rio de Janeiro, mas faz esta menção em um econômico parágrafo.

³⁸ Formalmente o recorte de Souza Jr. se inicia em 1820, mas a dissertação se estrutura principalmente no intervalo entre 1821 e 1823, apesar de alguns recuos, inclusive a outros séculos.

³⁹ Na apresentação de sua obra Coelho afirma: “A emergência da imprensa no Pará, no início do século XIX, não pode ser dissociada de uma matriz maior: a da crise do sistema colonial, em cujo interior ocorreu o movimento liberal português de 1820 – O Vintismo ou a Regeneração de 1820”. Ver de Geraldo Mártires Coelho – Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822. Belém, CEJUP, 1993, Apresentação.

Paraense que Souza Jr. a seguiu, grosso modo, mesmo valendo-se de um outro corpo documental.

A opção feita por Souza Jr. em relação às balizas temporais da sua pesquisa, tem ainda um outro motivo na forma como ele estruturou a sua obra: a exemplo do que fez Geraldo Mártires Coelho, Souza Jr. concentrou sua análise nas disputas no interior dos estratos dominantes do Grão-Pará, buscando justificar todo este processo através destes conflitos. Nesse sentido, ainda que formalmente mencione alguns eventos ocorridos depois de agosto de 1823⁴⁰, o tratamento dado por Souza Jr. a este período é bastante distinto daquele dedicado ao cerne do seu trabalho, pois esmiuçar os meses seguintes ao alinhamento do Grão-Pará ao governo de Rio de Janeiro seria problemático, considerando-se o foco da sua obra. Isto porque, a partir de então, passa a se suceder uma série de embates envolvendo escravos e, sobretudo, homens livres pertencentes aos estratos subordinados da sociedade paraense – entre os quais muitos dos indígenas então conhecidos como tapuios – deixando claro que existiam outras forças envolvidas na disputa e que as elites políticas da província tinham tido até então um frágil controle sobre a situação, o que rapidamente se desfez.⁴¹

Dessa forma, estabelecendo um diálogo com todas estas obras anteriores, esta pesquisa buscou avançar na compreensão do que motivara os conflitos neste período no Grão-Pará e porque não foi possível, por muito tempo, estancá-los. Para isto, baseado na leitura da documentação e de uma variada bibliografia, julgou-se que seria imprescindível tomar dois procedimentos: estruturar o trabalho em torno da idéia de crise e a partir disso definir um novo recorte cronológico.

⁴⁰ Souza Jr. chega a dedicar algumas páginas aos fatos que ocorreram na província após agosto de 1823, mencionando até o golpe de abril de 1824 que, supostamente, desejava alinhar o Pará ao movimento da Confederação do Equador (ainda que o recorte formal de Souza Jr. seja 1820-23). Contudo, nesta parte da dissertação Souza Jr. praticamente só cita os eventos, buscando relacioná-los a continuidade do conflito entre as elites por ele estudado no período anterior. Assim, Souza Jr. não dedica a este trecho final da dissertação uma reflexão mais detida como fez em relação ao período anterior à independência, que é o recorte onde está o cerne do seu trabalho.

⁴¹ Torna ainda mais intrigante o recorte cronológico construído por Geraldo Mártires Coelho na obra citada, o fato deste autor ter tido como objeto de estudo, em sua dissertação mestrado, justamente os conflitos ocorridos em 1823, especialmente aqueles se sucederam ao alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro. Ver de Geraldo Mártires Coelho – *Ação e Reação na Província do Pará: o conflito político social de 1823*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1978. Dissertação de Mestrado.

Por fim, ainda que não tenha representado uma nova interpretação sobre este período, vale lembrar a sempre citada obra de Mario Barata – *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-23). Gênese, estrutura e fatos de um conflito político*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1975.

Nesse sentido, a baliza inicial deste trabalho não é 1821 por força da tradição. É que a adesão do Grão-Pará às Cortes de Lisboa significou realmente um aprofundamento da crise do Antigo Regime Português no espaço da, então, capitania. Como se verá no capítulo 3, a partir daquele momento, uma série de valores e instituições do Antigo Regime são postos em xeque ou perdem a legitimidade, o que representava dizer que formas consagradas de reiteração da vida social tinham perdido o seu melhor funcionamento⁴² ou que, nas palavras do Bispo do Pará, tinha se quebrado a mola real das sociedades bem constituídas. A leitura das correspondências e de outros documentos traz à luz um cenário que era incômodo para os contemporâneos que pretendiam ver urgentemente vencido este tempo em que as coisas pareciam estar fora dos seus lugares. É justamente em torno das tentativas de superação da crise do Antigo Regime Português no Grão-Pará que está estruturada a primeira parte deste trabalho.

Neste sentido, pretende-se demonstrar aqui que o Vintismo, ao tornar legítima a disputa política e a exteriorização do dissenso, abriu caminho para a constituição de partidos que irão defender, cada qual, alternativas de futuro diferentes para a superação da crise então vivida, além espraia o debate sobre os destinos da província para além do que até então se tinha por Sociedade Política. Nesse sentido, não se pode reduzir isto a uma disputa entre os que queriam se alinhar ao Rio de Janeiro ou desejavam se manter fiéis a Lisboa, mesmo porque entre os que defendiam a união com Portugal, como já demonstrado por Coelho e Souza Jr., havia diversos partidos que pretendiam impor projetos políticos diferentes o suficiente para justificar prisões, perseguições e mortes promovidas pelo grupo oposto, sendo que, como se verá, o mesmo valia para aqueles que pretendiam romper com o reino europeu.

Desse modo, se os conflitos eram decorrentes desta disputa entre os partidos na defesa de diferentes projetos que objetivavam pôr fim à crise, por sua vez não se conseguia estancar os embates porque a sociedade paraense se dividiu de tal maneira que tornou impossível que qualquer grupo conseguisse ter condições para chegar ao poder e mantê-lo de maneira estável. Nesse sentido, é importante ressaltar que as dificuldades para que um

⁴² Para esta definição de crise, veja de István Jancsó & João Paulo G. Pimenta - “Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. In: Carlos Guilherme Mota (org.) – Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias. São Paulo, Editora Senac, 2000.

partido se tornasse hegemônico no Grão-Pará, decorriam em grande parte do fato de por muito tempo ter se acreditado na província na viabilidade de diferentes alternativas políticas. Como se verá, essa crença estava alicerçada em grande medida na manutenção por um longo período de um cenário externo indefinido, já que o destino da província dependia em grande parte desse rearranjo.

Nesse sentido, depois de agosto de 1823 estas duas questões permanecem: tanto o cenário externo continuava instável, como a sociedade paraense profundamente dividida. Tudo isso em meio a uma crise que não foi superada, mas sim reenquadrada: assim, se antes os antigos valores e instituições perderam legitimidade, agora eram os novos valores e instituições que buscavam se firmar. A exemplo do que acontecera antes, depois de agosto de 1823 ainda se acreditava que estava em aberto a viabilidade de consolidação de várias alternativas políticas, o que fazia com que muitos desconfiassem que a “solução brasileira” no Grão-Pará seria provisória. É isto que se mostra na segunda parte deste trabalho. No capítulo 4, buscará se demonstrar que na visão dos estratos dominantes paraenses a “solução brasileira” era ameaçada não só por alternativas de futuro que negavam o alinhamento ao governo do Rio de Janeiro, como a reconquista da província por Portugal ou a incorporação da mesma pela Confederação do Equador, mas também por projetos de futuro tidos como radicais, cuja defesa acabou fomentando a guerra civil que se iniciou poucas semanas depois do juramento de fidelidade a D. Pedro I.

Dessa forma, a baliza temporal desta pesquisa se finda em 1825 porque neste momento estes dois aspectos que fomentaram os conflitos se alteram, tal como demonstrado no capítulo 5. Como se verá, no cenário interno, há uma profunda repressão que desarticula alguns grupos políticos. No cenário externo, a derrota da Confederação do Equador e o reconhecimento da independência por Portugal, por sua vez, inviabilizam outros projetos de futuro. Nesse sentido, espera-se que ao longo deste trabalho o leitor também perceba que este diferente recorte temporal acabou também influenciando na construção de um diferente recorte espacial. Isto porque, apesar do Grão-Pará continuar sendo o grande palco desta pesquisa, evidenciou-se em muitos momentos neste trabalho que o cálculo político dos grupos em disputa não estava preso às fronteiras da província. Desse modo, buscará se demonstrar, por exemplo, o papel decisivo das províncias vizinhas no desenlace dos embates políticos no Pará.

Por fim, acredita-se que esta atenção à importância do cenário externo para os rumos do Pará se deve, em parte, a diversidade de fontes que foram consultadas para esta pesquisa. Primordialmente composto por correspondências, o corpo documental deste trabalho foi recolhido no Pará a partir do Arquivo Público e do IHGP; do Rio de Janeiro foram trazidos documentos do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, IHGP e do Itamaraty; por último, graças ao precioso trabalho de digitalização do Projeto Resgate, esta pesquisa pode incorporar fontes do Arquivo Ultramarino de Lisboa. Foram sete meses de pesquisas em arquivos e mais de vinte mil documentos consultados, dos quais cerca de trezentos estão citados a seguir.

PARTE I

Os homens do Grão-Pará diante da crise do Antigo Regime Português: a diversidade dos projetos de futuro e o alinhamento ao governo do Rio de Janeiro

De todas as tentativas de esclarecer o topônimo “Pará” nenhuma parece mais adequada do que aquela que lhe atribui o significado de “coleccionador de águas”.⁴³ Os rios imensos que, por vezes, parecem esconder as margens no infinito, pela sua capilaridade eram em grande parte no século XIX as “estradas” por onde se desenhavam o vai e vem das mercadorias, das pessoas e das notícias na província.

Não foi diferente no dia 10 de agosto de 1823. Pelas águas chegava a Belém uma série de notícias que finalmente permitia dar algum sentido às informações desconstruídas que circulavam até então, mesmo entre as autoridades paraenses. Antes da chegada de Grenfell, nos primeiros dias de agosto de 1823, cartas secretas trocadas entre a Junta Provisória e o Governador de Armas demonstram as dificuldades para obter dados precisos, pois àquela altura ainda não se sabia se as embarcações de guerra que haviam chegado ao Maranhão faziam parte dos reforços militares por eles solicitados, que teriam vindo de Portugal ou da Bahia, ou se estas embarcações haviam sido enviadas pelo Rio de Janeiro⁴⁴.

Fundado na barra de Belém, Grenfell, um dos mercenários ingleses a serviço do Império do Brasil, dava conta à Junta Provisória dos últimos acontecimentos. Trazendo periódicos maranhenses e ofícios enviados por Cochrane, anunciava o alinhamento da

⁴³ Theodoro Sampaio – *O Tupi na Geografia Nacional*. 3ª. Edição, Salvador, Secção Graphica da Escola de Aprendiz e Artífices, 1928. Algumas das proposições a serem expostas nesta primeira parte do trabalho já foram apresentadas na versão de um texto preliminar durante o Seminário Internacional “Independência do Brasil: História e Historiografia”, realizado em setembro de 2003 na Universidade de São Paulo.

⁴⁴ Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) – Códice 744 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 468.

província vizinha ao governo do Rio de Janeiro e oferecia as mesmas garantias dadas aos maranhenses para que os habitantes do Pará declarassem a sua adesão ao novo sistema político: respeito às propriedades de portugueses e brasileiros que jurassem obediência a D. Pedro I; restrição do confisco de bens aos dos portugueses residentes na Europa ou daqueles que se recusassem tomar o juramento⁴⁵.

Na verdade, os ofícios enviados à Junta foram escritos e assinados dias antes por Cochrane no Maranhão, onde também ficara toda a Esquadra Imperial. Desta frota, seguira com destino ao Pará apenas um brigue comandado por Grenfell que trazia os documentos assinados por Cochrane com as datas em branco. Instruído pelo Almirante, o mercenário inglês de apenas 23 anos pôs em prática um blefe que já tinha dado resultados na província vizinha: preencheu as datas assim que fundeou na Barra de Belém e apresentou-se apenas como o emissário de uma poderosa Esquadra comandada por Cochrane, supostamente estacionada a poucos quilômetros dali.

O “Golpe da Esquadra Imaginária”, como ficou conhecida a artimanha de Grenfell, provocou uma grande agitação na capital. Rapidamente se espalhou a notícia de que uma poderosa força militar estava estacionada em águas paraenses, pronta a sustentar o partido que, na província, fosse favorável ao alinhamento do Pará ao Rio de Janeiro. Exigia-se uma rápida solução para o caso, uma vez que se Grenfell realmente conseguisse bloquear o porto de Belém, como havia anunciado, a situação na capital se tornaria insustentável.

Deste modo, já no dia 11 de agosto realizou-se uma reunião do Conselho da Junta Provisória para discutir qual seria o posicionamento que se deveria adotar diante dos últimos acontecimentos. Seis dias antes, em 5 de agosto, realizara-se uma reunião semelhante quando todas as autoridades civis, militares, municipais e deputação dos corpos de comércio e agricultura discutiram possíveis alterações na estrutura administrativa da Província. Entre as propostas figurava, inclusive, a unificação do governo civil e militar como forma de barrar o avanço do partido dissidente, uma das maneiras pelas quais era denominado, então, o grupo político que defendia o alinhamento do Grão-Pará ao governo do Rio de Janeiro. Na ocasião, resolveu-se manter tudo como estava até que chegassem

⁴⁵ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros Ensaios* (Reedição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – Ano VI, Volume IV, 1922). Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973, pp. 374 - 375.

novas instruções de Portugal.⁴⁶ Agora, porém, existia pressa, e sem perceber que Grenfell blefava, a assembléia terminou por decidir pelo alinhamento da província ao Rio de Janeiro.

No dia seguinte, o brigue Maranhão ancorava no porto de Belém com o seu comandante já sabendo a deliberação do Conselho da Junta Provisória. No dia 14, era preso e levado a bordo do Brigue, juntamente com outros oficiais, o Brigadeiro José Maria de Moura, ex-governador de Armas da província que havia se declarado contrário à resolução da assembléia do dia 11, momento em que tinha, inclusive, posto em dúvida a existência da Esquadra Brasileira. Presos aqueles que eram indicados como os maiores adversários da nova ordem, preparou-se o juramento à independência que ocorreu no dia 16, oficializando-se assim a incorporação da província ao Império do Brasil.

Os acontecimentos narrados, grosso modo, são repetidos à exaustão em praticamente todos os livros que contaram a “independência no Pará”, tema que, ao lado da Cabanagem, é dos assuntos mais abordados pela historiografia paraense. Entender este processo, em alguma medida, acabou se tornando uma tentativa de compreender o próprio papel desta sociedade no corpo político que se formava.

Nesse sentido, algumas particularidades desses episódios causaram um recorrente “mal-estar” para a historiografia regional, que nunca pôde compartilhar integralmente de algumas teses do IHGB, sobretudo da idéia de que o Estado Nacional Brasileiro era uma espécie de evolução a que estava sujeita a América Portuguesa⁴⁷. Uma das causas deste “mal-estar” estava, sem dúvida, no fato da incorporação do Pará ao Império do Brasil ter se dado tantos meses depois do 7 de setembro, quando, inclusive, já estavam adiantados os debates em torno da elaboração de uma constituição para o novo Estado do qual, a partir de então, faria parte⁴⁸. No entanto, nada chamou mais a atenção dos historiadores do que a intervenção militar promovida por Grenfell, episódio que acabou se cristalizando na historiografia como o momento decisivo de todo esse processo. Tendo em

⁴⁶ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará de 1821 até 1835*. Belém, UFPA, 1970, pp. 40-41. Ver também de Palma Muniz, Op. Cit., pp. 356-363.

⁴⁷ Sobre este assunto veja, entre outros autores, de João Paulo Garrido Pimenta – *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec, 2002; de Demétrio Magnoli – *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo, Ed. Unesp / Editora Moderna, 1997; e de Maria Lígia Coelho Prado – “O Brasil e a Distante América do Sul”. IN: *Revista de História*, n. 145, 2º. Semestre de 2001.

⁴⁸ A instalação da Assembléia Constituinte é de 3 de maio de 1823.

mente estas duas questões, as análises que se construíram sobre este processo, ainda que com enfoques diferentes, algumas destacando os conflitos⁴⁹, outras promovendo a idéia de adesão⁵⁰, nunca puderam escapar da percepção de que a incorporação do Pará ao Império Brasileiro teve um nítido caráter de ruptura.

Se a ação de Grenfell ocupou páginas e páginas da historiografia paraense, ninguém se preocupou tanto em entender o seu significado quanto Palma Muniz. Em “Adesão do Grão-Pará à Independência”, este autor buscou dar uma nova dimensão à figura de Grenfell que ocupava, então, o papel de artífice da independência⁵¹:

“Estudando a história, repassando a documentação legada pelas gerações passadas, verificamos que, no Grão-Pará, a idéia definida de independência, de separação do Brasil de Portugal, para constituir um país livre e independente, data de 1821, com a propaganda dos irmãos Vasconcellos.

Se de fato, como diz Oliveira Lima, ‘D. João VI veio criar e realmente fundou na América um império’, essa criação e fundação atingiu o norte do Brasil, principalmente o Grão-Pará, pela dedicação, pelo esforço, pelo sacrifício e pela vontade dos seus filhos em querer a separação de Portugal e a união com o sul, sem mais outro auxílio que o apoio moral, trazido pelo Brigue Maranhão, insuficiente como força material para nos impor a Independência. (...)

E, se não fora o quase unânime consenso de opinião e do patriotismo paraense, no desejo de se irmanarem ao sul do Brasil, para formar

⁴⁹ Domingos Antonio Raiol e Antonio Ladislau Baena são exemplos de autores que descreveram este processo destacando o seu caráter conflituoso. Ver de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*; e de Antônio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, UFPA, 1969.

⁵⁰ Como já mencionado, durante as comemorações do “Centenário da Independência” em 1922, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e especialmente a figura do seu primeiro secretário, Palma Muniz, promoveram uma agressiva revisão histórica deste processo, defendendo a idéia de que o Pará foi incorporado ao Império Brasileiro, sobretudo, pela adesão espontânea e entusiasmada dos paraenses. Ver de Palma Muniz – *Adesão do Pará à Independência*. Sobre esta questão, veja também de Aldrin Moura Figueiredo – *Eternos Modernos: uma História Social da Arte e da Literatura na Amazônia, 1908-1929*. Campinas, UNICAMP, 2001. Tese de Doutorado.

⁵¹ Sobre Palma Muniz, ver de Aldrin Moura de Figueiredo – *Eternos Modernos: uma História Social da Arte e da Literatura na Amazônia, 1908-1929*.

uma única nação independente, não seria o stratagema de Grenfell, logo descoberto, que viria nos reduzir.

À chegada desse capitão de marinha de guerra a Belém, já todo o Grão-Pará, nos seus filhos natos, tinha o coração e a alma independentes”⁵².

Ao debater o papel de Grenfell neste processo, Palma Muniz estava pautando a pergunta que perseguiu, excetuando-se trabalhos muito recentes⁵³, toda historiografia regional que se dedicou ao tema: os habitantes da província do Pará queriam aderir ao governo do Rio de Janeiro ou desejavam se manter unidos a Portugal?

Obviamente, a posição de Palma Muniz era muito explícita: para ele, os habitantes do Pará, e especialmente os seus “filhos natos”, desejavam há muito se unir ao novo Império que se formava na América. Não foi por acaso que este autor buscou com tanto empenho relativizar a importância do mercenário inglês neste processo, reduzindo sua intervenção a um “apoio moral”. Por sua vez, outras obras, como as de Raiol e de Baena, ainda que tenham seguido caminhos muito diferentes de Muniz, nunca puderam se desvencilhar da necessidade de dar uma resposta a esta pergunta que se tornou central para todos que se debruçaram sobre o tema.

No entanto, o que se pretende demonstrar nesta primeira parte do trabalho é que esta é uma falsa questão, uma vez que neste período o cenário político do Grão-Pará não estava circunscrito apenas a estas duas possibilidades. A tentativa de compreender o desenlace de agosto de 1823, seja pela simples vontade dos povos em se alinhar ao Rio de Janeiro, seja pela imposição militar de Grenfell e supostamente a contragosto dos paraenses, leva necessariamente a uma simplificação, ao qual o historiador é induzido por enquadrar o seu olhar sobre estes acontecimentos nos limites das “Guerras de Independência”.

⁵² Palma Muniz – *Adesão do Pará à Independência*, pp. 366-367. Anos mais tarde e em uma outra perspectiva, Palma Muniz dedicou um estudo de maior fôlego à figura de Grenfell. Ver de Palma Muniz – “Grenfell na História do Pará (1823-24)”. IN: *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Tomo X, Belém, Oficinas graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926.

⁵³ São exemplos destes novos trabalhos, que têm investigado este problema sob outras perspectivas, a obra de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*. Belém, CEJUP, 1993; e de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução: os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a atuação de Filipe Patroni (1820-23)*. Campinas, UNICAMP, 1997. Dissertação de Mestrado.

É só em um contexto mais amplo, o da crise do Antigo Regime português, que este processo pode ser compreendido. Dentro deste novo enquadramento, a velha pergunta – os habitantes da província do Pará queriam aderir ao governo do Rio de Janeiro ou desejavam se manter unidos a Portugal? – é incabível, pois no contexto da crise do Antigo Regime português, a sociedade paraense dividiu-se em múltiplos partidos, cada qual defendendo diferentes projetos políticos que não estavam reduzidos simplesmente à escolha entre o Império do Brasil ou o Português. Além disso, essa pergunta de parte da historiografia paraense não faz sentido porque não havia uma posição hegemônica na província. Ao contrário: justamente a característica marcante daquela sociedade é a profunda cisão entre os homens, traduzida pelo embate entre diversos projetos de futuro que pretendiam ser a resposta a problemas que muitas vezes transcendiam à escolha entre o alinhamento ao Rio de Janeiro ou a Lisboa. Em última instância, e só assim se poderá fugir ao anacronismo, é preciso perceber que a crise não aparecia “à consciência dos homens como modelo em vias de esgotamento, mas como percepção de perda de operacionalidade das formas consagradas de reiteração da vida social”⁵⁴. Assim, o que se assiste no Pará, como de resto em todo o “mundo português”, é uma generalizada busca de alternativas que respondessem a esta questão posta pela realidade.

Por isso, nesta primeira parte do trabalho propõe-se uma análise dos embates entre os defensores desses múltiplos projetos de futuro que, então, coexistiam na província do Grão-Pará como tentativas de superação da crise do Antigo Regime Português. Por sua vez, para compreender este processo, no qual o jogo de forças resultou na incorporação do Pará ao Império do Brasil, pretende-se deslocar o centro do debate, da velha pergunta da historiografia paraense, para outras duas questões. Em primeiro lugar, pretende-se chamar a atenção para a importância da manutenção ou do desmantelamento de um bloco regional formado pelas províncias do Grão-Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, fundamento de alguns destes projetos de futuro. Com isso, deseja-se demonstrar que os projetos políticos, no âmbito do extremo-norte do que fora a América Portuguesa, levavam em conta uma lógica regional que observava a preservação de importantes laços econômicos e políticos o que, por sua vez, recomenda que a análise histórica sobre este processo não se prenda aos

⁵⁴ István Jancsó & João Paulo Garrido Pimenta – “Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias. São Paulo, Editora Senac, 2000.

limites da província. A segunda questão a ser destacada é relativa à multiplicidade de projetos em disputa neste período no Pará, expondo a divisão da sociedade em diversos grupos de tal maneira que nenhum deles foi capaz de impor a sua hegemonia de forma estável, fato da realidade particularmente preocupante para os estratos dominantes locais com o acirramento dos ânimos populares, vale dizer, dos que, até então, permaneciam à margem da sociedade política. Desta maneira, para os diversos grupos envolvidos nesta disputa, a interferência de uma força armada externa representava na sua estratégia de ação a possibilidade de desequilibrar o embate em favor de um dos projetos políticos. A contínua incidência desse assunto na documentação, seja comentando informações oficiais, seja especulando em cima de boatos, demonstra por si mesma a centralidade desta questão no período.

Para desenvolver estes pontos, a primeira parte do trabalho foi dividida em três capítulos. No primeiro, “Um Tempo de Incertezas”, pretende-se demonstrar que no contexto da crise do Antigo Regime os homens, ao estabelecerem seus projetos de futuro, conviviam com um sentimento generalizado de provisoriedade e instabilidade política, cenário importante para se compreender tanto suas decisões como suas atitudes tidas, posteriormente, como vacilantes. Além disso, deseja-se mostrar que neste período a idéia de Brasil como um corpo político capaz de agregar todos os portugueses da América era algo que estava em aberto e que, portanto, o sentimento de pertencimento a uma suposta “nação brasileira” não é adequado para explicar a vitória do grupo político que defendia o alinhamento da província do Pará ao Rio de Janeiro.

Por sua vez, não há como pensar os embates políticos no Grão-Pará sem levar em conta quantos e quais eram os homens que compunham aquela sociedade, como se organizavam suas relações econômicas e políticas e quais eram suas formas de apropriação das riquezas. A consideração dessas questões, além de reforçar a percepção da diversidade interna do Reino do Brasil, evidencia as incoerências presentes em qualquer tentativa que pretenda enquadrar a incorporação do Pará ao Império do Brasil na costura de um fácil acordo entre “elites” provinciais, unidas na defesa de interesses comuns. O debate em torno destes temas será privilegiado no segundo capítulo, “O Grão-Pará: apontamentos sobre a sociedade, a economia e o espaço”, especialmente no primeiro subitem, “Os Homens e a Trama dos seus interesses”. Na última parte deste capítulo, “O Universo do Grão-Pará”, se

destacará que, a despeito da América Portuguesa não ter um centro que de fato articulasse toda a sua diversidade, foi se formando ao longo dos séculos uma série de relações econômicas e políticas entre as províncias circunvizinhas, criando a percepção da existência de um “bloco regional”. Formados através daquilo que Benedict Anderson denominou como peregrinações⁵⁵, a manutenção ou o dismantelamento destes blocos regionais tinha um peso decisivo, em meio à crise, no cálculo político dos homens deste período.

Por fim, no terceiro capítulo, “A quebra da ‘mola real das sociedades bem constituídas’: o aprofundamento da crise do Antigo Regime no Grão-Pará e as tentativas de sua superação”, buscará se compreender como, a partir do acirramento da luta entre os partidos e a constituição de inúmeras facções, a sociedade paraense dividiu-se a ponto de tornar generalizado os sentimentos de cisão e instabilidade política que, por sua vez, terão papel fundamental neste processo. Além disso, a análise levará em conta como, no contexto da Crise do Antigo Regime e especialmente do Vintismo, os modelos políticos tiveram a sua legitimidade enfraquecida, abrindo caminho para contestações cada vez mais difíceis de conter. Outra questão a ser abordada são as tentativas de manter o bloco regional e a importância disso para a viabilização ou a inviabilização dos projetos políticos no Grão-Pará, destacando-se aí o envolvimento dos estratos dominantes de outras províncias nesta alternativa de futuro.

Já na última parte deste capítulo, buscará se demonstrar que a incorporação do Grão-Pará ao Império do Brasil não pode ser compreendida por uma análise que se prenda aos limites da província. Ao contrário, deseja-se ressaltar que este processo está inserido num complexo de ações que muitas vezes extrapolaram as suas fronteiras, interferindo justamente nas questões apontadas acima como nevrálgicas neste processo. Para os grupos em disputa, essas ações sempre estiveram no seu cálculo político e influenciaram as suas estratégias de sobrevivência, especialmente a partir do momento em que a cisão da sociedade paraense chegou a tal ordem que não era possível a nenhum dos grupos manter o seu poder de maneira estável. Neste quadro, duas Esquadras que jamais existiram tiveram influência decisiva no processo: a já citada Esquadra Imperial de quem Grenfell se dizia porta-voz e a prometida e longamente esperada Armada Portuguesa. Apesar de nunca terem

⁵⁵ Benedict Anderson – *Nação e Consciência Nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Ática, 1989, Capítulo 4 – “Antigos Impérios, Novas Nações”.

passado de “Esquadras Imaginárias”, o debate em torno delas possibilitará, além de um melhor enquadramento do processo paraense no contexto geral, compreender de maneira mais adequada a racionalidade dos grupos em disputa e suas estratégias de sobrevivência.

Capítulo 1

Um tempo de incertezas

Ao longo dos anos de 1822, 1823 e 1824⁵⁶, o Império do Brasil foi construindo suas bases de maneiras diferentes sobre os antigos domínios de Portugal na América. Enquanto no Rio de Janeiro, no primeiro semestre 1823, começavam os debates em torno da elaboração de uma Constituição para o Império, em diversos pontos da América ainda estavam em marcha campanhas militares com o objetivo de incorporar províncias que permaneciam ligadas a Lisboa. Dessa forma, parece claro que apesar da historiografia ter construído a idéia de uma cronologia, supostamente vivenciada sincronicamente por todos os habitantes dos territórios que viriam a compor o Império do Brasil, a verdade é que a seqüência de acontecimentos – Independência, coroação de D. Pedro I e debates em torno da Constituição – não era o centro da vida política em muitas províncias. Em maio de 1823, mesmo mês em que era instalada a Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro, no Pará ainda circulavam relatos como o que segue:

“O Senado desta Villa determinou por Edital que o dia 23 de Março passado seria para mim e para os Habitantes deste concelho o mais feliz de nossos tempos por me apresentar a Santa Constituição que Juramos solennemente nas Mãos do Vigário segundo as formalidades que a mesma ordena; para maior fausto deste dia unirão os Benemeritos

⁵⁶ A Cisplatina é a última província a ser incorporada oficialmente ao Império do Brasil, em fevereiro de 1824.

Habitantes e Parochos os seus desejos aos meus e se praticou o seguinte.

No determinado dia 23 de manhã houve missa cantada com trez sacerdotes no altar, cuja forão os Reverendos vigários desta vila Jozé Ribeiro do Rego de Vizeu Francisco Manoel da Encarnação e Francisco Pedro de Santo Angelo Mazzinghi da Vila de Ourem, cujo fez um discurso analogo no pulpito que satisfez aos seus ouvintes merecendo delles grande applauso por fazer ver com o mais patetico entusiasmo as vantagens que nos resulta da nossa Regeneração Política, cujo acto durou até as cinco horas da tarde: seguiu-se as seis hum Te Deum, a que concorreo o Senado, Nobreza e Povo; acabado este se reunirão a Casa da Camara donde incorporados se dirigirão a huma bem armada Caza, que pozitivamente se havia feito para este ditozo festejo na qual estava colocada a Efige do nosso Augusto e Incomparável Monarca iluminada num magnífico, e aderessado Throno, e pela parte exterior da mesma caza se via huma elegante iluminação formada engenhosamente com mais de mil luzes, com huma Guardie d'honra de vinte sette soldados, quatro officiais inferiores comandados pelo tenente da 2^a linha José Francisco da Cunha; chegados que fossem o Juiz Prezidente deo principio a hum honrozo e reverente cortejo, que se fez ao Imortal Senhor Dom João VI, Seguindo logo os mais membros da Camara, parochos, Corporações de 1^a e 2^a linha e nobreza; finalizado este sério e respeitoso acto, então roguei aquele publico me concedesse a sua atenção e li a Proclamação, que por Cópia remeto, a qual nos encheo do maior regozijo, repetindo comigo alternadamente os vivas que nella se acham cujas vozes retumbarão por todo o circuito desta Villa com os estrondos de muitos foguetes do ar que acenderão; Na dita Caza havia hum quarto preparado no qual se seguiu hum elegante baile de meninos e meninas pequenas que para este fim se haviam ensaiado e depois os habitantes com as senhoras das mais principais famílias desa vila, enserrando-se finalmente em huma esplendida seia para qual

concorrerão por huma contribuição voluntária eu, habitantes e parochos; desta maneira durou o concerto até ao amanhecer, vendo-se de todas as formas o entusiasmo Nacional que reinava no Corações de todos em geral – huns dando mil vivas as Amorozas Cortes de Portugal, outros a El Rey e Senhor Dom João VI, e outros a nossa Sagrada Constituição distinguindo-se do maior até o menor homem o qual fara brilhar mais o Laço Nacional que trazião por Amor e entusiasmo pendente ao pescosso.

Movido d’hum zelo patriotico e interessado pela distinção destes constitucionais, e honrados habitantes que depois da minha chegada aqui principiarão a conhecer o que seja constituição e os Bens que desta nos resultão por se acharem com principio de civilização (ilegível) a levar nesta simples e fiel narração as verdadeiras testemunhas de prazer, e fidelidade deste povo ao conhecimento de V. Excelência para se dignar honrar-nos em fazer conhecer ao Respeitável público a adhesão dos bargaenses a nossa Sagrada Constituição para desta maneira influir e inflamar com mais ardor por verem seus nomes memorados e aplaudidos pelas açoens que elles praticarão.

Sou com maior Consideração e Respeito

Ilmo. e Exmo. Prezidente e mais membros da Junta Provizória Civil e Administrativa

De V. Excelência o sudito mais omilde e obediente

Bragança 10 de Maio de 1823

Pedro Miguel Ferreira Barretos”⁵⁷

A longa transcrição se justifica pela riqueza de detalhes, incomum na maioria das comunicações que relatam o juramento à Constituição Portuguesa em diversos pontos do Pará no correr de 1823. Tamanho esmero, como fica evidente no texto, deve-se em grande medida ao interesse do próprio remetente em demonstrar à Junta o seu sucesso na

⁵⁷ APEP – Códice 696 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1817-23), d. 92.

implantação da “pedagogia” do Vintismo em Bragança, uma vila próxima a Belém. Em comum com os outros relatos, menos minuciosos, está a descrição da capacidade destes eventos em mobilizar muitas pessoas em festejos com grande ostentação, o que foi interpretado posteriormente por Raiol como uma tentativa de encobrir a “frieza que se ia tornando cada vez mais sensível” dos paraenses em relação a Portugal.⁵⁸ Evidentemente, o menosprezo absoluto de Raiol por estas manifestações deve-se, sobretudo, à sua tentativa de demonstrar um progressivo desejo dos paraenses em se integrar ao Império do Brasil. Tanto assim que autores como ele e, especialmente, Palma Muniz pouco se preocuparam com “falsas aparências” ao descrever os festejos da Independência.

No entanto, o fundamental nestes relatos é perceber que as instituições portuguesas estavam em pleno funcionamento na província, ligando esta última aos acontecimentos políticos do Reino europeu. Os sucessos ao sul do continente eram acompanhados com atenção, mas o centro da vida política ainda orbitava, em grande medida, nas tentativas de incorporar na província as novas idéias promovidas pelo Vintismo⁵⁹. E, se em festejos como o relatado, a figura de D. João VI era celebrada em ritos que lembravam manifestações do Antigo Regime, também é preciso ressaltar que a nação passava a ser constantemente invocada. Naquele momento, a nação portuguesa, em nome da qual se justificaram as Cortes de Lisboa, era uma referência plena de significado político no Grão-Pará.

Ter esse quadro em mente é indispensável para se compreender a complexidade da tarefa que estava sendo posta em marcha no Rio de Janeiro. Representantes de várias províncias viram-se de repente diante da missão de elaborar uma Constituição para o Império do Brasil. Mas o que era a Nação Brasileira? Quem a integrava? Qual era o território do novo Estado que se fundava?

Este era um debate que não estava restrito à Assembléia instalada no Rio de Janeiro. Ganhava as ruas, e nos jornais consumia um despropósito de papel e tinta. Paralelamente à discussão oficial, foram elaborados alguns projetos de Constituição que também pretendiam, entre outras coisas, responder a estas perguntas. Nesse sentido, a

⁵⁸ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 26.

⁵⁹ Geraldo Mártires Coelho demonstra que diferentes interpretações do Vintismo, bem como o desejo de fazer cumprir na província do Pará direitos conquistados em Lisboa, como a Lei de Liberdade de Imprensa ou a proibição de realizar prisões sem culpa formada, motivaram grande parte dos conflitos políticos no período. Ver de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes*.

própria diversidade de soluções propostas demonstra, por si, os sentimentos de provisoriedade e incerteza que caracterizavam o período.

Um dos projetos de Constituição que circularam nesta época veio ao conhecimento do público através de sua publicação no “Correio do Rio de Janeiro”, de 20 de Setembro de 1823. Seus redatores propuseram a seguinte solução para esses impasses:

“22 – A Nação Brasiliense compõe-se dos Indivíduos residentes no Brasil, que se sujeitarem a presente Constituição.

23 – O Território do Brasil compreende aquelas Províncias que se regerem pela presente Constituição”⁶⁰.

A definição da “Nação Brasiliense” encontrava-se afinada com as novas idéias que pretendiam ligar a Nação a um pacto político entre os homens⁶¹. No entanto, essa composição não se devia apenas à fidelidade aos princípios liberais, mas também era um artifício que se adaptava bem às incertezas que rondavam a cabeça dos redatores. Isso fica explícito na nota explicativa, especialmente no que se refere ao território do novo Estado:

“Talvez pareça assaz duro o que digo nestes dois artigos 22 e 23; mas o respeito a razão, e mesmo as auctoridades respeitaveis, me faz assim fallar no primeiro; e o interesse político, escudado na razão, e auctoridade me faz tambem fallar no segundo. Por quanto não estando incontestavelmente marcados nossos limites; faltando ainda provincias do nosso circulo politico, que indubitavelmente se hão de unir, por já nos serem tantas rasoens unidas; devendo finalmente entrarem nesse mesmo circulo nosso, algumas outras Porçoens (africanas, ou Aziaticas)

⁶⁰ Correio do Rio de Janeiro, n. 42, de 20 de Setembro de 1823, p. 166. Este documento foi incorporado a esta pesquisa graças à gentileza da Profa. Dra. Cecília Helena de Salles Oliveira.

⁶¹ Ver, entre outros autores, de François-Xavier Guerra – “A Nação Moderna: Nova Legitimidade e Velhas Identidades”. IN: István Jancsó (org.) – *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, FAPESP/Hucitec/Unijuí, 2003.

da antiga Monarchia Portuguesa; Pareceo-me mais prudente e assizado que se não dezinasse na Constituição as divisoens de Território, deixando-se a Leis Regulamentares servindo entretanto de incitativo dessa união essa mesma moderação com que vão enunciados os artigos. Se há erro mereço desculpa”⁶².

No contexto da emergência dos Estados Nacionais, o território era uma questão-chave para se delimitar o corpo político que se formava⁶³. Não é por acaso que a Nação era definida como o conjunto de indivíduos que, além de participarem do pacto político, residiam no Brasil. Por conta disso, é visível o “mal-estar” dos redatores deste projeto Constitucional por não poderem delimitar com segurança o território do novo Estado. Ao mesmo tempo, especulações sobre o destino de possessões portuguesas na África e Ásia, aventando-se a possível integração destas ao Império do Brasil, demonstra como, ao imaginar este novo corpo político, inúmeras alternativas eram levadas em consideração pelos homens do período. Por sua vez, ao extrapolar os limites do continente americano, esta proposta de Constituição deixava claro que para esses homens não havia necessariamente um vínculo direto entre a América Portuguesa e o Império do Brasil. Sabia-se que a Nação Brasileira não estava dada, sendo esta apenas uma das diversas alternativas de futuro em disputa.

O projeto de Constituição elaborado pela Comissão da Assembléia Geral, datado de 30 de Setembro de 1823, dava encaminhamentos diferentes a algumas destas questões. A idéia de pacto político permanecia, já que no texto os brasileiros compunham a “Sociedade do Império do Brasil”, expressão que também denotava um grupo de homens

⁶² Ibidem.

⁶³ A idéia do Estado Nacional está inserida no mesmo contexto de mudanças dos vocábulos políticos, pós Revolução Francesa, em que a Nação passa a estar cada vez mais vinculada à noção de soberania. Sobre o Estado-Nacional, veja de Benedict Anderson – “Introdução”. IN: Gopal Balakrishnan – *Um Mapa da Questão Nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, pp. 15-16. Sobre a “modernidade objetiva do fenômeno nacional” e uma breve contextualização, veja de Benedict Anderson – *Nação e Consciência Nacional*, pp. 9-16; e de Eric Hobsbawm – *Nação e Nacionalismo desde 1780. Programa, Mito e Realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, pp. 27-63. João Paulo G. Pimenta chama a atenção para o fato de que, na fórmula “Estado Nacional” o território é tanto suporte físico do Estado como da nação. Ver deste autor – *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*, pp. 15-24.

unidos por um caráter associativo⁶⁴. Além disso, apesar de ser mais criterioso na definição de brasileiro, prevendo regras para a situação de portugueses e de escravos libertos, continuava sendo um atributo essencial do brasileiro o residir ou nascer em território brasileiro.⁶⁵

E é justamente na definição do território do Império do Brasil que este Projeto de Constituição se distancia do anterior:

“1- O Império do Brasil é uno, indivisível e estende-se desde a foz do Oiapoque até os trinta graus e meio ao Sul.

2 – Compreende as províncias do Pará, Rio Negro, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe del Rei, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, as ilhas de Fernando de Noronha e Trindade, e outras adjacentes; e por federação o Estado Cisplatino”⁶⁶.

Contemporâneo ao Projeto de Constituição publicado no “Correio do Rio de Janeiro”, o documento produzido pela Assembléia Geral estava sujeito ao mesmo clima de incerteza claramente exposto no texto anterior. Afinal, províncias como o Maranhão e o Pará haviam sido incorporadas oficialmente ao Império do Brasil há poucas semanas, algo que ainda não sabiam, e o caso da Cisplatina só teria um desfecho favorável ao Brasil no ano seguinte⁶⁷. No entanto, o documento produzido pela Assembléia aparentemente ignorava estas questões, simplesmente sobrepondo o território do Império Brasileiro àquele

⁶⁴ Além de Pátria e Nação, o vocábulo “Sociedade” também sofre grande transformação no seu significado ao longo dos séculos XVIII e XIX. Ver de François-Xavier Guerra – “A Nação Moderna: Nova Legitimidade e Velhas Identidades”. IN: István Jancsó (org.) – *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, pp. 41-49

⁶⁵ A única exceção é dada a filhos de pais brasileiros domiciliando em países estrangeiros a serviço do Império.

⁶⁶ Projeto de Constituição para o Império do Brasil (Projeto Antônio Carlos), elaborado pela Comissão da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, de 30 de Setembro de 1823. IN: Paulo Bonavides & Roberto Amaral (org.) – *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª. edição, Brasília, Senado Federal, 2002, volume 8 – Constitucionalismo, doc. 316.2.

⁶⁷ Como se sabe, posteriormente a Cisplatina se tornará um Estado independente.

que anteriormente compunha a América Portuguesa. É ainda surpreendente não só a sua rigidez na definição das linhas geográficas que demarcavam os limites do território, mas principalmente o fato de listar nominalmente, como partes constituintes do Império, províncias ainda marcadas por uma grande instabilidade política.

As certezas, contudo, estavam apenas no texto do Projeto de Constituição da Assembléia. Por trás da rigidez presente no Projeto, quanto à definição do território do Estado brasileiro, escondia-se um grande debate no qual o Grão-Pará e o Maranhão estavam no centro. Ao contrário do que a formulação final pode fazer supor, houve muitas objeções feitas por diferentes deputados ao fato de se listarem, como parte integrante do Império, províncias que ainda estavam alinhadas a Lisboa. José de Alencar, por exemplo, não se limitou a considerar absurda esta atitude, como ainda fez questão de ressaltar que era incerto o destino político do Pará e do Maranhão⁶⁸. Neste sentido, mesmo no texto, a aparente inflexibilidade deste Projeto de Constituição na definição do território brasileiro se desfaz logo no artigo seguinte:

“3- A nação brasileira não renuncia ao direito que possa ter a algumas outras possessões não compreendidas no artigo 2º.”⁶⁹

A brecha aberta por este artigo deixa claro como, apesar do esforço em fixar no texto constitucional uma norma definitiva, esta construída mais a partir de um posicionamento político do que de um diagnóstico da realidade, naquele momento só podia se aspirar a formas provisórias de resolução deste problema.

Por fim, é instigante perceber como a Carta Constitucional de 1824, que perdurou por toda a existência do Império, lidou com estas questões. A idéia de pacto permanece, pois o Império do Brasil é definido como “a associação política de todos os

⁶⁸ José Honório Rodrigues – *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis, Vozes, 1974, pp. 113-117.

⁶⁹ Projeto de Constituição para o Império do Brasil (Projeto Antônio Carlos), elaborado pela Comissão da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, de 30 de Setembro de 1823. IN: Paulo Bonavides & Roberto Amaral (org.) – *Textos Políticos da História do Brasil*, volume 8 – Constitucionalismo, doc. 316.2.

cidadãos brasileiros”. Também se mantém, a exemplo do projeto da Assembléia, uma estreita vinculação entre a condição de ser brasileiro e nascer em território do Império⁷⁰.

No entanto, ao definir o território do novo Estado, a Carta Constitucional adota uma solução muito diferente das anteriores. Diante de uma grande instabilidade política, acirrada ainda mais depois da dissolução da Assembléia Constituinte, preferiu-se tratar esta questão de maneira surpreendentemente vaga:

“2 – O seu território é dividido em províncias, na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado”⁷¹.

A idéia de Brasil como um corpo político capaz de agregar todos os portugueses da América foi um valor construído, que se sobrepôs a inúmeras outras possibilidades históricas e que só pode ser entendida no contexto da crise do Antigo Regime e de suas tentativas de superação. Desta maneira, ao expor a permanência de incertezas quanto à composição do território do Império, mesmo quando a tarefa que se impunha já era a de elaborar uma Constituição para o novo Estado, põe-se em xeque um dos “mitos de origem” da nação brasileira mais presentes na historiografia nacional: a predestinação geográfica⁷².

Evidentemente este não é um problema exclusivo do Brasil. Citando o exemplo francês, Demétrio Magnoli demonstra que lá também se desenvolveu a “noção de uma espécie de predestinação geográfica da nação francesa, materializada na idéia de uma França preexistente à França, ou na imagem de pátria virtual anterior à pátria real”⁷³. Ainda, segundo Magnoli, “essa idéia-força organiza uma narrativa mitológica na qual as dinastias sucessivas refazem perpetuamente uma unidade nacional prévia, que se tinha

⁷⁰ Como no caso anterior, esta era uma regra geral que previa algumas exceções.

⁷¹ Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. IN: Paulo Bonavides & Roberto Amaral (org.) – *Textos Políticos da História do Brasil*, volume 8 – Constitucionalismo, doc. 318.3.

⁷² Sobre os “mitos de origem” veja de João Paulo G. Pimenta – *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*, pp. 29-49; de Demétrio Magnoli – *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)*; e de José Carlos Chiaramonte – “El Mito de los Orígenes em la Historiografía Latino Americana”. IN: *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. 02, Buenos Aires, s.d.

⁷³ Demétrio Magnoli – *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)*, p. 18.

perdido ou da qual se tinha desviado, até a Revolução de 1789, celebrada não como ruptura, mas como uma apoteose, à qual coube a ‘glória de terminar a obra começada por nossos primeiros reis, mas deixada escandalosamente inacabada por seus últimos sucessores’”⁷⁴. É baseada em argumentações como essa que se sustenta a idéia, mundialmente conhecida, de que os gauleses eram na verdade franceses, ainda que jamais pudessem imaginar tal coisa, pela simples coincidência daquele povo ter habitado o território sobre o qual hoje está a França. Como afirma Eric Hobsbawm, retomando Renan, o esquecimento e o erro histórico são fatores essenciais da formação de uma nação⁷⁵.

No caso brasileiro, bem como de todos os países que se ergueram sobre territórios onde anteriormente existiram colônias, esta situação se torna ainda mais complicada. Como para legitimar a nação persegue-se sempre o passado mais longínquo, freqüentemente se busca o germe, ou o embrião da nação na colônia⁷⁶. Isto aparece com clareza, por exemplo, na obra de Varnhagen, na qual afirma-se que o Brasil estava destinado a ser independente, sendo que personagens como D. João VI e D. Pedro I apenas apressaram o processo⁷⁷. Dessa forma, como o Brasil era um desdobramento inevitável da América Portuguesa, para este autor era “natural” que o território do novo Estado abarcasse todo o espaço da antiga colônia. No extremo desse raciocínio, Varnhagen chegou a atribuir o esmagamento de revoltas como a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana de 1817 ao amparo da “Divina Providência” garantindo na colônia a unidade da nação brasileira⁷⁸.

Essa idéia da “unidade brasileira” vai perdurar por todo século XIX como um marco distintivo da única monarquia americana, tida como “unitária e forte”, em contraposição aos demais Estados latino-americanos, tidos como repúblicas divididas pela ambição dos caudilhos⁷⁹. Nas muitas vezes em que a “unidade brasileira” será invocada neste período, buscar-se-á sua razão de ser não só na historiografia, que viu no território

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Eric Hobsbawm – *Nação e Nacionalismo desde 1780. Programa, Mito e Realidade*, pp. 19 e 25.

⁷⁶ Veja, entre outros, Demétrio Magnoli – *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)*.

⁷⁷ Sobre esta questão e para uma análise sobre a obra de Varnhagen, veja de João Paulo G. Pimenta – *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*, pp. 39-40. Veja também de Francisco Adolfo de Varnhagen – *História da Independência do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981.

⁷⁸ Ver de Maria Lígia Coelho Prado – “O Brasil e a Distante América do Sul”. IN: *Revista de História*, pp. 131. Como aponta Prado, é preciso ressaltar que para Varnhagen o regime Monárquico era o ideal e uma das bases da unidade brasileira. Entre outros motivos, explica-se daí a sua repulsa a esses movimentos com aspirações republicanas, prontamente identificadas como “separatistas”.

⁷⁹ Ibidem.

nacional uma herança da colônia, mas também em explicações geográficas. Estas se fundamentaram em mitos como da “Ilha Brasil”, mas se exteriorizaram principalmente na idéia de que o território brasileiro estaria definido desde sempre pela existência de fronteiras naturais. A este respeito Demétrio Magnoli lembra que:

“Em termos de legitimidade, o passado é tanto melhor quanto mais remoto. A perfeição consiste em ancorar a nação na própria natureza, fazendo-a anterior aos homens e a história. Por meio de uma operação assim, as justificativas cruzam o limite do sagrado e tornam-se invulneráveis às querelas simplesmente humanas, funcionando como sustentáculo das exaltações nacionais mais desenfreadas”⁸⁰.

As disputas pelo território da Cisplatina, logo nos primeiros capítulos da história do Império, evidenciaram este discurso pela manutenção da “unidade” que é anterior à nação, e estaria dada pela existência de fronteiras naturais do Brasil que ao norte seriam marcadas pelo Rio Amazonas, o que englobava o Grão-Pará, e ao sul pelo Rio da Prata. Afinal, foi a partir de argumentos como este que a guerra contra a Cisplatina pôde ser justificada no Brasil como a tentativa de se evitar que fossem tomadas partes do território que pertenciam naturalmente ao Império⁸¹.

O mito do “destino unitário” do Brasil, seja ele fundamentado na idéia de que a colônia gerou a nação, seja ancorado na imaginação geográfica, termina por obscurecer os impasses aos quais os homens do período estavam sujeitos. Conseqüentemente, ainda que a realidade permitisse múltiplos desfechos para a superação da crise em curso, como nos sugerem tanto o relato do juramento à Constituição portuguesa no Pará como os diferentes esboços de Constituição do Império, tem se tomado o projeto político vencedor – a criação de um Estado independente que abarcou todos os antigos domínios portugueses na América

⁸⁰ Demétrio Magnoli – *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)*, p. 17.

⁸¹ Maria Lígia Coelho Prado – “O Brasil e a Distante América do Sul”. IN: *Revista de História*, pp. 133-136. Veja também de João Paulo Garrido – *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*; e de Demétrio Magnoli – *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)*.

– como projeto único. Esvazia-se, assim, o significado do Império do Brasil como uma construção histórica, fruto do embate entre diversos projetos de futuro que contrapunham não só os interesses de grupos das diferentes províncias, mas também as diferentes perspectivas que coexistiam no interior de cada província.⁸² Em suma, substitui-se o caminho errático e contraditório do processo por uma história da América Portuguesa em que os homens do período têm clareza que a Colônia se tornará um Estado Nacional tal qual o conhecemos⁸³.

Isso se torna ainda mais problemático quando o período analisado é o dos capítulos finais do Antigo Sistema Colonial e do traslado da Corte lusa para a América. Comumente todas as ações neste contexto são identificadas como prenúncios da emancipação política da América portuguesa. Não por acaso, Varnhagen enxergava a vinda da Família Real portuguesa como um fator que “apressou” a independência do Brasil⁸⁴. No entanto, vale relembrar o alerta de István Jancsó e João Paulo G. Pimenta:

“A Crise não aparece à consciência dos homens como modelo em vias de esgotamento, mas como percepção de perda de operacionalidade das formas consagradas de reiteração da vida social. Em outras palavras, é na generalização da busca de alternativas que a crise se manifesta”⁸⁵.

⁸² Não existia um projeto único nem mesmo no Rio de Janeiro. Sobre as disputas entre os projetos políticos nesta província, veja de Cecília Helena L. de Salles Oliveira – *A Astúcia Liberal*. Bragança Paulista, EDUSF, 1999. Também sob esta perspectiva, mas focando a análise na Bahia, temos o estudo de Thomas Wisiak – *A Nação Partida ao Meio: Tendências Políticas na Bahia na Crise do Império Luso-Brasileiro*. São Paulo, USP, 2001. Dissertação de Mestrado. Estas questões ficarão mais evidentes quando forem tratadas as disputas entre os projetos políticos no Pará.

⁸³ Para este equívoco nos chama a atenção Fernando Novais em um artigo recente. Ver de Fernando Novais – “Condições de Privacidade na Colônia”. IN: Fernando Novais (dir.) – *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.17.

⁸⁴ Veja nota 77.

⁸⁵ István Jancsó & João Paulo G. Pimenta – “Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias*.

Sem dúvida, a vinda da Família Real foi um evento importante neste processo, uma vez que alterou as condições do “fazer político” na América Portuguesa, pôs fim ao “exclusivo comercial” e permitiu que o Rio de Janeiro substituísse, pelo menos parcialmente, o antigo espaço reservado a Lisboa nas “rotas de peregrinação” do Império⁸⁶. Contudo, não se pode concordar com a perspectiva de que a vinda da Família Real preparou a Independência, transformando o processo posterior numa mera formalidade⁸⁷. Afinal, afirmar tal coisa é retirar essas ações do seu contexto, atribuindo aos personagens uma visão de mundo que não lhes era possível possuir.

Quando a nobreza portuguesa atravessou o Atlântico, estes homens não podiam prever que este episódio estava condenado a ser um dos últimos capítulos do Império luso na América, ou melhor, que este era um “modelo em vias de esgotamento”. Apesar dos recentes acontecimentos nas colônias inglesas e espanholas não permitirem que estes personagens ignorassem essa possibilidade, eles acreditavam, sim, que estavam tomando uma atitude provisória, tática.⁸⁸ Deste modo, a transmigração da Corte só pode ser entendida, apesar da sua particular dramaticidade, como mais um dos esforços que desde o século XVIII vinham sendo postos em prática ou largamente debatidos com o intuito de preservar a Monarquia e ampliar o seu poder, frente a um sentimento generalizado de crise. Neste conjunto, obviamente, estão desde as Reformas Ilustradas promovidas por Pombal até propostas anteriores a 1808 de transferência da Corte portuguesa para América⁸⁹. Por sua vez, medidas tomadas já no Novo Mundo como a “abertura dos portos” e a criação do “Reino do Brasil” estão orientadas por essa mesma perspectiva que, objetivando preservar a

⁸⁶ Ver de Andréa Slemian – *O Difícil Aprendizado da Política na Corte do Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, USP, 2000. Dissertação de Mestrado. É preciso reafirmar que a substituição de Lisboa pelo Rio de Janeiro nas “rotas de peregrinação” do Império é parcial, uma vez que províncias como o Maranhão e o Pará mantêm-se, em grande medida, ligadas ao centro de poder na Europa. Ver nesta mesma obra, pp. 39-40.

⁸⁷ Em grande medida esta perspectiva está presente no importante artigo de Maria Odila Silva Dias – “A Interiorização da Metrópole”. IN: Carlos Guilherme Mota (org.) – *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

⁸⁸ István Jancsó & André Roberto Machado - “Tempos de Reforma, Tempos de Revolução” (no prelo).

⁸⁹ Sobre as propostas anteriores a 1808 de transferência da Corte portuguesa para a América, veja de Maria de Lourdes Viana Lyra – *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 1994. Sobre a Crise do Antigo Sistema Colonial, veja de Fernando Novais - *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 7ª edição, São Paulo, Hucitec, 2002; e de Tulio Halperín Donghi – *História da América Latina*. Vol. 3: Reforma y Disolución de los Imperios Ibéricos (1750-1850). Madri, Alianza Editorial, 1985. Sobre os esforços da política de Pombal, especialmente no que se refere às “Companhias Privilegiadas” implantadas pelo Marquês, veja de Manuel Nunes Dias – *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo, Coleção da Revista de História, 1971; e de José Ribeiro Júnior – *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. 2ª edição, São Paulo, HUCITEC, 2004.

todo custo a Monarquia, permitia até que fossem alterados padrões de relacionamento estabelecidos por séculos entre o Reino europeu e a sua mais rica colônia.

Apontar as incertezas no contexto da crise do Antigo Regime português não é relegar a independência do Brasil a uma obra do acaso e sim ressaltar as contradições presentes neste processo. Nesse sentido, as duas alterações citadas acima – a “abertura dos portos” e a criação do “Reino do Brasil”- apesar de representarem modificações no que havia de mais essencial na relação entre metrópole e colônia também podiam ser lidas pelos homens do período sob a ótica da reforma e não necessariamente como uma ruptura. Será só posteriormente, já no contexto das Cortes de Lisboa, que estas questões ganharão um novo sentido, quando serão instrumentalizadas pelos “partidários do Brasil” como conquistas dos americanos ameaçadas pela “ação recolonizadora das Cortes”.

Aliás, o Vintismo é outro período que ofereceu diversas armadilhas para essa historiografia que parte do pressuposto de que, para os homens do período, a idéia de Brasil já era algo acabado e a ruptura com Portugal inevitável. Neste tipo de análise, invariavelmente, os acontecimentos destes dias são reduzidos a uma espécie de embate final entre brasileiros e portugueses. No entanto, outros aspectos não podem ser omitidos pelo fato de neste contexto se ter formalizado a ruptura entre o governo do Rio de Janeiro e o de Lisboa. Neste sentido, é preciso reconhecer, antes de tudo, que em um primeiro momento a instalação das Cortes de Lisboa não apareceu para os portugueses da América como um ato de opressão, como hoje vulgarmente se julga. A história da adesão às Cortes demonstra que em várias províncias a notícia de sua instalação foi interpretada como a possibilidade de pôr em marcha mudanças inspiradas em idéias liberais que circulavam, ainda que precariamente, em todo o Reino do Brasil⁹⁰. Além disso, o Vintismo possibilitou experiências de autonomia provincial, através da instalação das Juntas Provisórias, que não encontrarão correspondentes após a independência⁹¹.

Por sua vez, a impossibilidade de enquadramento daqueles acontecimentos como um embate final entre brasileiros e portugueses fica nítida na própria atuação dos

⁹⁰ Focando sua análise no Pará, Geraldo Mártires Coelho oferece uma boa reflexão sobre a questão. Ver deste autor – *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes*, p. 19-33 e 92-149.

⁹¹ Na verdade a experiência das Juntas Provisórias variou muito entre as províncias. Neste sentido, enquanto no Pará este processo foi tutelado em grande medida pelo Governador de Armas, em Pernambuco houve uma instigante experiência de autonomia no governo da província, especialmente durante a gestão da Junta presidida por Gervásio Pires. Sobre este assunto, veja de Denis Antônio de Mendonça Bernardes - *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo, USP, 2002. Tese de Doutorado.

representantes americanos nas Cortes. Ao contrário do que afirmaram vários historiadores, não parece razoável supor que os deputados americanos pretendessem defender os interesses do Brasil nas Cortes de Lisboa. Ainda que os paulistas tenham esboçado um projeto para a América Portuguesa, defendendo a manutenção de um centro de poder do Império em cada lado do Atlântico e identificando o escravismo como o grande diferencial entre o Reino do Brasil e Portugal, nem mesmo eles pretendiam portar um projeto para uma suposta nação brasileira⁹². Neste sentido, é preciso ressaltar que, ainda que a delegação paulista tenha compreendido o Reino do Brasil como um corpo político com especificidades dentro do Império português, para ela não era evidente a idéia de uma unidade brasileira. Tanto era assim que, frente aos protestos dos representantes das províncias do norte diante da possibilidade de terem que se reportar ao Rio de Janeiro, Antonio Carlos Andrada não teve problemas para sugerir que algumas províncias americanas poderiam continuar subordinadas diretamente a Lisboa⁹³.

Estavam, pois, empenhados na busca de reformas que respondessem à crise do Estado português e não na defesa de um projeto nacional. Isto porque os deputados americanos, de modo geral, não viam o Reino do Brasil como um corpo político uno. Tanto era assim que, como alerta Márcia Berbel, os deputados “brasileiros” não votavam em bloco, defendendo interesses em comum. Diogo Feijó, então deputado por São Paulo, resumiu bem esta postura:

“Não somos deputados do Brazil, de que em outro tempo fazíamos parte imediata, porque cada província se governa hoje de forma

⁹² Ver de Márcia Berbel – *A Nação como Artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-22)*. São Paulo, Hucitec, 1999, pp. 57-83. Ver também de István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta – “Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias*. É evidente que projeto dos deputados paulistas não pensa na existência de outra nação que não seja a portuguesa. Logo em seu início, o projeto propõe: “Integridade e indivisibilidade do Reino Unido; declarando-se que as nossas atuais possessões, em ambos os hemisférios, serão mantidas e defendidas contra qualquer força externa que as pretender atacar ou separar”. Ver “Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para os deputados da Província”. IN: Paulo Bonavides & Roberto Amaral (org.) – *Textos Políticos da História do Brasil*, volume 1 – “Formação”, doc. 46.

⁹³ Márcia Berbel – *A Nação como Artefato*, pp. 169-195.

independente. Cada hum he somente deputado da província que o elegeu”⁹⁴.

Não só não existia uma unidade de ação entre os deputados “brasileiros”, como ainda era possível verificar um alinhamento de deputados do norte, especialmente do Pará e do Maranhão, com as posições defendidas pelos parlamentares peninsulares, contrariando propostas apresentadas por paulistas, fluminenses, etc⁹⁵. Por sua vez, se não estavam alinhados à política lusitana, pernambucanos e baianos, entre outros, apresentaram resistência a várias posições de deputados de províncias ao sul da América Portuguesa⁹⁶. Nesse sentido, os debates nas Cortes de Lisboa serviram muitas vezes para questionar a distribuição de poderes na América. Os deputados do norte, especialmente da Bahia, queixavam-se da supremacia do Rio de Janeiro, julgando ser imperiosa a necessidade de igualar os poderes de todas as províncias⁹⁷.

Desse modo, fica claro que, mesmo no auge da crise política do Antigo Regime português, os interesses regionais se manifestavam de maneira muito mais evidente do que qualquer projeto que visasse integrar todo o Reino americano. Isso porque não era a unidade, como queria Varnhagen, a marca do Reino do Brasil e sim a diversidade. Nesse sentido, esta característica fez muitos contemporâneos apostarem que, em caso de ruptura com Portugal, o Reino do Brasil seguiria o mesmo caminho da América espanhola, dividindo-se em várias partes⁹⁸. Exemplar disso é análise que fez o Cônsul francês Albert

⁹⁴ Fernando Tomaz – “Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-22”. IN: Carlos Guilherme Mota (org.) – *1822: Dimensões*, p. 83. Thomas Wisiak chama a atenção para o fato de que os deputados baianos também defendiam a idéia de que o Brasil não era um país, mas muitos países e por isso só representavam a província que os elegeu. Ver deste autor – *A Nação Partida ao Meio*, p. 110. Esta declaração, obviamente, também dever ser contextualizada na disputa nas Cortes entre aqueles que entendiam que cada deputado era representante de toda a Nação portuguesa, os chamados “Integracionistas”, e aqueles defendiam que cada deputado respondia apenas pela província que o elegeu. Ver de Márcia Berbel – *A Nação como Artefato*; e de Valentim Alexandre - *Os Sentidos do Império. A questão nacional e a questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto, Afrontamento, 1993. Outra questão que merece ser destacada é o fato de Diogo Feijó, um representante paulista, defender nas Cortes uma tese que se opunha à essência das “Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para os deputados da Província”. Isto evidencia, mais uma vez, como mesmo no interior das províncias diversos projetos políticos estavam em disputa.

⁹⁵ Márcia Berbel – *A Nação como Artefato*, pp. 57-82

⁹⁶ *Ibidem*, pp. 83-125.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ Ver de Maria Odila Silva Dias – “A Interiorização da Metrópole”. IN: Carlos Guilherme Mota (org.) – *1822: Dimensões*, p. 175-178.

Roussin, em Agosto de 1822, quando já circulava pelas províncias o Manifesto de D. Pedro pedindo a união delas em torno do projeto de independência⁹⁹: para ele, pesando questões econômicas e geográficas, a falta de interesses comuns tornaria inviável a constituição de um Estado independente que conseguisse abarcar toda a diversidade do, então, Reino do Brasil¹⁰⁰.

Por sua vez, essa diversidade não se manifestava apenas nos diferentes interesses econômicos, muitas vezes difíceis de conciliar, mas também na inexistência de uma identidade política coletiva que tomasse a idéia de Brasil como referência. Como mostraram István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, nos primeiros anos do século XIX um colono nascido na Bahia, por exemplo, se via como um bahiense no interior da América Portuguesa, como um português da América no conjunto do Império, ou simplesmente como um português quando precisava se distinguir de alguém que não pertencia ao Império, como um espanhol, por exemplo¹⁰¹. Neste contexto, o elemento que abarcava a diversidade e se traduzia como um elo de pertencimento ainda era a nação portuguesa e não uma suposta nação brasileira¹⁰². Longe disso representar uma exceção, este fato só vem a corroborar a tese de José Carlos Chiaramonte de que é inútil buscar uma correspondência entre identidade e os Estados Nacionais que se formaram na América Ibérica no século XIX¹⁰³. Nesse sentido, também é instigante o discurso do deputado Carneiro de Campos,

⁹⁹ Diz o manifesto: “Não se ouça pois entre vós outro grito que não seja – união do Amazonas ao Prata – não retumbe outro eco, que não seja – Independência – Formem todas as nossas províncias um feixe misterioso, que nenhuma força pode quebrar”. Ver “Manifesto do Príncipe Regente aos brasileiros (1 de Agosto de 1822)”. IN: Paulo Bonavides & Roberto Amaral (org.) – *Textos Políticos da História do Brasil*, volume 1 – “Formação”, doc. 53.11.

¹⁰⁰ Thomas Wisiaak – *A Nação Partida ao Meio*, p. 181. O caso do Pará ilustra bem estas questões como se verá a seguir.

¹⁰¹ István Jancsó & João Paulo Garrido Pimenta – – “Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias*.

¹⁰² É em nome da nação portuguesa que foram eleitos os deputados americanos às Cortes, assim como foi destinada à nação portuguesa o Manifesto Falmouth, assinado por representante “brasileiros” quando estes recusaram-se a assinar a Constituição Portuguesa. Ver “Manifesto de Falmouth lançado por constituintes brasileiros que abandonaram as Cortes de Lisboa (22 de outubro de 1822)”. IN: Paulo Bonavides & Roberto Amaral (org.) – *Textos Políticos da História do Brasil*, volume 1 – “Formação”, doc. 64.

¹⁰³ Chiaramonte mostra que na região do Prata não havia uma identidade e sim múltiplas identidades como a Hispanoamericana, a Rioplatense ou até mesmo a Argentina. O estudo das constituições das províncias de Entre-Rios, São Luis e Córdoba é surpreendente: em algumas delas era cidadão todo americano que estava na região da antiga América Espanhola. Já em outras constituições, era membro da nova nação todo homem americano, independentemente de qualquer outro critério. Ver de José Carlos Chiaramonte – *Formas de Identidade en el Rio de la Plata luego de 1810*. In: Boletim del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”, terceira série, n. 1, 1º. Semestre de 1989.

realizado durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1823, a respeito da distinção entre brasileiros e portugueses:

“O Brasil era um reino que formava uma parte integrante da nação portuguesa. Todos os indivíduos que compunham aquela nação eram cidadãos portugueses, embora fossem nascidos em Portugal, suas ilhas adjacentes, ou em as suas possessões de África e da Ásia, ou neste nosso vasto e rico país. O nome que tínhamos de brasileiros não significava como hoje uma qualidade na ordem política, indicava somente o lugar do nascimento; assim se chamavam os beirões, transmontanos, algarvios, etc, os nascidos nas províncias da Beira, Trás-os-Montes, ou reino do Algarve, sendo aliás todos estes, como nós éramos, cidadãos portugueses. Deixamos de ser portugueses e passamos a ser brasileiros, desde que pela insurreição do Brasil se dissolveu o antigo pacto social que nos ligava à monarquia portuguesa, e proclamamos a nossa independência, constituindo-nos em uma nova nação, distinta e separada absolutamente da portuguesa por um novo pacto social”¹⁰⁴.

O Estado e a nação brasileira eram, portanto, algo a ser criado nas primeiras décadas do século XIX sobre estruturas nas quais não se deve buscar um protonacional. A confusão, no entanto, se dá porque para legitimar os projetos dos novos Estados na América ibérica, freqüentemente, não se fez uso apenas de um discurso de ruptura, mas também se reivindicou a herança da velha ordem em desagregação¹⁰⁵. Essa “herança” pretendia ser um lastro de estabilidade num cenário de crise, num “Tempo de Incertezas” em que a instabilidade política e a provisoriedade das formas eram a regra.

Isto posto, restam dois apontamentos vitais para esse trabalho. O primeiro deles é que quando Grenfell chegou ao Pará, em agosto de 1823, para os habitantes desta província

¹⁰⁴ Discurso transcrito IN: José Honório Rodrigues – A Assembléia Constituinte de 1823. Petrópolis, Vozes, 1974, pp. 57-58.

¹⁰⁵ João Paulo G. Pimenta – *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*.

o alinhamento ao “Sistema do Sul” era entendido como uma possibilidade e não um destino inevitável, como pressupôs parte da historiografia. Em segundo lugar, considerando o que foi exposto, parece claro que neste contexto ainda não se podia invocar um sentimento de pertencimento à nação brasileira.

Portanto, a vitória do projeto político que objetivava a incorporação do Pará ao Império do Brasil não pode ser creditada a estas duas questões. A partir do momento em que esta perspectiva é abandonada, resta pensar quais são os elementos que sustentavam os projetos políticos em disputa. As páginas que seguem representam um esforço neste sentido.

Capítulo 2

O Grão-Pará: apontamentos sobre a sociedade, a economia e o espaço

2.1 – Os homens e a trama dos seus interesses

Não há como analisar os embates entre os grupos políticos no Grão-Pará, traduzidos nos diferentes projetos de futuro em disputa, sem levar em consideração quantos e quais eram os homens desta sociedade, como se organizavam suas relações econômicas e políticas e quais eram suas formas de apropriação das riquezas. Nesse sentido, nesta parte do capítulo pretende-se dedicar maior atenção a estas questões o que, por sua vez, irá reforçar a percepção da diversidade que compunha o Reino do Brasil, já que a sociedade

paraense tinha características e interesses em muitos pontos diferentes daqueles que se podiam encontrar nas províncias meridionais¹⁰⁶.

Na década de 1820 a província do Grão-Pará compreendia três comarcas: a do Pará, do Marajó e do Rio Negro¹⁰⁷. Suas dimensões eram muito superiores a do atual Estado do Pará, abarcando territórios que hoje constituem, grosso modo, Estados como o Amazonas, o Amapá, entre outros. Era, portanto, a maior província do Reino do Brasil, mas estava longe de ser a mais populosa, pelo menos se julgarmos os levantamentos populacionais dessa época como um fiel retrato da sociedade paraense¹⁰⁸. Nesse sentido, o mais importante esforço de quantificar a população da província neste período foi iniciado em 1823 pelo Major Antonio Ladislau Monteiro Baena que, por conta da instabilidade política que se seguiu à incorporação do Grão-Pará ao Império, só pode concluir a sua obra na década de 1830, quando, então, se valeu dos dados obtidos anteriormente. Segundo Baena, neste período a população total do Grão-Pará era de 149.854 habitantes, dos quais 29.977 eram escravos¹⁰⁹.

No entanto, se diversas dificuldades contribuíam para as imprecisões que estão presentes em todos os censos realizados nesta época, no Grão-Pará há uma questão que torna ainda mais frágeis os resultados obtidos: afinal, como se deveriam contar os indígenas? Na estatística de Baena são 32.751 indivíduos, número que está compreendido

¹⁰⁶ Não se quer dizer com isso que as províncias meridionais formassem um corpo homogêneo.

¹⁰⁷ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, p. 100 e 103-107. Segundo Antonio Ladislau Monteiro Baena em seu “Ensaio Corográfico sobre a província do Pará”, publicado em 1839, a Comarca do Pará era formada, além da cidade de Belém, por mais 11 freguesias, 20 povoados e 32 vilas; a Comarca do Marajó era dividida em 2 freguesias, 5 povoados e 5 vilas; por fim, a Comarca do Rio Negro era formada por 30 povoados e 5 vilas. Ver de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Belém, Typographia de Santos & Menor, 1839. Neste universo, Palma Muniz conseguiu confirmar, mediante a consulta à documentação, a existência de 35 Senados de Câmara em 1823. Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 345-348.

¹⁰⁸ Para uma comparação entre a população desta província e o restante do Império, veja da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais, de 1500 a 1988*. 2ª. Edição, Rio de Janeiro, IBGE, 1990. Veja ainda o “Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil” e a obra de Joaquim Norberto de Souza e Silva – “Investigações sobre os Recenseamentos da População geral do Império e de cada província per si tentados desde os Tempos Coloniais até hoje”, ambas publicadas em um único volume pelo Instituto de Pesquisas Econômicas em 1986.

¹⁰⁹ Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Belém, Typographia de Santos & Menor, 1839. A distribuição destes habitantes pelas comarcas era bastante irregular: segundo Baena, neste período a Comarca de Belém tinha 118.282 habitantes, sendo 26.975 escravos; na Comarca do Marajó se contavam 12.729 moradores, dentre os quais 2.040 eram cativos; por fim, a Comarca do Rio Negro tinha 18.843 habitantes, incluindo nesse número 962 escravos. Apesar de existirem outros levantamentos sobre o período, entre os quais estão as obras citadas na nota anterior, os números apresentados por Baena serão tomados aqui por referência para facilitar o diálogo com a historiografia que consagrou o seu uso.

no montante dos moradores livres. Apesar de expressivo, estes dados estão distantes do real contingente desta população, sempre registrado com espanto pelos relatos de viajantes¹¹⁰.

Os impasses se davam porque apesar dos indígenas serem considerados simplesmente como homens livres, havia diferentes formas de relação destes com o restante da sociedade, o que dificultava tanto a sua quantificação como a sua classificação. Fora de qualquer espécie de registro estavam os indígenas considerados “não civilizados” que, segundo Spix e Martius, eram freqüentemente estimados na década de 1820 como uma população superior a 100 mil homens¹¹¹. No entanto, interessa mais a este estudo o grande contingente de indígenas que estavam integrados ao restante da sociedade paraense e que formavam grande parte dos homens livres pertencentes aos estratos subordinados da província. Em relação a estes, estudos recentes têm insistido que, entre outros motivos, devido aos tipos de registros usados para estes levantamentos e as dificuldades de contabilizar homens que passavam grande parte do ano longe das vilas, embrenhados na floresta em atividades extrativistas, o contingente de indígenas espalhados por povoados, vilas e cidades foi subestimado¹¹². Esta disparidade entre o número de “índios civilizados” que constavam nos mapas de população e o seu número real eram evidentes para os contemporâneos. Como aponta Bessa Freire, isto ficou patente para os viajantes Spix e Martius durante uma visita à freguesia de Porto de Moz, uma vila habitada quase exclusivamente por índios e mestiços. Ainda que fosse evidente para eles que a população do lugar era de pelo menos mil pessoas, as listas contavam apenas 210 habitantes, o que levou os viajantes a questionar os procedimentos para elaboração dos mapas populacionais observados em toda a província. O problema, segundo Spix e Martius, era que as listas de população eram compostas a partir dos dados paroquiais, o que fazia com que só fossem incluídos aqueles que participavam dos sacramentos. Conseqüentemente, apenas uma

¹¹⁰ Veja, entre outros, de Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981, pp. 25-28. Mais adiante o registro destes viajantes será retomado.

¹¹¹ Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, pp. 39-40.

¹¹² Ver de José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, UERJ, 2003. Tese de Doutorado, pp. 153-154. Esta tese foi recentemente publicada com o título *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, Editora Atlântica / EDUERJ, 2004. Constatando que mesmo em Vilas tidas como de índios os levantamentos do século XVIII apontavam os brancos como maioria, Shirley Nogueira supôs que houvesse uma deliberada manipulação dos dados. Ver de Shirley Maria Silva Nogueira – *Razões para Desertar. Institucionalização do exército no Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Belém, NAEA/UFPA, 2000. Dissertação de Mestrado, pp. 116-175.

pequena parte dos índios era registrada e, por isso, sua participação no total da população era, freqüentemente, subestimada.¹¹³

Ainda que não seja possível precisar a real dimensão desta população, sabe-se que os indígenas compunham na década de 1820 um número muito expressivo dos habitantes incorporados não só às vilas e povoados do interior, mas também à própria cidade de Belém. Tratavam-se de índios destribalizados, resultado do longo processo desenvolvido pelas missões jesuíticas e pelo Diretório Pombalino, em que indivíduos de diversas tribos eram obrigados a conviver numa mesma aldeia ou vila, abandonando, entre outras características da sua etnia, a própria língua¹¹⁴. E é justamente no uso das línguas que fica evidente a onipresença do indígena na sociedade paraense, mesmo no período da incorporação desta província ao Império do Brasil.

Nesse sentido, é preciso relembrar a história da Língua Geral Amazônica¹¹⁵. Criada pelos jesuítas no século XVII a partir do Tupinambá, a Língua Geral Amazônica pretendia ser o meio de comunicação supraétnica entre os indígenas de várias etnias que conviviam nas missões e entre estes e os colonizadores. Desse modo, como durante a maior parte da colonização os nativos foram quase que exclusivamente a mão-de-obra disponível na região, os emigrados da Europa também precisavam dominar a Língua Geral, que acabou se tornando o principal meio de comunicação não só dos indígenas entre si, mas também dos portugueses e até dos escravos africanos que passaram a ingressar na amazônica de modo mais intenso a partir da segunda metade do XVIII. O uso e a expansão da Língua Geral foi incentivada pela própria Coroa portuguesa durante todo o século XVII e parte do XVIII, quando os missionários recebiam a determinação de ensiná-la não só aos indígenas, como também aos filhos dos portugueses¹¹⁶. Reconhecida através da Carta Régia de 30 de novembro de 1689 como a língua oficial do, então, Estado do Maranhão e Grão-

¹¹³ José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*, p. 153. Veja também, de Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, p. 86 (nota de rodapé).

¹¹⁴ David Cleary - “Lost Altogether to the Civilised World: Race and Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. In: *Comparative Studies in Society and History*. 1998. Veja também, de Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis, Vozes, 1988.

¹¹⁵ A Língua Geral Amazônica era diferente da Língua Geral conhecida em São Paulo. Ver de José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*.

¹¹⁶ José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*, pp. 55-56.

Pará¹¹⁷, a Língua Geral Amazônica se disseminou de tal maneira que, segundo Bessa Freire, em meados do século XVIII a língua portuguesa estava praticamente banida do Estado, sendo que em Belém e em S. Luiz todos falavam a Língua Geral, sem excetuar nem mesmo as famílias de colonos e as pessoas mais importantes da terra¹¹⁸.

Essa política portuguesa só teve uma mudança substancial a partir das intervenções promovidas pelo Marquês de Pombal na região. Esta é uma época de grandes transformações nas relações dos colonos com os indígenas: na década de 1750 os índios são declarados livres e a administração dos aldeamentos, agora transformados em vilas, passava da mão dos jesuítas para autoridades civis¹¹⁹. É o período do Diretório Pombalino, em que se buscará a integração do indígena ao restante da sociedade colonial incentivando-se para isto, inclusive, o casamento dos nativos com os europeus¹²⁰. Nesse conjunto de mudanças, aliadas a medidas econômicas que serão mostradas adiante, há uma nítida preocupação de melhor controlar e garantir a posse desta região, integrada oficialmente à América Portuguesa pelo Tratado de Madri. Isto também motivou a profunda alteração que entrará em curso na política para uso das línguas na Amazônia. A partir de então, houve um esforço das autoridades para disseminar o uso da Língua Portuguesa, instituindo seu uso obrigatório em escolas, incentivando a migração portuguesa e os casamentos inter-raciais, e reprimindo o uso da Língua Geral¹²¹.

No período que interessa mais diretamente a esta pesquisa, o resultado dos sucessos e dos fracassos desta política para o uso das línguas demonstra concretamente a diversidade do continente brasileiro. Segundo Bessa Freire, ao incorporar o Grão-Pará, o Império do Brasil passava a ter como sua parte constituinte uma província em que a maioria

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*, pp. 104-105.

¹¹⁹ Há uma instigante análise deste processo na obra de Luiz Felipe de Alencastro – *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, pp. 142-143.

¹²⁰ Durante o Diretório Pombalino, os indígenas estavam subordinados à autoridade dos Diretores que os recrutavam compulsoriamente como mão-de-obra assalariada para trabalhos públicos e privados. Veja, entre outros, de Heloísa Liberalli Belloto – “Política Indigenista no Brasil Colonial (1570-1757)”. IN: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 29, 1988, pp. 49-60.

¹²¹ O Diretório tinha como um de seus objetivos em relação aos indígenas, “desterrar a chamada (língua) geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica para os conservar na barbaridade”. Ver de Heloísa Liberalli Belloto – “Política Indigenista no Brasil Colonial (1570-1757)”. IN: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 59. Para Freire, a preocupação das autoridades régias em disseminar a língua portuguesa na Amazônia se justificava, dentre outros motivos, porque se acreditava que através da língua portuguesa a Coroa teria o fundamento jurídico de sua conquista de território. Ver de José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*, pp. 107-110.

da população ainda era usuária da Língua Geral Amazônica e não tinha o português como língua materna¹²². Ainda mais surpreendente é saber que neste período, mesmo em Belém, o português não era a língua predominante e não o será até pelo menos a metade do século XIX¹²³. Isso por um lado demonstra a ampla presença do indígena na sociedade paraense; por outro, deixa claro que um dos elementos invocados como formadores da identidade nacional brasileira – a língua portuguesa – não era partilhado por uma parcela significativa dos cidadãos do novo Estado.

Com o fim do Diretório Pombalino em 1798, esses indígenas já integrados ao restante da sociedade paraense, espalhados pelas vilas, povoados e cidades, deixavam de estar sujeitos a qualquer tipo de tutela, sendo equiparados, pelo menos na letra da lei, a todos os outros vassalos do Rei de Portugal¹²⁴. Indígenas destribalizados, esses homens eram classificados pela população como tapuios, índios civilizados, ou caboclos dependendo do seu grau de incorporação à cultura dos brancos, o que envolvia uma considerável multiplicidade de situações concretas¹²⁵. Da mesma forma, eram diversas as possibilidades de enquadramento desses indivíduos no sistema produtivo. Formando grande parte do contingente dos homens livres que integravam os estratos subordinados da sociedade paraense, os tapuios – como aqui se designará genericamente esses indígenas –

¹²² José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*, pp. 149-156.

¹²³ Em Belém predominava o bilingüismo, que poderia ser da Língua Geral e o Português, bem como da Língua Geral com as Línguas Vernáculas (línguas de origem dos indígenas). Em regiões do atual Estado do Amazonas, a Língua Geral se tornará decadente ainda mais tarde. É apenas com a migração nordestina, impulsionada pelo “boom” da borracha, que o português se tornará predominante. Ver de José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*, pp. 162-177.

¹²⁴ Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis, Vozes, 1988, pp. 19-30. Obviamente, como lembra Manuela Carneiro da Cunha, a lei não é necessariamente um espelho da realidade, especialmente tratando-se da relação entre os índios e os brancos. No entanto, ao não se observar a legislação, corre-se o risco de produzir análises generalizantes como se ação dos homens do período não tivessem qualquer tipo de balizas. Ainda que houvesse desvios e burlas, a legislação é um elemento importante para se compreender, por exemplo, que não havia uma regra única regulando o relacionamento entre os brancos e todos os índios. Como se verá a seguir, a própria legislação de 1798 cria distinções entre os ditos “índios aldeados” e os “tribais”, permitindo diferentes tipos de relação entre os brancos e esses dois grupos. Ao não observar esta distinção, registrada na legislação e não ignorada pelos homens do período a despeito de alguns desvios, grande parte das análises sobre a sociedade paraense deste período incorreram no equívoco de tratar todos os indígenas de maneira genérica. Ver de Manuela Carneiro da Cunha (org) – *Legislação Indigenista no Século XIX. Uma Compilação (1808-1889)*. São Paulo, Edusp / Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

¹²⁵ Na ordem crescente da incorporação aos valores e à cultura branca, os indígenas eram classificados como tapuios, índios civilizados e caboclos. Ver de José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*, pp. 157-162.

podiam ser desde pequenos produtores rurais até homens sem estabelecimento próprio e sem ocupação fixa¹²⁶.

Na década de 1820, esta equiparação legal dos tapuios aos demais homens livres convivia, no entanto, com um impasse de séculos que não havia sido alterado substancialmente: apesar da importação de escravos africanos para o Grão-Pará ter se tornado mais significativa desde meados do século XVIII, os negros não estavam disponíveis em número suficiente para atender às necessidades de mão-de-obra. Por conta disso, mantinha-se uma alta demanda por braços indígenas que continuavam sendo empregados em todo o tipo de serviço, constituindo-se ainda como a principal mão-de-obra utilizada na região. Spix e Martius registraram com alguma surpresa o fato de nesta província os indígenas estarem ocupados em trabalhos que em outras partes do Reino do Brasil eram feitos por escravos africanos. É o caso do serviço doméstico que, segundo eles, mesmo em Belém raramente era feito por negros. Da mesma forma, os indígenas eram pescadores, carregadores, estavam empregados em diversas obras públicas, compunham grande parte das forças armadas, além de estarem ocupados em alguma medida em quase todas as outras atividades desenvolvidas na província.¹²⁷

Esta “fome” por braços em tão grande escala, obviamente, interferia na condição de homem livre dos tapuios. Neste sentido, para garantir o suprimento da mão-de-obra indígena para tantas atividades, criaram-se mecanismos para “discipliná-la”. No entanto, é importante perceber que estes mecanismos de regulação do trabalho atingiam de maneiras diferentes os tapuios e os demais índios. O fato de ambos os grupos estarem sujeitos na prática a realizar, eventualmente, trabalhos compulsórios não significa que tivessem a mesma condição. Apesar dos desvios já conhecidos, os tapuios tinham prerrogativas que lhes permitiam um tipo de diferente de inserção social. Dessa forma, é preciso insistir que não se pode tratar os indígenas neste contexto de maneira genérica. Estar atento a esta questão é fundamental para compreender o papel específico do tapuio no processo histórico focado nesta pesquisa.

¹²⁶ Sobre o estabelecimento de tapuios como pequenos produtores rurais veja, entre outros, de Eliane Cristina Lopes Soares – *Roceiros e Vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no período colonial*. Belém, UFPA / NAEA, 2002. Dissertação de Mestrado, pp. 62-99. Sobre os indígenas sem ocupação fixa, veja de Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*, pp. 19-30.

¹²⁷ Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, pp. 26-28. Veja também, especialmente sobre Belém, de José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*, pp. 163-169.

O controle da mão-de-obra dos tapuios estava fundamentado no obrigatório alistamento destes em corpos de milícias¹²⁸. A partir destas listas, os oficiais comandantes e os juízes determinavam o número de anos em que os tapuios deviam ser empregados compulsoriamente no serviço público, trabalhando alguns meses de cada ano em atividades como o corte de madeiras para a construção naval, prestando serviços no arsenal ou como canoeiros, etc¹²⁹. Findos esses anos de prestação de serviços públicos, os tapuios passavam a não estar compelidos a nenhum outro serviço que não fosse o de milícias¹³⁰.

Por conta desta obrigação, no Grão-Pará as forças armadas tinham uma característica que deve ser sublinhada: grande parte das tropas era composta por tapuios¹³¹. Disso resultava, sem dúvida, um problema para as autoridades paraenses: afinal, apesar do tapuio estar equiparado legalmente aos demais homens livres, viver entre os brancos e eventualmente até possuir um estabelecimento próprio, as formas de apropriação da sua mão-de-obra escancaravam a sua condição de diferente, de indígena, pois era esta característica que justificava legalmente que a força de trabalho destes indivíduos fosse

¹²⁸ O modelo descrito a partir de então foi implantado pela Carta Régia de 1798 que acabava com o Diretório Pombalino.

¹²⁹ Estavam previstas possibilidades de isenção destes serviços. Os tapuios que trabalhassem nos pesqueiros, por exemplo, estavam dispensados de prestar outros serviços, inclusive o de milícias. Ver – “Carta Régia ao Capitão General do Pará acerca da emancipação e civilização dos índios”. IN: Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*, pp. 220-247. Nesta obra, Moreira Neto analisa a legislação de 1798 relativa aos tapuios.

¹³⁰ No Grão-Pará, aparentemente, em muitos momentos a obrigatoriedade de prestação de serviço militar pelos tapuios, que era perene, e a de outros serviços públicos, que era limitada, se confundiam. Em carta de 20 de maio de 1828 o Barão de Bagé, presidente da província, relatava a Corte do Rio de Janeiro a situação do chamado Corpo de Ligeiros de Milícias. Segundo ele, este Corpo, apesar do seu status, nunca foi militar, sendo que os seus componentes sempre foram empregados em outros serviços públicos como corte de madeiras, por exemplo. No entanto, durante as sucessivas crises institucionais na província na década de 1820, tentou-se integrar os indígenas destes corpos aos demais militares, reforçando deste modo o exército, mas gerando problemas para a manutenção de outros serviços públicos. Na carta o Barão de Bagé pede uma decisão definitiva sobre a sorte do Corpo de Ligeiros. Ver APEP – Códice 869 – Correspondência do Governo com a Corte (1828-30), d. 03.

¹³¹ Spix e Martius registraram que os tapuios compunham grande parte da infantaria regular, além de descrever algumas características destas tropas. Ver de Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, pp. 28 e 31-32. Em sua dissertação de mestrado, Shirley Nogueira também chama a atenção para o grande número de indígenas que compunham a tropa. Ver de Shirley Maria Silva Nogueira – *Razões para Desertar*. David Cleary chama a atenção para o fato dos tapuios terem ocupado progressivamente todos os graus da hierarquia militar e estarem espalhados por várias fileiras do exército. Ver deste autor - “Lost Altogether to the Civilised World: Race and Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. In: *Comparative Studies in Society and History*. 1998, pp. 113-121. Por fim, cabe registrar a descrição feita pelo Barão de Bagé, então presidente da província, a respeito das tropas paraenses: “O soldado do Pará, índio, meio selvagem, he em generalidade huma maquina a que facilmente se dá este, ou aquelle impulso, incapaz de combinar duas idéias, não tem conhecimento exato do que he crime ou virtude (...)”. Ver APEP – Códice 869 – Correspondência do Governo com a Corte (1828-30), d. 37.

“disciplinada”, prática que tornava o relacionamento entre os tapuios e o restante da sociedade permanentemente tenso. Não é por acaso que no período aqui estudado, como se verá a seguir, em vários momentos as tropas foram um fator de instabilidade política, o que fazia autoridades registrarem em correspondências a sua perspectiva de que a força armada da província era a menos confiável de todas as instituições. Por sua vez, apropriando-se e reelaborando as novas idéias, que passavam a circular com mais força na província no auge da Crise do Antigo Regime Português - momento no qual a sociedade paraense se dividiu na defesa de múltiplos projetos políticos - estas tropas, com suas características peculiares, tornaram ainda mais difícil que qualquer um dos grupos em disputa pudesse alcançar o poder, na esfera institucional do Estado, e mantê-lo de maneira estável.

A obrigatoriedade de prestação de serviços nas milícias pelos tapuios contribuía ainda para o aumento da instabilidade política e social no período, com um dos seus efeitos colaterais: a deserção. Formado não só por tapuios, mas também por outros homens livres, os desertores aparecerão muitas vezes neste estudo, uma vez que a deserção, problema comum a todo continente brasileiro, alcançou no Pará tal dimensão que acabou formando um grupo social com expressão suficiente para desestabilizar a ordem em vários pontos da província de maneira duradoura.

Uma vez descritas as formas de utilização da força de trabalho dos tapuios nos serviços públicos, é preciso lembrar que a “fome” de mão-de-obra indígena também movia os particulares no Grão-Pará. Como regra geral, os tapuios, como qualquer outro homem livre, mediante a sua vontade e sem qualquer tipo de tutela, podiam ou não aceitar o trabalho assalariado oferecido por particulares¹³². No entanto, havia “brechas” na lei que permitiam, ainda que dentro de condições específicas, restritas e por um tempo limitado, o uso compulsório destes braços. A primeira destas condições se aplicava aos tapuios identificados pelos oficiais comandantes e pelos juízes como homens sem estabelecimento próprio e sem ocupação fixa. Como forma de combater, nas palavras da Carta Régia, a “inclinação natural” destes indígenas ao “ócio e à inação”, estes ficavam obrigados a

¹³² Ver – “Carta Régia ao Capitão General do Pará acerca da emancipação e civilização dos índios”. IN: Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Ver também de Manuela Carneiro da Cunha (org.) – *Legislação Indigenista no Século XIX. Uma Compilação (1808-1889)*, pp. 24-25.

entrarem no serviço público ou ficavam sujeitos a serem “apenados”¹³³. “Apenar” significava sujeitar o tapuio ao trabalho compulsório para particulares sob condições específicas e um tempo limitado. Uma destas condições que permitiam “apenar” o tapuio se dava quando indivíduos pretendiam contratar essa mão-de-obra como canoeiros, mas não encontravam indígenas dispostos a servi-los. Outra ocasião em que era possível “apenar” o tapuio acontecia quando um produtor rural corria o risco de perder a colheita por falta de trabalhadores dispostos a serem contratados por ele¹³⁴. De todo modo, vale lembrar que nem todos os tapuios podiam ser “apenados”: aqueles que tivessem estabelecimento próprio estavam livres, ainda que as prerrogativas deste grupo nem sempre fossem respeitadas¹³⁵. Nesse sentido, há relatos sobre estes desrespeitos que lembram a situação de negros que, apesar de forros, por conta de sua raça tinham sua liberdade sempre ameaçada diante da possibilidade de serem apontados como escravos fugidos, como registra a historiografia. Da mesma forma, tapuios com estabelecimento próprio, por conta da sua origem étnica, podiam ter seus direitos violados por brancos que facilmente lhes podiam acusar de serem indígenas fugidos do trabalho ou pertencerem a grupos hostis, mesmo que constassem nas listas de população controladas pelos juízes das vilas e povoados.

Na década de 1820, o grande número de indígenas que viviam entre os brancos no Grão-Pará, no entanto, não era composto apenas por tapuios. A legislação de 1798 havia proibido os descimentos, mas permitia que índios tribais fossem trazidos sem o uso da força, condição frequentemente desrespeitada, para servir os colonos¹³⁶. A esses indígenas era dado o “privilégio de órfãos”, de maneira que cabia ao Juiz de Órfãos vigiar e regular a relação entre esses indígenas e os brancos¹³⁷.

¹³³ Caio Prado Jr. já chamava a atenção para este tipo de trabalho compulsório. Ver de Caio Prado Jr. – *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. 12ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1972, pp. 98-99.

¹³⁴ Ver – “Carta Régia ao Capitão General do Pará acerca da emancipação e civilização dos índios”. IN: Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*.

¹³⁵ Sobre os desrespeitos dos direitos dos tapuios com estabelecimento próprio, veja de Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, pp. 47.

¹³⁶ Dizem Spix e Martius: “De fato, a lei proíbe todo ataque hostil aos índios em suas matas; mas a persuasão é permitida e não é de estranhar que muitas vezes se torne eficaz pelas armas, se é lícito levá-las consigo para a legítima defesa”. Ver de Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, p. 47.

¹³⁷ Ver de Manuela Carneiro da Cunha (org.) – *Legislação Indigenista no Século XIX. Uma Compilação (1808-1889)*, pp. 24-25. Ver também – “Carta Régia ao Capitão General do Pará acerca da emancipação e civilização dos índios”. IN: Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*, pp. 228-230.

Uma vez que os moradores conseguissem trazer os índios tribais, ainda que o seu serviço devesse ser obrigatoriamente remunerado, de acordo com a lei, cabia ao Juiz determinar o número de anos que estes indígenas deviam servir aos colonos como forma de indenizá-los pelas despesas que estes tiveram com a sua instrução e demais cuidados. Como se vê, a forma de inserção social destes indivíduos na sociedade paraense, ainda que tivesse pontos de contato, era bem diferente daquela vivenciada pelos tapuios. Os índios tribais chegavam a essa sociedade sem o domínio da língua¹³⁸, não tinham uma rede de relações e referências, além do que, podiam viver muitos anos sob o teto e o controle de um particular. Por conta disso, vem se insistindo no equívoco de se tratar os indígenas de maneira genérica no processo histórico aqui focalizado. No contexto da crise do Antigo Regime português, foi especialmente o tapuio, com suas múltiplas formas de relação com o restante da sociedade paraense, que participou ativamente da ebulição política do período, contribuindo para a instabilidade então vivida através de suas ações no exército, em grupos de desertores, ou de diversas outras formas que tornaram factíveis, em muitos momentos, a ameaça de subversão da ordem.

Ainda que pontualmente tenham sido indicados desvios e burlas, até agora buscou-se demonstrar, sobretudo, as maneiras permitidas legalmente para o uso da mão-de-obra indígena no período estudado. No entanto, sabe-se que ao mesmo tempo existiam muitas práticas ilegais para obtenção destes braços. Neste sentido, na época da incorporação do Grão-Pará ao Império do Brasil, ainda havia muitos escravos indígenas na província. Uma das formas de obtê-los era desvirtuando a declaração de Guerra Justa aos Botocudos que, pela Carta Régia de 1808, permitia o ataque a esses índios considerados inimigos e a sua escravização por mais de uma década¹³⁹. Apesar dos Botocudos viverem nas regiões de Minas Gerais, Porto Seguro e Bahia, segundo Spix e Martius, no Pará e no Maranhão atribuíam-se falsamente essa designação a outras etnias, de maneira que assim podiam legalmente atacar e escravizar os indígenas¹⁴⁰. Outra forma de obter escravos indígenas foi apontada por Caio Prado Jr: com base nas notas de viagem do capitão Francisco de Paula Ribeiro, esse autor afirma que no começo do século XIX índios eram

¹³⁸ Esse índios, obviamente, não falavam a Língua Geral Amazônica e tampouco o português.

¹³⁹ Caio Prado Jr. – *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, pp. 99-100.

¹⁴⁰ Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, p. 46. Como esses escravos indígenas, pretensamente conseguidos através da Guerra Justa contra os Botocudos, eram legais, caberia uma análise mais detida sobre as listas de população para saber como estes são classificados.

apresados no Maranhão, marcados a ferro como se fazia aos africanos e vendidos como escravos para moradores do Pará, num autêntico tráfico interprovincial de cativos¹⁴¹. Além disso, no rol das ilegalidades, é preciso salientar que apesar de proibido e de encontrar maiores dificuldades para a sua execução, os descimentos de indígenas continuaram acontecendo¹⁴². As irregularidades prosseguiram mesmo depois da independência, sendo que tantos desvios impressionaram o oficial da marinha inglesa Henrique Lister Maw que ainda em 1829 registrava:

*“O facto he, que nas partes remotas da provincia do Pará, a força constitue direito, e poder e interesse, e não a justiça, fórmão a administração practica da ley. O Imperador poderá embora expedir decretos, e o Presidente ordens, mas o isolado branco he elle mesmo hum imperador, e absoluto senhor de suas vontades. Factos attestão a verdade do que assevero; o Imperador tem declarado que todos os seus subditos Indios são livres; mas os brancos continuão a hir á caça delles e a escravisa-los; de que servem por tanto taes declaraçoens e ordens do Governo? Se se considerar porem que se faz necessario ao menos hum anno para que se receba na fronteira do Amazonas huma resposta do Rio de Janeiro, não causará admiração que as comunicações sejam tão raras, e que o Governo saiba tão pouco do que se passa nesta parte do Império”*¹⁴³.

¹⁴¹ Caio Prado Jr. – *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, p. 100.

¹⁴² José Ricardo Zany em seu projeto sobre os índios do Grão-Pará, apresentado nas Cortes de Lisboa, reclama da repressão imposta por alguns dos governadores da província que pretendiam proibir completamente os descimentos. No entanto, ele admite que diante de “flexibilidade” de outras administrações, os descimentos continuaram acontecendo. Ver de Francisco José Ricardo Zany – Projeto para os índios do Grão Pará. IN: *Diário das Cortes Constituintes*, 1821/1822. Cópia da Biblioteca Nacional. Sessão de 26 de Agosto de 1822. Este documento pôde ser incorporado a esta pesquisa graças a gentileza da Profa. Dra. Márcia Berbel. Sobre o projeto de Zany, veja também de Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850)*.

¹⁴³ Henrique Lister Maw – *Narrativa da Passagem do Pacífico ao Atlântico através dos Andes nas províncias do norte do Peru, e descendo pelo Rio Amazonas até o Pará*. Manaus, Associação Comercial do Amazonas, 1989, pp. 290-291. Esta reflexão de Maw também foi destacada por Manuela Carneiro da Cunha (org.) – *Legislação Indigenista no século XIX. Uma Compilação (1808-1889)*.

Tendo em vista todas essas possibilidades, poderia se pensar que, através das diversas formas de obtenção da mão-de-obra no Pará, as necessidades da província fossem supridas a contento. No entanto, no período estudado vive-se uma crise em relação a essa questão, o que está expresso nas reiteradas queixas contra a falta de braços que aparecem com frequência na documentação.

Nesse sentido, é preciso lembrar que na década de 1820 o Grão-Pará era uma província com muitas dificuldades econômicas¹⁴⁴. O resultado das reformas pombalinas e seus desdobramentos haviam sido muito distintos para o Maranhão e para o Pará: na primeira província o sucesso no cultivo de produtos agrícolas com grande valor no mercado externo, sobretudo o algodão, permitiu o amplo estabelecimento de uma sociedade escravista, com base na mão-de-obra africana, e o rápido acúmulo de riquezas que lhe fazia, no começo do século XIX, uma das porções mais ricas do Império Português. Enquanto isso, as descrições sobre o Pará neste período geralmente remetem à idéia de decadência, sobretudo das vilas e povoados do interior, atribuindo-se à falta de mão-de-obra a causa deste estado de coisas. Na década de 1820, a partir das fontes consultadas, percebe-se que a queixa mais comum nesse sentido não se referia à óbvia carência de braços africanos, mas concentrava-se, sobretudo, nas mudanças no controle da mão-de-obra indígena. Dessa forma, o Diretório era freqüentemente identificado como o momento a partir do qual os indígenas começaram a abandonar as vilas e povoados, desarticulando várias atividades econômicas. No entanto, era a legislação de 1798 que sofria as maiores críticas, pois com ela se intensificou o decréscimo populacional no interior, além do que se criaram maiores dificuldades para a realização dos descimentos. Com isso, uma nova reforma, que regulasse o controle da mão-de-obra indígena de maneira mais favorável aos colonos, era aspirada como a solução para a alegada falta de braços e a esperança para o desenvolvimento da província¹⁴⁵.

Durante a realização das Cortes de Lisboa, esses anseios foram colocados em pauta. Nesta ocasião foi submetido e aprovado pela Comissão do Ultramar das Cortes

¹⁴⁴ Analisando o início do século XIX, José Jobson de Andrade Arruda diz: “Quando comparamos o Pará com o Maranhão, sentimos o dinamismo do segundo e a relativa estagnação do primeiro. Apesar de estarmos num período de euforia econômica em todas as regiões brasileiras, o Pará parece estagnado”. Ver de José Jobson de Andrade Arruda – *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808). Contribuição ao Estudo Quantitativo da Economia Colonial*. São Paulo, USP, 1972. Tese de Doutorado, p. 210.

¹⁴⁵ Spix e Martius conseguiram captar muito bem esse desejo por uma reforma da legislação de 1798. Ver de Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, p. 46.

Gerais de Lisboa um projeto vindo do Pará, redigido pelo Coronel Francisco José Ricardo Zany, que propunha novos procedimentos para o trato com os índios da província, especialmente na região do Rio Negro¹⁴⁶. Zany colocava desde o início e de maneira explícita qual era o seu objetivo com esse projeto: segundo ele, havendo poucos brancos e escravos africanos na província, os indígenas, especialmente as “26 nações de índios selvagens” citadas por ele, deveriam se constituir na principal fonte de mão-de-obra, o que era dificultado pela legislação de 1798. No plano de Zany, haveria um inspetor geral de índios para toda a província que, por sua vez, nomearia um delegado para cada vila ou povoado. Caberia a esses delegados intermediar a contratação, mediante salário, de tapuios por particulares pelo prazo máximo de 3 meses, findo os quais os indígenas deveriam retornar às suas próprias atividades nas vilas. Tão importante quanto isso, no entanto, era a responsabilidade do delegado de impedir que os tapuios continuassem deixando as vilas e povoados, uma prática, então, recorrente¹⁴⁷.

Contudo, o principal alvo de Zany era mesmo a utilização da mão-de-obra dos índios tribais. Para isso, ele propunha uma mudança radical em relação à legislação de 1798, dando liberdade ao inspetor de índios para fazer os descimentos que julgasse necessários, respeitando apenas o impedimento legal do uso da força nestas tarefas. Uma vez trazidos os indígenas, estes seriam distribuídos pelos “moradores industriais”, entre quais Zany incluía os tapuios com estabelecimento próprio, que deveriam ressarcir o inspetor pelos custos do descimento. Em contrapartida, esses moradores teriam o direito de dispor desta mão-de-obra por seis anos¹⁴⁸.

Apesar de ter sido o único projeto que tratava da questão indígena que foi efetivamente discutido e aprovado pela Comissão do Ultramar das Cortes Gerais de Lisboa, a proposta de Zany não foi a única encaminhada ao Congresso português. Ao contrário: nesta ocasião foram apresentados pelo menos outros quatro projetos de deputados americanos propondo reformas para legislação a respeito dos indígenas, entre eles um encaminhado por José Bonifácio que, meses depois e com algumas modificações, teria como destino a Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro com o título de “Apontamentos

¹⁴⁶ Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850)*, pp. 39-41.

¹⁴⁷ Ver de Francisco José Ricardo Zany – Projeto para os índios do Grão Pará. IN: *Diário das Cortes, 1821/1822*. Cópia da Biblioteca Nacional de Lisboa. Sessão de 26 de Agosto de 1822.

¹⁴⁸ Ibidem. Equivocadamente, Carlos de Araújo Moreira Neto diz que o prazo proposto por Zany era de 7 anos. Ver deste autor – *Índios da Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850)*, pp. 39-41.

para a Civilização dos Índios bravos do Império do Brasil”¹⁴⁹. Isso demonstra que o indígena era um problema que suscitava o debate em vários pontos do Reino do Brasil, mas não significa que as reformas almejadas fossem as mesmas¹⁵⁰. O texto de Zany expressava uma situação muito diferente da vivida por regiões irrigadas pelo tráfico negreiro e por conta disso, na comparação com os outros projetos apresentados, a urgência na utilização do indígena como mão-de-obra era mais evidente e ocupava o lugar central das preocupações expostas.

Deve-se ressaltar, contudo, que num período mais recente, especialmente depois do lançamento do clássico de Vicente Salles – *O Negro no Pará, sob o Regime da Escravidão*¹⁵¹ – uma série de historiadores tem procurado realçar a importância da escravidão negra no Pará, refutando a idéia de que ela teria sido inexpressiva diante do largo uso da mão-de-obra indígena. Sem dúvida alguma, esta tem sido uma contribuição importante, mas ao mesmo tempo é preciso estar atento às notórias limitações que teve a propagação do trabalho escravo africano no Grão-Pará. Sem isso, corre-se o risco de se perder de vista a essência das relações sociais vigentes na província.

Como se sabe, a primeira importação maciça de escravos africanos para o Grão-Pará se deu no bojo da intervenção pombalina na região, a partir de meados do século XVIII. Era intenção da administração metropolitana, fomentar o tráfico negreiro no Estado do Grão-Pará e Maranhão, substituindo o indígena como principal fonte de mão-de-obra. Como demonstra Luiz Felipe de Alencastro, Pombal sabia que para lograr sucesso tanto na implementação do seu projeto para os índios, como no pleno estabelecimento de escravidão africana na região, exigia-se uma ação articulada: de uma só vez, entre os dias 6 e 7 de Junho de 1755, D. José I assinava três medidas propostas pelo marquês – declarando livres os indígenas, transferindo para autoridades civis a administração dos aldeamentos até então

¹⁴⁹ George Boeher – “Some Brazilian Proposals to the Cortes Gerais 1821-23, on the Indian Problema”. IN: Actas do 3o. Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Lisboa, 1960, vol. II, pp. 201-209. Veja também de Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850)*.

¹⁵⁰ Manuela Carneiro da Cunha defende a tese de que no século XIX a “questão indígena” no Brasil, de modo geral, tinha deixado de ser um problema de mão-de-obra para se converter numa questão de terras. Há variações regionais, entre as quais ela destaca a perspectiva da região do Grão-Pará. Segundo ela, nesta província a “questão indígena” continuava sendo essencialmente um problema de mão-de-obra. Ver de Manuela Carneiro da Cunha (org.) – *Legislação Indigenista no Século XIX. Uma Compilação (1808-1889)*, pp. 4-5. No entanto, é preciso registrar que estão em curso pesquisas que têm procurado questionar a tese de Manuela Carneiro da Cunha, evidenciando a importância do trabalho indígena, ainda que em proporções diferentes do Grão-Pará, em outras partes do Reino do Brasil.

¹⁵¹ Vicente Salles - *O Negro no Pará, sob o Regime da Escravidão*. Belém, UFPA, 1971.

exercida pelos jesuítas e fundando a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. Sincronicamente, Pombal pretendia dificultar o acesso à mão-de-obra indígena, ao mesmo tempo em que criava uma Companhia que tinha como uma de suas principais tarefas o fornecimento de escravos africanos para o Estado do Grão Pará e Maranhão¹⁵². O raciocínio era simples: era necessário criar restrições ao uso do indígena para tornar atrativa a exploração do trabalho de escravos negros. No sentido inverso, apostava-se que na medida em que a Companhia conseguisse irrigar o Estado com uma grande quantidade de mão-de-obra africana, o interesse pelo uso dos índios diminuiria. No entanto, como foi mostrado nas páginas anteriores, no Grão-Pará o sucesso desta política foi apenas parcial¹⁵³.

Durante o período em que esteve ativa a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, entre os anos de 1755 e 1778, foram introduzidos pelo porto de Belém 14.794 escravos africanos, sendo que um terço deles tinha como destino final o Mato Grosso¹⁵⁴. Os dados desta importação são os que guardam o maior consenso entre aqueles que pretendem fazer uma estatística sobre a entrada de escravos na província¹⁵⁵. Nesse sentido, para o período posterior há uma maior dificuldade para o acesso as fontes e, conseqüentemente, interpretações e números apresentados sobre este processo estão cercados por alguma polêmica. Enquanto autores como Anaíza Vergolino-Henry defendem a idéia de que o tráfico entre as décadas de 1790 e 1810 teria tido uma queda substancial, entre outros motivos pelos conflitos em curso no continente europeu, outros historiadores

¹⁵² Luiz Felipe de Alencastro – *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, pp. 142-143. Em outros períodos as ações da administração metropolitana também deixaram clara a necessária articulação entre o fomento ao tráfico negreiro e o aumento da restrição do uso da mão-de-obra indígena. Em 1798, mesmo ano em que é extinto o Diretório Pombalino, são criadas isenções de impostos para a exportação de negros vindos do Rio de Janeiro ou da África que tivessem o Pará como destino. Ver de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, pp. 237-238.

¹⁵³ Sobre a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão veja, entre outros autores, de Manuel Nunes Dias – *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo, Coleção da Revista de História, 1971. Numa carta enviada a Lisboa em agosto de 1797, o Capitão-General do Grão-Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, informa que apesar dos esforços para introduzir escravos africanos na capitania, principalmente no período de atividade da Companhia de Comércio, mantinha-se uma enorme carência destes braços. Este documento está transcrito na íntegra na obra de Anaíza Vergolino-Henry & Arthur Napoleão Figueiredo – *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*. Belém, Arquivo Público do Pará, 1990, pp. 238-248.

¹⁵⁴ José Maia Bezerra Neto para sua obra – *Escravidão Negra no Grão-Pará. Séculos XVII-XIX*. Belém, Pakatatu, s.d., pp. 31-33. Esta obra sintetiza boa parte da literatura produzida nos últimos anos sobre o tema da escravidão africana no Pará.

¹⁵⁵ Ainda assim, há divergências entre os pesquisadores em relação a esses números. Ver de Anaíza Vergolino-Henry & Arthur Napoleão Figueiredo – *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*, p. 65.

como Vicente Salles afirmam que houve um incremento na entrada de negros no período¹⁵⁶. Neste sentido, Salles defende que entre 1778 e 1792 teriam entrado no Pará 7.606 escravos, enquanto que no período seguinte, entre 1792 e 1820, teriam ingressado na província outros 30.717 cativos¹⁵⁷. Esses números apresentados por Salles, no entanto, merecem alguma cautela, não só por que se opõe a outras pesquisas, mas principalmente porque parece contraditório ter havido um incremento na importação de escravos africanos num momento em que a província vivia grandes dificuldades econômicas.

Além disso, todos os números do registro oficial de entrada de escravos africanos no Grão-Pará podem levar a alguns equívocos. Neste sentido, é necessário saber que estes dados não refletem necessariamente a quantidade de negros efetivamente incorporados como mão-de-obra na província. Havia muitos desvios, motivados especialmente pelo fato do Pará ter como vizinha uma província com uma das economias mais dinâmicas de todo o Império Português, absolutamente ávida por braços africanos. Exemplifica este fato, uma fraude aparentemente comum no final do século XVIII citada por José Alves de Souza Júnior: como o Grão-Pará tinha como seu privilégio exclusivo a isenção pela Coroa do pagamento de direitos sobre escravos importados para esta capitania, os lotes eram registrados como se fossem ser vendidos ali, mas acabavam sendo negociados no Maranhão, numa transação que fraudava o erário¹⁵⁸. Outra irregularidade nesse sentido foi apontada por David Cleary. Segundo o pesquisador, muitos africanos que ingressavam no Pará acabavam sendo revendidos posteriormente para o Maranhão, num ilegal comércio

¹⁵⁶ Esta polêmica está sistematizada na obra de José Maia Bezerra Neto - *Escravidão Negra no Grão-Pará. Séculos XVII-XIX*, pp. 32-33.

¹⁵⁷ Vicente Salles – *O Negro no Pará, sob o Regime da Escravidão*, pp. 28-30. Contradizendo em alguma medida a Vicente Salles, a já citada carta de D. Francisco de Souza Coutinho a Lisboa queixa-se de que os contratos de Cachêu e Cabo Verde, responsáveis segundo Salles pela introdução de mais de 7 mil negros entre 1778 e 1792, não haviam trazido quase nenhum escravo à província. Ver de Anaíza Vergolino-Henry & Arthur Napoleão Figueiredo – *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*, pp. 238-248. É necessário ressaltar que Salles também cita este documento. A afirmação de Salles de que entraram mais de 7 mil negros na província entre 1778 e 1792 baseia-se exclusivamente nos números apresentados por Manoel Barata, provavelmente nas “Efemérides Paraenses” (Salles não indica a obra de Barata da qual teria tirado os dados). No entanto, os números apresentados por Barata nas “Efemérides”, além de não apresentarem maiores detalhes quanto a suas fontes, são confusos. Em pelo menos dois momentos aparecem esses dados sem haver contradição quanto ao número de escravos importados. No entanto, na sequência da mesma informação, enquanto na página 76 Barata afirma que em 1792 havia no Pará menos de 2 mil escravos pretos, na página 101 diz que esse número chega a quase 19 mil negros. Ver de Manoel Barata – *Formação Histórica do Pará. Obras Reunidas*. Belém, UFPA, 1973, p. 76 e 101.

¹⁵⁸ José Alves de Souza Júnior – *Constituição ou Revolução: os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*, pp.88-89. Sobre esta questão ver também de Anaíza Vergolino-Henry – *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*, p. 44.

interprovincial de escravos que hoje é difícil de mensurar por conta de sua clandestinidade¹⁵⁹.

Independentemente dos números a que se possa chegar, uma coisa pode ser reafirmada: no período da incorporação do Grão-Pará ao Império do Brasil os escravos africanos não se constituíam como a principal mão-de-obra da província. Isso não quer dizer que o seu papel na economia paraense fosse insignificante. Os negros tinham uma função importante nas fazendas dedicadas ao cultivo de produtos agrícolas em larga escala, como a cana-de-açúcar e o arroz. No entanto, mesmo nessas atividades não há uma substituição do indígena pelo negro. Neste sentido, vários pesquisadores apontam que mesmo nos empreendimentos agrícolas que mais se aproximaram do modelo do *plantation* o mais comum foi o uso concomitante da mão-de-obra africana e dos índios¹⁶⁰.

Essa peculiar forma de organização do trabalho no Grão-Pará deve ser levada em conta para se ter maior clareza das questões que estavam em jogo e dos interesses em disputa no processo de incorporação desta província ao Império do Brasil. Nos quase 20 mil documentos consultados para essa pesquisa, centrados no período entre 1821 e 1825, não foram encontrados debates sobre a utilização da mão-de-obra africana no Grão-Pará, ao contrário do que se pôde verificar em relação aos indígenas, que continuavam despertando acaloradas discussões. Da mesma forma, sobre o tráfico negreiro também há um completo silêncio. Em vista disso, e considerando a bibliografia sobre o tema, é evidente que não se pode atribuir o alinhamento desta província ao Império do Brasil a um suposto interesse das elites econômicas locais em defender a manutenção do tráfico negreiro. Este argumento, freqüentemente utilizado para explicar a unidade territorial conquistada pelo Império do

¹⁵⁹ David Cleary – “Lost Altogether to the Civilised World: Race and Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. In: *Comparative Studies in Society and History*, pp. 113-121. Não se deve esquecer o fato registrado por Caio Prado Jr, e citado anteriormente, de que, no sentido contrário, também havia um comércio interprovincial de escravos trazidos do Maranhão para o Pará. A diferença era que esses escravos a serem utilizados no Pará eram indígenas.

¹⁶⁰ José Maia Bezerra Neto – *Escravidão Negra no Grão-Pará. Séculos XVII-XIX*, pp. 55-103. Ver também de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução: os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*, p. 90. O uso concomitante da mão-de-obra negra e de indígenas também era uma prática nas plantações de arroz em Macapá. Ver de Rosa Acevedo Marin – “Agricultura no delta do Rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial”. IN: Rosa Acevedo Marin (org.) – *A Escrita da História Paraense*. Belém, NAEA / UFPA, 1998

Brasil, não encontra respaldo no caso paraense justamente por conta da peculiar forma de organização do trabalho então vigente nesta província¹⁶¹.

Se não foram encontradas discussões sobre o uso da mão-de-obra africana neste período, por sua vez, os negros são citados constantemente em correspondências como uma ameaça à ordem no Grão-Pará. Este temor tinha como agravante uma questão: como demonstrado no quadro abaixo, os escravos estavam muito concentrados em poucos pontos da província.

População da Província do Grão-Pará em 1823 (Parte Oriental) ¹⁶²				
Região	População	Total %	Escravos	Escravos %
Belém	23.012	17,96	9.849	35,11
Baixo Tocantins	26.975	21,05	7.726	27,54
Ilha do Marajó	12.956	10,11	2.120	7,56
Amapá	4.803	3,75	940	3,35
Baixo Amazonas	23.845	18,61	3.657	13,04
Nordeste Paraense	9.950	7,77	1.192	4,25
Costa Oriental	12.932	10,09	1.044	3,72
Rio Xingu	5.685	4,44	383	1,37
Outras: Melgaço, Portel,	7.969	6,22	1.140	4,06
Prainha				
Total	128.127	100	28.057	100

¹⁶¹ Retomando as teses de Luiz Felipe de Alencastro, Demétrio Magnoli, a exemplo de outros autores, atribui à defesa da manutenção do tráfico negreiro um papel decisivo na conquista da unidade do Império Brasileiro. Ver de Demétrio Magnoli – *O Corpo da Pátria*, p. 85-86.

¹⁶² Esta tabela foi construída por José Maia Bezerra Neto para sua obra – *Escravidão Negra no Grão-Pará. Séculos XVII-XIX*. Alguns dados diferem dos números apresentados por Baena. Além disso, deve-se atentar para o fato de que esta tabela só considera a parte oriental da província do Grão-Pará. No entanto, ela continua sendo importante para descrever tendências, uma vez que é ali que se concentravam a maior parte dos escravos. Outra coisa que deve ser observada é que a tabela é dividida em regiões econômicas. Portanto, o espaço reservado a Belém não se refere apenas à cidade, mas também a uma série de vilas organizadas ao seu redor como S. Domingos da Boa Vista, Benfica, Beja e as regiões do Rio Acará e do Rio Capim. Esta região é também chamada de Zona Guajarina.

Considerando os dados do quadro acima, só nas regiões de Belém e do Baixo Tocantins¹⁶³ estavam concentrados mais de 60% dos escravos da província. Calcula-se também que só na cidade de Belém vivessem em 1823 mais de 5 mil cativos¹⁶⁴. Era, sem dúvida, um contingente suficiente para que se temesse uma insurreição de grandes proporções, possibilidade que passou a figurar na cabeça de qualquer senhor de escravos depois dos acontecimentos no Haiti¹⁶⁵. Como se verá adiante, um dos piores medos de proprietários e autoridades paraenses era que a maior circulação das novas idéias, especialmente com o Vintismo, provocasse agitação entre os escravos, o que de fato aconteceu. A exemplo do que pesquisadores têm apontado para outras províncias do Reino do Brasil, especialmente na Bahia¹⁶⁶, no Grão-Pará os negros não estiveram alheios aos acontecimentos do período da independência. Posteriormente, buscará se demonstrar como esta questão contribuiu para aumentar o sentimento de cisão que tomava corpo na sociedade paraense, aspecto central para a compreensão do processo que culminou com a incorporação do Grão-Pará ao Império do Brasil.

Os negros importados para o Grão-Pará no período da intervenção pombalina tinham como destino principal o seu emprego na produção agrícola. A exemplo do que se fez com sucesso no Maranhão, Pombal pretendia mudar o perfil da produção da Capitania, até então baseada quase que exclusivamente no extrativismo, estimulando o cultivo de produtos agrícolas com grande valor no comércio internacional. Na década de 1820, havia plantações de cana-de-açúcar principalmente em torno de Belém, na Zona Guajarina, e no Baixo Tocantins, onde também havia em menor escala a produção de café e arroz. Por sua

¹⁶³ A região do Baixo Tocantins era formada por uma série de vilas organizadas em torno de Cametá. Eram elas estavam, entre outras, Abaetetuba, Oeiras e o Igarapé-Miri.

¹⁶⁴ José Maia Bezerra Neto – *Escravidão Negra no Grão-Pará. Séculos XVII-XIX*, p. 116. Ainda segundo José Maia Bezerra Neto, a cidade de Belém tinha em 1823 cerca de 12.400 habitantes (considerando-se aí apenas a cidade de Belém e não toda a região).

¹⁶⁵ Neste sentido, a proximidade com Caiena era considerada um agravante. Sobre a “síndrome do haitianismo” no Grão-Pará, veja de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução: os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*, pp. 86-95.

¹⁶⁶ Ver de João José Reis – “O jogo duro do dois de Julho: o ‘partido negro’ na Independência da Bahia”. In João José Reis & Eduardo Silva (org.) – *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Cia das Letras, 1989. Ver também de Hendrik Kraay – “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”. O “recrutamento” de escravos na guerra da Independência da Bahia (1822-23). IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Humanitas, vol. 22, n. 43, 2002, pp. 109-126.

vez, em Macapá havia plantações de farinha, algodão, milho, tabaco e principalmente de arroz¹⁶⁷.

Apesar da manutenção dessas produções, se comparadas a similares em outras partes do Reino do Brasil, o seu sucesso econômico era limitado. Alguns engenhos de açúcar da província, por exemplo, são descritos por viajantes como Spix e Martius como empreendimentos magníficos. No entanto, em virtude das ordens régias que proibiam a sua concorrência no mercado externo com o açúcar da Bahia e de Pernambuco, a produção tinha que se limitar ao consumo interno, com um pequeno excedente sendo exportado para o Maranhão¹⁶⁸. Por sua vez, produtos como arroz, café e algodão tinham algum peso na pauta de exportações da província, mas estavam longe de alcançar a importância do cacau que em 1822 respondia por 55% das vendas para o mercado externo¹⁶⁹. Este último também era cultivado, mas a maior parte da produção vinha mesmo da extração no interior da província, tal como se fazia em séculos anteriores com amplo uso da mão-de-obra indígena¹⁷⁰.

No começo do século XIX, essas transações comerciais ligavam o Pará de modo intenso a Portugal, mesmo depois de 1808, quando parte das exportações passou a ser negociada com navios ingleses, cada vez mais presentes no porto de Belém¹⁷¹. A força dessa ligação era tão grande que mesmo passados vários anos da Independência, Portugal continuará sendo o principal ponto de convergência do comércio paraense e o dono da maior parte dos navios responsáveis pelo escoamento desta produção para o mercado mundial¹⁷².

Se os comerciantes do Rio de Janeiro e das demais províncias meridionais não conseguiram ocupar o lugar de Portugal depois da Independência, fato que é registrado com pesar por presidentes da província, antes de 1823 as trocas comerciais entre o Grão-Pará e

¹⁶⁷ José Maia Bezerra Neto – *Escravidão Negra no Grão-Pará. Séculos XVII-XIX*, pp. 55-103.

¹⁶⁸ Ernesto Cruz – *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª. Edição, Belém, UFPA, 1996, pp. 58-59. Segundo Ernesto Cruz, por conta da ordem régia e do interesse dos produtores em fabricarem aguardente, no final do século XVIII chega-se a importar açúcar da Bahia e de Pernambuco por falta de produção suficiente na província. Ver também de Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – Op. Cit., pp. 34

¹⁶⁹ Dauril Alden – *O Significado da Produção do Cacau na Região Amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém, NAEA / UFPA, 1974, p. 56

¹⁷⁰ José Maia Bezerra Neto – *Escravidão Negra no Grão-Pará. Séculos XVII-XIX*, pp. 91-92.

¹⁷¹ Sobre a presença de navios ingleses, veja de Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, p. 48.

¹⁷² APEP – Códice 870 – Correspondência do Governo com a Corte (1828-30), d. 49.

essas províncias são nulas. Na verdade, pode-se dizer que naquele momento havia pouca confluência entre os interesses econômicos dos produtores e comerciantes paraenses e aqueles que predominavam no centro do novo Império americano. Essa pouca convergência de interesses era uma realidade tão marcante que a incorporação do Grão-Pará ao Império do Brasil não mudou significativamente o quadro. Escrevendo já na década de 1840, o missionário americano Daniel P. Kidder registrou:

“Até o ano de 1839, jamais existira qualquer meio de comunicação rápida e regular entre a Capital e as regiões afastadas do Império, especialmente as do extremo norte. Poucas eram as casas comerciais do Rio de Janeiro que mantinham correspondentes nos portos situados além de Pernambuco, e, não raramente, notícias políticas do Maranhão e do Pará chegavam à Corte, via Grã-Bretanha ou Estados Unidos, em tempo mais curto que se enviadas diretamente”¹⁷³.

No mesmo sentido, em plena década de 1830 um deputado chamava atenção no parlamento brasileiro para o papel fundamental das Forças Navais na manutenção da unidade brasileira. Para o deputado, essa importância era notória especialmente em relação a províncias como o Pará que, segundo ele, não mantinham nenhuma relação comercial com o restante do Império.¹⁷⁴ Em vista disso, também parece fantasioso atribuir o alinhamento do Grão-Pará ao Império do Brasil por conta de um fácil “acordo entre elites” que tinham interesses econômicos comuns a defender. Na verdade, esse tipo de afirmação pretende homogeneizar grupos que eram muito diferentes entre si, ressaltando os pontos convergentes, mas obscurecendo as divergências que alimentaram inúmeros conflitos durante toda a história do Império. Dessa forma, se não é possível falar em uma “elite

¹⁷³ Daniel P. Kidder – *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Tradução de Moacir Vasconcelos. Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / Edusp, 1980, p. 17.

¹⁷⁴ Annaes do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (Sessão de 1832). Rio de Janeiro, Typographia de H. J. Pinto, 1879, sessão de 29 de Maio de 1832. Ainda vale ressaltar que, segundo o levantamento de Ernesto Cruz para os anos entre 1836 e 1840, o comércio entre o Pará e o restante do Império foi menor que a metade de suas trocas com o exterior. Ver de Ernesto Cruz – *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª edição, Belém, UFPA, 1996, pp. 112-114.

regional” como um grupo coeso, dada a diversidade de interesses no interior de cada província, tampouco pode se procurar essa unidade no conjunto do Reino do Brasil.

Nesse sentido, quais eram os grupos que formavam a elite econômica do Grão-Pará no começo do século XIX? Neste período, a facção mais poderosa era constituída por homens, grande parte deles portugueses do Reino¹⁷⁵, que ocupavam altos cargos no aparelho burocrático, ao mesmo tempo em que eram negociantes de grosso trato e proprietários de fazendas. Essa concentração de poderes, segundo Souza Jr., tinha suas raízes na forma como se consolidou a elite econômica no Grão-Pará a partir do período pombalino. Nesta ocasião, com a expulsão dos Jesuítas da colônia, distribuíram-se as propriedades destes entre os colonos, grande parte deles oficiais militares. A ocupação de postos burocráticos por estes homens e seus descendentes era uma condição importante para a manutenção e o aumento do seu poder econômico, uma vez que eles dirigiam os negócios públicos em função de seus interesses. Este grupo, denominado por José Alves de Souza Jr. de “funcionários-negociantes”, obviamente, seja pelos cargos que ocupavam, seja por seus interesses econômicos ligados ao comércio de exportação, estavam associados ao poder e a grupos de interesses sediados em Lisboa¹⁷⁶.

Com menor poder econômico e político, também constituíam a elite econômica outros proprietários de terra dedicados à pecuária, à agricultura de exportação e de subsistência. Descendentes de antigos colonos, estes dependiam do grupo de “funcionários-negociantes” que viabilizavam seus empreendimentos através do financiamento e da comercialização da produção¹⁷⁷. Por fim, no começo do século XIX, existia ainda um grupo de homens com fortunas mais recentes, algumas delas multiplicadas pelos negócios que se abriram com a invasão de Caiena¹⁷⁸.

Com a crise do Antigo Regime português, como se verá adiante, os estratos dominantes do Grão-Pará vão se dividir politicamente. No entanto, parece claro que, entre outras coisas, em virtude da pouca convergência dos interesses econômicos com o sul do

¹⁷⁵ Spix e Martius identificam o grande número de portugueses europeus entre os membros do que eles denominam como “alta burguesia” da província, como um fator distintivo entre a realidade do Grão-Pará e de outras partes do Reino do Brasil. Ver de Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820.*, p. 25.

¹⁷⁶ Encontra-se uma importante análise deste processo na obra de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução: os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*, pp. 13-85.

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ Ibidem.

continente, era difícil arregimentar estes homens, mesmo com suas divergências internas, para o “partido dos dissidentes”, ou seja, para o projeto do Império do Brasil. Dessa forma, como se pretende demonstrar nas próximas páginas, o alinhamento ao governo do Rio de Janeiro por uma parte dos homens que gozavam no Grão-Pará da mais privilegiada condição econômica e política se constituiu muito mais como uma solução circunstancial na disputa entre os grupos da província do que como um projeto longamente gestado.

Na verdade, para os contemporâneos era dado do senso comum que as províncias do Maranhão e do Pará estavam mais ligadas a Portugal do que a qualquer outro centro de poder na América. Um evento ilustra bem esta questão: segundo Valentim Alexandre, quando as notícias sobre a Revolução do Porto chegaram ao Rio de Janeiro, D. João VI pediu vários pareceres a fim de decidir se devia voltar a Portugal ou permanecer no Reino do Brasil. Entre as diversas alternativas que lhe foram apresentadas, chama a atenção o parecer do desembargador José Albano Fragoso. Segundo ele, o Rei deveria voltar a Portugal porque jamais poderia garantir o controle do reino europeu com os recursos militares que tinha na América. Se fosse para Portugal, segundo Fragoso, ele ainda teria alguma chance de manter o domínio sobre o Brasil. Se ao contrário, insistisse em permanecer na América, perderia não só Portugal como não conseguiria manter a unidade dos domínios americanos já que, segundo Fragoso, as províncias do Norte, como Maranhão e Pará, seguiriam os destinos da Europa já que os seus interesses estavam voltados para lá¹⁷⁹.

Além dos interesses de ordem econômica, outras questões contribuíam para se dar por certo que o extremo-norte estava mais ligado a Lisboa que ao sul do continente americano. Uma delas era geográfica: como tem se repetido à exaustão, os ventos e as correntes marítimas tornavam quase impossível a viagem do sul para o extremo-norte do Reino do Brasil antes do advento do barco a vapor¹⁸⁰. Longe de ser uma simples curiosidade lembrada por historiadores, esta questão tinha implicações práticas, uma vez

¹⁷⁹ Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império. A questão nacional e a questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*, p. 492.

¹⁸⁰ Veja, entre outros autores, de Luiz Felipe de Alencastro – *O Trato dos Videntes*, pp. 56-57. Escrevendo na década de 1840, o já citado missionário americano Daniel P. Kidder continua apontando as correntes marítimas como uma dificuldade para a comunicação entre o sul do Império brasileiro e o extremo-norte, particularmente o Maranhão e o Pará. Segundo ele apenas com o barco a vapor foi possível superar esses transtornos, possibilidade que aparentemente só esteve disponível no Rio de Janeiro a partir de 1839. Veja de Daniel P. Kidder – *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*, p. 17.

que o mar era a via de comunicação mais rápida da época. Neste sentido, Filipe Patroni, um dos promotores do Vintismo no Grão-Pará e identificado por grande parte da historiografia nacionalista como um dos precursores do movimento de emancipação, rejeitava em maio de 1822, no seu jornal “O Paraense”, a possibilidade do Rio de Janeiro consolidar-se como o centro político do Reino do Brasil. Para ele, o centro da administração dos negócios americanos deveria se manter em Lisboa, alegando que isso era particularmente do interesse dos paraenses:

“Que será mais fácil, às Províncias do Norte do Cabo de Santo Agostinho? Recorrerem a Lisboa para onde têm comunicações amiudadas em todas as estações do ano, ou para o Rio de Janeiro, para onde não há estradas por terra, e a navegação só é feita em monção?”¹⁸¹.

Essa imposição de ordem geográfica, obviamente, não pode ser tomada como determinante para o desenlace deste processo até porque, a despeito dela, o Grão-Pará foi incorporado ao Império do Brasil. No entanto, o discurso de Patroni demonstra que este argumento tinha grande peso político, encontrando eco na percepção que os contemporâneos tinham da realidade. Tendo isto em mente, torna-se mais fácil compreender declarações que hoje parecem estranhas, como no caso das cartas enviadas por autoridades paraenses a D. João VI, logo após o seu retorno a Lisboa. Nestas correspondências, o rei é felicitado por retornar a Portugal, uma vez que ali ficaria mais próximo de seus súditos do Grão-Pará do que estivera antes no Rio de Janeiro¹⁸².

Outra questão que ressaltava a frágil relação do Grão-Pará com o sul do continente do Brasil era o fato de que, durante quase toda a colonização, o extremo norte

¹⁸¹ O Paraense, n. 03, Belém, 29 de maio de 1822. Citado no artigo de Geraldo Mártires Coelho – “Onde fica a Corte do Senhor Imperador?” IN: István Jancsó (org.) – *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucite / Unijuí / Fapesp, 2003, p. 277.

¹⁸² Mário Barata – Poder e Independência no Grão-Pará (1820-23). *Gênese, estrutura e fatos de um conflito político*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1975, p. 171.

não se manteve ligado às sedes das instituições civis e religiosas que se criaram na América, particularmente na Bahia e no Rio de Janeiro, reportando-se diretamente a Lisboa. Neste sentido, desde o século XVII, o extremo norte da América Portuguesa estava administrativamente separado do restante da colônia, denominado de Estado do Brasil, formando inicialmente o Estado do Maranhão e Grão-Pará e depois o Estado do Grão-Pará e Maranhão que só foi abolido em 1772¹⁸³. A vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, obviamente, provocou mudanças nestas “rotas de peregrinação”, mas em muitos casos os paraenses ainda continuavam se reportando a Lisboa. Um exemplo da manutenção dessa prática foi registrado por Andréa Slemian. A pesquisadora lembra que a partir de 1808 foi determinado que todas as causas jurídicas da América Portuguesa deviam ser examinadas em última instância no Rio de Janeiro, mas que já no ano seguinte o Pará e o Maranhão voltavam a ter os seus processos examinados em Lisboa¹⁸⁴. Essa resistência dos paraenses de se reportarem politicamente ao Rio de Janeiro acabou ficando consagrada até na formulação da Constituição Portuguesa de 1822: no artigo 128 as Cortes previam a criação de um poder executivo no Reino do Brasil, mas permitiam que algumas províncias americanas continuassem se dirigindo diretamente a Lisboa¹⁸⁵. Esta medida pretendia atender claramente aos anseios de deputados de províncias como o Pará, que durante os debates constituintes expuseram claramente o seu desejo de não se manterem subordinados a um centro de poder no sul do continente¹⁸⁶.

Como se vê, a integração do Reino do Brasil estava longe de ser uma realidade às vésperas da emancipação política. Da mesma maneira, o invocado “acordo entre as elites”, que pretensamente teria garantido a unidade brasileira, foi mais trabalhoso do que

¹⁸³ A partir de 1772 o Grão-Pará passa a integrar com o Rio Negro o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém e diretamente subordinado a Lisboa. Com a vinda da Família Real este Estado é dissolvido e estas regiões incorporadas ao restante da colônia. Para Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro o período que se inicia com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi interpretado pelas elites políticas paraenses como um revés. Isto porque, a partir de então o Grão-Pará passava a ser relegado a uma posição periférica na organização política da América Portuguesa. Se antes Belém chegara a ser capital de um Estado, agora não era mais que sede de uma capitania ou província, o que sinalizava a perda de um tratamento especial que vinha sendo dispensado a região desde meados do século XVIII. Ver de Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro – *Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. São Paulo, PUC, 1998. Tese de Doutorado, pp. 185-192.

¹⁸⁴ Andréa Slemian – *O Difícil Aprendizado da Política na Corte do Rio de Janeiro*, p. 39.

¹⁸⁵ Constituição Política da Nação Portuguesa (Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve), de 23 de Setembro de 1822. IN: Paulo Bonavides & Roberto Amaral (org.) – *Textos Políticos da História do Brasil*, vol. 8 – O Constitucionalismo, doc. 314.3

¹⁸⁶ Márcia Regina Berbel – *A Nação como Artefato*, pp. 186-188.

costumeiramente se supõe, pois os interesses em disputa não se resumiam à manutenção do tráfico negreiro e tampouco podiam ser contemplados por aquilo que era desejado pelos homens que moviam a economia da monocultura de exportação. Contudo, a diversidade do Reino do Brasil não deve levar à suposição de que, frente às especificidades, as províncias se viam isoladamente. Como se mostrará nas páginas seguintes, o fato do Grão-Pará manter poucas relações com o Rio de Janeiro não significa que os homens dessa província estivessem desligados de outras partes do Reino do Brasil. Para muitos destes indivíduos, o Grão-Pará era apenas uma parte de um bloco regional, cuja manutenção ou dissolução era tida como decisiva para a viabilidade de alguns dos projetos políticos em disputa.

2.2 - O Universo do Grão-Pará

O território não é uma armadilha apenas para as histórias nacionais. O cuidado que estas últimas têm tido recentemente em perceber o território como uma construção histórica não tem sido observado, frequentemente, pela “historiografia regional”. Nesse sentido, as histórias da Independência nas províncias são um bom exemplo. De modo geral, estas prenderam sua análise ao interior das fronteiras de cada província, fazendo apenas uma ou outra referência a um cenário externo, frequentemente centros de poder como Rio de Janeiro ou Lisboa. No entanto, mesmo estas referências externas tinham apenas a função de oferecer um quadro geral que, nessas narrativas, corria quase que paralelamente aos acontecimentos de cada unidade. A rigidez deste método isolou cada província numa espécie de ilha, como se o espaço de atuação e os projetos políticos dos homens que nela viviam tivessem o seu limite nas fronteiras, ignorando o seu entorno¹⁸⁷.

No entanto, a leitura da documentação sugere que a percepção da realidade neste contexto era muito diferente. Apesar das poucas trocas comerciais que se davam no interior

¹⁸⁷ De modo geral, a referência a outras províncias, mesmo as circunvizinhas, aparece nestas histórias da independência só em casos específicos, fruto de episódios como ações militares, por exemplo. Excetuando-se eventos como este, as narrativas históricas atribuem grande autonomia aos processos que se desenrolam em cada província.

do Reino americano no período da independência e da política deliberada da Coroa portuguesa de enfraquecer qualquer tipo de centro decisório no Novo Mundo, as províncias não estavam, de todo, desligadas entre si¹⁸⁸. Se não havia um centro que de fato articulasse toda a diversidade da América Portuguesa, contudo, é preciso considerar que ao longo dos séculos foi se formando uma série de relações econômicas e políticas entre as capitanias circunvizinhas, depois províncias. Ainda que no começo do século XIX essas relações, especialmente as trocas econômicas, estivessem debilitadas, havia laços de dependência e cooperação política, econômica e militar entre essas províncias que, reiteradas durante décadas e até séculos, ampliavam a área de atuação dos grupos políticos e econômicos para além das fronteiras provinciais, constituindo uma percepção de blocos regionais ou “áreas de influência”. No período da independência, essa questão estava presente, interferindo de modo claro nos cálculos políticos.

A província do Grão-Pará ilustra muito bem este fenômeno. Como foi dito anteriormente, esta antiga capitania esteve intimamente ligada ao Maranhão durante boa parte da colonização portuguesa, formando por um longo período um governo em separado do restante da América Portuguesa e diretamente subordinado a Lisboa. Por conta disso, os homens dessa região acostumaram a se reportar a sedes de instituições civis e religiosas existentes nestas capitanias ou voltarem-se para a Europa, ignorando qualquer outro centro decisório na América. Dessa maneira, durante décadas homens de negócio de uma capitania tinham que se dirigir a uma autoridade sediada na capitania vizinha, uma vez que lá estava a instância máxima do poder do Estado na América. Por sua vez, já no começo do século XIX, causas judiciais freqüentemente obrigavam o deslocamento de indivíduos de uma província para a outra, a fim de obter a apreciação de seus processos. Deste modo, se ao longo dos séculos, entre os homens desta região foram se consolidando “rotas de

¹⁸⁸ Luiz Felipe de Alencastro chama a atenção para essa escassez das trocas comerciais internas, pretendendo ver nisso uma prova do isolamento entre as províncias. Ver deste autor – “Vida Privada e Ordem Privada no Império”. IN: Luiz Felipe de Alencastro (org.) *História da Vida Privada*, vol. 2. Império: A Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo, Cia das Letras, 1997, pp. 12-23. Já Márcia Berbel interpretou a atuação pouco coesa dos deputados americanos nas Cortes de Lisboa como a vitória da política da Coroa portuguesa que pretendia desligar as províncias entre si através do enfraquecimento dos centros de poder no Novo Mundo. Ver de Márcia Berbel – *A Nação como Artefato*, pp. 31-57.

peregrinação” que ignoravam centros como a Bahia e o Rio de Janeiro, isto não significava que todos os caminhos do poder levassem a Lisboa¹⁸⁹.

Por trás dessa iniciativa lusa, de em certos momentos incentivar as relações entre estas capitanias circunvizinhas, existia o interesse de melhor controlar a região, dinamizar a sua economia e racionalizar a circulação de valores. Estes objetivos são claros, por exemplo, na formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, um dos principais instrumentos das reformas pombalinas para o controle e o fomento econômico da região¹⁹⁰. Isso também pode ser verificado já no final do século XVIII, quando autoridades portuguesas ainda buscavam estreitar as relações comerciais entre o Pará, Goiás e Mato Grosso, mesmo quando as minas auríferas do centro do continente já tinham sido exauridas. Em carta de 1797, Francisco de Souza Coutinho relatava a Lisboa as suas tentativas nesse sentido, incentivando a formação de fazendas de gado nas áreas limites e o escoamento dos produtos da região pelos rios do Pará¹⁹¹. Ações como estas, obviamente, levavam em conta razões geográficas. A própria constituição de uma administração em separado no norte da América Portuguesa se devia, em grande medida, à já citada dificuldade de se navegar do sul para este ponto do continente. Além disso, muito antes das experiências de Souza Coutinho, já estava presente a expectativa de que a extensa rede hidrográfica que partia de Belém se tornaria o caminho mais racional para os produtos de diversos pontos do interior do continente com destino ao mercado internacional.

É bem verdade que na década de 1820 as trocas econômicas entre essas províncias estavam debilitadas, seja pelo vai-e-vem da política lusa, seja pela crise econômica que castigava algumas delas. No entanto, os laços que restavam eram suficientes não só para enxergar um bloco regional, mas também para perceber uma hierarquia entre as províncias. Tanto era assim, que em agosto de 1822, o brigadeiro José Maria de Moura, Governador de Armas do Pará, enviava uma carta para o Ministro dos Negócios da Guerra solicitando mais uma vez que fossem enviadas tropas européias para o Maranhão e o Pará, de forma que

¹⁸⁹ A partir de uma leitura particular das teses de Benedict Anderson, István Jancsó e João Paulo G. Pimenta defendem a idéia que na América Portuguesa não havia uma, mas várias “rotas de peregrinação”. Ver de István Jancsó & João Paulo G. Pimenta – “Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias*, pp. 137-138.

¹⁹⁰ Sobre este assunto, veja de Manuel Nunes Dias - *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo, Coleção da Revista de História, 1971.

¹⁹¹ Biblioteca Nacional (BN/RJ) - Seção de Manuscritos – 7, 3, 41 – Informação sobre a comunidade e o comércio do Pará para Goyazes. Pará, 1797.

estas pudessem não só garantir a sua segurança, mas também auxiliar Goiás, Mato Grosso e Piauí, definidas por Moura como províncias dependentes das duas primeiras¹⁹².

A documentação dá vários exemplos de como eram concretas essas relações de dependência, cooperação e hierarquia entre as províncias. Neste sentido, no final de dezembro de 1822, a Junta Provisória do Pará escreve uma carta justificando a sua decisão de não atender a um pedido de auxílio financeiro solicitado pelo governo de Mato Grosso, levando em consideração não apenas as dificuldades econômicas da província, mas também o fato de que outros abonos solicitados por este vizinho nunca tinham sido honrados¹⁹³. Esta declaração de que a iniciativa em pedir auxílio financeiro era recorrente, por sua vez, é revelador de que, no universo das relações entre as autoridades, o Pará era identificado pelos de Mato Grosso como um ponto de referência ao qual deveriam se reportar em casos de dificuldade¹⁹⁴. Por outro lado, ao definir esta província como “dependente”, o Governador de Armas do Pará torna evidente que esta relação de cooperação e hierarquia era aceita nas duas pontas do processo.

É nesse sentido que na já citada carta de José Maria de Moura, cabia ao Maranhão e ao Pará o papel e o direito de intervir militarmente nessas províncias a fim de apaziguar a disputa política e reprimir os partidários da independência. No documento, Moura demonstra que tinha boas informações sobre a situação política do Mato Grosso e de Goiás, acompanhada passo a passo com grande interesse em Belém. Obviamente, isso não acontecia por acaso: como se verá adiante, no caso de Goiás, por exemplo, a aliança de elites políticas do norte da província com as do Pará era fundamental para a estabilidade do seu projeto político, enquanto para as autoridades paraenses o sucesso destes seus aliados do norte goiano representava uma vitória contra o alastramento das idéias de independência.

¹⁹² Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – ACL – CU 013, CX. 155, D. 11914 (Projeto Resgate)

¹⁹³ APEP – Códice 739 – Correspondência de Diversos com o Governo (1822-23), d. 123.

¹⁹⁴ Estas dificuldades não se restringiam apenas a eventuais problemas econômicos. Como se verá adiante, quando as decisões tomadas no Rio de Janeiro começaram a tomar um caminho diferente daquele proposto pelas Cortes de Lisboa, sendo um dos marcos dessa mudança o pedido de envio para o Rio de procuradores das províncias, os grupos políticos do Mato Grosso decididos a manter os laços com Lisboa recorreram ao Pará. Isto ficou registrado em cartas dessas autoridades nas quais eram propostas o auxílio-mútuo na defesa da fidelidade à nação portuguesa. Ver de Palma Muniz – *Adesão do Grão Pará à Independência*., pp. 209-211; de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 24-25; e de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, pp. 344-345.

As relações de dependência e cooperação, entretanto, não se davam apenas entre o Pará e províncias mais frágeis. Ao contrário: neste período existia uma forte dependência, sobretudo econômica, em relação ao Maranhão. Apesar de serem províncias estreitamente ligadas ao longo da história, o Maranhão chegava ao começo do século XIX como uma das porções mais ricas do Império português, enquanto a sua vizinha sofria uma crise econômica que a ameaçava jogar no caos. Neste sentido, há várias correspondências de autoridades paraenses em que é solicitado o apoio financeiro de Lisboa ou do governo maranhense para o cumprimento de funções que a princípio seriam de sua responsabilidade, mas que não podiam ser levadas adiante por falta de recursos¹⁹⁵.

Quando se agravou a crise política em Portugal, a dependência econômica do Pará em relação ao Maranhão se tornou ainda mais evidente. Quando acontecia alguma interrupção nos repasse regulares de verbas, começava rapidamente uma intensa mobilização das autoridades paraenses, tamanha era a dependência desses recursos¹⁹⁶. Em 1823, a Junta Provisória do Pará não só dirigiu cartas ao governo maranhense tentando sensibilizar as suas autoridades quanto à importância dos repasses, como chegou a mandar uma embarcação a fim de apressar o recebimento das verbas¹⁹⁷.

No sentido inverso, também havia uma expectativa de pronta cooperação da província vizinha em casos de urgência no Maranhão. Como se verá adiante, durante a guerra com os dissidentes em 1823, por exemplo, São Luiz passou a depender do Pará no abastecimento de carnes¹⁹⁸. Ainda mais importante que isso, é o envio de tropas paraenses neste mesmo ano para o território maranhense, a despeito de todas as dificuldades internas. Numa carta enviada a Lisboa em fevereiro, a Junta Provisória justificava a sua atitude como

¹⁹⁵ Em carta de 13 de Janeiro de 1823, a Junta Provisória do Pará reclama para as autoridades do Maranhão que os gastos com a construção da Fragata Leopoldina estão castigando ainda mais o já exaurido tesouro da Província. Por conta disso, solicitava que fosse enviado, além dos repasses de verbas já devidos pelo Maranhão, um adiantamento de recursos com o objetivo de dar prosseguimento as obras. Ver APEP – Códice 743 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 89. Já em uma carta de 5 de Outubro de 1822 a Junta Provisória do Pará solicita ao governo de Lisboa o envio de duas Corvetas ou Brigues para defender a província, mas avisa que os custos desta operação teriam que ser suportados por Portugal, já que não havia a menor possibilidade do tesouro provincial responder por mais essas despesas. Ver APEP – Códice 742- Correspondência do Governo com a Corte (1822-23) , d. 150.

¹⁹⁶ O repasse de verbas do Maranhão para o Pará continuará sendo uma importante fonte de receita desta última durante o Império.

¹⁹⁷ APEP – Códice 740 – Correspondência dos Governadores com Diversos (1822-23), d. 521.

¹⁹⁸ APEP – Códice 741 – Correspondência do Governo com Diversos (1822-23), d. 269.

a única forma de garantir a tranquilidade daquela que considerava como “a mais natural amiga, e como verdadeiro antemoral (sic) da segurança do Grão Pará”.¹⁹⁹

Deste modo, se nas primeiras páginas deste trabalho houve um esforço para demonstrar que a integração do Reino do Brasil estava longe de ser uma realidade às vésperas da Independência, aqui se pretendeu fixar outro dado que também compunha a percepção da realidade dos diversos grupos políticos em conflito no Grão-Pará: estes não viam a província como um corpo isolado, mas como parte de um bloco regional ou de uma “área de influência”. Como se verá a seguir, os diversos partidos que dividiram a sociedade paraense estiveram atentos, entre outras coisas, à possibilidade de manutenção ou esfacelamento deste bloco regional, sendo este um dado fundamental nas suas estratégias de luta política. Afinal, essa questão era importante para a viabilização, sobretudo econômica e política, de projetos que eram apresentados como alternativas de futuro para a superação da crise em curso.

Capítulo 3

A quebra da “mola real das sociedades bem constituídas”: o aprofundamento da crise do Antigo Regime Português no Grão-Pará e as tentativas de sua superação

3.1 – Disputas em torno do futuro

A palavra “partido” é, provavelmente, a mais repetida expressão utilizada nos documentos que descrevem o Pará após a adesão da Província à Revolução do Porto, no dia primeiro de janeiro de 1821. De maneira geral, os homens do período insistiam em dizer

¹⁹⁹ APEP – Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 108.

que a província estava dilacerada pelo conflito aberto entre os vários partidos, mas poucos se atreveram a fazer uma análise que classificasse toda a diversidade representada por esses grupos políticos. Entender esta dificuldade exige perceber a singularidade deste período de crise, em cujo decurso os modelos políticos e as demais formas de reiteração da vida social foram perdendo a sua operacionalidade, misturando-se a outras percepções que, ainda que inovadoras, guardavam sempre algum lastro no passado. Por conta disso, saltava aos olhos a diversidade de opiniões, mas era difícil definir com clareza as fronteiras entre os grupos, uma vez que os indivíduos, tendo em vista alianças e conjunturas voláteis, podiam freqüentemente mudar de lado ou reagrupar-se em novos campos de força.

Além da instabilidade característica do período, o entendimento desta dinâmica ainda pode ser embaralhado se não se estiver atento ao fato de que os homens podiam convergir em temas, tidos por muito tempo na historiografia como os “divisores de águas”, sem pertencer ao mesmo partido. No período no qual está circunscrita esta parte deste estudo, a luta política que se desenrola no Grão-Pará era muito mais complexa do que a simples contraposição entre os que desejavam permanecer fiéis a Lisboa e os que almejavam alinhar-se ao governo do Rio de Janeiro, sendo, ainda, que na maior parte do tempo este não foi o principal foco de tensão. Na verdade, entre os que lutavam pela manutenção dos laços com Lisboa havia uma aberta e violenta disputa. Entre esses homens, podia-se identificar a ação articulada de um grupo que pretendia implantar na província, por conta da adesão do Grão-Pará à Revolução do Porto, uma série de garantias e liberdades conquistadas pelos Constitucionais no Reino Europeu o que, em tese, abria caminho também para uma possível mudança nas posições de mando e poder na província. Por sua vez, a oposição a este projeto político feita por um partido também fiel a Lisboa, mas que se mantinha firme no propósito de limitar a extensão das reformas Vintistas, gerou conflitos que se traduziram na perseguição, prisão e eliminação física dos oponentes, além da impossibilidade desses grupos construírem alianças significativas entre si, o que deixava claro que as discordâncias não eram pontuais, mas atingiam, sim, a essência da luta.

Da mesma forma, quando no bojo destas disputas a proposta de alinhamento da província ao Rio de Janeiro foi ganhando densidade, isso não significou que em torno desta bandeira tivesse se formado um grupo coeso. Primeiro porque essas fileiras foram engrossadas por indivíduos egressos de outros grupos que tiveram o seu projeto político

primeiro inviabilizado e traziam aspirações diversas. Além disso, no interior deste campo de força, a elite econômica e política da província, freqüentemente, fez questão de identificar os demais homens livres, que sob a bandeira da Independência propuseram mudanças cada vez mais radicais, como pertencentes a outro partido, deixando explícito que em torno da aspiração de ligar-se ao Rio de Janeiro gravitavam alternativas políticas bastante distintas.

Nas páginas a seguir, portanto, não se encontrará as ações e os conflitos entre um “Partido Brasileiro” e um “Partido Português”, mas sim as ações e os conflitos entre múltiplos partidos. Isso, aliás, deveria beirar a obviedade, pois a documentação demonstra amplamente que o verdadeiro centro de preocupação dos indivíduos era a superação de uma crise que tomava forma para os homens do período na generalizada sensação de que as coisas estavam, perigosamente, fora de seus lugares. É somente dentro deste contexto que a disputa entre a manutenção dos laços com Lisboa ou o alinhamento ao Rio de Janeiro ganhou sentido, na medida em que no desenrolar da luta política, em meio a vários outros entendimentos da realidade, essas propostas foram apresentadas por grupos políticos como as alternativas de futuro que melhor respondiam à necessidade de enfrentamento da crise vivida. Mas o problema transcendia a essa escolha. Tanto era assim que, em outubro de 1823, portanto alguns meses depois das autoridades provinciais terem jurado fidelidade a D. Pedro I, o bispo paraense deixava explícito que a situação de desconforto permanecia generalizada. Em carta ao Governo da província, a autoridade religiosa lamentava o fato do constitucionalismo ter dado “demasiada ânsia e liberdade às paixões”, quebrando assim a “mola real das sociedades bem constituídas”. Por conta desse quadro, o bispo dizia que era difícil conter os ânimos, já que os homens não se deixavam influenciar nem mesmo pela autoridade da religião²⁰⁰.

Mas o que causava tanto horror ao religioso e a grande parte dos seus contemporâneos? O que havia sido rompido? Antes de buscar compreender a dinâmica da sociedade paraense, que através da reconstrução da luta política pode tornar mais nítidas as fronteiras entre os grupos, torna-se imprescindível explorar as dimensões da novidade histórica que se impunha a esses homens com a Revolução que estava em marcha em

²⁰⁰ APEP – Códice 713 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1820-26), d. 63.

Portugal desde 1820 e adesão da província do Grão-Pará a este movimento no ano seguinte. Essa mudança tem um dos seus indicativos no já citado uso generalizado e socialmente aceito da expressão “partido” como um dos elementos legítimos da vida política da província. Esta era uma variante que rompia com a essência do modelo político até então praticado na América Portuguesa. Isso porque no Antigo Regime a disputa pelo poder era, por princípio, vetada à sociedade já que todo ele pertencia ao monarca e a quem fosse por ele designado para exercê-lo. Dentro deste modelo, a organização dos homens em partidos não podia ser considerada como uma prática legítima, já que os fins últimos da existência de qualquer partido são a disputa e a conquista do poder.²⁰¹

Obviamente, isto não significa que na América Portuguesa os homens nunca tivessem convivido com organizações de tipo partidário ou pelo menos assim identificadas²⁰². Antes, no entanto, como lembra István Jancsó, “a confrontação de alternativas através de partidos reduzia qualquer alternativa não concordante com a política oficial, e formulada à margem daquilo que esta definia como sociedade política, à condição de sedição”²⁰³. O Vintismo, contudo, ao instruir a eleição de representantes que deveriam estabelecer uma Constituição para a Nação portuguesa e ao permitir que cada uma das antigas capitanias, agora elevadas à condição de províncias, pudessem eleger internamente o seu próprio governo sob a forma de Juntas, imprimia um novo modelo à sociedade no qual a disputa pelo poder era legítima o que, por sua vez, alimentava aspirações a diferentes projetos de futuro, muitos deles não enquadrados à velha ordem e outros extrapolando até os limites mais “elásticos” do que então se tinha por boa ordem nesta nova conjuntura.

Desse modo, o dissenso tornava-se um direito público, tomando conta rapidamente de espaços que ganharam força com Vintismo, tal como o periodismo que passou a ter um novo significado a partir da Liberdade de Imprensa conquistada pelo Movimento Constitucional²⁰⁴. Esta não era mudança trivial e todos o sabiam. A exteriorização das divergências era, em si mesma, uma das mais genuínas manifestações da crise vivida e, justamente por conta disso, era uma das causas do declarado desconforto dos

²⁰¹ István Jancsó - *Na Bahia, contra o Império. História do Ensaio de Sedição de 1798*. São Paulo / Salvador, Hucitec / Edufba, 1996, pp. 182-183.

²⁰² Na tentativa de sedição na Bahia em 1798 já estão presentes estes elementos. Ver de István Jancsó - *Na Bahia, contra o Império. História do Ensaio de Sedição de 1798*.

²⁰³ István Jancsó - *Na Bahia, contra o Império. História do Ensaio de Sedição de 1798*, p. 184.

²⁰⁴ Sobre a Liberdade de Imprensa e seus desdobramentos no Grão-Pará, veja a fundamental obra de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas Demagogos e Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*.

homens do período, ainda que, como se verá nos itens subseqüentes, as reações destes indivíduos a este fenômeno variassem de acordo com os projetos de futuro do seu grupo político.

Nesse sentido, por exemplo, a segunda Junta de Governo do Grão-Pará enviou uma carta a Lisboa em outubro de 1822, queixando-se da postura do então Governador de Armas, José Maria de Moura, que não permitia que Junta dispusesse de um corpo policial a fim de controlar os ânimos acirrados pela “versatilidade de opiniões” que, na visão desta, ainda que merecesse atenção, era uma característica própria desse tempo. Para essas autoridades paraenses, o Governador de Armas não respondia bem a essa nova situação, pois percebia em cada divergência a manifestação de uma opinião subversiva, dificultando desta forma a manutenção da ordem interna na província²⁰⁵. No entanto, é importante perceber que apesar desta Junta em vários momentos ter defendido o direito ao dissenso, em grande parte das ocasiões em contraposição às ações do citado Governador de Armas, na citada carta que foi enviada a Lisboa também não deixou escapar a sua preocupação ao declarar que pretendia, preventivamente, impor limites ao acirramento dos ânimos entre os partidos, identificando o seu fomento na própria exteriorização da “versatilidade de opiniões” que defendia.

É preciso também compreender que estes partidos, cuja legitimidade na vida política era uma novidade histórica para esses homens, difere muito daquilo que está enquadrado no atual entendimento que se tem desse vocábulo. Enquanto hoje se entende que há uma distância muito grande entre um homem sentir-se partidário de uma proposta política e participar de um partido político estruturado, naquele período esta distinção não existia²⁰⁶. Na verdade, o que se presenciava no Grão-Pará era a existência de organizações de tipo partidário, nas quais um grupo de homens eram co-responsáveis por diversas práticas interligadas que tinham como objetivo um fim político comum, o que fazia essas associações serem identificadas como um agente coletivo²⁰⁷. Nesse sentido, o partido era, na maior parte das vezes, identificado pelo outro. Ninguém se declarava irmanado a este

²⁰⁵ APEP – Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 77.

²⁰⁶ István Jancsó - *Na Bahia, contra o Império. História do Ensaio de Sedição de 1798*, p. 181.

²⁰⁷ Sobre esta discussão a respeito dos partidos, veja de István Jancsó – “Bahia 1798 – A hipótese de auxílio francês ou a cor dos gatos”. IN: István Jancsó – *Peças de um Mosaico*. São Paulo, USP. Tese de Livre Docência.

tipo de organização, mas com frequência enxergava nas ações de outros indivíduos, muitas vezes seus adversários, um agente coletivo.

Se, no entanto, esta multiplicidade de posicionamentos políticos podia ser encontrada no período em vários outros pontos do Reino do Brasil, o que tornou o cenário paraense distinto foi uma conjuntura na qual nenhum dos partidos conseguiu criar condições para alcançar o poder e mantê-lo de maneira estável, impondo o seu projeto de futuro, fosse através de acordos, ou fosse por meio da coerção. Essa indefinição, quanto ao controle do poder do Estado na província, tornou a disputa política aberta e longa, explicitando as divergências e imprimindo na sociedade paraense um sentimento muito claro de cisão que se alimentava não só de pontuais discordâncias, mas da crença na viabilidade de outras propostas para a superação da crise então vivida. Neste sentido, os conflitos armados que têm como palco o Grão-Pará, uma marca dos episódios que serão evidenciados aqui, exteriorizavam a aparente impossibilidade de se alcançar um consenso político mínimo em torno de um projeto de futuro que garantisse a estabilidade da província.

Vivia-se um “Tempo de Incertezas”, já que a percepção de que havia sido quebrada a “mola real das sociedades bem constituídas” não era uma perspectiva restrita ao Bispo paraense. Diante disso, como em todas as situações de crise, entre a disputa pelo restabelecimento da ordem ou da sua superação por uma nova ordem, pairava sobre muitas cabeças a preocupação de não saber onde tudo aquilo iria parar ou, em outras palavras, a que desfecho levaria toda aquela ebulição política. Nesse sentido, ao analisar as razões do malogrado levante militar de 14 de Abril de 1823, em que parte das tropas se sublevou com o objetivo de se fazer proclamar o alinhamento do Pará ao governo do Rio de Janeiro, o Major Antonio Ladislau Monteiro Baena explicitou essa preocupação:

“Dest’arte terminou uma facção turbulenta e atrevida, que apoderando-se insidiosamente de uma parte da Força Militar pretendeo extemporaneamente e por meios imoraes de inducção da Tropa, aleivosia, perfidia e mão armada violentar a massa inteira dos habitantes da Capital do Pará a seguir o seu impulso. Ella deve ser

considerada como natural resultado de terem afrouxado no primeiro de janeiro de 1821 o nervo da disciplina, a subordinação, e o respeito: sendo muito de recear que por isso a Tropa venha a ter a perigosa flexibilidade de auxiliar quantas formas transitorias da Sociedade possa forjar a ambição precipitosa de todos aquelles que facilmente e bem depressa quebrantaõ os juramentos a falsa submissão que fazem. Formas transitórias essas, em que se perde a fé que havia no passado e não se tem nenhuma no futuro: desacredita-se o poder pela sua instabilidade no animo dos que obedecem, e deste descredito segue-se a desobediencia e solta-se o laço que deve unir o Superior e o Subdito: e finalmente espeda-se a sociedade e se dissolve movendo-se aõ fio de todas as paixões e theorias²⁰⁸”.

Baena não foi só um historiador desses acontecimentos, mas também um personagem que, como militar, teve papel ativo na repressão ao Movimento de 14 de Abril, algo, inclusive, que fez questão de salientar em sua obra. No trecho citado, ele sintetiza com uma clareza ímpar uma série de questões que podem ser encontradas de maneira fragmentada em diversos documentos produzidos no período, mantendo na sua narrativa histórica uma ótica coerente com as posições políticas que assumiu na ocasião dos episódios e que eram fartamente conhecidas na província.

Neste sentido, Baena não hesitou em identificar na legitimação das idéias Vintistas o fomento à “versatilidade de opiniões” que teria resultado na instabilidade política que parecia ter virado a sociedade paraense de cabeça para baixo. Diante desse quadro, na ótica de Baena, que encontrava eco em vários contemporâneos, mais alarmante que a possível vitória de um projeto de futuro oposto ao seu era a manutenção de um cenário político que, na ausência de um poder hegemônico, permitisse que os partidos almejassem implantar na província tantas quantas “formas transitórias da Sociedade” pudesse forjar a “ambição” ao fio de todos os tipos de “paixões e teorias”. Aqui se pode

²⁰⁸ Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Grão-Pará*, pp. 376-377. Vale relembrar que no dia 1º de Janeiro de 1821, citado por Baena neste trecho, foi proclamada a adesão do Grão-Pará às Cortes de Lisboa.

novamente estabelecer um diálogo com a percepção do Bispo paraense: para o major, as novas idéias eram apenas “teorias” que se contrapunham à “mola real das sociedades bem constituídas” e por isso só podiam dar luz a “formas transitórias da Sociedade”, que não estavam amparadas no real, mas apenas em proposições. Por consequência, num cenário em que o dissenso era legítimo, para Baena e para boa parte dos seus contemporâneos, estavam dadas as condições para que, em resposta à crise, ao lado de propostas de reformas objetivando a restauração da ordem, possíveis aspirações por mudanças não tivessem limites, tornando o desfecho destes embates imprevisível.

Mas não era apenas a aparente falta de limites no debate público e nas ações dos partidos que incomodava o major. Também o desagradava o fato das tropas tornarem-se personagens ativos, ainda que auxiliares na sua ótica, da disputa política. Isso porque se estava colocando em risco um outro limite: aquele que definia quem estava dentro e quem estava à margem da Sociedade Política.

Nesse sentido, há ainda alguns desdobramentos sobre o episódio de 14 de abril que reforçam a importância desta questão. No dia seguinte ao levante militar, ainda no calor dos acontecimentos, a Junta Provisória do Pará enviou um relatório a Lisboa dando conta desse motim. Na correspondência fazia questão de ressaltar a fragilidade do movimento, facilmente derrotado pelas forças do governo²⁰⁹. Mais do que isso: os membros da Junta buscaram demonstrar a Lisboa que o levante não teve a participação dos grupos mais poderosos desta sociedade, restringindo-se a “sans-culottes e Mancebos fogaços, e faceis de illudir.”²¹⁰,

A princípio, e esta era a intenção da Junta, esta nota deveria ser tranquilizadora. No entanto, ao mesmo tempo, a descrição dos participantes da revolta explicitava um dos problemas mais difíceis de serem contornados pelas autoridades: as novas idéias estavam sendo apropriadas, ainda que de modo diverso, por um público muito mais amplo que as elites políticas e os letrados. O uso pejorativo do termo “sans-culottes” é muito significativo por aliar a referência à Revolução Francesa ao fato de haver muitos homens de pouca ou nenhuma posse entre os envolvidos na revolta. Nesse sentido, considerando o que já foi

²⁰⁹ Deve se considerar, no entanto, que a repressão a este levante militar foi facilitada por delações prévias, posteriormente recompensadas pelo governo como registra a documentação. Ver APEP – Códice 739 – Correspondência de Diversos com o Governo (1822-23), d. 150.

²¹⁰ AHU – ACL – CU 013, CX. 160, D. 12155 (Projeto Resgate). Texto citado na grafia original.

exposto sobre a composição das forças armadas paraenses, a propagação das novas idéias entre as tropas significava que estes ideais circulavam entre um importante elemento da sociedade paraense: os tapuios. Por sua vez, já tendo sido mostrado que os tapuios compunham grande parcela da população, que a relação entre estes e o restante da sociedade era permeada por conflitos e que boa parte das armas da província estavam nas mãos destes indígenas, não é difícil compreender porque o clima de instabilidade social foi uma constante em todo esse processo. O grande perigo para os que pretendiam manter a ordem estava, no entanto, no fato de que agora, fomentada pela “versatilidade de opiniões”, a exaltação de ânimos entre os tapuios deixava de se materializar apenas em pequenas insubordinações motivadas por queixas contra homens, eventualmente considerados como maus juízes ou maus administradores, para ganhar articulações maiores e mais complexas, passando a centrar progressivamente suas insatisfações no próprio modelo social.

Para os estratos dominantes paraenses não havia pecado maior do que pôr em risco o seu monopólio sobre a política. Por conta disso, tinham grande impacto as tentativas de desmoralização pública promovidas pelos adversários dos homens alinhados ao Movimento Constitucional na província, na medida em que acusavam estes últimos de, ao dar grande publicidade às novas idéias e incentivar o debate público, fazer com que essas discussões ultrapassassem o espaço restrito da Sociedade Política, dando margem para a agitação social.

Nesse sentido, em novembro de 1821, senhores de escravos fizeram uma denúncia pública contra Felipe Patroni²¹¹, dizendo que os negros tinham se apropriado de suas idéias de liberdade política, oriundas da Regeneração Portuguesa, e pretendiam estendê-las à sua própria condição, abolindo a escravidão²¹². O motivo da queixa tinha sua origem no plano para eleição dos deputados paraenses às Cortes de Lisboa publicado por Patroni no número dez do “Indagador Constitucional”, matéria que, segundo os denunciantes, teve ampla circulação na província. Nesta folha, Patroni sugere que os escravos também fossem contados no número de habitantes que determinaria quantos seriam os representantes do Grão-Pará. A justificativa para essa inclusão foi um dos motivos que causaram a indignação

²¹¹ Filipe Patroni cursava a universidade em Coimbra quando triunfou a Revolução do Porto. No mesmo ano embarcou para o Grão-Pará com o objetivo de promover a adesão da província ao movimento revolucionário posto em marcha em Portugal.

²¹² Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos.*, pp. 18-19.

dos senhores: Patroni usava como argumento a idéia de que ninguém mais do que os escravos deviam “ter quem se compadeça deles, procurando-lhes uma sorte mais feliz, até que um dia se lhes restituam seus direitos”²¹³.

A agitação política dos primeiros anos da década de 1820 conviveu com uma crescente fuga de escravos no Grão-Pará²¹⁴. Em cartas a Lisboa, o Governo Civil provincial fazia uma associação direta entre as recorrentes fugas de negros e as idéias de liberdade que passaram a circular com maior intensidade na província, o que se pretendeu combater com a aplicação de castigos mais severos para os escravos recapturados. Apesar dessas medidas, as autoridades continuavam a se queixar, dizendo que os escravos estavam muito altivos e falavam em alforria²¹⁵.

Os homens que publicamente pressionavam por reformas mais amplas e a implementação na província de garantias conquistadas na Europa pelos Vintistas, freqüentemente, foram acusados por esse quadro, reforçando-se estas afirmações com uma série de boatos. Um dos mais conhecidos dizia que, visitando uma casa, Patroni após beber a água trazida por um negro teria se levantado para se reportar a ele, agradecendo-lhe e afirmando que os escravos tinham tanto direito à liberdade quanto ele, algo que vinha sendo negado pela tirania²¹⁶. Verdadeira ou não, a importância desta história reside muito mais na sua ampla divulgação que a fez ser captada e registrada pelos cronistas, apontando o tipo de debate que era travado na província, mesmo que através do contar e recontar de boatos dessa ordem que disseminavam uma idéia perigosa para muitos: tirava os conflitos inerentes à escravidão do universo das relações privadas entre senhores e escravos ao qual, até então, estavam confinados na cabeça de muitos, para jogá-los na arena pública atribuindo ao próprio sistema político a sustentação do escravismo.

Logicamente, como dito antes, acusações deste tipo contra Patroni e outros defensores do Vintismo tinham como principal objetivo a sua desmoralização²¹⁷. Ainda que alguns historiadores tenham referendado como fato acusações feitas no calor da disputa pelo poder, não há elementos que sustentem a suposição de que os Constitucionais

²¹³ Idem.

²¹⁴ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência.*, pp. 169-170.

²¹⁵ APEP – Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 77.

²¹⁶ Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Grão-Pará*, p. 328.

²¹⁷ Uma das acusações mais graves que se fez ao Cônego Batista Campos, que substituíra Filipe Patroni na direção do periódico “O Paraense”, era de que o jornal incitava os negros à rebelião. Sobre este assunto, veja de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes*, pp. 149-195.

paraenses nutriam uma simpatia pela idéia de abolir-se a escravidão, da mesma forma como, tendo em vista seus interesses, eles sempre procuraram manter-se a uma distância segura das aspirações da parcela da população livre que até então tinha estado à margem da Sociedade Política. A verdade é que, tal como era durante o pleno funcionamento do Antigo Regime, após a Revolução do Porto aos escravos estava, por princípio, vedada a participação na vida política. Restava-lhes, portanto, tal como antes um único projeto de futuro: a conquista da sua liberdade que, no entanto, naquele contexto só poderia ser alcançada com a própria subversão da ordem.

Dessa forma, o Vintismo, pelo menos tal como foi apropriado por seus ideólogos no Grão-Pará, não tinha nada a oferecer aos cativos. Assim, as insistentes acusações dos adversários dos Constitucionais paraenses tinham uma verdade e uma mentira. Pode-se reafirmar, com base na documentação, que não se sustenta a idéia de que no seu conjunto os Vintistas paraenses pretendessem abolir a escravidão, ou que, durante a disputa pelo poder, estivessem dispostos a aliar-se, como último recurso, aos negros²¹⁸. No entanto, é uma verdade inegável que a maior publicidade das novas idéias provocou uma grande agitação entre os cativos de origem africana.

Isso porque, ao seu modo, os escravos se apropriaram do debate político então travado, fazendo na maior parte das vezes uma interpretação peculiar das teses que circulavam pela província. Esta questão ganha uma nova dimensão quando se tem em mente que, ao contrário do que poderia julgar o senso comum, apesar da sua situação degradante, os cativos julgavam ter direitos e prerrogativas²¹⁹. Por conta disso, estavam atentos ao que se passava, na expectativa de aumentar os seus direitos ou mudar a sua situação. Esta, aliás, não era uma novidade daquela conjuntura. Pesquisando documentos do século XVIII, no contexto da abolição da escravidão em Portugal, o historiador Luiz Geraldo Silva encontrou um processo-crime instigante: nele tinham sido arrolados alguns escravos cujos crimes foram terem lido alguns papéis que chegaram à América dando conta da abolição no Reino europeu, terem espalhado a notícia e passado a especular

²¹⁸ Esta hipótese foi aventada na já citada denúncia pública feita contra Patroni. Este documento está transcrito na obra de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 18-19.

²¹⁹ Sobre esta questão é extremamente reveladora a obra organizada por João José Reis e Eduardo Silva – *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Observadas com rigor as diferenças entre os casos, também joga luz sobre esta questão a interpretação feita por Thompson sobre as causas dos “Motins da Fome”. Ver de Edward P. Thompson – *Costumes em Comum*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

publicamente se esta situação também não se estendia a eles²²⁰. O que mudava agora no contexto do Vintismo era que a leitura de papéis abordando questões públicas tornara-se uma possibilidade mais corriqueira, assim como a expectativa por mudanças.

Se aos negros permanecia ilegítima a sua participação na vida política e no debate público, restava às autoridades provinciais o esforço em dificultar o acesso dos escravos às discussões políticas, bem como restringir o seu contato com notícias sobre revoluções ocorridas em outros lugares ou diferentes exemplos de rebeldia que podiam alimentar a expectativa por mudanças. No entanto, esta era uma tarefa inglória, já que as novidades podiam entrar na sociedade paraense por diversos poros. Entre os escravos, por exemplo, essas questões podiam ser trazidas pela mão-de-obra importada de outras províncias. Tanto era assim que, em Agosto de 1822, a Junta Provisória comunicou a Lisboa a sua decisão de reprimir qualquer tentativa de importação de cativos de outras províncias, sobretudo, de Pernambuco. Para a Junta, o “gênio do mal e da discórdia” que dominava Pernambuco tinha contaminado os escravos, sendo que a transferência de alguns deles para o Pará já havia provocado uma maior inquietação entre os negros²²¹. Outra porta de entrada conhecida das novas idéias, estava nos quilombos existentes nas áreas de fronteira. No final do século XVIII, por exemplo, tornara-se urgente para as autoridades paraenses a destruição dos vários deles que se formavam nos limites entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa, dado o perigo deste intercâmbio.²²²

A agitação entre os escravos era uma questão delicada porque, apesar de seu número ser relativamente pequeno na província, a sua distribuição era muito concentrada, representando um risco potencial não desprezível em áreas importantes como Belém e Cametá. Contudo, também é preciso salientar os limites desta ameaça à ordem então vigente. Nesse sentido, apesar das comoções entre os cativos e das seguidas denúncias das autoridades, não parece que as ações dos escravos tivessem alcançado no Grão-Pará a feição de um agente coletivo, diferentemente do que era a impressão que se tinha na Bahia

²²⁰ Luiz Geraldo Silva – “Esperança de Liberdade. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774)”. IN: *Revista de História*. N. 144, 1º semestre de 2001, pp. 107-149.

²²¹ APEP – Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 72.

²²² Flávio dos Santos Gomes & Rosa Elizabeth Acevedo Marin – *Tráfico de indígenas, fugas de escravos e formação de quilombos no auge da colonização do Contestado Franco-Lusitano*. Mimeo. Com algumas alterações, este artigo foi publicado com o título “Reconfigurações Coloniais: Tráfico de Indígenas, Fugitivos e Fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII)”. IN: *Revista de História*, N. 149, 2º semestre de 2003, p. 69-107.

do mesmo período, quando muitos falavam da existência de um Partido Negro²²³. Aparentemente, o grande temor em relação aos escravos era de que a parcela dos homens livres que integravam os estratos subordinados da sociedade paraense os vissem como possíveis aliados, o que de fato ocorreu posteriormente em alguns casos restritos, quando grupos de homens livres armados decretaram o fim da escravidão em algumas vilas, incorporando os cativos em suas fileiras que desafiavam as autoridades no interior da província após a Independência²²⁴.

Diferentemente do que ocorria em relação aos negros, a ação desta parcela dos homens livres foi muitas vezes percebida como articulada dentro da lógica de um partido. Sem dúvida alguma, naqueles conturbados anos da década de 1820, nenhum outro grupo representou uma ameaça maior à manutenção da ordem no Grão-Pará. Isso porque, diferentemente do que ocorria em relação aos escravos, a alternativa política defendida por estes indivíduos pressupunha mudanças e aspirações que não se restringiam a uma questão pontual, como a conquista da própria liberdade. Progressivamente, estes indivíduos passaram a questionar o próprio modelo social e por isso não eram vistos por aqueles que detinham o poder como simples salteadores²²⁵, mas como defensores de um projeto revolucionário, “anti-social”, que não encontrava nenhum aliado entre os partidos que lutavam entre si no interior das elites políticas paraenses, ao contrário do que se costumava alegar no calor da disputa. Por conta de sua postura, podiam ser chamados de “sans-culottes”, como visto anteriormente, ou dizia-se ironicamente que cada um deles pretendia

²²³ João José Reis – “O jogo duro do dois de julho: o ‘partido negro’ na Independência da Bahia”. IN: João José Reis & Eduardo Silva (org.) – *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. É preciso lembrar que o próprio João José Reis vê com ressalvas a idéia da existência de um Partido Negro na Bahia da década de 1820. Ainda sobre cenário veja a obra de Hendrik Kraay – “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”. O ‘recrutamento’ de escravos na guerra da Independência da Bahia (1822-23). IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Humanitas, vol. 22, n. 43, pp. 109-126, 2002.

²²⁴ Ações deste tipo, que serão descritas mais à frente, ocorreram na região do Baixo Amazonas já no ano de 1824. Ver APEP – Códice 776 (numeração antiga) – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com Diversos (1824), ofício de 12 de abril de 1824. Documento transcrito e publicado em: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo XII. Belém, SECDet, 1981, pp. 85-88.

²²⁵ Obviamente, em muitos documentos os homens livres pertencentes aos estratos subordinados são tratados como simples saqueadores, desordeiros e ébrios. Mas não tomando estes documentos separadamente e observando o conjunto dos debates então travados pelas correspondências, percebe-se que as elites políticas estavam preocupadas porque as desordens na província não eram fruto de simples banditismo ou de bebedeira. Além disso, é possível encontrar autoridades que, em suas correspondências, tratam demoradamente de suas preocupações em relação ao radicalismo dos objetivos políticos desses homens livres e depois, dando instruções para a campanha militar contra estes homens, orienta seus comandados a tratarem seus oponentes como “simples salteadores”, deixando clara a intenção de desqualificá-los.

ser Robespierre²²⁶. Seguindo o mesmo raciocínio, também foram freqüentemente identificados como defensores do alinhamento da província ao novo Estado independente que estava se formando na América sob o comando do Rio de Janeiro, já que muitos entendiam no período que não poderia haver proposta que, mais do que essa, subvertesse a ordem estabelecida²²⁷. Isso ficou marcado, por exemplo, levando-se em consideração que este grupo era formado majoritariamente pelos “não-brancos”, em associações que se faziam à época, relacionando a Independência a uma coisa de “Cabras”, ou desdenhando D. Pedro I como “Imperador dos Macacos”²²⁸. Contudo, ainda que nesse período, progressivamente, qualquer projeto político na província passasse a ter que levar essa questão em consideração, as aspirações desta parcela dos homens livres transcendiam à decisão sobre o alinhamento do Grão-Pará a Lisboa ou ao Rio de Janeiro.

As transformações e os debates daquele período, decorrentes da vitória da Revolução do Porto e da posterior adesão da província a esse movimento, tiveram um forte impacto na vida destes indivíduos. Isso porque esses homens tinham uma visão política, ainda que não pudessem sustentar uma discussão teórica²²⁹, o que, por sua vez, tornou o contorno dos seus projetos de futuro muitas vezes difusos, ora ligando-se, ora afastando-se frontalmente de pretensões de grupos políticos dos estratos dominantes, o que dificulta a compreensão do historiador, freqüentemente ávido por modelos mais estanques. De todo

²²⁶ APEP – Códice 790 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), proclamação aos moradores da vila de Vigia em 05 de fevereiro de 1824. A proclamação fazia referência aos acontecimentos de Cameté que serão debatidos mais adiante.

²²⁷ Há alguns registros em que fica explícita a idéia, encontrando eco entre muitos homens do período, de que a quebra dos laços com Portugal abriria caminho para a subversão da ordem. Tem-se um exemplo disso na narrativa de Baena sobre a despedida do Bispo Romualdo de Souza Coelho, que partia de Belém para Lisboa a fim de ocupar sua cadeira de deputado nas Cortes. Na ocasião, alguns cidadãos compareceram, pedindo que o Bispo intercedesse junto ao Congresso a favor de algumas reformas administrativas. Além disso, são apresentados vários argumentos que deveriam ser destacados como motivos da firme resolução da província em manter-se unida a Lisboa. Entre eles, além das idéias bem conhecidas, como o fato da comunicação com Portugal ser mais fácil se comparada ao Rio de Janeiro, argumentava-se que a quebra dos laços com o Império português faria com que se unissem rapidamente a escravidão da província, ávida pela liberdade, a uma parte dos homens livres pertencentes aos estratos subordinados que, segundo eles, eram opostos por índole e condição aos brancos, uma vez que estavam excluídos da possibilidade de ocuparem cargos sociais. Ver de Antonio Ladislau Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, 331-332.

²²⁸ A documentação registra repetidas vezes essas associações. Veja, por exemplo, APEP – Códice 798 – Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos (1824-25), p. 90; APEP – Códice 750 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 132. João José Reis identificou um processo semelhante na Bahia. Veja desse autor – “O jogo duro do dois de julho: o ‘partido negro’ na Independência da Bahia”. IN: João José Reis & Eduardo Silva (org.) – *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*.

²²⁹ Sobre este tipo de cultura política, discutida num âmbito mais geral, veja de István Jancsó – *Na Bahia, Contra o Império. História do Ensaio de Sedição de 1798*, p. 181.

modo, tal como já foi dito em relação aos escravos, é certo que as idéias oriundas do Vintismo foram muitas vezes apropriadas, ao seu modo, pelos homens livres que integravam os estratos subordinados da sociedade paraense na expectativa de aumentar os seus direitos, o que, na maioria das vezes, se confundia com a subversão da ordem.

Entre vários ocorridos, um fato ilustra bem esta questão. Sabe-se que uma das garantias mais expressivas conquistadas pelos Constitucionais em Portugal foi a proibição de se efetuarem prisões sem culpa formada ou flagrante. No Grão-Pará, essa novidade teve um impacto muito grande, sendo conhecidos os conflitos que decorreram da pretensão de se fazer aplicar na província esta norma. Nesse sentido, a historiografia sempre lembra as ríspidas discussões do Governo Civil paraense, que censurava o Governador de Armas José Maria Moura por ter pressionado para que se efetuasse a prisão de seus oponentes políticos sem que houvesse culpa formada. No entanto, o que não é citado é o fato de que os impasses em torno deste direito ultrapassaram o terreno da disputa entre as elites políticas, algo de que se pode encontrar registro em uma correspondência enviada por João Barata, Juiz Ordinário de Vila Nova de El Rey, no final de fevereiro de 1823 à Junta de Governo. Nela Barata expõe o seu impasse: por ordens superiores era obrigado a remeter tapuios daquela Vila para o Arsenal Nacional e Real da Marinha e para outros serviços. Até então, o seu proceder, assim como de seus antecessores, foi o de prender os indígenas em cadeias e em troncos até que se chegasse ao número desejado para o envio, sendo isso justificado pela conhecida recusa destes indivíduos em se apresentarem voluntariamente para estes serviços. Contudo, atitudes que antes pareciam óbvias, então ficaram confusas. Barata dizia não saber o que fazer já que a nova legislação condenava como criminosos os juizes que efetivassem prisões sem culpa formada e os tapuios, não alheios ao debate na província, evocavam sua condição de homens livres para que cessasse a antiga prática²³⁰.

As contradições a que estava reduzido aquele juiz da distante Vila Nova de El Rey são uma clara demonstração de que a crise não é uma especulação teórica de historiadores, mas um dado da realidade ao qual os homens do período não podiam fugir. Por um lado, as condições objetivas continuavam as mesmas: a necessidade do emprego da mão-de-obra dos tapuios permanecia igual e estes ainda não tinham condições de resistir pelo uso da força a uma possível imposição. Por outro lado, era claro que uma prática de décadas tinha

²³⁰ APEP – Códice 748 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 33.

perdido a sua operacionalidade. Barata perguntava à Junta como lidar com este novo contexto, já que tinha que enviar o número de indígenas solicitados e estes jamais iriam de livre vontade. As coisas estavam fora dos seus lugares e ninguém poderia dizer ao certo de que forma se restabeleceria um novo equilíbrio. Uma vez que os tapuios invocavam a sua condição de homens livres e o cumprimento de garantias conquistadas pelos Constitucionais no Reino Europeu, até onde tudo isto poderia chegar? Contudo, sabe-se que as velhas práticas para o recrutamento destes trabalhadores acabaram sendo mantidas o que, dentro deste cenário, contribuiu para o aumento de atos de rebeldia entre os tapuios.

De fato, havia uma tensão permanente, em grande parte fruto da contínua inclusão e exclusão dos tapuios, na condição de homens livres, das garantias conquistadas pelos constitucionais em Portugal. A eleição na província para as Cortes de Lisboa revela um pouco esse movimento contraditório: afinal, esses indígenas participaram da escolha dos deputados para as Cortes? Uma vez que os critérios divulgados em novembro de 1820 estabeleciam como eleitores na primeira instância²³¹ todos os cidadãos portugueses²³² maiores de 21 anos, excluindo apenas os homens livres sem ocupação, nada vetava, a princípio, a participação no sufrágio dos tapuios que atendiam aos pré-requisitos exigidos. E, de fato, esses indígenas participaram das eleições: em um ofício da Junta Provisória do Grão-Pará ao governo de Lisboa, em maio de 1821, as autoridades paraenses atribuíam o atraso no processo para a escolha dos deputados, entre outras justificativas, à “incapacidade dos juízes índios”²³³. Deste modo, num primeiro momento, fica evidente a inclusão dos tapuios no processo eleitoral o que representava, em tese, o reconhecimento de que estes indivíduos podiam reivindicar para si as prerrogativas dos homens livres. No entanto, na prática, um exame mais detido revela a persistência de velhos mecanismos que, em virtude do enquadramento peculiar desses indígenas na sociedade paraense, excluía essa possibilidade para a grande massa dos tapuios.

²³¹ Pelas regras eleitorais, estabelecia-se o sufrágio em três níveis: freguesia, comarca e província.

²³² Márcia Berbel chama a atenção para o fato de que os eleitores, em todos os três níveis, deveriam ser cidadãos portugueses “em exercício”, o que, segundo ela, excluía os “‘incapacitados físicos e morais’, ‘os devedores falidos’ ou ‘devedores de cabedais públicos’, ‘os serventes domésticos’, ‘os criminosos’ e os que ‘não tinham emprego, ofício ou modo de viver conhecido’”. Dentro destas regras, obviamente, estavam também excluídos da condição de eleitores os escravos, mesmo os nascidos em territórios do Império Português. Ver de Márcia Berbel – *A Nação como Artefato*, p. 49.

²³³ AHU – ACL – CU 013, CX. 150, D. 11.616. Uma cópia deste ofício está transcrita na obra de Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, p. 92.

Em termos concretos, um dos grandes mecanismos de exclusão desses indígenas era o não reconhecimento da sua própria existência nas listas populacionais da província, problema já apontado no capítulo 2. Nessa circunstância, foram mencionadas as observações de Spix e Martius em relação aos dados populacionais referentes a Porto de Moz, uma freguesia habitada quase que exclusivamente por indígenas e mestiços. Segundo Spix e Martius a população deste lugar era de aproximadamente mil pessoas, mas as listas de população só contavam 210, já que eram elaboradas a partir dos livros paroquiais que só registravam os indivíduos que participavam dos sacramentos, prática que era generalizada em todo Grão-Pará. Como dito no capítulo 2, os excluídos destas listas eram os tapuios, que segundo esses autores eram, quase sempre, apenas batizados e constavam nos dados populacionais em uma porcentagem mínima²³⁴. Esta questão é importante porque foi a partir das estatísticas da província que se organizou o sufrágio no Grão-Pará, determinando o número de eleitores de paróquia, por exemplo. Nesse sentido, ao se verificar a estatística utilizada para o processo eleitoral há uma constatação instigante: nos dados populacionais da freguesia de Porto de Moz mencionados por Spix e Martius, que segundo eles excluía quase a totalidade dos tapuios, eram contadas 50 casas. Já a estatística utilizada pela Junta Preparatória das Eleições, que se baseava nos recenseamentos de 1793 e 1799 ao invés de utilizar os mapas populacionais de 1816, apontava a existência de apenas 31 casas nesta mesma freguesia²³⁵. Ou seja, quase todos os tapuios estavam excluídos deste processo de antemão, a despeito de possuírem ou não os pré-requisitos exigidos dos eleitores, uma vez que a própria existência deles era ignorada numa escala ainda maior do que já acontecia nas estatísticas que foram alvo das críticas de Spix e Martius. Ao mesmo, a presença dos mencionados juízes índios atesta o fato de que as autoridades paraenses não negavam, em tese, que esses indígenas podiam ser eleitores.

De fato, os tapuios tinham o status de homens livres, mas até que ponto poderiam realmente reivindicar para si as garantias constitucionais aprovadas em Lisboa? Nessa pesquisa não foram localizados registros de questionamentos por parte desses indígenas em relação à sua participação ou não nas eleições dos deputados para as Cortes. Contudo, à

²³⁴ Esta questão é apontada por José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*, p. 153. Veja também Johann Baptist Von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, p. 86.

²³⁵ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, 107-109.

medida que o debate público foi se espraiando, cada vez mais os tapuios foram invocando a condição de homens livres para reivindicar as garantias constitucionais, especialmente como forma minar as estruturas que os obrigavam ao trabalho compulsório²³⁶. É por conta desta última questão, sobretudo, que os tapuios se tornarão, progressivamente, a maior ameaça à ordem interna na província.

As ações destes indígenas eram muito temidas, alegando-se à época que estes indivíduos podiam cometer toda a sorte de atos radicais, que eram eternamente propensos à rebeldia e fáceis de seduzir²³⁷. Na verdade, qualquer agitação entre os homens livres que integravam os estratos subordinados da sociedade paraense, grupo formado em grande parte pelos tapuios, causava preocupação pelo seu grande contingente e porque muitos destes homens estavam com armas nas mãos, fosse nas fileiras do exército e das milícias, fosse nos bandos de desertores que estavam espalhados por toda a província. A movimentação deste último grupo, aliás, era acompanhada com apreensão pelas autoridades paraenses. No período que antecede o alinhamento do Pará ao Rio de Janeiro, há trocas de correspondências entre a Junta Provisória e as Câmaras Municipais tratando da necessidade de reprimir as reuniões e as ações dos desertores. Nesse sentido, na região de Turiaçu, limite com o Maranhão, as autoridades reclamavam providências urgentes e o engajamento de pais de famílias e milicianos a fim de “limpar” as estradas que se encontravam, segundo a Câmara, “inundadas” por desertores e escravos fugidos²³⁸. Posteriormente, ficou evidente que a preocupação desses homens tinha fundamento: afinal, a região de Turiaçu tornou-se um dos epicentros das comoções populares que se seguiram à Independência e os desertores constituíram-se na espinha dorsal deste movimento que, por sua vez, tinha conexões e sofria influências das disputas políticas do Maranhão.

A deserção era um problema comum a toda a América Portuguesa, mas no Pará a situação era tão grave que acabou formando, colateralmente, um grupo social com expressão suficiente para alarmar os governos. Os grupos dos desertores eram formados, a exemplo do resto das tropas paraenses, majoritariamente por pequenos lavradores, dentre os

²³⁶ Exemplo disso, é o caso citado anteriormente através da carta do Juiz Ordinário de Vila Nova de El Rey, João Barata.

²³⁷ APEP – Códice 748 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 19. Ainda sobre os indígenas e a propriedade, veja APEP - Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 65.

²³⁸ APEP – Códice 750 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 50.

quais muitos tapuios, que se evadiam do exército agrupando-se muitas vezes em mocambos tal qual faziam os escravos fugidos²³⁹. Ainda assim, como sugerem os acontecimentos que se seguiram à incorporação do Pará ao Império, estes grupos não estavam isolados: ao contrário, possuíam redes de informação muito eficientes, capazes de possibilitar ações articuladas. Neste sentido, um dos pontos mais sensíveis da questão era a possibilidade de contágio dos indivíduos que ainda permaneciam nas tropas armadas pelo exemplo dos desertores. Considerando que aqueles, tal como estes, haviam ingressado no exército através de um recrutamento violento, e tinham as mesmas origens sociais e étnicas que os desertores, não é difícil compreender porque no auge da crise, as autoridades paraenses passaram a encarar as tropas como uma instituição que não inspirava confiança.

É preciso deixar claro, contudo, que apesar desta efervescência política no período que antecede o alinhamento do Grão Pará ao “Sistema do Sul”, as queixas contra a movimentação da dita “ralé”, formada por homens livres e, em alguns momentos, por escravos, são majoritariamente preventivas. À exceção de casos isolados como o levante em Muaná em 1823, que será citado adiante, as ações destes grupos não assumem grandes proporções e nem são articuladas, ao contrário do que se tornará comum meses depois. Mesmo assim, como dito antes, vai ficando cada vez mais clara, para os homens que detinham o poder econômico e político da província, a necessidade de controlar as aspirações daqueles que estavam à margem da Sociedade Política de modo a não perder o controle sobre o processo de mudanças detonado a partir 1 de janeiro de 1821. O que estava em jogo naquele período no Grão-Pará era mais do que a disputa entre as elites políticas, assim como as alternativas de futuro não estavam reduzidas simplesmente à escolha entre o alinhamento da Província a Lisboa ou a Rio de Janeiro. Somando-se a outros aspectos a serem debatidos ao longo deste capítulo, ter isso em mente é fundamental para compreender algumas ações e os limites de movimentos a que estavam presos os estratos dominantes paraenses no período. Nesse sentido, foi justamente o fato de ter ciência desta questão que propiciou os raros e pouco duradouros momentos em que os homens que detinham o poder econômico e político da província se uniram, circunstâncias em que ficou

²³⁹ Ver de Shirley Maria Silva Nogueira - *Razões para Desertar*. Na região de Turiagu há registro da formação deste tipo de mocambos. A este respeito ver o documento citado na nota anterior.

explícito o desejo de manutenção da ordem e a aspiração de pôr fim a uma crise que parecia nunca acabar.

É certo que a existência destes tipos de conflitos não foi um fenômeno exclusivo do Pará²⁴⁰. A documentação não só demonstra ocorrências semelhantes no Maranhão, como evidencia muitas vezes a articulação entre movimentos nas duas províncias. Da mesma forma, trabalhos recentes já citados sobre a Bahia demonstram como o período da Independência trouxe à tona esses conflitos, especialmente entre os escravos.²⁴¹ No entanto, o que chama a atenção no Pará é a dimensão que, progressivamente, assumem os movimentos de contestação dos escravos e, principalmente, da parcela dos homens livres que até então tinham estado sempre à margem da Sociedade Política, fruto, como se pretende demonstrar, de uma conjuntura que impossibilitou aos estratos dominantes combatê-los com eficiência.

Um sentimento de cisão permeava a sociedade paraense. Dia após dia, avolumavam-se denúncias que criavam a expectativa em torno de um enorme levante, temor que não só não diminui, como se intensificou após a independência. Tanto era assim que, em Novembro de 1823, Grenfell enviou um relatório a Cochrane solicitando reforços a fim de evitar que o Pará caísse sob o poder dos “pretos”.²⁴² Essa era uma situação que ainda tinha mais um componente explosivo: os estratos dominantes paraenses estavam profundamente divididos.

Quanto a isso, a historiografia empenhou-se no entendimento dessa divisão. Palma Muniz e Arthur César Ferreira Reis, entre outros historiadores, deram corpo a uma das mais prestigiosas interpretações ao opor a parte deste grupo composta por brasileiros,

²⁴⁰ Há trabalhos recentes sobre a atuação no Pará dos homens livres pertencentes aos estratos subordinados e dos escravos no período da independência. Veja de Ana Renata do Rosário de Lima - *Revoltas Camponesas no Vale do Acará – Grão-Pará (1822-40)*. Belém, NAEA/UFPA, 2002. Dissertação de Mestrado; de Eliane Cristina Lopes Soares - *Roceros e Vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no Período Colonial*. Belém, NAEA/UFPA, 2002. Dissertação de Mestrado.

²⁴¹ João José Reis - “O jogo duro do dois de julho: o ‘partido negro’ na Independência da Bahia”. In João Reis & Eduardo Silva (orgs.) - *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*; e de Hendrik Kraay - “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”. O “recrutamento” de escravos na guerra da Independência da Bahia (1822-23). IN: *Revista Brasileira de História*, pp. 109-126, 2002.

²⁴² Geraldo Mártires Coelho – *Ação e Reação na Província do Pará: o conflito político-social de 1823*. Niterói, UFF, 1978. Dissertação de Mestrado. José Alves de Souza Jr. lembra que na Amazônia Colonial era comum que os índios também fossem chamados de “negros” ou de “pretos”, hábito que se procurou reprimir a partir do Diretório. Ver deste autor – *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*, pp. 53-54. Em vista disso, pode-se supor que Grenfell não estava se referindo apenas aos africanos, mas a todos os não brancos.

supostamente interessada na independência, aos portugueses, que detinham altos cargos públicos, controlavam parte expressiva do comércio e, segundo esses autores, desejavam manter-se ligados a Portugal²⁴³.

No entanto, esta divisão das elites econômicas e políticas paraenses, entre brasileiros que querem a Independência e portugueses que se opõem a ela, negligenciou alguns aspectos da sociedade paraense e deste contexto histórico. Entre eles, sem dúvida o mais importante, é o fato de que a distinção entre quem é português e quem é brasileiro foi algo que se construiu durante a luta política e não um dado anterior a ela. Considerando o que já foi exposto, ao contrário do que propuseram Muniz e Reis, o sentido de pertencimento à nação brasileira não pode ser invocado neste período como um elemento decisivo do processo. Relembrando a atuação dos deputados americanos nas Cortes de Lisboa ou as propostas para a Constituição do Império do Brasil fica evidente que a idéia do Brasil como um corpo político capaz de agregar todos os portugueses da América não estava dada.

Se é um equívoco buscar na condição de “brasileiros” ou “portugueses” a orientação dos projetos políticos destes homens, acredita-se que da mesma forma já tenha ficado evidente, levando-se em consideração como se organizavam as relações econômicas e políticas dos estratos dominantes paraenses, as dificuldades para se alinhar um maior apoio destes homens para o projeto do Império do Brasil. Na verdade, pode-se reafirmar, contrariando teses como as defendidas por Muniz e Reis, que o alinhamento ao governo do Rio de Janeiro por uma parte das elites políticas e econômicas paraenses se constituiu mais como uma solução circunstancial na disputa entre os grupos da província do que como expressão de um projeto longamente maturado. De modo geral, a crise do Antigo Regime português era percebida por esses homens como um período de incômoda instabilidade, mas isso estava longe de ser entendido como o prenúncio do fim do Império luso. Por conta disso, são nas divergências quanto à forma dos laços de união com Lisboa que vão se concentrar a maior parte das disputas entre estes homens. Assim, só a partir do momento em que alguns destes projetos políticos foram perdendo viabilidade é que a união com as

²⁴³ Palma Muniz – Adesão do Grão-Pará à Independência; Arthur César Ferreira Reis – O Grão-Pará e o Maranhão. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico, Tomo II: Dispersão e Unidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

províncias meridionais foi se constituindo, ainda que de modo errático e confuso, como uma alternativa merecedora de adesão.

Tendo isso em mente e buscando superar a velha contraposição entre “brasileiros” e “portugueses”, em um dos mais recentes trabalhos sobre este período, José Alves de Souza Jr. tentou estabelecer um nexu entre as disputas por cargos públicos e a divisão que se tornou cada vez mais aberta entre os estratos dominantes paraenses após a adesão às Cortes em Janeiro de 1821. Partindo da idéia de que o controle dos cargos representava o melhor acesso ao poder político e econômico, Souza Jr. buscou opor, de um lado, os já mencionados funcionários-negociantes, grande parte deles europeus e tradicionais detentores dos melhores postos, aos demais membros da elite econômica local que estavam excluídos destas posições. Para o pesquisador, por conta deste quadro, o Vintismo encontrou neste último grupo seus defensores mais ferrenhos, uma vez que a adesão ao movimento revolucionário que se iniciara na Europa era visto como a possibilidade de promover uma profunda alteração nas posições de mando na província. Enquanto isso, segundo o autor, os “funcionários-negociantes” estariam mais ligados à velha ordem, pois era ela a garantia do seu poder²⁴⁴.

Essa interpretação trouxe uma importante contribuição ao apontar uma tendência geral muito operacional, mas ao mesmo tempo é preciso estar atento às questões nas quais a rigidez deste modelo é imprópria, especialmente quando as idéias são subordinadas de maneira mecânica exclusivamente aos interesses econômicos. Afinal, nem todos os protagonistas desta luta se encaixavam facilmente num destes dois campos, além do que, mesmo no interior destes grupos econômicos, havia divergências quanto ao alinhamento político adotado. Como admite o próprio Souza Jr, se entre os “funcionários-negociantes” havia um grupo que mesmo depois de janeiro de 1821 se colocou como defensor de valores da velha ordem, outra facção dela foi, em alguma medida, favorável ao Constitucionalismo²⁴⁵. Na verdade, havia uma grande diversidade de posições no interior deste grupo, muitas delas misturando as novas idéias às velhas referências, comportamento generalizado em tempos de crise, dando origem também a leituras diferentes do Vintismo.

²⁴⁴ Ver de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*.

²⁴⁵ José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*, pp. 7-8.

Todas estas posturas, no entanto, convergiam na pretensão comum de se restringir o processo de mudanças iniciado em 1 de janeiro de 1821 de maneira a evitar a ascensão de novos grupos na estrutura do poder provincial. É um mérito inegável da obra de Souza Jr., desdobrando apontamentos feitos por Geraldo Mártires Coelho, ter tornado mais clara as fronteiras entre os grupos das elites políticas que disputavam o poder no Grão-Pará neste período. No entanto, ao enquadrar os “funcionários-negociantes” sob o estreito rótulo de pertencerem a um “partido absolutista”, Souza Jr. acaba “comprando” a versão dos adversários deste grupo, como Felipe Patroni, que se auto-indicavam como os únicos guardiões dos ideais do Constitucionalismo. Dessa forma, sugere-se que havia apenas um Vintismo “puro” que se contrapunham ao Absolutismo igualmente “puro”, quando na verdade houve, muitas vezes, a mistura entre as duas referências²⁴⁶.

De toda maneira, é importante registrar que Souza Jr. também converge para a perspectiva de que, a princípio, as disputas entre os estratos dominantes paraenses se restringiam a projetos que, ainda que diferentes, sempre visavam a conservação dos laços com Portugal. Para esse pesquisador o embate político se deu por um longo período na província entre os ditos “absolutistas” e os ditos “constitucionais”, sendo que só lentamente irá se compondo uma terceira força, a dos “independentistas”. Este grupo irá se formar principalmente a partir de homens egressos do “partido constitucional”, que tiveram sucessivas frustrações nas suas tentativas de plena implementação na província da sua leitura do projeto Vintista, perspectiva que, por fim, tornou-se inviável depois da dissolução das Cortes de Lisboa em meados de 1823²⁴⁷.

Nunca é demais lembrar que as novas idéias, que posteriormente terão uma leitura particular no Vintismo, já circulavam na província muito antes da adesão à Revolução do Porto. Vicente Salles nos dá indícios de que, desde o final do século XVIII, livros proibidos chegavam clandestinamente ao Grão-Pará, sendo debatidos em reuniões secretas. Segundo o historiador, apesar das dificuldades para se encontrar uma documentação que esclareça a

²⁴⁶ É preciso deixar claro que com estas afirmações não se pretende igualar os grupos e as suas idéias, mas apenas chamar atenção para o fato de que as velhas e as novas referências se misturavam no período. Sobre as diferentes leituras do Vintismo, veja de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*.

²⁴⁷ A divisão dos grupos da província sugerida por Souza Jr. entre “absolutistas”, “constitucionais” e “independentistas”, grosso modo, também já tinha sido proposta por Domingos Antonio Raiol. Ver de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 39. Como se verá posteriormente, isto não significa que com a dissolução das Cortes de Lisboa a sociedade paraense estivesse caminhando para um consenso em torno do alinhamento ao governo do Rio de Janeiro.

real dimensão das sociedades secretas e dos clubes que atuavam na província, existem abundantes denúncias sobre a existência destas atividades da qual tomavam parte especialmente religiosos, militares, negociantes e proprietários. No começo do século XIX, por exemplo, há a denúncia do funcionamento em Belém de reuniões na casa do sogro do Ouvidor Joaquim Clemente da Silva Pombo onde se discutiam as “novidades políticas”. Denominado pelo denunciante como “Clube ou Sociedade dos Jacobinos e Pedreiros Livres”, sua atuação tornou-se notória a ponto de merecer a atenção do Bispo Manuel de Almeida Carvalho, que prontamente ameaçou com punições religiosas todos aqueles que tomassem parte nestas reuniões²⁴⁸.

Nos anos imediatamente anteriores à adesão às Cortes no Grão-Pará, período que Mário Barata chamou de “Transição para o Surto Liberal”, foi se tornando cada vez mais patente a circulação das novas idéias na província. Apesar dos esforços das autoridades em controlar seu avanço, essas chegavam com o retorno de jovens que tinham ido se formar na Europa, através dos contatos ou de notícias trazidas por homens vindos de Caiena, da América Espanhola e do Nordeste do Reino do Brasil²⁴⁹. Também não se deve esquecer que com a “Abertura dos Portos” aumentou a circulação de estrangeiros na cidade de Belém, sendo que desde 1820 a capital paraense passou a abrigar vice-consulados da França e da Inglaterra²⁵⁰. Por todos estes poros chegavam informações que estimulavam gestos de rebeldia. Neste sentido, já em 1819 o Conde de Vila-Flor mandava proceder a uma devassa contra cinco homens, entre eles um francês, acusados de fixarem diversos pasquins na cidade de Belém em que se invocavam princípios liberais²⁵¹. Em outros momentos, buscou-se reprimir a circulação de periódicos como “O Português”, o “Correio Braziliense” e outros “papéis incendiários” que alimentavam os debates nos clubes²⁵².

Foi justamente num destes clubes que germinou o levante militar que levaria à adesão da província às Cortes de Lisboa, movimento que se dava paralelamente às tentativas do jovem Filipe Patroni de angariar aliados para proclamar o

²⁴⁸ Vicente Salles – Memorial da Cabanagem. Esboço do Pensamento Político-Revolucionário no Grão-Pará. Belém, CEJUP, 1992, pp. 27-30.

²⁴⁹ Rosa E. Acevedo Marin – “A Influência da Revolução Francesa no Grão-Pará”. IN: José Carlos C. da Cunha (org.) – *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém, UNAMAZ / UFPA, 1992, p. 39.

²⁵⁰ Mário Barata – *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-23)*, pp. 19-24.

²⁵¹ Mário Barata – *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-23)*, pp. 25-81.

²⁵² Vicente Salles – Memorial da Cabanagem. Esboço do Pensamento Político-Revolucionário no Grão-Pará. Belém, CEJUP, 1992, pp. 17 e 29-31.

Constitucionalismo no Pará, objetivo que o fizera largar seus estudos na Universidade de Coimbra em outubro de 1820 em meio à efervescência revolucionária em Portugal. A partir daí a disputa política tornará mais explícitas as diferenças e as fronteiras entre os grupos.

3.2 – A Reconstrução das Diferenças

No final do verão europeu de 1817, o jovem paraense Filipe Alberto Patroni escrevia uma longa carta desde Coimbra, onde no ano anterior começara seus estudos jurídicos, para seu amigo Salvador Rodrigues do Couto, então Presbítero Secular e Capelão da Catedral de Belém²⁵³. Nela Patroni tentava convencer o seu amigo que era importante para todo jovem paraense com algum talento sair da sua terra e se pôr a viajar. Usava como primeiro argumento para isso o exemplo de outros moços que já tinham se aventurado, tendo rápida elevação após a sua saída do Pará. Citava, entre outros, o caso de Germano Aranha que, logo depois de se formar em Lisboa no Curso de Matemática da Academia da Marinha, foi promovido a segundo Comandante de uma embarcação de guerra. Entusiasmado, Patroni comentava a saga de Aranha:

*“Foi a Argel, desembarcou no Algarve, teve no mar um combate com os Espanhóis insurgentes e voltou para Lisboa, onde chegou no dia 29 do mês passado, tendo dezessete mil réis de soldo mensal e uma razão diária: e tudo isto em breve tempo... Eis aí ele já começa a sentir os bons efeitos da sua saída do Pará. Grande é o resultado dos estímulos da honra”*²⁵⁴.

²⁵³ Filipe Alberto Patroni – “Carta a Salvador Rodrigues do Couto”. IN: Haroldo Maranhão (org.) – *Dissertação sobre o Direito de Caçoar / Carta a Salvador Rodrigues do Couto*. São Paulo, Ed. Loyola, 1992. Nesta ocasião, Patroni tinha apenas 23 anos. Cabe agradecer a Profa. Dra. Magda Ricci pela indicação deste documento.

²⁵⁴ *Ibidem*, pp. 75-76.

Mas não era apenas o bom sucesso de seus antecessores que fazia Patroni insistir na necessidade da juventude paraense viajar. Para o estudante de direito, era necessário respirar ares sadios, longe da linha do Equador, onde as “almas grandes” do Pará encontrariam as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Para ele, certamente, isto não poderia ser alcançado em sua terra natal, já que lá a ambição se resumia a “ir vivendo”. E com base neste mote – de que no Pará só se cuidava de “ir vivendo” – Patroni reconta ao seu amigo toda a história paraense desde a chegada dos portugueses liderados por Francisco Caldeira de Castelo Branco, buscando comprovar que ao longo desse período os moradores da capitania sempre se guiaram pela inércia. E mesmo nas coisas que considerava boas em sua terra natal, como a arquitetura da cidade, Patroni não via a obra de seus conterrâneos, mas sim a providencial intervenção de alguns estrangeiros que por lá passaram. Põe-se então a diagnosticar a causa de tantos males:

“Se nós tivéssemos adquirido luzes, por cujo meio nos aproveitássemos das riquezas do nosso País; se tendo freqüentado os Sábios, soubéssemos promover a indústria dos Povos; se nós mesmos, enfim, soubéssemos pôr em exercício a nossa aptidão – como não floresceria o nosso País? É o sistema adotado pelos nossos Avós a causa de tão terríveis efeitos: o horror que tiveram sempre os Paraenses a deixar sair seus filhos do seu seio, eis o princípio fundamental do seu atrasamento. A Indolência, que todos reconhecem ser propriedade nossa, não provém doutra causa senão da rudeza em que vivemos: no Pará muitos há cujos espíritos se fossem cultivados teriam de florescer muito. De que serve que um rapaz muito ativo suceda no regime de sua casa a seu pai se ele, começando a sua carreira por casar, gasta toda a vida em plantar mandioca, arroz, milho e algodão, sem adiantar mais cousa alguma? Nasce, vive e morre estúpido: de que serve tal atividade? Ficam os filhos, único fruto das suas diligências: e tem outra semelhante vida. E assim sucede uma série de ativos inúteis e prevalece a indolência.

(...) Decorrem os anos, porém nas idéias não mudança: os pais transmitem aos filhos as mesmas maneiras de pensar ”²⁵⁵.

Patroni não negava que as novas idéias já circulassem há algum tempo na Capitania do Pará, tal como exposto acima, mas queixava-se que as luzes fossem cultivadas apenas por alguns poucos, tornando-se um mérito pessoal que não era capaz de alterar o modo de vida paraense. Dessa forma, com a morte de antigos mestres de sua terra, segundo ele, definhava também uma “ilustre Academia”, restando ao “majestoso Templo das Ciências” apoiar-se principalmente em quatro homens. Entre os nomes escolhidos por Patroni para representar os sábios paraenses, dois chamam a atenção: o primeiro deles é o de Antonio Ladislau Monteiro Baena, português do Reino e então Lente de Matemática. Baena, posteriormente no seu “Compêndio das Eras da Província do Pará”, ao analisar a conduta política que Patroni teria três anos depois, durante a adesão da capitania à Revolução do Porto, faria um dos mais depreciativos perfis deste estudante de direito, definindo-o como um “filantropo de caracter nimamente vivo, pouco reflexivo, e amante de novidades”²⁵⁶. O outro nome que chama a atenção é o de D. Romualdo Antonio de Seixas, religioso que ocupará o cargo de presidente na primeira Junta de Governo formada em 1821, instituição que será alvo de críticas impiedosas por parte de Patroni. Juntos, Baena e D. Romualdo estarão alinhados a um partido que, tendo em vistas os seus interesses, buscou restringir o processo de mudanças no Grão-Pará deflagrado a partir de 1 de Janeiro de 1821, postura que, no calor da disputa política, Patroni afirmou ser resultado, entre outras coisas, da incapacidade intelectual deste grupo para conduzir as reformas Vintistas²⁵⁷.

Mas antes de serem colocados em campos opostos da arena política, Patroni pensava que Baena e D. Romualdo, somados a mais dois ou três indivíduos, eram felizes exceções de luzes num cenário que ele descrevia, talvez exageradamente, como sombrio.

²⁵⁵ Ibidem, pp. 85-86 e 88.

²⁵⁶ Antônio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 328.

²⁵⁷ Dirigindo-se a D. João VI, Patroni lastimava a condição intelectual da primeira Junta de Governo que, na sua versão dos fatos, só foi eleita para governar a província pela “falta de letras” dos eleitores. Contudo, dos 9 membros da Junta, Patroni admitia que talvez três portassem “algumas luzes”, entre estes D. Romualdo. AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.703 (Projeto Resgate).

Nesse sentido, Patroni punha-se a escrever para o amigo, agora distante, motivado por um sentimento incômodo que se materializava na percepção de que práticas repetidas há décadas, agora, para ele, não tinham mais legitimidade. Sem dúvida, tratava-se de um homem com um perfil intelectual diferenciado, que lhe permitia articular de maneira mais consistente a crítica a uma situação que, por sua vez, também era específica²⁵⁸. Ao mesmo tempo, no entanto, Patroni era somente mais um homem do seu tempo, assim como o seu sentimento de incômodo era apenas mais uma manifestação de uma crise que começava a colecionar insatisfeitos nas diferentes partes do Império Luso.

Foi nesse contexto que este estudante de direito assistiu de um lugar privilegiado a marcha vitoriosa da Revolução Constitucionalista, iniciada no Porto por meio de uma aquartelada em 24 de Agosto de 1820. Nesta ocasião, os coronéis da guarnição desta cidade fizeram um pronunciamento no qual, segundo Márcia Berbel, “ressaltavam o sentimento de abandono político, a má situação econômica de Portugal e a interferência inglesa nos assuntos internos”²⁵⁹, problemas para os quais, geralmente, apontava-se a origem na partida da Família Real para a América no final de 1807. Diante disso e para solucionar todos estes impasses, os revolucionários do Porto propunham que se criasse um “órgão da nação”, ao qual caberia a feitura de uma Constituição.

Resultado das próprias contradições do período, a Revolução Constitucionalista foi um movimento que, ao mesmo tempo em que representou uma ruptura, era definido como Regenerador, aspirando o restabelecimento de uma ordem que havia se perdido.²⁶⁰ No entanto, essa pretensão de “regenerar”, contraditoriamente ao que muitos poderiam supor, levaria a mudanças muito significativas. Ainda que potencialmente, isso já poderia ser vislumbrado nos discursos realizados na primeira sessão das Cortes, em 26 de janeiro de 1821, quando o Absolutismo foi eleito como o responsável por esse desvio da ordem na sociedade portuguesa. Nesse sentido, partindo de uma interpretação peculiar da história lusa, em sua fala o deputado Bento Pereira do Carmo citava, entre outros eventos, as Cortes de Lamego que conferiram a D. Afonso Henriques a Coroa, bem como as Cortes que deram

²⁵⁸ Ao se dizer que Patroni tinha um perfil intelectual diferenciado não está se pretendo fazer um juízo de valor sobre a sua capacidade, mas apenas destacar que este estudante de direito tinha acesso a livros e a informações de maneira privilegiada.

²⁵⁹ Márcia Berbel – *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821/22)*, p. 44.

²⁶⁰ Sobre esta questão veja, entre outros autores, Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes*, capítulo 2.

a um membro da Casa de Bragança, D. João I, o título de Rei, buscando demonstrar dessa forma que a elaboração de uma Constituição representava apenas a “regeneração” dos direitos tradicionais da nação portuguesa:

“Senhores, os membros da comissão [de Constituição], bem longe de se encaminhareem no labirinto das teorias dos publicistas modernos, foram buscar as principais bases para a nossa constituição ao nosso antigo direito público, posto acintosamente em desuso pelos ministros despóticos, que lisonjeavam os reis à custa do povo. Assim, senhores, quando proclamaram no art. 18, sessão 2º, o princípio fundamental da soberania e independência da nação, nada mais fizeram do que renovar o que já por muitas vezes se havia proclamado nas épocas mais assinaladas da nossa história.

(...) Eis aqui, senhores, como este princípio do nosso Evangelho político, que tanto assusta os monarcas da Europa, era reconhecido e praticado em Portugal, havia bem perto de seiscentos anos. Mais tais doutrinas não serviram nestes últimos tempos, e em seu lugar se deixou livremente correr, ou, para me explicar melhor, mandaram que se acreditasse que o poder dos reis vinha imediatamente de Deus, idéia sacrílega e absurda, que marca pontualmente até onde havia chegado a nossa degradação”²⁶¹.

Dessa forma, buscava-se no passado a legitimidade para uma ação – a derrubada do Absolutismo – que, no entanto, respondia a uma aspiração específica daquele contexto histórico, usando-se para isso instrumentos plenos de atualidade política, ainda que emprestassem designações tradicionais, como “Cortes” por exemplo. As contradições, no entanto, eram ainda mais amplas. Nesse sentido, todo o debate acerca da Nação e de sua

²⁶¹ Discurso transcrito na obra de Márcia Berbel – *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821/22)*, p. 51-52.

soberania, bem como o vocabulário político empregado, tinham, em alguma medida, uma influência da França Revolucionária mas, a exemplo do que ocorria na Espanha, buscava-se renegar os ideais dos antigos invasores, tidos por muitos como os responsáveis pela ruína dos seus respectivos impérios²⁶².

Por sua vez, em outubro de 1820, mês em que Patroni partiu da Europa, não era apenas sobre o êxito da recente Revolução que pairavam dúvidas, mas também sobre as próprias diretrizes políticas que seriam adotadas pelo movimento. Isso porque o Movimento Constitucional, na medida em que buscou conciliar a participação de diferentes grupos da sociedade portuguesa, tinha na sua própria liderança membros da aristocracia, do clero e da burguesia, todos unidos por alguns pontos comuns, mas portando muitas aspirações diferentes, o que fazia com que as lutas pela definição dos rumos da Revolução fossem intensas. Nesse sentido, apenas no final deste mês de outubro, como um dos resultados do acordo entre os governos de Lisboa e do Porto, foi que saíram as primeiras instruções para as eleições dos deputados, quando só então se pôde saber com certeza que as Cortes a serem convocadas não teriam o formato tradicional com a representação dos três Estados. Mesmo assim, outras questões, como a participação de deputados da América, ainda dependeriam de futuros desdobramentos. Dessa forma, apenas com a adoção em 23 de novembro de 1820 dos critérios eleitorais de Cádiz, mudança imposta por uma série de manifestações contrárias às antigas instruções eleitorais, é que a participação de deputados americanos passou a ser prevista²⁶³. Mesmo tendo apenas um cenário obscuro pela frente, Patroni identificou na Revolução do Porto uma oportunidade histórica, fosse para executar os projetos de mudança que acalentava, como afirmaram muitos historiadores, fosse para alcançar os altos cargos públicos que sempre ambicionou, como destacaram outros pesquisadores. Estes dois anseios, que aparentemente não invalidavam um ao outro e que podiam ser perfeitamente harmônicos em um projeto de conquista de poder, parecem estar imbricados não só nas futuras ações de Patroni, mas também no seu impulso inicial quando deixou repentinamente o curso de direito e partiu já em 28 de outubro de 1820 de volta ao

²⁶² Obviamente, não houve uma simples transposição das idéias francesas para os movimentos revolucionários na Península Ibérica, mas também parece inegável a influência destas. Para o caso espanhol, veja de François-Xavier Guerra – *Modernidade e Independência*, pp. 11-19. Para o caso português veja, entre outros, Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes*, capítulo 2.

²⁶³ Sobre este período específico, veja de Márcia Berbel – *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821/22)*, capítulo 1. É preciso ressaltar que as manifestações contrárias às antigas instruções eleitorais chegaram a ser levantes armados.

Pará sem a certeza exata de quais seriam rumos da Revolução cujo palco inicial ele acabava de abandonar.

Decorridos mais de 40 dias, Patroni chegou a Belém em 10 de dezembro de 1820 tomado pela pretensão de ser o promotor da adesão do Pará ao Movimento Constitucional iniciado na Europa. No entanto, nesta terra que ele considerava dominada pelas trevas, as notícias sobre a insurreição em Portugal já haviam chegado em outubro, despertando burburinhos em toda a parte²⁶⁴. A situação política da capitania era confusa na ocasião. Fazia pouco menos de 6 meses que o Governador e Capitão-General Conde de Vila-Flor, uma figura com grande autoridade na província, tinha se licenciado para consumir o seu casamento na Corte, deixando o comando da província nas mãos de um governo provisório que logo foi desmoralizado por diversas acusações de corrupção²⁶⁵. Grande parte dos autores que se deteve sobre o período destacou a relevância desta conjuntura para os desdobramentos seguintes, pois entendiam que no Pará vivia-se um “vácuo de poder”²⁶⁶.

Relembrando os últimos dias do ano de 1820, Baena afirmou que o Governo Provisório não ignorava que, mediante as notícias da Europa, havia uma movimentação e o aliciamento de homens com o objetivo de mudar a situação política da província, mas não havia como tomar alguma medida porque os planos efetivos eram segredo para não mais que dez pessoas²⁶⁷. Entre elas não estava Patroni, que desde de dezembro havia se esforçado não só em divulgar as notícias sobre a Revolução do Porto, como buscava pôr em prática o seu plano de conseguir a adesão da província mediante o convencimento dos membros do governo provisório, estratégia pela qual não obteve resultados e que relatou em documentos posteriores²⁶⁸. Na verdade, tudo indica que Patroni foi realmente mantido

²⁶⁴ Mário Barata – *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-1823). Gênese, estrutura e fatos de um conflito político*, pp. 67-68. Em sua obra, Barata enfatizou o fato de Patroni não ter sido o primeiro a trazer a notícia da Revolução do Porto para a capitania do Pará, demonstrando isso através de documentos. Sobre esta questão, veja também de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, pp. 133-137.

²⁶⁵ Veja, entre outros autores, de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 319.

²⁶⁶ Veja, entre outros, de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, p. 14. José Alves de Souza Jr., especificamente, caracteriza este período como o de um “vácuo de poder” na Província. Veja de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, p. 116.

²⁶⁷ Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 320.

²⁶⁸ AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.703 (Projeto Resgate).

ignorante em relação à conspiração do levante militar que levaria a província ao alinhamento às Cortes²⁶⁹.

A aquartelada que se deu em Belém em 1 de Janeiro de 1821 foi planejada em um clube que, como já citado, eram locais onde se discutiam as novidades políticas. Este clube, especificamente, estava instalado na loja de José Batista da Silva, negociante e tenente de Milícias. Além dele, participaram ativamente da conspiração os alferes Domingos Simões da Cunha e Joaquim Carlos Antonio de Carvalho. Para o sucesso dos planos desse núcleo inicial era fundamental ter algum controle sobre as tropas armadas e por conta disso foi capital a cooptação para este movimento do Coronel Francisco José Rodrigues Barata e do Coronel João Pereira Vilaça, comandantes, respectivamente, dos Regimentos de 2ª e de 1ª linha²⁷⁰.

Os autores que recentemente trataram sobre o tema convergem na convicção de que o retorno do centro de poder do Império Português para Lisboa atendia às aspirações dos estratos dominantes do Grão-Pará. Para estes homens, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro tinha se constituído num desastre não só do ponto de vista econômico, mas também em termos políticos, já que a partir de 1808 a importância estratégica da capitania no conjunto do Império Português, especialmente se comparada às ações destinadas àquela região no século XVIII, tornou-se ainda mais periférica²⁷¹. Isso não quer dizer, no entanto, que todos os homens de poder econômico e político do Pará, ou mesmo que grande parte

²⁶⁹ A atuação de Patroni nestes episódios é dos temas mais controversos. Até a obra de Palma Muniz, os historiadores costumavam atribuir a este personagem o papel de ter sido o responsável por trazer as notícias da Revolução do Porto até o Pará, ter aliciado adeptos ao novo sistema e ter ocupado um papel de protagonista na proclamação do Constitucionalismo na capitania. Palma Muniz é o primeiro autor a negar a participação de efetiva de Patroni na Proclamação do Constitucionalismo e na eleição da Junta Provisória, mas ainda atribuída a este personagem o papel de ter sido o primeiro a trazer a notícia da Revolução do Porto de tê-la difundida. Mário Barata, como dito antes, foi o primeiro a mostrar que a notícia já havia chegado antes de Patroni, mas ainda atribuída a este indivíduo o papel de ter sido o catalisador do movimento no Pará. Finalmente, foi José Alves de Souza Jr. que demonstrou com maior clareza o fato de que Patroni ignorava os planos para o levante militar que se deu em 1 de Julho de 1821. Veja de Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*; de Mário Barata – *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-1823). Gênese, estrutura e fatos de um conflito político*; e de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*.

²⁷⁰ Veja, entre outros autores, José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, p. 133.

²⁷¹ Veja, entre outros, de Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro – *Nos subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*, pp. 185-192; de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*, pp. 92-110; e de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, p. 124-134.

deles, estivessem cientes dos planos conspirados no clube de José Batista da Silva e muito menos, como se verá ao longo do texto, que desejassem que esta mudança fosse construída a partir de um levante militar que ligasse a capitania a um movimento revolucionário cujos desdobramentos e diretrizes políticas ainda eram duvidosos.

Nesse sentido, tudo parece confirmar o relato de Baena, no qual afirmava que o segredo do levante se manteve restrito a poucas pessoas. Também converge para essa versão dos fatos a narrativa, publicada décadas depois, das Memórias do então vigário capitular D. Romualdo Antonio de Seixas sobre o 1 de janeiro de 1821, data em que também seria eleito como Presidente da Junta Provisória. Conta D. Romualdo que neste dia, alheio ao que ocorria, estava ocupado nos afazeres cotidianos da Catedral quando chegaram os mensageiros dos revolucionários com a ordem de que se repicassem os sinos²⁷². O sucesso do plano conspirado no clube de José Batista da Silva agora ganhava a rápida publicidade do trovejar dos sinos da Catedral. Aos poucos, todos em Belém contaram ou ficaram sabendo da estranha notícia de que no Largo do Palácio as tropas tinham se levantado e respondiam aos gritos do alferes Domingos Simões da Cunha, rapidamente reforçados pelos do Coronel João Pereira Vilaça, de “Viva a Constituição”, “Viva a El-Rey”, “Viva a Religião” e “Viva as Cortes”²⁷³.

Obviamente, não se derrubou o governo da capitania com gritos. Os revolucionários planejaram a sua ação estrategicamente de modo a garantir que o Coronel João Pereira Vilaça e o Coronel Francisco José Rodrigues Barata, durante a revista das tropas no Largo do Palácio, tivessem condições de controlar possíveis resistências de comandantes que estavam fora do segredo do levante. Apesar de alguma vacilação, os Coronéis conseguiram enquadrar os Regimentos de Infantaria que estavam na praça, o que garantia força armada suficiente para que se desse prosseguimento ao plano, com a exigência de deposição do governo provisório. No entanto, os comandantes de Artilharia e do Esquadrão de Cavalaria opuseram-se ao levante mesmo sob as ameaças de confrontação feitas por Vilaça, terminando por capitular sob as ordens do próprio governo provisório²⁷⁴. Estas, contudo, não foram as únicas resistências. Depois de vitoriosa a Revolução em

²⁷² Romualdo Antonio de Seixas - *Memórias do Marquês de Santa Cruz*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1861, p. 21.

²⁷³ Veja, entre outros, de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, pp. 14-15.

²⁷⁴ Antonio Ladislau Monteiro Baena - *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 321-322.

Belém em 1 de Janeiro de 1821, autoridades governamentais do interior se recusaram a seguir a mudança política da Capital, especialmente os Governadores de Macapá e o do Rio Negro, além do Inspetor do Marajó. À exceção do Governador de Macapá, que terminou por se alinhar à Revolução, todos os outros foram depostos e presos em Belém, ação em grande medida facilitada pela própria agitação entre os habitantes destes lugares em decorrência das notícias que chegavam da Capital²⁷⁵.

Mas se, como visto anteriormente, o retorno do centro de poder a Lisboa atendia a interesses tanto econômicos como políticos dos homens mais poderosos do Grão-Pará, quais eram as causas das resistências ao Movimento Constitucionalista que, apesar de frágeis, ocorreram em toda a capitania? Estas repulsas decorriam, principalmente, de duas questões: em primeiro lugar, desagradava a grande parte dos homens de poder do Grão-Pará que o motor das mudanças fosse uma Revolução visto que, no entender de muitos, isso abria espaço para a subversão da ordem. Baena, um dos mais significativos representantes desta linha de pensamento, assinalou isso muito bem, destacando que a sua principal desavença em relação ao Movimento Constitucional Paraense foi o fato dele ter se firmado através de um levante de tropas, ferindo o direito dinástico²⁷⁶. Baena, assim como todos os vários contemporâneos que compartilhavam da mesma opinião, temiam que a Revolução, retomando a expressão do Bispo Paraense, quebrasse a “mola real das sociedades bem constituídas”. Neste sentido, é preciso lembrar que a tática do levante foi planejada por alguns poucos indivíduos, sendo que muitos daqueles que estiveram fora do segredo, desde membros da Junta Provisória até homens tidos por radicais como Patroni, ao descrever sua atuação na nova ordem estabelecida na província, buscaram desvincular o seu nome da ação revolucionária²⁷⁷. De todo modo, diante dos fatos, restava a Baena lamentar pelos precedentes que se abriam:

²⁷⁵ Antonio Ladislau Monteiro Baena - *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 323.

²⁷⁶ Antonio Ladislau Monteiro Baena - *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 320.

²⁷⁷ Esta atitude de Patroni é explicitada em uma representação sua a D. João VI. Neste documento Patroni expõe a versão dos fatos, já citada anteriormente, pela qual o seu esforço na Adesão do Grão-Pará ao Movimento Constitucional teria se dado na tentativa de convencer o governo ao alinhamento às Cortes. Na seqüência do documento atribui a si o papel de conciliador e de ter evitado maiores conturbações públicas. AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.703 (Projeto Resgate).

“Se os embustes da rebelliaõ tivessem sido regeitados; se se tivesse procedido com desinteresse e boa fé não haveria como depois houve essa ansiedade na recente condição política estabelecida pela Tropa tocada na mesma promovida allucinação, em que se abismou o Exercito de Portugal no dia 24 de Agosto de 1820. Só meros Egoístas attentos unicamente a promover os seos particulares interesses he que empreendem revoluçoens tumultuarias por meios insidiosos e immoraes, sem jamais terem em vista a causa pública, nem respeitarem as virtudes Moraes, que só podem servir de base, e dar permanência á ordem social legítima”²⁷⁸.

O segundo motivo que fazia muitos homens temerem ser associados à Revolução de Janeiro de 1821 era ainda mais pragmático. Como bem salientaram Palma Muniz e Souza Jr., à época em que se deu o alinhamento da Capitania às Cortes de Lisboa, era impossível saber qual seria o destino do Movimento Constitucional, mas todos tinham consciência de que se esse fosse reprimido, as conseqüências para os seus aliados seriam terríveis. Por conta disso, entre outros motivos, alguns se recusaram a aderir ao Movimento, como o Governador do Rio Negro e o Inspetor do Marajó. E até os membros da Junta Provisória, elevados ao poder graças ao levante militar, buscaram atenuar sua responsabilidade nos fatos, precavendo-se assim de uma possível reviravolta na situação política do Império Português. Desse modo, na carta enviada à Corte do Rio de Janeiro para dar conta dos últimos acontecimentos na Capitania, a Junta se descreve como refém dos acontecimentos:

“Em tal estado de coisas, e no meio de uma explosão geral auxiliada pela força, que poderiam fazer os deputados da nova Junta, senão ceder aos gritos da multidão revolta e agitada. Resistir-lhe, seria expor inutilmente a sua vida e a de muitos honrados cidadãos, chamar as

²⁷⁸ Antonio Ladislau Monteiro Baena - *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 324.

desgraças de uma discórdia civil, e contravir mesmo as piedosas intenções de S. M., cuja clemência soberana, semelhante a de Deus, tem esquecido tantas vezes os direitos da Justiça punitiva para não deixar correr o sangue de seus filhos. Assim julgamos mais conveniente ao bem público e ao serviço de S. M. prevenir pela nossa condescendência novas comoções e alvoroços na firme resolução de nada inovar da ordem estabelecida e de manter invioláveis as leis de S. M.

Podemos já assegurar à V. Exa. Que se acha felizmente estabelecida a tranqüilidade pública e a confiança no governo, esperando da inata beneficência de S. M. as mais iluminadas e paternais providências, para instaurar esta capitania sobre as bases mais sólidas da sua felicidade de que só nos havemos encarregado provisoriamente e dentro dos mesmos limites da autoridade que exercia o antigo governo”²⁷⁹.

No entanto, a idéia de “nada inovar da ordem estabelecida” na Capitania, expressa nesta carta ao Rio de Janeiro, parecia não se limitar a uma simples retórica preventiva em relação a uma eventual reviravolta na política do Império, mas traduzir realmente um propósito da Junta. Dias antes, ainda em 3 de janeiro, o novo Governo Civil lançava uma proclamação com o mesmo sentido, onde declarava que “nada pretende inovar da ordem estabelecida senão o que for absolutamente necessário para remediar os abusos da administração e manter inviolável a Justiça e observância das Leis”²⁸⁰. Esta era uma posição, que sem dúvida, feria as expectativas tanto de homens como Patroni, ávidos por mudanças, como de outros como alferes Domingos Simões da Cunha e o tenente José Batista da Silva que haviam cuidadosamente planejado uma fulminante Revolução e agora

²⁷⁹ Carta enviada pela Junta Provisória do Pará até a Corte do Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1821. Documento transcrito IN: Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, p. 62. Sobre este assunto ver também de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, p. 140-141. Teve um teor bem diferente o relato sobre estes fatos apresentado por esta mesma Junta às autoridades em Lisboa. Neste documento, o 1 de Janeiro de 1821 é retratado como um glorioso dia no qual os paraenses, cansados de seus males, tinham seguido o exemplo dos seus briosos irmãos de Portugal. AHU – ACL – CU 013, CX. 150, D. 11.600 (Projeto Resgate).

²⁸⁰ Transcrito por José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, p. 141.

eram meros expectadores de um rastejante processo de reconhecimento das garantias e das conquistas dos Constitucionais europeus pelo novo Governo Civil do Pará.

A razão para o descompasso entre as ambições destes homens e as ações do governo paraense estava na composição da Junta Provisória. Logo após o levante militar no Largo do Palácio, o Coronel Francisco José Rodrigues Barata tomou a função de líder dos rebeldes, seguindo para a sede da administração da Capitania onde depôs, sem resistências, o antigo Governo Civil. Os membros do Senado da Câmara, entre outros homens como D. Romualdo Seixas, foram convocados para se proceder à eleição da nova Junta, ato que mais se aproximou, no entanto, de uma aclamação dos nomes indicados. Entre os protagonistas da Revolução só foram eleitos o Coronel Barata e o Coronel Vilaça, ambos freqüentemente identificados pela historiografia como adesistas ao plano do clube de José Batista da Silva e não como seus formuladores. Todos os demais membros do novo Governo Civil tinham sido estranhos ao plano do levante e não haviam sido anteriormente entusiastas declarados do “novo sistema” tal como Patroni. Entre os eleitos estavam o vigário capitular D. Romualdo Antonio de Seixas, então feito presidente; o juiz de fora Joaquim Pereira de Macedo, ocupando a vice-presidência; como deputados, além dos Coronéis Barata e Vilaça, foi escolhido Giraldo José de Abreu pelo corpo militar; pelo comércio coube a deputação ao Tenente-coronel Francisco José de Faria e ao Capitão Francisco Gonçalves de Lima; e por fim pela lavoura foram escolhidos o Capitão João da Fonseca Freitas e o Tenente José Rodrigues de Castro Góes²⁸¹.

Geraldo Mártires Coelho salientou que a composição da primeira Junta Provisória significou o alijamento dos “ideólogos esclarecidos” do Movimento Constitucional no Pará, o que acabou por determinar o ritmo das mudanças na Capitania²⁸². Para Coelho, o descompasso entre esses homens se dava porque no Grão-Pará houve duas interpretações distintas do significado do Vintismo: enquanto um grupo pretendia que os americanos, e particularmente os paraenses, fossem agentes da Revolução de 1820, outro grupo compreendia que cabia aos portugueses da América apenas o papel de serem agentes indiretos, ou seja, de saber que mudanças estavam em marcha no Reino mas não reivindicar

²⁸¹ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, p. 41.

²⁸² Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*, pp. 102-110.

para si condições iguais às conquistadas na Europa²⁸³. Nesse sentido, parece certo que a primeira interpretação era partilhada por homens como Patroni, o alferes Domingos Simões da Cunha e o tenente José Batista da Silva, enquanto que a segunda posição foi claramente sustentada pela primeira Junta Provisória.

Enquanto Coelho focou as distinções entre esses homens apenas no plano das idéias, Souza Jr. chamou a atenção para o fato de que na composição da Junta Provisória foram eleitos homens que já estavam melhor colocados nas estruturas de poder e na ocupação de cargos burocráticos da Capitania se comparados aos indivíduos alijados, como Patroni e o alferes Domingos Simões da Cunha. Por conta disso, segundo Souza Jr., era do interesse dos membros do Governo Civil restringir o processo de mudanças, detonado em 1 de janeiro de 1821, de forma a dificultar a ascensão de outros grupos nas estruturas de poder da Capitania e na ocupação dos cargos públicos. Neste sentido, a análise de Souza Jr. parece complementar a de Coelho, na medida em que, a partir da questão material, oferece pistas para as diferentes posturas tomadas por esses homens em relação ao Vintismo. No entanto, Souza Jr. declaradamente pretendeu se contrapor a Coelho na medida em que negou a existência de diferentes leituras do Vintismo na ocasião, sendo que para ele os membros da primeira Junta Provisória, expressão de um partido relevante no Pará, eram tão somente absolutistas²⁸⁴. Contudo, como dito anteriormente, tendo em vista tudo isto parece mais acertado dizer que, na verdade, houve uma grande diversidade de posições no interior deste grupo, muitas delas misturando as novas idéias às velhas referências, comportamento generalizado em tempos de crise, mas que ganhava unidade na pretensão comum destes homens de restringir o processo de mudanças e assim garantir o seu poder, obstruindo a ascensão de novos grupos. Era esta questão que conferia coesão às ações destes homens, dando-lhes a feição de um agente coletivo, ou em outras palavras, de um partido.

Estava colocado aí o primeiro grande ponto de discórdia entre os estratos dominantes paraenses no período estudado. Não se tratava, a exemplo do que foi dito em relação à atuação dos deputados americanos nas Cortes, de uma disputa entre brasileiros e portugueses sendo que, neste primeiro momento, o foco dos debates estava nas diferentes

²⁸³ Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*, pp. 196-210.

²⁸⁴ José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, p. 09.

propostas de como deveriam se dar os laços com Portugal dentro da nova ordem política estabelecida pela Revolução de 1820. Em um contexto mais amplo, numa formulação que abarca inclusive o período posterior à Independência, tratava-se da disputa entre partidos que tinham diferentes projetos de futuro para a superação da crise que então era vivida por todos, mas que tinha significados diversos para os grupos. Desse modo, para homens como Patroni, a crise se manifestava na falta de operacionalidade de velhas práticas que deviam ser superadas por mudanças substantivas nas estruturas de poder da Capitania. Por sua vez, para os indivíduos que compuseram a primeira Junta Provisória, a crise se materializava na decadência econômica e no desprestígio político que o Grão-Pará vivenciava, situação que pretendiam ver revertida com o retorno do poder a Lisboa²⁸⁵. Ao mesmo tempo, no entanto, para os membros deste Governo Civil e seus partidários, pôr em prática as mudanças pleiteadas por homens como Patroni e Domingos Simões da Cunha não era uma forma de superar a crise e sim de aprofundá-la. Isso porque as alterações por eles exigidas punham em xeque os modelos consagrados da organização social, fonte de legitimidade do antigo poder dos membros da Junta e de seus partidários, ameaçando que velhas práticas perdessem definitivamente a sua operacionalidade, enquanto os homens alinhados a este Governo Civil aspiravam, na verdade, fazer simplesmente que as coisas voltassem aos seus lugares. Era, em síntese e a despeito das particularidades deste processo traduzidas nos interesses em disputa, a reprodução de uma tensão comum às situações de crise em que, na busca de sua superação, confrontam-se propostas de restauração da ordem a projetos de criação de uma nova ordem, sem que haja muitas vezes uma fronteira clara entre as duas posições que parecem se misturar, tal como visto anteriormente nos discursos dos protagonistas da Regeneração Política Portuguesa.

Em vista desse quadro, a baliza inicial deste trabalho é o 1 de janeiro de 1821 não pelo desejo de seguir a historiografia que consagrou este marco e sim por uma questão pragmática: esta data inaugura uma nova prática política no Grão-Pará, a da disputa legítima do poder pelo uso instrumental do dissenso quer fosse em discursos públicos, quer

²⁸⁵ A primeira Junta Provisória, assim como outros homens ligados a ela, trabalhou declaradamente pelo sucesso desta mudança. Neste sentido, rapidamente se solicitou que as questões eclesiásticas e militares passassem a ser endereçadas diretamente a Lisboa. Ver de Antonio Ladislau Monteiro Baena - *Compêndio das Eras da Província do Pará*, p. 326. Outro exemplo desta postura pode ser identificado nos episódios da chegada do novo Ouvidor a Belém. Este funcionário pretendia continuar se reportando ao Rio de Janeiro, mas recebeu instruções da Junta para se dirigir somente a Lisboa. AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.684 (Projeto Resgate).

fosse em espaços que ganharam novo significado com o Vintismo, como a imprensa. Esse recurso foi dando unidade de ação aos diferentes grupos, exteriorizando a partidarização da sociedade paraense. Esta questão, comum à época em diversos pontos do Reino do Brasil, no cenário específico paraense que aos poucos vai se delinear aqui, contribuirá decisivamente para que nenhum dos grupos em disputa neste período consiga chegar ao poder e mantê-lo de maneira estável, algo que, como se pretende mostrar, é peça chave para os desenlaces em vários momentos das disputas.

Dessa forma, os homens que exigiam o aprofundamento das mudanças e a rápida implementação dos direitos e das garantias Vintistas no Grão-Pará valeram-se de forma intensa dos instrumentos para exteriorização do dissenso como uma forma de materializar uma aguerrida oposição à Junta Provisória. Não é por acaso que Patroni, Domingos Simões da Cunha e o Cônego Batista Campos tornaram-se os mais célebres representantes deste grupo: isso se deve ao fato deles terem sido os indivíduos que melhor manejaram os instrumentos para exteriorização do dissenso.

Neste sentido, a oposição à Junta Provisória já fez sentir a sua força ainda em janeiro de 1821. No dia 31, o tenente José Batista da Silva e o alferes Domingos Simões da Cunha, ambos protagonistas dos planos do levante militar e igualmente aliçados da composição da Junta, apresentaram ao Senado da Câmara um Memorial com várias assinaturas no qual pediam a renúncia do presidente do Governo Civil, D. Romualdo Antonio Seixas, acusado de conspirar contra os princípios constitucionais²⁸⁶. A repercussão deste documento foi tamanha que D. Romualdo poucos dias depois pediu a própria renúncia o que, por sua vez, foi negado pelo restante da Junta. Este seria o segundo pedido de renúncia do vigário capitular em pouco mais de um mês. A primeira solicitação tinha sido durante a própria posse do governo, quando D. Romualdo chegou a pedir para ser afastado do cargo por não concordar com os atos políticos que estavam sendo praticados, uma vez que “não separava o Rey das Cortes”²⁸⁷. Souza Jr. interpretou este ato como uma

²⁸⁶ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, p. 67. O crime ao qual D. Romualdo era acusado no Memorial, dado que não foi registrado por Palma Muniz, é declarado por Souza Jr. Ver de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, p. 143.

²⁸⁷ José Alves de Souza Jr. - *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, p. 143.

prova cabal da aversão do Vigário “absolutista” pelos princípios constitucionais, acusação preferida dos seus inimigos. No entanto, tais afirmações merecem alguns contrapontos.

Afinal, uma vez descrito, ainda que brevemente, o caldeirão de anseios e posturas políticas dos protagonistas do Vintismo na Europa, poderia se ter uma perfeita clareza do que vinham a ser os princípios constitucionais da Regeneração Portuguesa, naquele prematuro janeiro e na distante Capitania do Grão-Pará? Geraldo Mártires Coelho foi muito feliz ao defender que o Vintismo no Pará não foi uma simples cópia do que ocorria na Europa, mas sim uma apropriação dos intelectuais paraenses²⁸⁸. Em alguns momentos, no entanto, como nos primeiros meses após a Revolução, quando eram insuficientes as informações sobre o que ocorria na Europa, parece mais acertado dizer que os paraenses estavam não só fazendo uma leitura própria do Vintismo, mas o inventando tanto quanto os Regeneradores em Portugal. Neste ínterim nebuloso, cada grupo adequava a radicalidade ou a moderação das propostas segundo o seu interesse, fora do qual todo o desvio era classificado como “anarquia” ou como “despotismo” que conspiravam, tanto um como ou outro, contra os princípios constitucionais.

Desse modo, D. Romualdo naquele 1 de janeiro tinha um motivo muito mais concreto para a repulsa no modo pelo qual estavam se alcançando certos objetivos políticos: através de uma Revolução, de um levante militar, o que, em tese, trazia o risco da total subversão da ordem²⁸⁹. Esta é uma idéia que se mantém na Proclamação aos Paraenses feita pela Junta a 5 de fevereiro, que pretendia ser uma severa censura aos autores do Memorial contra D. Romualdo. Nela, o Governo Civil dizia que as propostas de mudanças feitas por seus opositores, além de serem motivadas pelo interesse pessoal, especialmente pela ambição de conquistar cargos públicos relevantes, eram um risco à manutenção da

²⁸⁸ Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*, pp. 106-110.

²⁸⁹ Pode-se argumentar que aderir ao Constitucionalismo português, na medida em que este atacava diretamente o absolutismo, era necessariamente aliar-se a uma Revolução, ser um revolucionário. No entanto, os homens do período não tinham necessariamente clareza disso preferindo a idéia de reforma, ou mais comumente de regeneração, o que não implicava na negação do constitucionalismo. Neste sentido, os próprios protagonistas do Vintismo na Europa tiveram restrições ao modo pelo qual se conseguiu o alinhamento do Grão-Pará ao Movimento Constitucional. Eles temiam as paixões políticas que poderiam ser alimentadas numa terra habitada por “castas heterogêneas” a partir do exemplo de que a pretensão por mudanças poderia ser alcançada através de um levante militar. Por isso recomendavam que se contemporizasse os ânimos na Capitania, numa clara preocupação de que o processo de mudanças não fugisse do controle estrito daqueles que eram entendidos como participantes legítimos da Sociedade Política. Ver de José Alves de Souza Jr. - *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, pp. 172-173.

ordem. Em outras palavras, eram mudanças que se levadas a cabo, segundo a ótica dos membros da Junta, não trariam a superação da crise, que de modos diferentes oprimia a todos, e sim o seu aprofundamento. Mas, para o Governo Civil, ainda mais preocupante que as reformas exigidas pela oposição, era o método utilizado para alcançá-las: através de uma disputa política aberta, valendo-se dos instrumentos para exteriorização do dissenso. A certa altura, dizia a Proclamação:

“Alguns habitantes, conduzidos por seus próprios interesses, esquecidos do Amor da Pátria e não menos do sagrado juramento que prestaram, têm promovido sedições, para desorganizar a estabelecida ordem do governo, pois que eles se inculcam muito dignos e mesmo para serem empregados nas diversas repartições e empregos públicos, de que pretendem sejam espoliadas as pessoas que os ocupam, e não tem duvidado aliciar, subornar e arrastar outros a seu partido inculcando que não são dignos de representação pública aqueles que não são concordes com as suas idéias liberais, que na sua opinião só são admissíveis os que conduzem a uma licença sem limites, ou para melhor dizer a um perfeito estado de anarquia”²⁹⁰.

Obviamente, ligar a oposição à anarquia era uma tentativa de desmoralizar politicamente os adversários da Junta e dessa forma barrar as transformações exigidas por eles. Mas, por outro lado, havia uma preocupação real em controlar os ânimos acirrados desde o levante militar de janeiro, de forma a impedir que a situação fugisse do controle daqueles que, até então, faziam parte do restrito círculo da Sociedade Política. Neste sentido, publicizar a divergência, tal como fazia a oposição, era ter uma atitude “incendiária”. Este é o teor do ofício enviado pela Junta como resposta ao Memorial, no qual o Governo Civil pretendia “enquadrar” o Senado da Câmara para que não se prestasse mais a atender solicitações de homens qualificados pelo ofício como “mal intencionados” e,

²⁹⁰ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 68-69.

ao invés disso, buscasse usar a sua autoridade “para ser firmada a ordem e a tranqüilidade pública”²⁹¹.

Apesar dos esforços para conter a oposição, ela ia ganhando os contornos de um agente coletivo, ou de uma organização de tipo partidário nos termos anteriormente propostos, nas múltiplas ações que eram simultaneamente tomadas por diferentes indivíduos com o objetivo de minar a autoridade da Junta. Este papel coube especialmente à circulação dos textos de todo tipo que inundavam a Capitania. Alguns deles eram velhos conhecidos das autoridades, típicas formas de resistência no período do Antigo Regime: libelos e sátiras anônimas que, pela inexistência até então de uma imprensa na Capitania, circulavam em cópias manuscritas tendo, aparentemente, uma espetacular penetração entre os habitantes. Outros textos, no entanto, já eram a expressão de uma nova prática política, exteriorizando o dissenso através de críticas diretas e com a identificação do autor. Nesta categoria, antes da implantação da imprensa no Grão-Pará em 1822, estavam os textos enviados de Lisboa para a Capitania por homens como Patroni que, como se verá à frente, havia retornado à Europa já em 6 de fevereiro de 1821, encarregado pela Junta da função de emissário da Capitania junto às Cortes²⁹². Da Europa eram enviados documentos, artigos e periódicos que não só traziam os desdobramentos da Revolução no Reino europeu, os debates e o vocabulário político Vintista, como também se prestavam a destacar a atuação política dos paraenses que foram enviados a Portugal, o que incluía os discursos feitos por eles em Lisboa ora a favor, ora contra a Junta Provisória do Pará. Tanto historiadores como os documentos do período fazem referências a estes papéis, o que faz supor que a sua circulação era ampla. Certo é que a reprodução destes textos tinha uma dimensão surpreendente: Patroni, por exemplo, mandou publicar 2 mil cópias só de um de seus discursos nas Cortes²⁹³. Sabendo que Belém, segundo os registros, contava com pouco mais do que 5 mil homens livres, pode-se imaginar o impacto que tiveram as falas de Patroni quando este passou a atacar sistematicamente a Junta Provisória exigindo a aceleração no processo de mudanças, ainda no ano de 1821.

²⁹¹ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 69-70.

²⁹² Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, p. 16. Sobre os textos enviados desde Lisboa por Patroni e outros, veja de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*; e de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação de Filipe Patroni (1820-23)*.

²⁹³ AHU – ACL – CU 013, CX. 150, D. 11.610 (Projeto Resgate).

Muito antes disso, no entanto, ainda na primeira semana de sua existência, o Governo Civil buscou se precaver deste problema criando uma Junta Censória que devia regular mesmo a circulação dos textos manuscritos. A justificativa para esta medida expõe as contradições da luta política em curso e do próprio período:

“Pelo que pertence à liberdade de censurar os atos do Governo é certo que ela tem existido mais ou menos ampla nos países que têm um governo constitucional, e aí tem parecido não só útil mas necessária para ilustrar as provas sobre os seus interesses e conter os excessos ministeriais, mas é duvidoso que se possa, sem prejuízo da causa pública, regular entre nós a censura por esta teoria.

O Povo do Pará não tem feito por ora mais do que proferir o voto de ter uma Constituição, a que jurou obediência; mas de que ainda não se pode lucrar as vantagens e aclamar um Governo Provisional da sua livre e imediata escolha. Ora, neste estado de coisas não tendo este Governo por si a prevenção de longos anos de existência, e restando ainda nos ânimos fortes vibrações de entusiasmo, que dele se apoderou no dia 1 de janeiro, é mais próximo à natureza que o povo desconfie injustamente do Governo que o Governo oprima o povo, ou seja infiel aos seus interesses: assim como seriam agora mais prejudiciais as conseqüências da desconfiança deste, do que as de um excesso de autoridade daquele”²⁹⁴.

A despeito de todas as medidas preventivas tomadas pela Junta, os textos manuscritos e os impressos mandados de Portugal continuaram a circular, seja porque

²⁹⁴ Documento transcrito por Palma Muniz - *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 96-97. É preciso lembrar que mesmo em Portugal a Liberdade de Imprensa foi uma questão controversa entre os Vintistas, sendo que durante algum tempo vigorou a censura prévia dos textos. Os principais opositores a esta política eram os liberais, mas mesmo estes, contraditoriamente, temiam perder o controle da imprensa de modo que ela se voltasse contra o Movimento Constitucional. Só depois de muita luta política se estabeleceu efetivamente a Liberdade de Imprensa. Sobre este assunto, veja de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*, pp. 51-91.

encontravam caminhos clandestinos de distribuição, fosse porque os anônimos eram desde sempre marginais e, portanto, independentes da aprovação de qualquer censor, ou ainda como resultado da definição da Lei de Liberdade de Imprensa aprovada em Lisboa. De todo modo, fato é que no período houve uma ampla circulação de papéis no Grão-Pará, o que causava uma séria preocupação para grande parte dos homens que detinham o poder na Capitania: afinal, todo o debate político estava transpondo perigosamente e em dimensões inéditas os estreitos limites do que até então se tinha por Sociedade Política, o que acirrava as “paixões” dos indivíduos que até então sempre estiveram à margem dela.

A circulação destes textos continuou crescendo de tal maneira que, em 4 de maio de 1821, a Junta expediu uma portaria que visava reprimir a produção de sátiras e libelos contra o Governo Civil, chegando a determinar a prisão dos indivíduos mesmo que estes apenas portassem estes textos²⁹⁵. Somava-se à produção dos escritos, outras manifestações da oposição que iam fragilizando a autoridade da Junta, de modo que depois de D. Romualdo outros membros do Governo foram pedindo a renúncia, sempre negada por seus pares. A situação parece ter chegado a um ponto crítico em julho de 1821 quando, em carta às autoridades em Lisboa, a Junta pediu coletivamente a sua demissão e providências para sua pronta substituição.

Em vários pontos esta correspondência lembra a carta, citada anteriormente, de João Barata, Juiz Ordinário de Vila Nova del Rey, na qual o Juiz expunha o seu dilema quanto a necessidade de enviar tapuios para os serviços públicos, sendo que os velhos métodos empregados para isso tinham perdido a sua legitimidade²⁹⁶. Tal como naquela ocasião o Governo Civil exprimia a sua dificuldade no fato de ter uma demanda concreta – o de manter a ordem, para o que ele entendia ser necessário coibir a manifestação do dissenso – sem poder valer-se do meio desde sempre conhecido para se alcançar este fim – o uso da força. O que a correspondência expõe com clareza é que esta prática, tal como exercida antes, tinha perdido a sua operacionalidade, não podendo ser levada a cabo sem maiores conseqüências:

²⁹⁵ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 98-99.

²⁹⁶ Veja a primeira parte deste capítulo.

“Existem a muito nesta cidade facçoens, que achando sempre más as operaçoens do governo, tem muito enfraquecido a força moral delle sobre o espírito dos Povos. O uso da força poderia occasionar acontecimentos, que perturbassem a tranquillidade, de que esta Província tem gozado até o prezente, maiormente cobrindo-se as facçoens com a capa da proteção dos direitos do povo”²⁹⁷.

O impasse nada mais era que a manifestação concreta da crise então vivida. Julgando-se enfraquecida e sem meios para reverter a situação, o Governo Civil pediu a sua substituição. A renúncia da Junta, no entanto, não foi aceita e esta se manteve no poder até 1822, quando foi eleita uma nova formação, já obedecendo às normas eleitorais fixadas em Lisboa.

Mas não eram apenas os governantes paraenses que passaram a ter as suas práticas questionadas e tampouco foi prerrogativa exclusiva das elites políticas a apropriação do discurso Vintista para exigir mudanças. A agitação política estava por toda parte e isso servia de argumento para a Junta Provisória censurar com tanto afincio a atitude “incendiária” da oposição de publicizar o dissenso, dando a entender que isto alimentava, perigosamente, as “paixões” daqueles que até então sempre estiveram à margem da Sociedade Política. Nesse sentido, um pedido de devassa contra João Antonio Rodrigues Martins, Intendente da Marinha e Construção Naval do Pará, assinado e enviado a Lisboa pelos próprios operários do Arsenal da Marinha sob a liderança de Valentim José, então mestre da Ribeira dos Navios do Pará, demonstra como, progressivamente, os homens livres que integravam os estratos subordinados da sociedade paraense também passaram a escorar os argumentos para as suas queixas nas novas idéias, exigindo direitos. Por sua vez, as explicações enviadas por João Martins ao Governo de Portugal deixam clara a apreensão de muitos homens do período frente às “novidades políticas”, especialmente por não saber qual seria o desfecho daquele cenário de crise.

No Arsenal da Marinha do Pará eram feitas embarcações, como a famosa Fragata Leopoldina, com o trabalho de tapuios que eram recrutados compulsoriamente para o

²⁹⁷ AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.639 (Projeto Resgate).

serviço público através dos mecanismos citados aqui anteriormente. São estes os operários do Arsenal que assinaram o requerimento de devassa contra o Intendente da Marinha feito por Valentim José. Nesse documento, ao contar as ações de João Martins no Arsenal, o 1 de Janeiro de 1821 serve claramente como um “divisor de águas”, a partir do qual se denunciavam velhas práticas, desdenhadas no requerimento como superadas, e passava-se a exigir novas posturas. Exemplo disso, é a ríspida crítica que se fez à forma pela qual João Martins conseguiu ser nomeado como Intendente, algo que encontrava eco nas queixas de Vintistas dos dois hemisférios que, tendo em vista os seus interesses, identificavam os critérios até então usados para ocupação dos cargos públicos como um dos símbolos da velha ordem Absolutista:

“(...) [João Martins] teve o arrojo de ir à Corte do Rio de Janeiro gastar grandes sommas para obter um emprego que não sabia occupar nem era crível que se lhe consedesse por ser contrario a Ley da Criação dos Intendentes; porém naquele tempo tudo se vencia com dinheiro, illudindo a S. M. e seus Ministros”²⁹⁸.

Estava se falando de uma ação de João Martins que não tinha mais do que 4 anos, mas o significativo uso da expressão “naquele tempo” marcava esta prática, para se alcançar empregos públicos, como algo relegado definitivamente ao passado. Este passado anterior a janeiro de 1821, como claramente está expresso no requerimento dos operários, era o tempo do despotismo, das práticas arbitrárias. Para esses tapuios, o despotismo tinha um significado muito concreto na violência empregada pelo Intendente no trato com os trabalhadores do Arsenal, que fazia com que João Martins fosse, segundo a versão do requerimento, o “terror da Capital e dos Sertões”. Ainda segundo o documento enviado a Lisboa, por conta disso os moradores fugiam de Belém e das vilas para não servir na construção das embarcações, o que explicaria porque as obras da Fragata Leopoldina se arrastavam há tanto tempo.

²⁹⁸ AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.654 (Projeto Resgate).

Tudo isso descrito, o requerimento destacava então um marco inequívoco, a partir do qual os operários passaram a ter uma nova postura em relação a estas práticas:

*“Depois de tantos tempos de sofrimento de amarguras apareceu o nosso horizonte a Aurora da Liberdade e Regeneração dos Portugueses Paraenses no dia 1 de Janeiro”*²⁹⁹.

Pouco tempo depois do levante militar que levou a adesão do Grão-Pará ao Movimento Constitucional, os operários do Arsenal foram ao Senado da Câmara exigir a deposição do Intendente da Marinha, dizendo que esta era a “vontade do Povo”. Neste mesmo sentido, legitimando-se como a “vontade do Povo”, os operários votaram ali mesmo, na frente das autoridades do Senado, quem desejavam que ocupasse o cargo.

A Junta Provisória foi comunicada pela Câmara a respeito dos acontecimentos e, em vista dos seus procedimentos já descritos, foi coerente ao não reconhecer a legitimidade daqueles atos, decisão que deve ter levado em conta também a preocupação de não abrir um precedente desse tipo. Por conta disso, o Governo Civil resolveu manter João Martins no cargo, ignorando os pedidos em contrário.

Só que os operários voltaram a pressionar o Senado que, por sua vez, exigiu explicações da Junta. Como esta se manteve firme na sua posição, ao Juiz do Povo não restou nada além de transmitir a determinação do Governo Civil de que se fizesse um requerimento por escrito, exigência que, segundo o relato dos operários do Arsenal, entendia-se que não seria cumprida, pondo fim ao conflito. Contudo, para surpresa de todos, segundo o relato mandado depois para Lisboa, os suplicantes entregaram um requerimento por escrito e assinado, aumentando a pressão sobre a Junta e o Intendente que não foi deposto como os operários queriam, mas acabou por pedir demissão.

Apesar do pleno domínio da cultura letrada expresso no pedido de devassa contra o Intendente de autoria atribuída ao Mestre da Ribeira, em carta enviada a Portugal para explicar o seu afastamento do Arsenal, João Martins nem mesmo sugere a associação de

²⁹⁹AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.654 (Projeto Resgate).

membros dos estratos dominantes da província, ou de quaisquer outros homens, aos trabalhadores do Arsenal para derrubá-lo. Em sua correspondência a Lisboa, o antigo Intendente deixava claro que não tinha dúvidas de que a iniciativa da campanha contra ele vinha mesmo dos operários, estes impressionados pelos exemplos que vinham acompanhando desde a adesão do Pará à Revolução do Porto:

“Os acontecimentos porem que aqui tiveram lugar no dia primeiro de janeiro, de que julgo a V. Ex. já informado, será ocasião a que huma parte dos operarios desejosos de novidade, da dezordem e insubordinação, pediram outro Intendente (...)

(...) esta requisição não teve efeito, e continuei a exercer as minhas funcçoens com plena satisfação do governo; porem como esta primeira tentativa não pode afrouxar-me no meu systema e persiti no meo methodo de serviço formalizarão huma representação (...)

O governo adoptando o systema da moderação dignou-se differir a minha supplica concedendo-me a demissão (...)

Julguei do meu dever fazer a V. Excelência esta participação, para que chegue ao conhecimento de Sua Magestade que não foi em mim a repugancia de servir, que obrigou a demitir-me do emprego que occupava; pois me offereço sempre prompto a sacrificar tudo pelo meo Rey, e pelo Estado; mas forão as circunstancias occorridas nestes tempos de crise, que me impelirão a isto”³⁰⁰.

Como se vê, a sociedade paraense ia, progressivamente, partidarizando-se, exteriorizando o dissenso e a defesa de alternativas políticas muito distintas. Numa análise apressada, poderia se julgar que homens como os operários do Arsenal eram aliados naturais dos membros da elite política que exigiam o aprofundamento das mudanças. No entanto, essa parcela dos homens livres, ao apropriarem-se das novas idéias, era muito mais

³⁰⁰ AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.644 (Projeto Resgate).

radical que os indivíduos classificados por Geraldo Mártires Coelho como os ideólogos esclarecidos do Vintismo paraense. Exemplo disso, é que Patroni, tido como um exaltado desse grupo, na citada carta escrita a Salvador Rodrigues Couto, ao descrever a Capitania do Pará como um território marcado pela indolência e pela falta de Luzes, destacava João Martins como uma exceção e um exemplo a ser seguido³⁰¹. Sabendo-se que o Intendente da Marinha era parente do estudante de direito³⁰², pressupõe-se que Patroni conhecia bem o seu “método” de trabalho e não compartilhava da censura feita pelos operários do Arsenal. Da mesma forma, parece pouco provável que Patroni entendesse os tapuios como interlocutores, já que para ele estes homens tinham como único objetivo “ter dinheiro, quanto baste para beber cachaça”³⁰³.

Não bastassem as dificuldades do Governo Civil para administrar as pressões exercidas sobre ele no enfrentamento direto na Capitania, os operários do Arsenal acabaram abrindo uma nova frente de oposição: ao entender que a Junta agia associada a João Martins e teria aconselhado-o a pedir a demissão para evitar que se abrisse contra ele uma devassa, os operários acabaram redigindo um requerimento que foi enviado a Lisboa, no qual faziam críticas não só ao ex-Intendente, mas também à Junta, que não estaria se esforçando para acabar com o despotismo na Capitania³⁰⁴.

Se este fosse um caso isolado, provavelmente a Junta não teria grandes dificuldades para prestar contas a Lisboa a respeito das acusações movidas contra ela. No entanto, a apresentação em Portugal de queixas contra a administração do Governo Civil do Pará tornou-se freqüente a partir do segundo semestre de 1821, em alguma medida graças a uma estratégia equivocada da própria Junta.

Isso se deu ainda em fevereiro de 1821, logo depois da citada Proclamação lançada pelo Governo Civil contra os autores do Manifesto que pedia a demissão de D. Romualdo Antonio Seixas. Na ocasião, Patroni fazia uma insistente campanha para que rapidamente se elegeisse um deputado provisório que representasse a Capitania nas Cortes, sem que se aguardasse quaisquer regras eleitorais de Lisboa, chegando a apresentar um requerimento para o Senado da Câmara nesse sentido. O Governo Civil negou o pedido

³⁰¹ Filipe Alberto Patroni – “Carta a Salvador Rodrigues do Couto”, pp. 75 e 86.

³⁰² José Alves de Souza Jr. - *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, pp. 135-136.

³⁰³ Filipe Alberto Patroni – “Carta a Salvador Rodrigues do Couto”, p. 87.

³⁰⁴ AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.654 (Projeto Resgate).

encaminhado pelo Senado, mas em 6 de fevereiro resolveu enviar Patroni a Lisboa como uma espécie de procurador³⁰⁵. Um dia antes, a mesma Junta escolheu Domingos Simões da Cunha, um dos autores do Manifesto contra D. Romualdo, para dar conhecimento dos fatos do 1 de Janeiro às Cortes. Algum tempo depois, o Senado da Câmara mandaria o outro autor do Manifesto, José Batista da Silva, para cumprimentar as Cortes em nome da instituição. Na interpretação de Souza Jr., a ação articulada de enviar todos estes homens para Lisboa tinha como principal objetivo desarticular a oposição à Junta Provisória³⁰⁶. No entanto, nada saiu como o planejado. As manifestações contrárias ao Governo Civil continuaram acontecendo no Pará, só que agora muitas vezes estimulada por periódicos e documentos que chegavam à Capitania vindos da Europa, descrevendo os acontecimentos em um novo palco de manifestações da oposição: Lisboa, com seus jornais, com a tribuna das Cortes, com discursos não só dirigidos, mas proferidos na presença do próprio D. João VI.

Como dito antes, graças ao envio desses papéis, a atuação dos paraenses no centro do poder do Império Português era acompanhada na Capitania. E neste quesito destacou-se Patroni que, como bem observado por Souza Jr., soube como ninguém se aproveitar das condições que encontrou em Lisboa para “ser” e “fazer” notícia³⁰⁷. Desse modo, a partir do momento em que Patroni se desentendeu com o Governo paraense, que negara o seu pedido feito na Europa para que o reconhecesse como deputado às Cortes, assim como ignorara o seu plano de eleição e demorava-se para escolher os representantes para a Constituinte, este se valeu dos instrumentos para a exteriorização do dissenso como a sua grande arma na disputa política.

Na Europa, longe de quaisquer mecanismos de repressão do poder local, esse recurso foi levado ao limite com críticas muito duras à atuação da Junta. O ponto recorrente das várias censuras feitas por Patroni em relação à Junta, dirigidas a diferentes autoridades

³⁰⁵ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, p. 72.

³⁰⁶ José Alves de Souza Jr. - *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, pp. 146.

³⁰⁷ José Alves de Souza Jr. - *Constituição ou Revolução. Os Projetos Políticos para a Emancipação do Grão-Pará e a Atuação de Filipe Patroni (1820-23)*, 174-176. Veja também, de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*. Os trabalhos de Souza Jr. e Geraldo Mártires Coelho fizeram uma atenta descrição da atuação política de Patroni em Lisboa, tendo já mencionado, inclusive, alguns dos documentos citados a seguir sobre este assunto. Nestes trabalhos, Souza Jr. e Geraldo Mártires Coelho também procuraram destacar o projeto pessoal de poder de Patroni, sempre justificado pela necessidade de entregar o governo do Grão-Pará aos “filósofos”, aos portadores das “Luzes”.

em Lisboa, era pretensão dos membros do Governo de restringir o processo de mudanças na Capitania. Esta ação era um obstáculo à ascensão de outros grupos na estrutura de poder e ao projeto político e pessoal de Patroni.³⁰⁸ Por conta disso, dirigiu esta carta ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, em 10 de Julho de 1821:

“A Constituição foi proclamada em 1 de Janeiro; e até agora o governo não tem dado hum passo, que cheire a Constituição. Não se fazem reformas. Não se indaga o que é susceptível de melhoramentos: os empregados continuão em abusos: não se trata de remir a divida pública; nem de fazer boa aplicação da renda do Estado.

Seis mezes tem decorrido depois de se proclamar a Constituição: entretanto até agora não se tem dado hum só passo para as eleições dos deputados (...)

Em tal estado de coisas, eu me ofereço para pôr o Pará no pé em que deve estar, sendo nomeado chefe político ou governador, mas com estas condições: 1º que eu chame para o meu lado as pessoas beneméritas da Província. 2º que se extinga a atual Junta que, sendo composta de nove membros, seis são estúpidos, brancos e totalmente (ilegível); e trez, que tem hum pequeno número de conhecimentos são versadissimos no egoísmo e no interesse, sobressaindo neste gênero o Coronel Barata, e o Cônego Seixas (...)

Taes são as condições, com que pretendo tirar da obscuridade huma provincia, que a ter estado em mãos de filósofos, há muito tempo, teria sido hum grande Império³⁰⁹.”

Decorridos 4 anos desde que Patroni havia escrito a carta a Salvador Rodrigues do Couto, a “mesmice” continuava sendo o traço com o qual definia sua terra natal. A solução

³⁰⁸ Veja a nota anterior.

³⁰⁹ AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.633 (Projeto Resgate).

apresentada para superar este problema também mantinha a coerência em relação ao que havia sido dito no passado: a Capitania deveria ser governada por filósofos, que seriam os únicos capazes de explorar o seu potencial. O que tinha mudado era que em 1817 não existia um projeto claro de como alcançar este objetivo. Mas agora, em 1821, Patroni valia-se das novas práticas legitimadas pelo Movimento Constitucional para disputar politicamente o poder na capitania. Não se tratava apenas de um projeto pessoal. A menção a “pessoas beneméritas da Província” que deviam coadjuvá-lo no Governo, não era simples retórica. Ela expressava, ainda que isso não se aplique totalmente, a idéia de que havia se formado um coletivo em torno das atitudes de oposição à Junta.

Esta é uma questão que vai tomando forma aos poucos e de maneira errática. Enquanto isso, Patroni voltava a dirigir uma correspondência às autoridades lisboetas em que pedia novamente para ser nomeado governador do Pará, argumentando, ainda, que entregar tão importante cargo a um americano seria uma prova concreta de que os portugueses dos dois hemisférios eram realmente iguais³¹⁰. Mais uma vez negado o seu pedido, Patroni resolveu mudar de estratégia. Em nova carta ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, em agosto de 1821, ao invés de pedir a deposição do Governo Civil, propôs a criação de uma “Junta de Reformas e Melhoramentos da Província”, insistindo mais uma vez na necessidade de aprofundar as mudanças no Grão-Pará. Neste documento as “pessoas beneméritas da Província” ganhavam nomes:

“Lembro mais a V. Exa., que por hum decreto se deve já criar huma Junta de Reformas e Melhoramento da Província da qual serão membros os seguintes: o Doutor Victorino; o doutor Antonio Correa de Lacerda; os Cônegos Joaquim Pedro de Moraes, José de Ornellas Monteiro, João Batista Campos e Padre José Joaquim Martins; os negociantes Joaquim Antonio da Silva, Manoel Luiz de Paiva; os lavradores Antonio Carneiro, Antonio José Monteiro, Baltazar Álvares Pestana. O seu objeto será discutir e propor tudo o que for suscetivel de

³¹⁰ AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.703 (Projeto Resgate).

reforma. Eu (naturalmente) deverei ser o seu Presidente, e devo ser autorizado para formalizar com ella o seu Regimento”³¹¹.

Patroni foi novamente ignorado, não conseguindo alcançar seus objetivos em Lisboa. Mas as suas críticas arranharam sensivelmente o prestígio da Junta Provisória paraense, desestabilizando-a. Por conta disso, esta resolveu contra-atacar no mesmo palco usado por seu adversário, mandando uma carta a D. João VI em novembro de 1821. Nela queixava-se da atuação de seus opositores em Lisboa, descrevendo o impacto que tinha na província a chegada de cada um dos papéis enviados da Europa com as críticas ao Governo Civil. Apesar das acusações pesarem também sobre outros homens, como Domingos Simões da Cunha, Patroni era o alvo da Junta, sendo acusado, inclusive, de ser o cabeça de um partido que visava a separação do Brasil de Portugal, objetivo para o que ele teria, segundo o governo paraense, mandado os irmãos Vasconcelos de volta ao Pará com o fim de propagar esta idéia de Revolução, na qual ele pretendia ser coadjuvado pela escravidão³¹².

No entanto, esta acusação, consagrada em grande parte da historiografia como o primeiro indício do desejo de independência, a julgar pela postura de Patroni em fatos subseqüentes, inclusive durante a sua atuação na redação do jornal “O Paraense”, parece improcedente, sendo mais crível que esta fosse uma tentativa da Junta de desmoralizá-lo politicamente em Lisboa. Era uma tentativa de reverter as críticas feitas ao Governo Civil, assim como todo o resto do conteúdo da carta. Nesse sentido, busca-se convencer também que, ao contrário do que acusavam, a Província vinha tendo progressos no comércio e na agricultura. Em outras palavras, para o Governo, as mudanças tanto reclamadas estavam acontecendo, só que com cautela, atento à delicadeza política do período fomentada pelo “perigo da Liberdade”³¹³.

Assim como a Junta não foi deposta pelas críticas de Patroni, este também não sofreu nenhuma represália por conta das acusações daquela. Fragilizado, o Governo Civil manteve-se no poder até as eleições para a nova Junta em março de 1822, quando ainda

³¹¹ AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.653 (Projeto Resgate).

³¹² AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.688 (Projeto Resgate).

³¹³ AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.688 (Projeto Resgate).

sofreria a última campanha da oposição. Nesta ocasião, Domingos Simões da Cunha lançou um documento no qual orientava os paraenses a não reelegerem para o novo Governo nenhum dos seus atuais membros. A justificativa para tal postura demonstra que os argumentos da oposição se mantiveram até o fim:

“E quem haverá que possa asseverar ter havido no Pará até agora Constituição? Tem-se por ventura visto hum só efeito do nosso systema?”³¹⁴”

De fato, nenhum dos membros da Junta se reelegeu. Metade dos eleitos, no entanto, figuravam entre os nomes indicados por Patroni como as “pessoas beneméritas da província” que deveriam coadjuv-lo naquilo que idealizou como a “Junta de Reformas e Melhoramentos”, coisa que jamais existiu³¹⁵.

3.2.1 – Um novo elemento nas disputas políticas da Província do Grão-Pará: o Governo das Armas

Uma das novidades políticas mais relevantes para o Reino do Brasil em decorrência da Revolução Constitucional foi o fato das Capitanias, elevadas à condição de Províncias em 1821, poderem eleger localmente os seus governos. Na verdade, o período

³¹⁴ AHU – ACL – CU 013, CX. 150, D. 11.606 (Projeto Resgate).

³¹⁵ Foram eleitos para a Junta: Presidente, o Dr. Antonio Correia de Lacerda. Secretário, o proprietário João Pereira da Cunha e Queiroz. Vogais, o chantre da catedral Joaquim de Moraes Bittencourt, o capitão de fragata José Joaquim da Silva, o major reformado Baltazar Alves Pestana, o capitão Manuel Gomes Pinto e o lavrador José Rodrigues Lima. A nova Junta assumiu o poder em março de 1822. Ver Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 21-22.

da Regeneração Política Portuguesa constitui-se num hiato dentro de um padrão de organização dos poderes locais nesta parte da América. Até então, o governo geral de cada uma das Capitanias era entregue a um Capitão-General escolhido por Lisboa³¹⁶ e depois, já no Império do Brasil, o cargo de Presidente de Província será preenchido por nomeações feitas pelo Rio de Janeiro³¹⁷. Desta forma, este hiato constituiu-se, dentro dos limites dos diferentes processos ocorridos nas partes do Reino do Brasil, numa experiência ímpar para as elites políticas locais na medida em possibilitou a elas controlar de forma mais autônoma os negócios e a política das Capitanias.

A transição, entre a forma de governo que tinha os Capitães Generais à frente e a organização de Juntas segundo as regras estabelecidas em Lisboa no final de 1821, foi tão diversificada quanto foram diferentes os processos de adesão às Cortes em cada uma das então Capitanias. Nesse sentido, enquanto no Pará e na Bahia o alinhamento ao Movimento Constitucional se deu através de uma revolução que depôs os antigos governos sem mesmo saber qual seria o posicionamento de D. João VI, em Pernambuco o processo inicial de adesão foi tutelado pelo antigo governador quando este já sabia das decisões tomadas no Rio de Janeiro³¹⁸. Em São Paulo, já em outro contexto, o Capitão-General João Oyenhausen, apesar de ter dado publicidade ao Movimento Constitucional em março de 1821, resistiu a qualquer mudança na forma da administração da Capitania até junho do mesmo ano, quando um levante militar passou a exigir a formação de uma Junta em São Paulo. Mesmo acuado, Oyenhausen conseguiu, graças às manobras de José Bonifácio, ser

³¹⁶ Obviamente, isto não significa que as elites políticas locais estivessem politicamente restritas às Câmaras Municipais. No entanto, o fato da autoridade máxima das Capitanias ser entregue a um indivíduo nomeado por Lisboa era um instrumento eficaz para limitar a sua autonomia política na dimensão mais ampla daquilo que posteriormente serão as Províncias.

³¹⁷ No Pará, apesar da deposição de vários Presidentes e da instalação do Governo Revolucionário Cabano, pelo menos até 1840, pode-se afirmar que, de modo geral, os Presidentes designados para o cargo realmente exerceram os seus mandatos, não sendo costumeiro deixar o seu cargo vago para o Vice-presidente, geralmente um político local, com a finalidade de ocupar cargos no Parlamento. Então, de fato em todo este período houve uma intervenção direta e privilegiada do centro do Império brasileiro na política paraense. De certa forma, este é um contraponto ao padrão de outras províncias tal como descrito por Mirian Dolnikoff – *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites, 1820/1842*. São Paulo, USP, 2000. Tese de doutoramento.

³¹⁸ Para uma visão de conjunto desses processos, veja de Márcia Berbel – *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821/22)*, pp. 57-80. Para uma análise específica sobre a Bahia, veja de Thomas Wisiak – *A Nação Partida ao Meio: Tendências Políticas na Bahia na Crise do Império Luso-Brasileiro*. Para o caso pernambucano, veja de Denis Antonio de Mendonça Bernardes – *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*.

eleito como presidente do novo governo, ainda que a influência dos Andradas, e portanto da elite política local, na ocasião já fosse maior que a sua³¹⁹.

No princípio não havia, portanto, um modelo de como deveriam se organizar as novas administrações das Capitanias no Ultramar. No Pará e na Bahia, a constituição de Juntas de Governo eleitas deu-se mais por uma imitação do que ocorria na Europa do que por um suposto respeito a um princípio constitucional. A ausência de uma norma reguladora reforçava o caminho errático das soluções encontradas para a superação da crise que agora estava escancarada à vista de todos, fazendo com que o discurso Vintista proferido no Pará convivesse muitas vezes com práticas cuja referência estava na tradição. Nesse sentido é preciso lembrar que se a Junta paraense, eleita em 1 de Janeiro, ao pedir sua demissão ao Rei em julho propôs que este escolhesse um novo governo, da mesma forma Patroni, tido como um Vintista exaltado, reclamou que Lisboa o nomeasse como chefe político do Grão-Pará, num procedimento muito semelhante ao consagrado no Antigo Regime, ainda que justificado exatamente como uma medida para acelerar as mudanças que visavam superar a velha ordem. A verdade é que, mesmo colado ao exemplo europeu, no Pará, assim como em outros lugares do Reino do Brasil, as atitudes práticas, como os procedimentos já citados para a eleição da Junta, eram marcadas pelo imprevisto necessário frente à falta de normas conhecidas e legitimadas pelas circunstâncias de exceção que marcam qualquer movimento revolucionário. Na disputa política, contudo, gritava-se aqui ou ali contra desvios ou ilegalidades, mesmo que a legitimidade das práticas ora fosse buscada na fidelidade à leitura de cada qual das teorias liberais ora fosse reclamada na tradição.

Em resumo, durante este cenário indefinido o grau de autonomia alcançado pelos estratos dominantes locais nos negócios e na política das Capitanias dependeu, sobretudo, da correlação de forças existente em cada uma das futuras Províncias, não sendo fruto direto de um modelo administrativo gestado em Lisboa. No Pará, como se viu, o modo pelo qual se deu a adesão às Cortes de Lisboa, através de uma revolução e da deposição do velho governo, permitiu uma ampla autonomia política que abriu caminho para uma disputa aberta e intensa entre partidos que defendiam diferentes projetos políticos. Já em outras

³¹⁹ Sérgio Buarque de Holanda – “São Paulo”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico, volume 2 – Dispersão e Unidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, pp. 438-443.

Capitanias, o formato administrativo assumido permitiu uma maior tutela sobre o processo e sobre o acirramento dos ânimos neste período inicial da Regeneração Portuguesa.

Essa diversidade era prova de que, apesar de as Capitanias terem jurado fidelidade a Lisboa, até aquele momento o poder de interferência das Cortes sobre elas era limitado. Desse modo, as relações entre o Congresso e os Governos das Capitanias e dessas entre si, só ganharam alguma definição em Setembro de 1821, quando as Cortes, enfim, regulamentaram a forma administrativa que deveria prevalecer no Ultramar. A partir de então ficou estabelecido que em cada Província se elegeria uma Junta, à qual caberia toda autoridade e jurisdição na parte econômica, administrativa e de polícia. Também passava a estar definido em lei que cada Junta era independente uma das outras e subordinada tão somente a Lisboa. Como esta era uma medida que se aplicava a todas as Províncias americanas, de acordo com a lei, a máquina administrativa do Rio de Janeiro passava a estar em pé de igualdade com todas as demais Juntas do Reino do Brasil, buscando-se esvaziar dessa forma a idéia de um centro de poder na América.³²⁰

Contudo, se as Cortes legitimavam a autonomia local na escolha dos governos civis do Ultramar, na mesma lei se criou a figura do Governador de Armas, cujo posto em cada província deveria ser preenchido por uma nomeação direta de Lisboa, sem interferência americana. Aos Governadores de Armas a lei concedia toda a autoridade e jurisdição na parte militar nas respectivas províncias para as quais fossem nomeados, funções que exerciam independentemente da Junta que, por sua vez, também era autônoma em relação ao Governador.

A criação de um cargo com tamanho poder, obviamente, refletia a preocupação de Lisboa, depois de passada a fase de comoção do movimento revolucionário, em ter mecanismos que lhe permitissem ter controle sobre a administração americana, algo que era dito abertamente, como demonstra a fala de Guerreiro, um deputado europeu, no Congresso:

³²⁰ Sobre este processo, veja entre outros, Márcia Berbel – *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821/22)*.

*“Era necessário dar ao governo alguma influência sobre a administração das províncias. As Cortes imaginaram que não havia outro meio se não o de conservar a administração da Fazenda e os negócios militares na mão do governo”*³²¹.

A medida logo foi contestada como uma ingerência indevida de Lisboa sobre o Reino do Brasil. Quinze dias depois de aprovada a Lei, o deputado pelo Rio de Janeiro Vilela Barbosa classificava a criação dos Governadores de Armas como resultado de uma injustificada desconfiança que se tinha no Congresso sobre as intenções dos brasileiros de se manterem unidos a Portugal³²². Quase um ano depois, em julho de 1822 e no contexto do aumento dos conflitos entre o Rio de Janeiro e Lisboa, alguns deputados americanos fizeram pressão sobre as Cortes para que se modificasse a lei que criava a função do Governador de Armas. Cipriano Barata, neste sentido, propôs uma emenda pela qual o Governador ficava sujeito à Junta provincial, sendo consultado em assuntos militares.³²³ Derrotadas estas propostas de mudança, pouco tempo depois alguns deputados americanos fugiriam de Portugal para Falmouth, na Inglaterra, no intuito de não assinar a Constituição do Império Português então terminada. Em Falmouth, estes deputados se dividiram em dois grupos, sendo que cada um deles redigiu um manifesto a fim de justificar a sua atitude. Em um deles, o assinado por Antonio Carlos de Andrada, há uma série de reclamações contra medidas das Cortes relativas ao Reino do Brasil. Entre estas medidas, que fixariam a tese vinculada na época de que o Congresso de Lisboa desejava recolonizar o Brasil, estava a instituição dos Governos de Armas nas Províncias:

“Apareceram, logo depois, as primeiras centelhas do incêndio que a imprudência das Cortes ateava no Brasil, com os seus insensatos e impolíticos decretos de organização do Governos Provinciais, retirada

³²¹ Declaração registrada no Diário das Cortes de Lisboa, na sessão de 29 de Setembro de 1821. Transcrito por Márcia Berbel – *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821/22)*, p. 98. Sobre todo este processo de regulamentação dos governos provinciais, veja esta obra de Berbel.

³²² Márcia Berbel – *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821/22)*, p. 100.

³²³ Ibidem.

de Sua Alteza Real, abolição dos Tribunais, ereção de novos Beglierbeys em cada Província, debaixo do nome de Generais de Armas, e impraticável a unidade dos dois Exércitos, de Portugal e do Brasil, que antes existiam separados”³²⁴.

Obviamente, algumas manifestações a este respeito merecem um maior cuidado de análise, uma vez que, como se disse, esta questão também foi instrumentalizada para se criar a idéia de que as Cortes queriam recolonizar o Reino do Brasil, isso já no contexto do conflito aberto entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Contudo, é preciso admitir que o barulho provocado por esta medida não era de todo despropositado. Era lógico que a criação de um poder local, independente da Junta Provincial e controlando as forças armadas, poderia realmente frustrar a pretensão de maior autonomia dos grupos políticos das províncias americanas. Foi o que aconteceu no Grão-Pará, onde o exercício do Governo das Armas também interferiu nas disputas entre os partidos.

Para os grupos políticos do Pará, a chegada a Belém do Brigadeiro José Maria de Moura em abril de 1822, militar europeu deslocado de Pernambuco para ocupar o Governo da Armas desta Província, representava uma grande mudança na experiência que vinham praticando do jogo político há mais de um ano, cuja dinâmica tinha levado ao poder, segundo o próprio Moura, homens que pela primeira vez ocupavam um cargo público relevante³²⁵. Até então, no modelo paraense, a Junta concentrava os poderes da província, interferindo muito diretamente também nas questões militares. Neste sentido, nos primeiros meses de 1822, antes da chegada de Moura e ainda sob a administração da primeira Junta, a correspondência enviada pelo governo a Lisboa estava repleta de nomeações e promoções concedidas a militares pela administração paraense³²⁶.

Ao mesmo tempo, a proposta de coexistência de poderes independentes na província era vista com desconfiança por todos os lados da disputa. Por conta disso, desde

³²⁴ Transcrito em Hélio Vianna – *História do Brasil*. Vol. 2: Período Colonial e Monarquia. São Paulo, Edições Melhoramentos, s.d., pp. 273-277. Em uma nota explicativa da transcrição, diz-se que Beglerbeg ou Beyler-Bey significa “Rei dos Reis”, “Senhor dos Senhores” e era um título dos antigos governadores do Império Turco.

³²⁵ AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.751 (Projeto Resgate).

³²⁶ Isto pode ser verificado através da listagem de documentos digitalizados pelo Projeto Resgate.

os primeiros dias da relação entre o Governo Civil e o Governador das Armas, trocam-se acusações mútuas de que um dos poderes estava tentando subordinar o outro. Numa das várias denúncias, de ambas as partes, que chegaram a Lisboa, a Junta queixava-se que o Brigadeiro Moura já havia interferido, em menos de um mês, na emissão de passaportes, na criação de um correio civil, tinha enfraquecido a Guarda do Palácio e pretendia começar um recrutamento ignorando o posicionamento do Governo Civil. Sobre esta última medida, a Junta insistia na censura, alegando que isto traria problemas para a segurança pública. Argumentava, nesse sentido, que havia se publicizado amplamente a idéia da liberdade na província por conta do Movimento Constitucional e que agora era impossível prever qual seria a reação dos indivíduos ao se verem perseguidos novamente pelo recrutamento³²⁷.

Por outro lado, José Maria de Moura queixava-se igualmente das iniciativas da Junta, que visivelmente tomava atitudes que o desautorizavam. Uma dessas contendas entre os poderes deu-se por conta da proteção das fronteiras no Rio Negro. O Governador de Armas insistia para a Junta e para as autoridades em Lisboa que era necessário o envio de reforços militares para essas áreas pelo risco do contato com os chefes dos partidos no Peru ou até mesmo pela ameaça de invasão do Rio Negro por essas forças estrangeiras. Para ressaltar a ação de agentes externos no interior da Província, Moura enviou para Lisboa exemplares trazidos do Rio Negro de um periódico em língua espanhola que continha notícias de países como a Argentina e o Chile, além de uma cópia da Constituição do Peru³²⁸. Contrastando com as várias cartas enviadas pelo Governador de Armas a Lisboa a respeito do tema, a Junta dirigiu-se à Europa em pouquíssimas linhas, comunicando que fazendo uso de suas prerrogativas legais não enviaria tropas nem munição ao Rio Negro porque não havia perigo de guerra, afirmação que fatalmente punha em xeque a credibilidade do Brigadeiro Moura³²⁹.

A verdade é que, apesar da historiografia ter dado ênfase à idéia de que o Governador de Armas pretendia subjugar a Junta, o inverso era igualmente verdadeiro. Nessa batalha por ampliar o seu espaço de poder, cada parte adotou estratégias diferentes que influíram diretamente na composição de forças na província. Desse modo, como o Governo Civil não podia partir para um confronto direto contra o Brigadeiro Moura, a

³²⁷ AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.777 (Projeto Resgate).

³²⁸ AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.781 (Projeto Resgate).

³²⁹ AHU – ACL – CU 013, CX. 155, D. 11.792 (Projeto Resgate).

única saída que lhe restava era sustentar os instrumentos de disputa política utilizados pela oposição à Junta anterior, como a imprensa. Por conta disso, cada vez mais foi se aproximando do grupo que anteriormente já exigia a implementação das conquistas e das garantias Vintistas, entre elas o direito ao dissenso. Para fazer frente à ação articulada dos homens que compunham esta aliança, por sua vez, o Governador de Armas foi alinhando as suas posições aqueles que, influenciando ou compondo a Junta anterior, pretendiam restringir o processo de mudanças na província. Isso ficará evidente um ano depois, em 1823, quando se constata os nomes daqueles que assumiram o Governo Civil, depois do golpe dado pelo Brigadeiro Moura contra a Junta eleita.

Dessa forma, o Governador das Armas ao aliar-se a este partido, cujas posições tinham perdido peso no Governo Civil, acabou por reequilibrar as forças na província. Isso realimentou a disputa política, dificultando extremamente as chances de conciliação, aliança ou mesmo o completo alijamento do adversário, impossibilitando já neste momento que algum partido conseguisse chegar ao poder e mantê-lo de maneira estável. Ao mesmo tempo, ao garantir o direito ao dissenso e ter nele um instrumento de disputa, recurso repugnado pela Junta anterior, o Governo Civil favoreceu que o debate extravasasse os limites do que se entendia por Sociedade Política. Fosse lendo ou ouvindo o conteúdo de periódicos ou de outros escritos, fosse assistindo à prisão e à soltura de jornalistas, episódios que se tornaram verdadeiros espetáculos públicos, um número cada vez maior de homens acompanhava e se apropriava de alguma maneira das discussões a respeito do que era a liberdade, o despotismo e o direito, o que alargava o universo daqueles que pretendiam encontrar meios para interferir nas disputas em torno do futuro da província.

Uma das contendas entre os poderes expõe as conseqüências deste enfrentamento: logo após a chegada do Brigadeiro Moura, a Junta Provincial solicitou que ele tomasse as devidas providências para que se criasse um corpo policial sujeito ao Governo Civil. O Governador de Armas se opôs à medida, cioso em manter um controle absoluto sobre qualquer corpo armado, o que deu vez para que as cartas trocadas entre os poderes começassem a ter um tom mais ríspido. Esgotadas todas as formas de negociação, a Junta recorreu a Lisboa, argumentando que em todo o mundo a polícia já deixara de estar sujeita ao poder militar, reportando-se apenas ao poder civil, e que esta mudança também tinha

sido determinada por dispositivos aprovados pelas Cortes³³⁰. Passando ao largo destas questões, sem discutir a legitimidade ou não dos argumentos do Governo Civil, em outra carta a Lisboa, Moura justificava sua posição alegando apenas que havia consultado a este respeito os chefes militares da província, espaço em que o partido da Junta anterior tinha grande influência, e que estes teriam se oposto a medida³³¹. Com base nisso, o Governo das Armas não se moveu um milímetro da firme disposição de vetar a criação do corpo policial, ainda que o Governo Civil continuasse a insistir na questão por meses a fio.

Sem uma posição firme de Lisboa a este respeito, a disputa em torno do tema foi parar na imprensa através das páginas de “O Paraense”, primeiro jornal da província, que teve Filipe Patroni como seu redator até maio de 1822, quando este foi preso e logo depois remetido para Lisboa de onde, a partir de então, foi simples espectador da política paraense³³². A discussão em torno da criação do corpo policial aparece, no entanto, numa edição de junho quando o jornal já estava sob o comando do Cônego Batista Campos, homem que, como apontou Geraldo Mártires Coelho, vai concentrar a linha editorial do periódico em reflexões a respeito do cotidiano da província³³³. Nessas reflexões, o Governador de Armas era freqüentemente criticado, especialmente através de cartas publicadas sob pseudônimos. E é justamente numa destas cartas endereçadas ao redator que se defende de forma veemente a criação do corpo policial sujeito ao Governo Civil, alegando que isso era uma prática comum fora do Pará. No final da carta, o autor acaba por expor de forma transparente o que realmente estava em disputa:

“Sr. Redator, Vmce como intelligente em matérias políticas, conhece muito bem que a divisão perfeita de poderes he hum ente quimérico.

³³⁰ AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.777 (Projeto Resgate).

³³¹ AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.751 (Projeto Resgate). Este episódio da disputa entre o Governador de Armas e a Junta a respeito do Corpo Policial foi registrado por diferentes autores. Veja, entre outros, de Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp.174-183.

³³² Patroni foi acusado de ter faltado com o respeito ao Rei em um de seus pronunciamentos em Lisboa. Ver de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 24.

³³³ Batista Campos é convidado por Patroni, assim que este é preso, para ficar à frente do jornal. É importante lembrar que o nome de Batista Campos é um dos citados por Patroni em Lisboa para compor a “Junta de Reformas e Melhoramentos da Província” idealizada por ele e que nunca existiu. Para uma análise sobre o papel de “O Paraense”, a obra de referência é o livro de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*.

Imbora pois a autoridade Eclesiástica seja suprema; imbora a judiciária também o seja; imbora a militar o seja igualmente. Todavia não deixará Vmce de confirmar a Junta Administrativa e nem pode deixar de ser a mais suprema que todas as Autoridades”³³⁴.

Sendo vítima de freqüentes ataques, o Governador de Armas passou a exigir que a Junta tomasse as providências necessárias para punir o redator do jornal por aquilo que ele considerava um abuso. No entanto, ao invés de aplicar punições o Governo Civil, assumiu o discurso da defesa da Liberdade de Imprensa, tomando algum tempo depois as providências legais para a eleição de juízes aos quais caberiam vigiar possíveis transgressões à Lei de Liberdade de Imprensa. Esta foi uma postura duramente criticada por Moura, que dizia a Lisboa que através de “O Paraense” estava sendo vítima de uma ação articulada por vários homens, ou em outras palavras, por um partido que, por sua vez, era aliado da Junta³³⁵.

Com o passar do tempo e diante do silêncio das Cortes, rapidamente as acusações contra “O Paraense” deixaram de ser simplesmente as de ferir a honra pessoal do Governador de Armas. O Brigadeiro José Maria de Moura passou, então, a denunciar também que “O Paraense” veiculava as idéias separatistas que vinham do sul do continente³³⁶. Com base nisso e alegando haver uma grave ameaça à segurança pública, em Setembro de 1822 o Governador de Armas pressionou para que a Junta Provincial procedesse, sem culpa formada, a prisão de vários homens, entre eles o Cônego Batista Campos. Colocado numa situação delicada, em meio à grande agitação provocada pelas denúncias, o Governo Civil não teve alternativa a não ser efetuar a prisão desses homens, que foram soltos um mês depois por falta de provas. Antes disso, no entanto, a Junta já se queixava a Lisboa sobre a interferência do Brigadeiro Moura no episódio³³⁷. O desrespeito a uma das garantias básicas conquistadas pelos Vintistas – o de não se poder fazer prisões

³³⁴ Carta publicada em “O Paraense”, edição de 10 de Junho de 1822. AHU – ACL – CU 013, CX. 155, D. 11.875 (Projeto Resgate).

³³⁵ AHU – ACL – CU 013, CX. 155, D. 11.876 (Projeto Resgate).

³³⁶ Geraldo Mártires Coelho, o pesquisador que mais se deteve na análise deste material, afirmou não ter encontrado em “O Paraense” nada que pudesse realmente ligá-lo a causa da independência. Ver de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*.

³³⁷ APEP – Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 77.

sem culpa formada – tornava o “Sistema Constitucional” letra morta na província. O Governo Civil dava claras demonstrações que pretendia resistir a isso, percebendo que sustentar o Vintismo era a única forma de garantir, tanto os instrumentos que precisava para se opôr ao Governador de Armas, como manter ao seu lado o grupo que havia se formado na oposição à Junta anterior.

Apesar das diferenças, é preciso ressaltar que essa disputa política opunha homens que pretendiam manter-se sujeitos a Lisboa. A idéia da ruptura política com Portugal neste momento ainda era um projeto político marginal na província. Isso não queria dizer, no entanto, que as divergências entre esses partidos fossem simples de serem superadas. Tanto assim, que no final de 1822 a Junta Provincial mandava a Lisboa uma declaração taxativa: segundo ela, não havia a menor possibilidade de que seus membros se reconcilhassem com o Brigadeiro José Maria de Moura³³⁸.

O aprofundamento do processo de partidarização da sociedade paraense e a impossibilidade de que qualquer um dos grupos políticos conseguisse alcançar uma posição hegemônica definiram, em grande medida, os limites das ações destes homens e a viabilidade ou não dos seus projetos políticos daqui por diante. Nesse sentido, em meio ao equilíbrio das forças no interior da província o cenário externo, ganharia cada vez mais importância, tornando-se muitas vezes o fiel da balança.

3.2.2 – Os Projetos Políticos na Moldura do Espaço Territorial

No dia 6 de Junho de 1822 ancorava no porto de Belém a Escuna Maria da Glória, vinda do Rio de Janeiro depois de ter feito escalas na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão³³⁹. Esta era uma notícia que não trazia surpresa, pois há algum tempo circulavam boatos no Pará sobre a chegada desta embarcação e especulações a respeito das correspondências que estavam a seu bordo³⁴⁰. Isso não significava, contudo, que as decisões a serem tomadas pela Junta, a partir do momento em que verificou o conteúdo das

³³⁸ AHU – ACL – CU 013, CX. 157, D. 11.989 (Projeto Resgate).

³³⁹ AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.824 (Projeto Resgate).

³⁴⁰ AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.834 (Projeto Resgate).

cartas, fossem mais fáceis. Diante do Governo Civil estava, além da correspondência endereçada a ele, uma série de outras que deveriam ser entregues a autoridades da capital e do interior da Província ordenando que se tomassem as providências necessárias para fazer cumprir um decreto assinado, em fevereiro daquele ano, no Rio de Janeiro. Objetivando, segundo o decreto, manter no Reino do Brasil “um centro de meios e de fins”, determinava-se então que as províncias deveriam enviar procuradores para a Corte carioca que teriam, entre outras funções, a missão de aconselhar D. Pedro a respeito de reformas a serem implantadas na América e advogar medidas em favor da província que o nomeou³⁴¹.

A pretensão de manter no Rio de Janeiro um centro de poder para onde convergiria todo o Reino do Brasil, em clara oposição à organização política determinada pelas Cortes para as províncias americanas, punha uma questão que era nova: as autoridades do Grão-Pará deveriam reconhecer Lisboa como o único centro de poder Legislativo e Executivo do Império Português, ou deveriam se alinhar ao governo do Rio de Janeiro? Este evento constitui um marco a partir do qual, ao lado de palavras como “liberdade” e “despotismo”, o termo “dissidência” vai freqüentar os discursos políticos na província, ora como preocupação real, ora como a acusação preferida a ser feita contra os oponentes³⁴².

Fato é que o envio do decreto obrigou as autoridades paraenses a se posicionarem sobre qual relação pretendiam ter com o Rio de Janeiro, centro administrativo ao qual o Pará não se sujeitava mais desde a Revolução Constitucional e que passou a ser completamente ignorado na província depois da partida de D. João VI para Lisboa. Após uma breve reflexão, a Junta resolveu convocar diversas autoridades militares e civis para uma reunião a fim de tratar do assunto³⁴³. Depois disso, o Governo Civil não só resolveu desconsiderar as ordens para nomear procuradores, como também reteve as outras correspondências que deviam seguir para o interior, objetivando assim, evitar que o Rio de Janeiro assumisse na visão dos Juizes de Paz, Câmaras Municipais e demais

³⁴¹ Essas são atribuições citadas pelo decreto. AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.824 (Projeto Resgate).

³⁴² Neste sentido, por exemplo, as primeiras acusações do Brigadeiro José Maria de Moura de que o “O Paraense” defenderia a idéia da independência, ocorrem um mês depois da chegada da Escuna Maria da Glória. Sobre o uso do termo “dissidentes” neste contexto, veja de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*.

³⁴³ AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.824 (Projeto Resgate)

administradores, o papel de um centro de poder alternativo em plena operação³⁴⁴. Em seguida mandou uma carta a Lisboa, dizendo lamentar pelo fato de ter que discordar da opinião política do príncipe, ressaltando ainda que se reportar a um centro de poder ao sul do continente era contrário aos interesses do Pará³⁴⁵.

Essa investida que partia do Rio de Janeiro detonou uma reação contrária em várias províncias, pondo em evidência uma série de interesses que desde então foram se articulando e tomando a forma de um projeto de futuro. Nesse sentido, a Junta paraense recebeu correspondências enviadas pelo Governo Civil do Maranhão que notificaram a chegada na província do decreto que tratava da nomeação dos procuradores e informavam que a sua atitude, tal como a tomada no Pará, fora a de não cumprir o decreto e não permitir que as correspondências enviadas pelo Rio de Janeiro seguissem para o interior³⁴⁶. Logo após, diante das novas pretensões da Corte carioca, chegaram cartas a Belém enviadas por autoridades do Mato Grosso e de Goiás propondo aos paraenses o auxílio-mútuo na defesa da fidelidade à nação portuguesa³⁴⁷. Alguns tempo depois, mas ainda neste mesmo contexto, o governo maranhense estabeleceu um correio ligando esta província a Belém, assumindo integralmente os gastos. Na ótica desses homens que controlavam o poder provincial, num contexto adverso aos seus interesses e sem saber quais seriam os desdobramentos da atitude tomada no Rio de Janeiro, a melhor circulação de informações entre as autoridades provinciais possibilitaria a antecipação de algumas providências, bem como deixaria explícita a cumplicidade do Pará e do Maranhão na defesa do mesmo projeto político³⁴⁸.

³⁴⁴ APEP - Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 61.

³⁴⁵ AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.827 (Projeto Resgate); AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.824 (Projeto Resgate).

³⁴⁶ Palma Muniz - – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 209-211. Em setembro de 1822, o governo do Rio de Janeiro enviou uma carta a Junta do Maranhão censurando esta atitude e convidando que esta província se associasse às demais que, no discurso do remetente, estavam unidas em torno de um projeto político que se contrapunha às Cortes de Lisboa. Ver de Paulo Benevides & Roberto Amaral (org.) – *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 1, doc. 55.2. Carta de igual teor foi mandada ao Pará como resposta ao não envio dos procuradores e a recusa em reconhecer a autoridade do Rio de Janeiro. Contudo, por esta correspondência ter sido escrita apenas em abril de 1823, novos elementos apareceram. Já se falava de ruptura irremediável com Portugal e ameaçava-se as autoridades paraenses caso estas não concordassem com o alinhamento a Corte carioca. Ver de Paulo Benevides & Roberto Amaral (org.) – *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 1, doc. 64.

³⁴⁷ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 24-25. Ver também de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, pp. 344-345.

³⁴⁸ APEP – Códice 740 – Correspondência dos Governadores com Diversos (1822-23), d. 582. Ver também de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, pp. 363-364.

Como dito anteriormente, relações comerciais e políticas promoviam o estabelecimento de laços entre estas antigas capitanias há muito tempo. Com a atitude do Rio de Janeiro, essas “rotas de peregrinação” pesaram na elaboração de um projeto de futuro nessas províncias que visava garantir os interesses ligados à manutenção dos elos com Lisboa. Isso se dava através da percepção de uma parte dos estratos dominantes destas províncias de que o Grão-Pará e o Maranhão somados àquelas tidas como suas dependentes, tal como Goiás e Mato Grosso, formavam um “Bloco Regional” que, se mantido, permitiria a viabilidade política e econômica do seu projeto de futuro, independentemente do que ocorreria com o destino político do restante do Reino do Brasil.

A reação à investida que partiu do Rio de Janeiro, só veio salientar algo muitas vezes desprezado na historiografia, mas evidente para os homens do período: se o Reino do Brasil no começo da década de 1820 não formava uma unidade política, as “rotas de peregrinação” repetidas ao longo da história no território da América Portuguesa articularam interesses econômicos e políticos que extrapolavam os limites administrativos de cada uma das antigas capitanias, formando a percepção da existência de blocos regionais. Dessa forma, as “rotas de peregrinação” não tinham estabelecido uma dinâmica de centro-periferia que abarcasse todo o território colonial português sob o qual vai se estabelecer o Estado independente, tal como propõe a abordagem clássica de Benedict Anderson para as diversas unidades administrativas da América Espanhola³⁴⁹, mas constituíram múltiplas relações de centro-periferia que se organizaram por todo o território da antiga América Portuguesa.

Nesse sentido, é importante salientar que este não é um processo restrito ao norte e ao centro do Reino do Brasil, mas generalizado em todo o conjunto. Joga luz sobre esta questão retomar o prognóstico feito em agosto de 1822 pelo Cônsul francês Albert Roussin sobre o destino político da parte americana do Reino Unido. Em meio ao agravamento da crise do Antigo Regime português, o Cônsul francês apostava que, havendo a ruptura com Lisboa, dificilmente surgiria um Estado independente que conseguiria incorporar todas as províncias da antiga colônia portuguesa, já que não existiam interesses comuns suficientes para favorecer a unidade. Só que para ele a fragmentação do território do Reino do Brasil, que eventualmente se desligasse de Lisboa, obedeceria a uma lógica muito específica:

³⁴⁹ Benedict Anderson – *Nação e Consciência Nacional*.

centrando-se especialmente no caso da Bahia, Albert Roussin afirmou que as províncias provavelmente formariam diversos Estados independentes, agrupando-se em blocos regionais que privilegiariam, entre outras coisas, a manutenção de uma via de escoamento para o mar³⁵⁰. Em outras palavras, a geografia, os caminhos das mercadorias e da política forjaram espaços territoriais no universo do Reino do Brasil que tinham a sua própria dinâmica de relações de centro-periferia.

Obviamente, o fortalecimento dos laços entre as províncias neste momento favorecia a interesses específicos. O caso de Goiás exemplifica bem isso. Lá o Movimento Constitucional abriu caminho para o agravamento das disputas entre os estratos dominantes do sul da província, onde ficava a capital, e a elite econômica e política do norte, que tinham interesses comerciais mais ligados ao Pará e que agora pretendiam não se reportar mais à capital goiana na esperança de garantir maior autonomia. Para alcançar este objetivo, a aliança com os paraenses parece ter sido percebida como fundamental. Nesse sentido, em carta às autoridades na Europa, José Maria de Moura, responsável pelo Governo das Armas paraense, alegava que as relações de dependência desta região de Goiás com o Grão-Pará eram tão fortes que suas elites políticas não só tinham se proclamado dissidentes do sul da província como pretendiam ir às Cortes de Lisboa para pedir a sua incorporação ao Pará³⁵¹. É uma versão dos fatos que ganha maior credibilidade quando se sabe que no processo para a eleição dos deputados que seguiriam para a Europa realizado na Comarca de Duas Barras, norte de Goiás, enquanto um dos escolhidos morava em território paraense mas não seguiu viagem, o único que tomou posse foi Joaquim Teotônio Segurado, homem que tinha uma atuação pública conhecida pelas tentativas de promover a integração da região central do continente ao norte, especialmente ao Pará³⁵².

O teor das correspondências encontradas nesta pesquisa demonstra que as autoridades de Belém acompanhavam a marcha dos acontecimentos de um lugar privilegiado que permitia a elas saberem, com grandes detalhes, das lutas políticas travadas naquelas províncias tidas como suas dependentes, tal como Goiás e Mato Grosso, algo favorecido, entre outras questões, pelo fato de autoridades daquelas regiões muitas vezes

³⁵⁰ Thomas Wisiak – *A Nação Partida ao Meio: Tendências Políticas na Bahia na Crise do Império Luso-Brasileiro*, p. 181.

³⁵¹ AHU – ACL – CU 013, CX. 154, D. 11.817 (Projeto Resgate)

³⁵² Márcia Berbel - *A Nação como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821/22)*, pp. 79-80.

seguirem para Lisboa embarcando na América a partir da capital paraense³⁵³. Talvez por conta disso tenha sido em Belém que o projeto de manutenção de bloco de províncias unidas a Lisboa, independentemente dos sucessos a que estivesse sujeito o restante do Reino do Brasil, ganhou os seus contornos mais definidos.

As cartas do Governador de Armas do Pará, José Maria de Moura, são exemplares minuciosos deste projeto político para o qual convergiam facções dos estratos dominantes nas províncias citadas. Nestas correspondências, a idéia do bloco regional apoiava-se claramente na percepção da diversidade de interesses no interior do Reino do Brasil e na importância que tinham as relações econômicas e políticas entre as províncias circunvizinhas. A partir disso, Moura tentava convencer a Lisboa que a defesa da ruptura com Portugal era frágil tanto no Pará como no Maranhão, por não haver interesses nestas duas províncias que as ligassem ao Rio de Janeiro. Mais do que isso: na óptica de Moura, as relações comerciais e políticas entre estas duas províncias e o interior do continente permitiam supor que, preservados os laços de fidelidade do Pará e do Maranhão com Portugal, em torno deles poderiam se agregar outras partes do Reino do Brasil:

“Dexo de falar sobre as relações commerciaes que desde ha muitos annos se achão estabelecidas entre esta província e o Maranhão, e igualmente deixo de referir a dependência em que está o Piauí do mesmo Maranhão. Só insisto a observar a Vossa Excelência que achando-se esta última província em idênticas circunstâncias do Pará relativamente as poucas relações de conveniencia em que se achão com (ilegível) as mais províncias ao sul do Cabo de S. Roque, não podem os seus habitantes dextr de fazer cauza comum com os Parahences, formando estas duas províncias com as mais que dellas dependem hum extensissimo Corpo Político que abrange a terça parte do território Brazilico mais rico em produções mineraes, e mais fartas nos (ilegível) vegetais, (ilegível) as margens do Amazonas, Solimões, Rio Negro podem fornecer a Europa de todas as Especiarias (...)

³⁵³ AHU – ACL – CU 013, CX. 152, D. 11.760 (Projeto Resgate)

Sendo as relações de conveniência para com (ilegível) e estreitos vínculos de amizade entre os povos, achando-se as províncias do Mato Groço, Seará, Piauí e Comarca de São João das Duas Barras intimamente ligadas com o Pará e Maranhão, cujas recíprocas relações comerciais se dirigem a Europa e particulamente para Portugal, é claro que estas duas províncias cujos interesses são absolutamente estranhos ao resto do Brasil se conservarão na obediência da May Pátria se a May Pátria as sustentar e apoiar com forças capazes de impor respeito, e repelir qualquer agressão de inimigos externos, ou internos que para fins particulares e contrários ao interesse Nacional intentarem perturbar o socego de seus passíficos habitantes”³⁵⁴.

A mesma geografia que era utilizada por Moura para desautorizar a convergência de interesses entre as províncias do norte e aquelas que estavam ao sul do Cabo de S. Roque, era também um dos elementos de que se valeu para defender a viabilidade do seu projeto político. Nesse sentido, o Governador de Armas argumentava que a rede hidrográfica que cortava o Pará em direção ao interior do continente ligaria toda essa região, escoando a produção e transformando Belém em um “porto franco” das riquezas do Brasil³⁵⁵. Uma vez garantida a ordem por forças européias, todo este bloco facilmente se manteria ligado a Portugal, na óptica de Moura, dada a força dos interesses recíprocos entre estas províncias, independentemente do que acontecesse ao sul do continente.

O propósito de preservar esse bloco regional, ao contrário do que se sugere em parte da historiografia, não era uma obsessão exclusiva do Governador de Armas do Pará³⁵⁶. Ele encontrava respaldo em facções das elites políticas e econômicas de outras

³⁵⁴ AHU – ACL – CU 013, CX. 154, D. 11.817 (Projeto Resgate). Infelizmente este documento está muito deteriorado.

³⁵⁵ AHU – ACL – CU 013, CX. 154, D. 11.817 (Projeto Resgate).

³⁵⁶ Em sua obra, Geraldo Mártires Coelho faz uma detalhada descrição de diversas cartas enviadas por Moura para Lisboa, nas quais defende a idéia da preservação deste bloco de províncias ligadas à Portugal. No entanto, diferentemente do que está se defendendo aqui, Coelho expõe esta idéia como projeto pessoal de Moura que tentava garantir, assim, a “sobrevivência colonial” em pelo menos uma parte do Reino do Brasil. De modo diferente, entende-se que as cartas de Moura são importantes porque evidenciam de um modo claro e sintético algo que está fragmentado em vários outros documentos: a estratégia política dos homens do período não estava presa às fronteiras provinciais, sendo que as “áreas de influência” ou os “blocos regionais”

províncias, como já demonstrado, e no Pará dava unidade de ação a homens que, apesar de agruparem-se em diferentes partidos, tinham os seus projetos políticos ligados à pretensão de manter a província sujeita a Lisboa. Uma demonstração disso, que será narrada nas páginas seguintes, foram os esforços despendidos pela Junta paraense com a finalidade de oferecer ao Maranhão tudo que estava ao seu alcance para que a sua vizinha tivesse condições de manter-se irmanada ao Pará no propósito de permanecer ligada a Portugal. Apesar das insuspeitas divergências entre esta composição do Governo Civil paraense e o Brigadeiro Moura, como já citado, para a Junta era claro que o posicionamento político da província estava intimamente ligado à sorte dos maranhenses.

Por sua vez, quando esta Junta foi deposta pelo Governador de Armas, em março de 1823, a nova composição do Governo Civil, agora mais alinhada às posições do Brigadeiro Moura, continuou perseguindo o mesmo objetivo. É assim que se deve compreender o seu pedido, enviado a Lisboa em junho de 1823, solicitando que fosse instalado um poder executivo no norte da América Portuguesa, sendo indiferente se sua sede seria em Belém ou em São Luís³⁵⁷. Mais que o interesse particular da província, ficava evidente o propósito de conservar o bloco regional, ou pelo menos salvar aquilo que no momento havia restado dele.

Isso porque, ainda que no auge da crise tenha se aventado a possibilidade do Pará manter-se ligado a Portugal, isoladamente na América, a sustentabilidade deste cenário era desacreditada. Para grande parte das elites políticas paraenses, a manutenção do bloco regional era a única maneira de garantir a viabilidade política e econômica do seu projeto e por isso pode-se encontrar ações ao longo deste processo que demonstram como este mesmo objetivo foi perseguido por diferentes partidos na província.

Ainda neste sentido, também é importante ressaltar que estas idéias tinham aliados na Europa: meses antes do pedido da Junta, em março de 1823, o deputado das Ilhas da Madeira, João Francisco de Oliveira, apresentou às Cortes de Lisboa um projeto que visava instalar um poder executivo no Maranhão ou no Pará, enviando também tropas para

tinham um grande peso na elaboração das alternativas de futuro. Deste modo, a importância desta questão não estava apenas na cabeça de Moura e sim de todos. Ver de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*. Esta pretensão de José Maria de Moura também é citada brevemente na obra de José Alves de Souza Jr.

³⁵⁷ AHU – ACL – CU 013, CX. 160, D. 12206 (Projeto Resgate). Ver também APEP – Códice 744 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 384.

defender a vontade dos povos dessas províncias que, na ótica de Oliveira, tinham dado claras demonstrações de sua opção por permanecerem ligados a Portugal. Como se sabe, no entanto, esta proposta não recebeu nenhum tipo de encaminhamento³⁵⁸.

De toda forma, não há como negar que a chegada em Belém da Escuna Maria da Glória, em junho de 1822 com os decretos vindos do sul, constituiu-se como um marco neste processo. Sem dúvida, com a crescente repressão do Governo das Armas e a progressiva inviabilização da implementação em território paraense das garantias e das liberdades conquistadas com o Movimento Constitucional, a idéia do alinhamento às províncias meridionais ganhava densidade paulatinamente. Isso não quer dizer, no entanto, que no Pará se caminhasse para um consenso político em torno do alinhamento ao governo do Rio de Janeiro, restando à força armada o papel de manter a velha ordem artificialmente. Ao contrário: por conta de como se organizavam as relações políticas e econômicas dos estratos dominantes do Grão-Pará, tal como descritas ao longo do texto, havia muitas dificuldades para se alinhar um maior apoio destes homens a um projeto que representasse uma ruptura com Lisboa. Por conta disso, a maior adesão no Pará ao “sistema do sul” não significava o isolamento dos seus opositores, mas uma cisão ainda maior da sociedade paraense, aumentando sensivelmente a dificuldade para qualquer grupo político chegar ao poder e mantê-lo de forma estável. Frente a este equilíbrio de forças e uma instabilidade social que parecia não ter mais fim, o destino político do Pará passou a depender em grande medida de duas variantes exógenas: a manutenção ou desmantelamento do bloco regional e a intervenção de forças armadas externas.

³⁵⁸ Correspondência sobre a Independência de Clemente A. de O. Mendes de Almeida – Memorando em que se consigna uma notícia fidedigna e na máxima documentada. IN: *Publicações do Arquivo Nacional*. Vol. 4. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903. Há também uma transcrição deste documento na obra de Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 214-215.

3.2.3- As Esquadras Imaginárias: Estratégias políticas e militares na construção da Independência e da Unidade

A independência do Brasil e a conquista da unidade territorial não foram fruto de um episódio, mas sim de um longo e complexo processo que envolveu inúmeras estratégias que iam da persuasão política e de alianças entre grupos até o recurso à violência por meio de campanhas militares. Nesse sentido, pode-se perceber investidas desde o Rio de Janeiro visando alcançar este objetivo muito antes do 7 de Setembro, assim como ações militares continuarão tendo um papel fundamental na conquista e manutenção da unidade muito tempo depois deste marco.

Nesta direção, em agosto de 1822 começava a circular pelas províncias o Manifesto de D. Pedro aos Povos, no qual o Príncipe Regente já falava abertamente em Independência, dizendo que a dissidência americana se devia à pretensão recolonizadora das Cortes³⁵⁹. Antes ainda, em meados de 1822, representantes brasileiros na Europa são instruídos a recrutarem homens, especialmente ingleses, com a finalidade de criar uma força naval a serviço do Regente e reforçar as tropas, resolvendo desta maneira uma questão estratégica. Parte desses europeus, embarcados para a América sob o disfarce de colonos, se juntaria aos homens que estavam sob o comando de Lord Cochrane, antigo oficial da Marinha Britânica que tinha prestado, como mercenário, importantes serviços à causa da Independência chilena, e a partir do primeiro semestre de 1823 passava a comandar a recém criada Marinha Brasileira³⁶⁰.

Todas essas ações que ocorriam fora das fronteiras do Pará, freqüentemente traduzidas em informações desencontradas sobre os fatos, eram acompanhadas com atenção na província. O cenário externo era importante, pois com a acirrada disputa interna se tornava cada vez mais difícil garantir a hegemonia de um grupo de maneira estável. Neste quadro, as alianças ocupavam um papel decisivo, sendo que, na percepção geral dos envolvidos, a intervenção de uma força externa poderia desequilibrar a disputa em favor de

³⁵⁹ APEP – Códice 686 – Correspondência da Metrópole com o Governo (1816-24), d. 167.

³⁶⁰ José Honório Rodrigues – *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Vol. 3: As Forças Armadas. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975, pp. 95-155. Ver também de Brian Vale – *Independence or Death! British Sailors and Brazilian Independence, 1822-25*. Londres, Tauris Academic Studies, 1996.

um dos partidos. Esta questão ganhava em importância se considerada a desconfiança generalizada que as tropas causavam às elites econômicas e políticas do Grão-Pará. Para estas, as tropas não eram um instrumento seguro no qual pudessem salvaguardar os seus distintos projetos políticos, sendo que ainda se temia, por conta da grande agitação entre os estratos subordinados da sociedade paraense, que as forças armadas locais acabassem por subverter a ordem social.

Esta, aliás, era uma desconfiança que parecia se agravar cada vez mais. Contribuiu para isso a atitude do Governador de Armas, José Maria de Moura, que, frente às adversidades, passou a tirar tapuios dos serviços civis para os quais tinham sido recrutados³⁶¹, transferindo-os para o serviço militar, o que aumentava a quantidade de indígenas nas tropas armadas e, conseqüentemente, a falta de crédito desta instituição entre os estratos dominantes do Grão-Pará³⁶². Por sua vez, esta atitude também tendia a aumentar os insatisfeitos porque, para garantir o controle sobre estes tapuios, Moura escreveu a Lisboa dizendo que pretendia não cumprir a lei, dada a público em 16 de maio de 1821, que permitia o licenciamento das milícias³⁶³. Com base nesta lei os tapuios vinham se negando a prestar os serviços civis e a partir de agora se viam obrigados a entrar nas tropas, o que frustrava sua pretensão de liberdade que, então, parecia garantida. Em meio a essa tensão social e à composição peculiar da força armada paraense, não só se punha em dúvida que as tropas fossem um meio eficaz para garantir a ordem como, a partir de 1823, passou a ser corriqueiro que se expressasse nas correspondências o medo de que soldados e escravos se unissem.

Frente à enorme importância que o cenário externo adquiria, o controle da informação passou a ser uma arma estratégica. Nesse sentido, enquanto corria-se contra o tempo na expectativa de consolidar uma aliança entre facções das elites políticas que controlavam as províncias na “área de influência” do Grão-Pará, de forma a barrar o avanço das idéias de ruptura com Portugal, os defensores do alinhamento ao governo do Rio de Janeiro por vezes espalharam boatos ou noticiaram falsamente a adesão à Independência de

³⁶¹ Como corte de madeiras para o arsenal, serviços no pesqueiro, entre outros. Sobre estas questões veja o Capítulo 2.

³⁶² Esta foi uma medida muito contestada, pois chegou a paralisar alguns serviços civis. APEP – Códice 869 – Correspondência do Governo com a Corte (1828-30), d. 03

³⁶³ Esta lei foi publicada na província em fevereiro de 1822. AHU – ACL – CU 013, CX. 155, D. 11.874 (Projeto Resgate).

províncias que ainda permaneciam fiéis a Lisboa³⁶⁴. A clara intenção destes homens era a de convencer a sociedade paraense que o projeto de manutenção de um bloco de províncias unidas a Portugal havia sido derrotado e que o Pará constituía um corpo isolado, defendendo uma posição insustentável.

Do outro lado, a restrição da circulação das informações que chegavam à província foram se intensificando à medida em que as ordens do Rio de Janeiro foram se descolando das diretrizes de Lisboa. Exemplo disso foi o destino, já citado, que Junta paraense deu as cartas, enviadas por José Bonifácio, que determinavam a eleição de procuradores da província para a composição de um centro de poder no Rio de Janeiro. Nesse mesmo sentido, rapidamente a circulação de periódicos começou a sofrer intervenções mais severas, bem como jornalistas passaram a receber represálias pela publicação de textos considerados alinhados ao Rio de Janeiro. Dessa forma, a Junta Provisória comunicou a Lisboa, em Novembro de 1822, que havia apreendido os números de Julho e Agosto do “Correio Braziliense” por conta de suas “ideias subversivas do actual Systema Constitucional, e desorganizadoras da firme união que os Povos desta Província jurarão a sua Mai Pátria”³⁶⁵. Antes disso, em outubro do mesmo ano, o Cônego Batista Campos foi novamente preso por publicar no jornal “O Paraense” o já citado “Manifesto de D. Pedro aos povos”³⁶⁶.

Com o acirramento dos ânimos, foi ficando cada vez mais clara a importância da intervenção de uma força externa. Esta constatação era acompanhada por um sentimento de urgência que era resultado da consciência da inevitabilidade do Pará acabar sendo engolfado pelo conflito político já irreversível. Por conta disso, ao longo dos anos de 1822 e 1823 várias cartas foram escritas pelas autoridades paraenses requisitando o envio de uma Esquadra portuguesa que pudesse garantir a proteção contra uma agressão externa bem como auxiliar no controle das facções existentes no interior da própria província. O

³⁶⁴ Exemplar disso é o registro feito pelo Brigadeiro José Maria de Moura numa carta enviada a Lisboa no final de 1822. Segundo o Governador de Armas, algum tempo antes fora publicado em periódicos da província a falsa notícia de que o Maranhão havia aderido ao governo do Rio de Janeiro, notícia que rapidamente se espalhou causando tumultos. AHU – ACL – CU 013, CX. 158, D. 12037 (Projeto Resgate). Esta queixa do Governador de Armas também é citada por Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*.

³⁶⁵ APEP – Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 80. No texto citado foi mantida a grafia original. Sobre a apreensão do “Correio Braziliense”, veja também de Mário Barata – *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-23). Gênese, estrutura e fatos de um conflito político*.

³⁶⁶ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 25. O Cônego é posto em liberdade treze dias depois.

Governador de Armas José Maria de Moura mandava a Lisboa, inclusive, planos de como as forças européias utilizariam os rios da região para viabilizar rápidas intervenções em Mato Grosso, Goiás e Rio Negro³⁶⁷.

Este não era um debate novo. O envio de tropas européias para extirpar focos de dissidência na América Portuguesa foi tema de acaloradas discussões durante as Cortes de Lisboa. Nesta ocasião, esta proposta não foi levada adiante devido à grande resistência dos deputados americanos que enxergavam o envio das tropas como uma intervenção indevida sobre a política do Reino do Brasil e um desrespeito ao espírito das novas relações que deveriam guiar a partir de então as relações entre Portugal e as províncias americanas³⁶⁸.

No momento seguinte, quando começaram a se tornar mais intensos os pedidos de auxílio militar pelos governos de províncias ainda fiéis a Lisboa, os problemas passaram a ser de outra ordem: além das dificuldades financeiras, Portugal já se via em meio a uma grave crise política com a disputa aberta entre as Cortes e o Rei, situação que atingirá seu clímax com a retomada por D. João VI de seus poderes e a dissolução das Cortes em 1823. Diante desse quadro, eram compreensíveis as dificuldades de se deslocar qualquer corpo militar para fora de Portugal, uma vez que isto poderia significar o enfraquecimento de um dos lados em conflito³⁶⁹. Na América, tinha-se ciência das dificuldades deste cenário até porque parte da força armada do Maranhão foi deslocada para a Europa, no princípio de 1823, por conta dos embates em Portugal o que frustrava, temporariamente, a esperança daqueles que pretendiam receber reforços a qualquer momento³⁷⁰.

No entanto, é intrigante observar que apesar de uma esquadra portuguesa jamais ter chegado a Belém ou a São Luis, a expectativa do seu envio orientou grande parte da política das autoridades paraenses nos meses que antecederam a incorporação da província ao Império do Brasil. Através da leitura das correspondências é possível observar que a

³⁶⁷ AHU – ACL – CU 013, CX. 156, D. 11.930 (Projeto Resgate)

³⁶⁸ Ver de Fernando Tomaz – “Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-22”. In: Carlos Guilherme Mota (org.) – 1822: *Dimensões*.

³⁶⁹ José Bonifácio em suas instruções a Felisberto Caldeira Brant sobre o recrutamento de europeus, em Agosto de 1822, aproveita para fazer algumas considerações sobre Portugal. Para ele era necessário prevenir-se contra a possibilidade de um ataque do reino europeu, ainda que diante das dificuldades financeiras e das divergências internas lhe parecesse pouco provável que Portugal pudesse deslocar forças capazes de intervir na política americana. Ver de José Honório Rodrigues – *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Vol. 3: As Forças Armadas, pp.115. As razões para o não envio de tropas portuguesas para a América será melhor discutido no capítulo 5.

³⁷⁰ APEP – Códice 744 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 468.

cada fato novo esses homens replanejavam suas ações, adequando-se à conjuntura, mas sempre continuavam levando em consideração a chegada do reforço europeu. Por sua vez, a cada informação desencontrada sobre a aproximação de embarcações, dava-se início a uma série de especulações que invariavelmente retomava a expectativa da eminente chegada da esquadra portuguesa. As informações sempre vagas das autoridades paraenses a este respeito deixam claro que a dependência de uma intervenção externa era tamanha que chegou ao ponto de sustentar a fé cega em uma ação que não se podia contar como certa.

Paralelamente, algumas ações no sul fortaleciam o projeto político dos que defendiam o alinhamento do Pará ao governo do Rio de Janeiro: tropas foram deslocadas para auxiliar as elites políticas do sul de Goiás contra seus adversários do norte, a fim de evitar que esta parte da província ficasse na órbita do Pará e continuasse como um ponto de resistência ao projeto de emancipação política³⁷¹. Em meados de 1823, através de uma correspondência oficial enviada secretamente a José Maria de Moura, as próprias autoridades de Goiás davam conta de comunicar o resultado do embate:

“Sendo necessário para o bem da província de Goyaz e muito conveniente ao Serviço da Nação e de sua Magestade o Imperador, que eu depois de dissolvido o Club que por 18 mezes se intitulou Junta de Governo na Comarca de São João das Barras continue ainda a exercer o Governo Civil e das Armas na dita comarca e porque para melhor informar sobre a navegação do Tocantins chegasse a esta nova povoação de Carolina situada no lugar denominado Três Barras 300 legôas distante de Goyaz muito próxima a essa província encarreguei ao Sargento Mor José Antonio Ramos Jubé que se acha o exercício as minhas Ordens para em meu nome e do Governo de quem sou membro cumprimentar Vossa Excelência por isso que os Goyanos sempre se confessarão amigos dos Parenses.

Entretanto porém que a Política, a amizade e os interesses recíprocos de ambas estas províncias me fazem dar este paço o Patriotismo com que Goyaz se colliga as Províncias Meridionaes, o amor pela

³⁷¹ Sérgio Paulo Moreira – “A Independência em Goiás”. IN: *Revista de História*, n. 94, 1973.

Independencia que se descobre em todo o Brazil e o entusiasmo progressivo com que sustenta-se sagrada causa dos Brasileiros, e forceja-se por salvar a integridade do Imperio me impelle a offerecer a V. Excelência todas aquelas prestações que a sabedoria, prudência e amor do bem da Ordem que se diviza em V. Excelência julgar convenientes as circunstâncias políticas do Brazil; ouzando desde já afiançar aos Goyanos a Gôria de inda poderem se considerar Irmãos dos Paraenses, porque estes não desprezarão a associação Brasileira”³⁷².

A carta vinda de Goiás, demonstra como o Império se valeu de várias estratégias. Depois da vitória militar no interior do continente, tentava alinhar o Pará por uma “via diplomática”, mais uma vez buscando convencer as autoridades paraenses que o posicionamento político defendido pela província estava isolado. A utilização da “estratégia do convencimento” nesta ocasião não representava uma mudança de atitude e sim a retomada de um velho método presente em outras investidas, entre elas no já citado Manifesto de D. Pedro aos Povos.

De toda maneira, esta era uma informação desastrosa para aqueles que pretendiam manter um bloco de províncias unidas a Portugal. Como não havia possibilidade de se contrapor a esta nova situação com as tropas provinciais, mais uma vez o envio de forças européias acabava se constituindo como a última esperança de reverter o quadro. Enquanto isso, restava o paliativo de se restringir a comunicação e controlar o trânsito de canoas vindas de Goiás e do Mato Grosso, províncias tidas a partir de então como alinhadas ao Rio de Janeiro³⁷³.

Se nesta frente o projeto de manutenção de um bloco regional ligado a Lisboa ia se esfacelando, a situação para os seus partidários no Pará tornava-se preocupante uma vez que o Maranhão vinha apresentando dificuldades crescentes desde o começo de 1823. Já em janeiro, começava uma dura discussão entre a Junta Provisória do Pará e o Governador

³⁷² APEP – Códice 671 – Correspondência de Diversos com o Governo (1814-23), d. 76.

³⁷³ APEP – Códice 754 – Correspondência da Junta Provisória com Diversos (1823), d. 366.

de Armas sobre a melhor forma de atender o pedido de envio de 200 soldados paraenses ao Maranhão³⁷⁴. Esta província estava numa posição delicada em meio ao alinhamento do Piauí e do Ceará ao Rio de Janeiro e à movimentação de tropas desta região que ameaçavam assediar o território maranhense. Com a insubordinação de companhias no interior do Maranhão, não só se tornou impossível reprimir a dissidência em províncias como Piauí, antes tida com sua dependente, como também começou a se pôr em dúvida a possibilidade das autoridades maranhenses manterem a ordem interna apenas com as forças locais.³⁷⁵

A Junta Provisória do Pará expunha de maneira enfática a sua posição: era necessário atender integralmente a requisição da província vizinha, a despeito do risco da operação, uma vez que o alinhamento do Maranhão a Lisboa era fundamental para que o Pará pudesse sustentar o seu posicionamento contra os dissidentes³⁷⁶. No entanto, o Governador de Armas se opunha firmemente ao deslocamento das tropas, alegando que isso representaria um grave prejuízo à manutenção da ordem interna³⁷⁷.

A postura de Moura era pragmática: ao enviar soldados do Pará para defender o alinhamento do Maranhão a Portugal se alteraria a composição de forças na província, abrindo caminho para planos mais audaciosos dos dissidentes. Esta era uma preocupação que se justificava para o grupo político de Moura, na medida em que, ainda que frágil, o projeto de adesão ao governo do Rio de Janeiro já ganhara alguma densidade em território paraense. No entanto, é preciso ressaltar que mesmo neste momento de crise as instituições lusas estavam em pleno funcionamento na província. Nesse sentido, ainda no primeiro semestre de 1823 a Constituição portuguesa foi jurada em vários pontos do Pará com grande mobilização popular³⁷⁸, numa clara demonstração de que, enquanto no sul começavam os preparativos para a elaboração da Constituição do Império do Brasil, o Pará continuava ligado aos acontecimentos políticos de Portugal.

³⁷⁴ APEP – Códice 740 – Correspondência dos Governadores com Diversos (1822-23), d. 585. Este é apenas um dos documentos sobre o assunto, mas tem grande importância por já mencionar este problema em janeiro de 1823.

³⁷⁵ Arthur César Ferreira Reis – “O Grão Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2, pp. 145-155.

³⁷⁶ Como mencionado anteriormente, o termo “dissidente” era uma das designações usadas na época para nomear os partidários do alinhamento ao Rio de Janeiro.

³⁷⁷ APEP – Códice 744 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 268.

³⁷⁸ APEP – Códice 696 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1817-23), d. 92.

Devido à importância estratégica que tinha o Maranhão, a posição da Junta foi ganhando espaço, especialmente porque esta ação era tida como uma solução provisória, enquanto a prometida Esquadra Portuguesa não chegasse³⁷⁹. Mesmo assim, o Governador de Armas impunha como condição a divisão do envio das tropas em duas etapas, além do que, exigia que se realizasse previamente um recrutamento para compensar os militares que seriam deslocados da província.

A Junta considerou inadequados estes pedidos, já que retardariam o deslocamento dos soldados a tal ponto que quando estes chegassem, segundo a aposta do Governo Civil, seriam desnecessários, pois o Maranhão ou já teria sido socorrido pelo reforço europeu, ou teria conseguido organizar suas próprias forças para combater a agressão externa³⁸⁰. Além disso, a Junta, tendo em vista a situação da província, recomendava que o recrutamento fosse feito com maior cuidado, sendo naquele momento “moralmente impossível” recrutar 200 homens em poucos dias. Propunha-se, então, que as tropas fossem prontamente embarcadas, garantindo-se o empenho no sentido de substituir os que partiam, ainda que sem o compromisso de um prazo estabelecido³⁸¹.

Depois de muita negociação, em meados de fevereiro de 1823 foram enviados 124 soldados para o Maranhão, sendo que o restante pedido só embarcaria quando o recrutamento, que começava então, atingisse 200 homens. A urgência da missão e inexistência de barcos próprios que pudessem levar este contingente de uma só vez com o mínimo de segurança, ainda obrigou que a Junta providenciasse o fretamento de um brigue inglês para realizar o transporte³⁸².

Este episódio viria se juntar à série de desentendimentos entre o Governador de Armas e a Junta Provisória. Antes disso, já havia ocorrido a citada “queda de braço” entre o Governo Civil, que pretendia ter à sua disposição um corpo de polícia, e José Maria de Moura, que criou todos os obstáculos possíveis para evitar a formação deste grupo armado. Paralelamente a isso, a Junta queixava-se com frequência, nos seus relatórios enviados a Europa, que o Brigadeiro Moura censurava as ações do Governo Civil simplesmente

³⁷⁹ Numa carta em abril de 1823 José Maria de Moura lembrava as autoridades maranhenses que elas deveriam fazer regressar as forças enviadas assim que chegasse o reforço europeu. Ver APEP – Códice 744 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 356.

³⁸⁰ APEP - Códice 744 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 356.

³⁸¹ Idem.

³⁸² APEP – Códice 743 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 95

porque este exigia que fossem cumpridos os direitos dos cidadãos garantidos por decretos das Cortes de Lisboa, enquanto o Governador de Armas continuava a efetuar prisões sem provas³⁸³. Em um destes relatórios, enviado a Lisboa em outubro de 1822, o Governo Civil insistia que a intransigência de José Maria de Moura estava dificultando a manutenção da segurança interna, uma vez que sempre exagerava nas suas considerações, enxergando em cada discordância um dissidente que se devia perseguir. Dessa forma, a Junta tentava convencer a Corte Portuguesa de que naquele momento a existência de uma facção revolucionária organizada na província não passava de um delírio do Governador de Armas, recusando-se a aceitar que com base neste argumento se viesse reprimir o recurso mais eficiente que havia restado ao seu partido na disputa política com o Brigadeiro Moura: a exteriorização do dissenso.³⁸⁴

É provável que as acusações de desrespeito às garantias constitucionais tenham contribuído para que as autoridades europeias tenham tomado a decisão, expedida em novembro de 1822, de mandar José Maria de Moura abandonar o cargo e retornar a Portugal. Porém, como se sabe, o Governador de Armas valeu-se de uma manobra política: sob sua influência foi feita uma representação, apresentada em 7 de janeiro de 1823 ao Senado da Câmara, na qual vários militares pediam a permanência do Governador de Armas como a única maneira de se manter a segurança na província. Apoiado nesta manifestação pública, José Maria de Moura permaneceu no seu posto até a chegada de Grenfell, desobedecendo assim às ordens de Lisboa³⁸⁵. Este “manejo dos partidos”, como a Junta classificou o episódio, foi a primeira grande desmoralização do Movimento Vintista na província. A partir deste acontecimento, ficavam claras as limitações para se fazer valer a ordem constitucional no Pará, uma vez que através deste tipo de “manejo” podia-se fazer letra morta de determinações legais.

Como desdobramento destes conflitos, pouco depois do embarque das tropas para o Maranhão e das eleições para a nova Câmara Municipal, em 1 de março de 1823 um golpe sustentado pelo corpo militar dissolveu a Junta, deportando seus membros para vários pontos da província. A seguir foi restabelecida a antiga Câmara Municipal e escolheu-se um novo Governo Civil com membros mais alinhados ao projeto político do grupo de José

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Idem.

³⁸⁵ Ver Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 219-220.

Maria de Moura³⁸⁶. Nesse sentido, além de Giraldo José de Abreu, outro personagem com participação na primeira Junta Provisória retornava ao poder através do golpe: é D. Romualdo Antonio de Seixas que mais uma vez assume a presidência do Governo Civil, numa demonstração clara de qual seria a nova postura política da Junta. Concomitantemente, ordenou-se a prisão de vários homens considerados alinhados ao Governo deposto, acusados agora, também, de serem defensores da causa da independência. Na lista dos que deveriam ser presos estava, por exemplo, o Cônego Batista Campos que conseguiu fugir para o interior.

Estas ações dariam início a uma série de acontecimentos que foram acirrando os ânimos, aumentando o atrito entre os grupos e minando a ordem interna. Se a deposição da Junta interessava ao partido que estava afinado com o Governador de Armas, por sua vez foi considerada por muitos como uma ingerência indevida. Nesse sentido, desagradava especialmente a uma parte dos estratos dominantes paraenses que, com mais afincos, pretendia controlar os negócios públicos da província com maior autonomia, experiência que vinha vivenciando, com avanços e recuos, desde janeiro de 1821. Desta forma, este passava a ser outro marco importante neste processo da disputa política no Pará: depois de desobedecer às ordens de retorno a Lisboa, ao tutelar o processo político paraense, interferindo diretamente na composição do Governo Civil, Moura inviabilizava a pretensão do partido que, como dito anteriormente, até então estivera alinhado à Junta deposta e desejava ver aprofundado na província um processo de implementação de reformas, algo que até então julgava que seria assegurado pelo Movimento Constitucional. Com o novo episódio e diante da aparente impotência de Lisboa para arbitrar a disputa política no Pará dentro das regras constitucionais, para uma facção do partido alijado do poder estavam esgotadas as vias legais para fazer frente ao grupo liderado pelo Brigadeiro Moura e fazer prevalecer o seu projeto político. Com isso, o alinhamento ao governo do Rio de Janeiro vai ganhando maior densidade com a migração de uma parcela deste partido para este campo de força.³⁸⁷ Com tudo, vale novamente frisar, que o resultado deste movimento não é o encaminhamento para um consenso político em torno da ruptura com Lisboa. A novidade

³⁸⁶ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 26-29.

³⁸⁷ Sobre o impacto deste episódio na política paraense e a inviabilização de projetos políticos até então acalentados, veja de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*; e de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni*.

no cenário paraense era apenas a consolidação de mais um projeto de futuro, visando à superação da crise vivida, que com maior intensidade passava a ser merecedor de adesão. Em outras palavras, a cisão da sociedade tornava-se mais aguda.

Brevemente, porém, as insatisfações atingiriam um número maior de pessoas. Uma vez empossada, cabia à nova Junta realizar o recrutamento para substituir os soldados que foram deslocados para o Maranhão, providência que havia sido iniciada por seus antecessores, mas que até então não tinha produzido resultados. Sabendo o estado melindroso em que se encontrava a província, a Junta ainda tentou se esquivar deste problema propondo o alistamento de voluntários, buscando evitar desta forma a necessidade do recrutamento forçado³⁸⁸. No entanto, o resultado mais expressivo deste alistamento voluntário foi o oferecimento de alguns comerciantes de Belém que propunham formar uma milícia armada nos mesmos moldes do “Corpo de Negociantes de Lisboa”³⁸⁹, atitude que evidenciava o alinhamento deste grupo às posições políticas do Governador de Armas e o seu empenho em sustentar a nova ordem política que havia sido implantada após a deposição da Junta. Diante da baixa adesão de voluntários, o Governo Civil foi obrigado a orientar as Câmaras do interior a retomarem o processo de recrutamento forçado, mas agora numa intensidade muito maior. Se a antiga Junta julgava delicado exigir o recrutamento de 200 indivíduos, não é difícil imaginar o problema causado pelo novo número de homens solicitado pelo Governador de Armas para compor as tropas: 600 soldados. Para atingir uma exigência tão alta, o processo de recrutamento tornou-se ainda mais truculento que de costume e desrespeitou as isenções garantidas em lei de maneira ainda mais acintosa³⁹⁰.

Todas estas insatisfações somadas à maior fragilidade das tropas, especialmente as da capital em decorrência do deslocamento de soldados para o Maranhão, serviram, entre outros fatores, para fomentar movimentos de contestação. Um deles foi o já citado levante militar de 14 de abril em que parte das tropas se sublevou em Belém com o objetivo de se fazer proclamar o alinhamento do Pará ao governo do Rio de Janeiro. Entre as prisões efetuadas em represália ao movimento há registros não só de militares, mas também de

³⁸⁸ APEP – Códice 744 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 290. Sabia-se que o recrutamento forçado era mal visto em toda a América Portuguesa, provocando comoções populares sempre que decretado.

³⁸⁹ Ver de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, pp. 369-370

³⁹⁰ Ver de Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 253-264.

tapuios que não estavam nas tropas e até de escravos, dando indícios das crescentes dificuldades para se manter a ordem³⁹¹.

Poucos dias depois, em 28 de maio, ocorreu em Muaná, na ilha de Marajó, outra insurreição igualmente catalogada pela historiografia regional como uma revolta a favor da independência, mas que devido à grande participação de negros e tapuios tornava evidente a coexistência, naquele momento, de aspirações mais amplas. Nesse sentido, no relato do Ouvidor interino da Comarca de Marajó, um dos poucos registros sobre a revolta de Muaná, a participação de negros e tapuios não só foi enfatizada como ainda se alertava as autoridades para o fato de estes últimos gritarem durante a sublevação “que queriam pregar numa estaca a cabeça do governador e das mais autoridades; porque até agora eram governados pelos brancos, agora é que haviam de governar os brancos” e que ao lado dos “vivas” dados a D. Pedro, gritavam também “vivas” aos “tapuios de Muaná que haviam de subjugar o Pará”³⁹². Dessa forma, a revolta de Muaná tornava concreta pela primeira vez neste período o medo da subversão social através de um grande levante, novidade que não foi ignorada pelas elites políticas paraenses. Nesse sentido, rapidamente tomaram-se todas as medidas possíveis para se oferecer tropas e armas suficientes para esmagar o movimento, com a expectativa de desestimular atos semelhantes. Por sua vez, com medo do exemplo que Muaná podia representar, o Governador de Armas sugeriu o endurecimento de medidas policiais, chegando a propor um “toque de recolher” na cidade de Belém, onde se prenderia qualquer pessoa sem ocupação que estivesse na rua após as dez horas da noite³⁹³. De toda forma, apesar do alvoroço, as duas revoltas foram rapidamente esmagadas pelas tropas do governo, sendo que no primeiro caso a missão foi facilitada pela delação prévia e, no segundo, a própria fragilidade do movimento não permitiu uma maior resistência.

Colocadas as peças no tabuleiro, o jogo político chegava a um impasse: se por um lado nenhum dos grupos que se opunham ao partido de José Maria de Moura tinha força suficiente para subjugá-lo, por outro aquele já não podia garantir a estabilidade do seu

³⁹¹ APEP – Códice 749 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 43.

³⁹² Segundo o Ouvidor, os revoltosos também gritavam “morra a Constituição e todos os europeus”. Documento transcrito na obra de Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 300-303. A presença na revolta de Muaná de alguns soldados que participaram do levante de 14 de Abril em Belém e conseguiram escapar da repressão reforça a tese de Muniz de que existia uma estreita conexão entre estes dois movimentos. Para o historiador são esses soldados fugitivos de Belém que estimulam a revolta em Marajó.

³⁹³ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, p. 307. A Junta Provisória se opôs a esta última proposta do Brigadeiro.

poder, estando sujeito a movimentos como o de 14 de Abril e o de Muaná. Esse quadro, por sua vez, ficaria ainda mais complexo no final de julho, quando chegaram as notícias de que as Cortes haviam sido dissolvidas e D. João VI retomado seus poderes absolutos³⁹⁴. Esta informação provocou um novo abalo na frágil estabilidade da sociedade paraense, alterando a composição de forças na província, uma vez que, vencido o seu projeto político, os entusiastas do Movimento Constitucional teriam agora que costurar alianças.

Diante desta forte instabilidade no interior da província, o cenário externo assumia cada vez mais um peso decisivo. No final de abril de 1823, a Junta Provisória do Pará escreveu ao Governo Civil do Maranhão, parabenizando-o pelas vitórias contra os dissidentes no Piauí ao mesmo tempo em que relatava sobre insurreição militar em Belém em 14 do mesmo mês. Após reafirmar que as duas províncias deveriam estar unidas neste momento de crise e ressaltar a importância do auxílio-mútuo, a Junta abordou a sua principal preocupação: a prometida Esquadra portuguesa havia chegado a São Luís? O Governo Civil do Pará esperava tanto que a resposta fosse positiva, ou que no máximo restassem poucos dias para chegada, que despachou nesta mesma correspondência um pedido para que se realizassem vários procedimentos com a vinda do reforço europeu, entre elas o deslocamento de uma parte desta força para socorrer o Grão-Pará e o retorno das tropas paraenses que meses antes haviam sido enviadas para auxiliar o Maranhão³⁹⁵. No entanto, como se sabe, a resposta foi negativa.

Algum tempo depois, em Julho, a esperança de um apoio externo para aqueles que defendiam a manutenção dos laços com Lisboa ganhava um novo componente. Em meados deste mês, chegavam informações vindas de Portugal sobre o estado das coisas na Bahia, dando conta que a situação das forças comandadas pelo General Madeira estava se tornando insustentável e acenando com a possibilidade destas mesmas forças se deslocarem da Bahia para reforçar o sistema defensivo das províncias do norte³⁹⁶. As informações eram vagas já que se tratava de uma tentativa de antecipar fatos: as cartas chegavam da Europa apenas alguns dias depois da partida do General Madeira, sendo impossível saber neste momento que ele traria no seu encalço as forças da Marinha Imperial Brasileira

³⁹⁴ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*., pp. 351-352.

³⁹⁵ APEP – Códice 743 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 101.

³⁹⁶ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 350-351. Esta informação sugere que a tática de Cochrane de perseguir os navios do General Madeira, a fim de não permitir que estacionassem no norte, estava baseada em informações sobre os planos de seu adversário.

comandadas por Cochrane³⁹⁷. No entanto, as poucas e desencontradas informações foram suficientes para reforçar o poder da antiga miragem: em 19 de Julho de 1823, a Junta Provisória do Maranhão escrevia para os seus pares no Grão-Pará sobre a situação na Bahia, comentando também que aguardava ansiosamente a chegada de reforços todos os dias³⁹⁸.

Ao mesmo tempo em que esperava o reforço externo, a Junta do Maranhão buscava acertar com a província vizinha algumas medidas para garantir minimamente a manutenção da ordem até a chegada das tropas européias. Nesse sentido, o auxílio do Pará à sua vizinha já extrapolava a esfera militar, pretendendo-se até abastecer São Luís com carnes, já que o fornecimento interno havia sido interrompido por conta da guerra com os dissidentes³⁹⁹. Enquanto isso e diante dos problemas que atingiam o Maranhão, no Pará vinha se estudando há algum tempo a melhor forma de se proteger de um ataque externo com seus próprios recursos⁴⁰⁰. Mais do que uma descrença na chegada do reforço europeu, esta atitude na verdade parecia estar em acordo com a postura que as autoridades provinciais vinham assumindo há algum tempo: com o passar dos meses, os pedidos enviados por Belém solicitando o auxílio militar foram se tornando cada vez menos exigentes e passaram a apresentar algum tipo de contrapartida das forças locais. Primeiro pedia-se uma grande força, depois dois barcos e assim sucessivamente até que a pretensão alcançasse apenas a permanência no porto da Charrua Gentil Americana, enquanto não fosse enviada uma embarcação de guerra mais adequada para a defesa da província⁴⁰¹. No entanto, apesar das adaptações, estava claro que Belém estaria indefesa diante de qualquer agressão pelo mar⁴⁰².

³⁹⁷ José Honório Rodrigues – *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Vol. 3: As Forças Armadas, pp. 222-227.

³⁹⁸ APEP – Códice 780 – Correspondência de Diversos com o Comando Militar do Baixo Amazonas (1803-24), ofício de 19 de Julho de 1823.

³⁹⁹ APEP – Códice 741 – Correspondência do Governo com Diversos (1822-23), d. 269.

⁴⁰⁰ Em Janeiro de 1823 há algumas discussões neste sentido. APEP – Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 99.

⁴⁰¹ APEP – Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 154. Nesta perspectiva de oferecer contrapartidas a Lisboa, um negociante e um militar do Pará chegaram a propor conjuntamente o oferecimento gratuito do transporte para a vinda a Belém do reforço europeu e uma ajuda de custo. APEP – Códice 751 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 77.

⁴⁰² APEP – Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 150; APEP – Códice 754 – Correspondência da Junta Provisória com Diversos (1823), d. 56.

Finalmente, em 4 de Agosto de 1823, a Junta Provisória escrevia secretamente a José Maria de Moura sobre a informação de que haviam chegado embarcações de guerra ao Maranhão. Os dados que a Junta possuía eram tão imprecisos que não se sabia se tratava-se dos esperados reforços vindos da Europa ou da Bahia, ou se eram tropas do Rio de Janeiro que vinham em socorro aos dissidentes. Caso esta última hipótese fosse a verdadeira e o Maranhão tivesse sido incorporado pelo Império do Brasil, o Governo Civil fazia considerações sobre as reais possibilidades de manter o Pará alinhado a Portugal⁴⁰³.

Na verdade esta correspondência era uma resposta a outra, confidencial, mandada por Moura dois dias antes. Nela, o Governador de Armas especulava sobre a veracidade de algumas informações que davam conta da adesão do Maranhão ao Império, dizendo admitir “reflexões sobre a posição política do Pará” se acaso isto fosse verdade. Pragmático, para Moura pouco importava se a província vizinha havia desejado unir-se ao novo Império ou se tinha sido compelido a isso pelo uso da força. Era relevante apenas descobrir a veracidade ou não da adesão.⁴⁰⁴ No cálculo do Governador de Armas, depois do alinhamento de outras províncias como Goiás e Mato Grosso, a possível perda do Maranhão representaria um golpe difícil de reverter para o projeto de manutenção de um bloco de províncias ligadas a Lisboa. Além disso, se tropas do Rio não seriam recebidas como um exército de libertação caso chegassem em Belém, também sabia que estas forças estavam prestes a encontrar um território em que teriam simpatizantes. Com o apoio externo, os dissidentes poderiam finalmente desequilibrar o jogo de forças da província em seu favor.

Em 10 de Agosto de 1823 a expectativa pela chegada de forças externas teve um desenlace: fundeava na barra de Belém o brigue de guerra sob o comando do capitão-tenente John Pascoe Grenfell, confirmando as notícias que davam conta do alinhamento do Maranhão ao governo do Rio de Janeiro e pondo em prática o “golpe da Esquadra Imaginária”⁴⁰⁵ já descrito.

Diante do fato novo foi convocada a reunião de um Conselho para o dia seguinte a pedido da Junta Provisória, com o objetivo de decidir qual seria o posicionamento da

⁴⁰³ APEP – Códice 744 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23), d. 468.

⁴⁰⁴ Palma Muniz – “Grenfell na História do Pará: 1823-24”. IN: *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Tomo X. Belém, Instituto Lauro Sodré, 1926, pp. 23

⁴⁰⁵ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 39-45.

província. Nesta reunião, em que se decidiu o alinhamento do Pará ao Império do Brasil, os argumentos do bispo Romualdo de Sousa Coelho em favor da adesão se tornaram uma espécie de síntese da análise que a maioria dos presentes fazia daquela conjuntura: para essa decisão não foram invocados sentimentos nativistas nem se propunha o alinhamento meramente pela incapacidade de se fazer face à Esquadra que ainda não se sabia ser apenas imaginária; antes, a razão pela qual o bispo defendia a incorporação do Pará ao Império era porque esta lhe parecia a única forma eficaz de salvar a província dos “horrores da anarquia”⁴⁰⁶. Calculava-se que com o apoio da força externa, o partido que se alinhasse ao governo do Rio de Janeiro poderia não só controlar o poder, mas principalmente teria condições de garantir a manutenção da ordem interna, algo que nenhum grupo até então pôde assegurar em virtude da extrema divisão dos estratos dominantes e da sociedade paraense em seu conjunto.

Conseqüentemente, no dia 16 de Agosto de 1823 as autoridades do Pará realizaram uma cerimônia de Juramento à Independência e no dia seguinte a eleição do novo governo civil⁴⁰⁷. Com a prisão e deportação daqueles que na ocasião eram apontados como os principais opositores do novo regime, a questão da incorporação do Pará ao Império brasileiro estava oficialmente resolvida. No entanto, a estabilidade que se pretendia alcançar com a decisão de 11 de agosto durou poucas semanas, demonstrando que ainda havia espaço para o embate entre os partidos que continuavam a defender diferentes projetos políticos que, a partir de então, sofreriam um novo enquadramento. Essas novas comoções deixavam explícito que os conflitos existentes no Pará antes e depois de 11 de agosto eram muito mais complexos que a sua costumeira redução ao contraponto entre aderir ou refutar a Independência. Por sua vez, o sentimento generalizado de provisoriade, típico dos períodos de crise, fazia com que a incorporação do Grão-Pará ao Império brasileiro não fosse vista pelos contemporâneos com o peso de uma solução definitiva. O caráter circunstancial da “solução brasileira”, brevemente, ficaria explícito.

⁴⁰⁶ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – Lata 288, pasta 7. Junta Provisória do Pará. Ofício a José Bonifácio de Andrade e Silva. (Coleção Manuel Barata)

⁴⁰⁷ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 42.

PARTE II

O reenquadramento da crise

O alinhamento oficial da Província do Grão-Pará ao governo do Rio de Janeiro, em agosto de 1823, não significou que um projeto político tivesse se tornado merecedor de adesões a ponto de permitir a consolidação de uma posição hegemônica ao partido que se pusesse na sua defesa e tampouco conseguiu assegurar uma das maiores aspirações dos estratos dominantes da província naquele momento: a manutenção da ordem interna. Sem dúvida alguma, especialmente depois dos revezes sofridos pelo projeto político Vintista tanto na província quanto no conjunto do Império Português, a idéia de alinhamento ao governo do Rio de Janeiro tinha ganhado densidade, mas não se caminhava, no Grão-Pará, para o estabelecimento de um consenso.

Todos queriam pôr fim a uma crise que há tempos se arrastava, atingindo de maneiras diferentes o modo de vida dos indivíduos, seus valores, referências e instituições. Mas para alcançar este objetivo, os diversos grupos políticos paraenses defendiam diferentes alternativas de futuro, cada qual moldada às suas aspirações, sendo que esta pluralidade ainda era muito evidente em agosto de 1823. O cenário que levou as autoridades do Pará a jurarem fidelidade a D. Pedro I não foi construído pelo consenso e sim pela mais comezinha das idéias políticas: os projetos de futuro só merecem adesão a ponto de ganhar expressividade se os homens enxergam possibilidades de viabilizá-lo. Nesse sentido, duas questões, colocadas em destaque na parte anterior deste trabalho, favoreciam imensamente a posição daqueles que defendiam o alinhamento da província ao “Sistema do Sul” quando da chegada de Grenfell a Belém.

A primeira delas é que, com a incorporação oficial das províncias do Mato Grosso, Goiás, Maranhão e suas dependentes ao Império do Brasil, havia se esfacelado a idéia de manutenção de um Bloco Regional na América subordinado a Lisboa. Com o alinhamento do Maranhão ao Rio de Janeiro, a posição isolada do Pará era muito frágil, pois a dependência econômica desta em relação à primeira era grande e só tendia a aumentar com a crise no Reino europeu. Além disso, as arbitrariedades do Governador de

Armas José Maria de Moura tinham exposto os limites da capacidade de Portugal, naquele momento, intervir politicamente na província que, desta forma, parecia estar entregue à sua própria sorte.

A outra questão decorria da disputa política que era travada especificamente no Grão-Pará e que, pelas razões descritas, impediu que um partido chegasse ao controle do poder do Estado e conseguisse mantê-lo de forma estável. A longa permanência do conflito aberto entre os vários grupos, todos entendendo serem reais as possibilidades de impor o seu projeto político na província, foi tornando cada vez mais frágil a manutenção da ordem interna, especialmente depois da progressiva apropriação das novas idéias pelos indivíduos que, até então, sempre tinham estado à margem da Sociedade Política. Sem a possibilidade de chegar ao consenso ou a um acordo duradouro, o uso da violência foi ganhando cada vez mais o status de mediadora possível. No entanto, esta indefinição na disputa política, com a conseqüente publicização das divergências e o transbordamento dos debates públicos para além das fronteiras do que até então tinha sido a Sociedade Política, também foi alimentando um efeito colateral com importantes desdobramentos para esta questão: tornava-se cada vez mais difícil o controle dos homens que detinham o poder econômico e político no Grão-Pará sobre as tropas armadas. Os partidos em conflito nos estratos dominantes não só desconfiavam das tropas paraenses como instrumentos para sustentação dos seus projetos de futuro como viam com desgosto, algo tão bem registrado por Baena, que os militares tivessem se tornado personagens ativos da disputa política. Para estes homens, este quadro estava na fronteira da subversão total da ordem.

É neste contexto que deve se compreender o caráter decisivo de uma intervenção militar externa. Em meio a um equilíbrio de forças entre os partidos e a notória incapacidade de qualquer um destes manter uma estabilidade duradoura frente aos recursos que dispunham, o poder naval comandado por Grenfell representou o fiel da balança. Dessa forma, a importância desta intervenção armada não deve ser colocada em termos que pretendam responder se Grenfell tinha a seu dispor, ou não, capacidade militar suficiente para subordinar a província ao governo do Rio de Janeiro⁴⁰⁸. O seu peso neste processo histórico, na verdade, estava na necessidade dos partidos paraenses se associarem a grupos

⁴⁰⁸ Como visto na primeira parte deste trabalho, esta discussão é uma das preocupações centrais da obra de Palma Muniz. Ver de Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp.366-367.

externos de maneira a garantir instrumentos para manter a ordem interna e diminuir a pretensão dos seus adversários, condições fundamentais para viabilizar qualquer um dos diferentes projetos políticos defendidos na província.

No entanto, este cenário extremamente favorável aos adeptos do alinhamento do Grão-Pará ao governo do Rio de Janeiro rapidamente se desfez. O controle sobre as tropas armadas paraenses foi se tornando cada vez mais frágil, até se tornar a grande preocupação das autoridades. É justamente neste período que a força naval comandada por Grenfell deixa a província, que vive em grande parte de sua extensão territorial um conflito com características de uma guerra civil. Por sua vez, simultaneamente, o quadro externo também sofria mudanças relevantes. No Maranhão, a ordem interna passava a estar muito ameaçada, sendo difícil prever qual seria o destino político da província. Entre os fatores desta instabilidade no território maranhense estavam os embates em torno da proposta de criação de um novo bloco regional, que na sua formulação original englobaria também esta província e o Grão-Pará: a Confederação do Equador. A despeito do fato deste projeto político ter conseguido, ou não, ser merecedor de adesões nas duas províncias a ponto de ganhar expressividade, algo a ser melhor desenvolvido mais à frente, foi inegável o seu impacto nestas sociedades, na medida em que a rebeldia liderada por Pernambuco reafirmava de maneira concreta e à vista de todos que o Império do Brasil, mesmo depois da incorporação oficial do Maranhão e do Grão-Pará, não era o único arranjo de tipo nacional possível para os antigos domínios portugueses na América. Neste mesmo sentido, como se verá adiante, o grande peso que pairava sobre a província paraense em torno da expectativa de uma possível retaliação de forças armadas portuguesas, objetivando retomar o controle sobre suas antigas possessões americanas, reforçava o caráter provisório da “solução brasileira”. Diante deste novo cenário, os partidos paraenses vislumbraram novamente a possibilidade de viabilizar velhas ou novas alternativas de futuro, o que reacendeu a disputa política, agora marcada pela proliferação dos conflitos armados, e o aprofundamento da crise que sofrera um novo enquadramento em agosto de 1823, mas que não havia sido superada como muitos almejavam.

Crise: eis a idéia-chave que liga o período anterior a este. Se a crise era a “quebra da mola real das sociedades bem constituídas”⁴⁰⁹, no dizer do então bispo do Pará, ou se apresentava na “percepção de perda de operacionalidade das formas consagradas de reiteração da vida social”⁴¹⁰, como bem traduziram Jancsó e Pimenta, pode-se afirmar que ela continuava em curso, ainda que sob novo enquadramento. Se antes, com a crise do Antigo Regime Português, eram as formas consagradas que perdiam o seu melhor funcionamento, agora, dentro dos marcos de um recém-criado Estado independente, eram os novos referenciais que buscavam ganhar operacionalidade, para o que se tornava imprescindível fixar as bases da sua legitimidade. Como a fixação desta nova legitimidade, lastreada em discursos de ruptura e de continuidade⁴¹¹, era um processo em construção, da mesma forma não tinha solidez para os contemporâneos a percepção de que o estabelecimento do Império do Brasil, tal como projetado no Rio de Janeiro, fosse um processo irreversível.

Para os homens do período, as certezas eram um “artigo” em escassez. Ilustra isto muito bem a carta escrita por Jacinto José Alcântara à Junta paraense, três meses depois da chegada de Grenfell a Belém. Nesta correspondência, este militar busca se defender das acusações feitas contra ele de que supostamente teria sido um inimigo da independência:

“Da cidade do Pará veio para o Sertão o impulso de entusiasmo, que recebeu de Portugal sobre a Constituição, e este se exaltou, quando se soube, que El Rey a havia jurado e a mantinha. He ocioso provar se que El Rey, mais e mais entusiasmava a nação com este sistema por quanto as suas disposições, e ordens régias bem o mostram; e então seria criminoso, e por isso ficaria perdendo aquelle que ou vociferasse, ou operasse contra a constituição, sistema geral da Nação, e a favor do qual se tirarão mil devaças, muitos sumários, e repetidas ordens para se manter, e progredir, a ponto de aparecerem decretos das Cortes

⁴⁰⁹ Ver capítulo 3. APEP - Códice 713 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1820-26), d. 63.

⁴¹⁰ István Jancsó & João Paulo G. Pimenta – “Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. IN: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias, p. 143.

⁴¹¹ Veja o capítulo 1.

Sanguinários, que assustavão os homens mais indiferentes, quanto mais hum official pai de familia. E sobre tudo isso, quem não se convenceria da verdade, firmeza e existência de hum tal sistema quando o próprio Rey, origem de todo o exemplo, na Nação, chegou até a quebrar, para assim dizer, o Sacramento da Igreja, huma ley Sagrada, desligando-se e separando-se da Rainha sua Augusta Esposa para obedecer a Constituição! Basta nada mais he preciso expender para mostrar, o ponto a que podia, ou devia chegar o entusiasmo por hum tal sistema (...)

Esses meus inimigos, que me acuzão, e que já julgão mais do que eu aferrados a Independência, forão aquelles, que como eu jurarão, mantinhão a constituição, e obedecião ao mesmo governador de se elles o erão, porque não levarão sua virtude até o heroísmo, porque não debelarão o Governador das Armas, pondo-se com elle em campo? Hum homem como eu estabelecido, com lavoura, e possuindo em bem de raiz o melhor de dezesseis contos de reis; com escravatura sufficiente no melhor da minha idade, em direito se prezume e a boa moral auctoriza, que não pode querer senão o seu bem, o seu augmento, e fortuna de sua família, e por consequência, o bem, a glória, e a felicidade do Paiz; Figurou-se, que a Constituição dava a todos esses bens; fizeram que eu a jurasse, jureia como todos, e fui exato, e fiel a meu juramento, e acreditei, que o Paiz seria feliz; descobriu-se o engano, acabou-se o prestígio, rasgou-se o véo, conheceu-se o perigo, vimos o precipício, a providência fez publicar e estabelecer a Independência do Brazil, agora serei ainda mais fiel, ao juramento, que lhe prestei; (...)

E tendo El Rey dissolvido o Congresso faciozo de Lisboa, e por isso mostrado a nullidade do juramento a Constituição, e achando dezimpedida minha consciência. Eu como todo o gosto, efficácia e entusiasmo de Brasileiro, que conhece as vantagens proporcionas da

Grandeza do Paiz, afirmo, e juro, que serei mais que escrupulozo, se pode ser, em sustentar a Independência do Brazil”⁴¹².

Um dos aspectos mais significativos desta carta diz respeito às dificuldades encontradas pelo seu autor para justificar as rápidas transformações que estava presenciando, em meio a referenciais políticos que hora eram legítimos, ora se tornavam inválidos. Na tentativa de dar algum sentido ao caos, o militar Jacinto José de Alcântara acabava misturando velhas e novas referências políticas, buscando dar alguma legitimidade às suas ações que pareciam não encontrar mais um norte seguro: deste modo, justificava a sua filiação ao Movimento Constitucional português no fato do próprio Rei ter jurado a Constituição; da mesma forma, o que o permitia engajar-se na defesa da independência do Brasil, segundo ele, era D. João VI ter dissolvido as Cortes, o que o liberava do juramento de fidelidade a elas.

Neste sentido, para Jacinto Alcântara e para muitos de seus contemporâneos, a ruptura com Portugal não encontrava lastro em uma novidade política, como a emersão de um sentimento nativista, por exemplo, que tivesse se sobreposto a velhas referências. Por conta disso, no Grão-Pará, para muitos homens do período, o Império do Brasil era, naqueles primeiros anos da década 1820, um exemplar daquilo que Baena chamava de “formas transitórias de sociedade”, ou seja, comunidades políticas sustentadas por “teorias” que se contrapunham, vale mais uma vez a referência, àquelas que se erguiam sobre a “mola real das sociedades bem constituídas”⁴¹³. Sem ainda fixar os argumentos que buscarão justificar sua ancestralidade ao longo do século XIX, neste período o Império do Brasil podia ser encarado como um projeto com a mesma legitimidade de outros, como a Confederação do Equador, por exemplo. Num sentido inversamente proporcional, a inviabilização de outras alternativas de futuro darão um caráter superior a argumentos como a “legitimidade dinástica”, “fronteiras naturais”, etc., que lastrearam o Império do Brasil na

⁴¹² APEP – Códice 751 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 159.

⁴¹³ Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Grão-Pará*, pp. 376-377. O que Baena chama de “teorias” são as novas idéias, onde pode ser incluída a noção de nação soberana que se firma por um “pacto político entre homens” e não através da vassalagem ao monarca. APEP – Códice 713 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1820-26), d. 63. Veja também a primeira parte do capítulo 3.

disputa com outros projetos políticos. No nascedouro do Estado independente, contudo, é nítido que no Pará uma das idéias correntes em relação à “solução brasileira” é de que ela não seria mais do que provisória.

É importante ressaltar, porém, que este clima de provisoriedade vivido entre os paraenses não se nutria apenas da possibilidade de que alternativas políticas que negavam a subordinação ao governo do Rio de Janeiro – tal como a Confederação do Equador, ou a reincorporação das antigas províncias americanas ao domínio luso – prevalecessem sobre o “sistema do sul”. O cenário de indefinições também se compunha do fato de que se antes do agosto de 1823, no Pará, sob a idéia do Império do Brasil estavam abrigadas aspirações conflitantes, como visto anteriormente, depois da incorporação oficial da província este quadro não irá mudar. Como se demonstrará adiante, no período pesquisado, não era corrente uma idéia única de Estado brasileiro, ou a percepção de que já haveria um modelo fechado, pronto a ser implantado. Por conta disso, num processo muito semelhante ao vivenciado nos primeiros dias do Constitucionalismo Português - quando, na falta de parâmetros consagrados, os partidos paraenses em alguma medida estavam “inventando” o Estado sob o Vintismo orientado por seus interesses - especialmente antes do fechamento da Constituinte no final de 1823 e da Carta Constitucional outorgada no ano seguinte, o desenho institucional do Império do Brasil ainda tinha linhas tênues demais, o que fazia com que diferentes partidos paraenses igualmente acreditassem que a nova situação política favoreceria seus projetos de futuro, identificados desde já como a “verdadeira causa da independência”. Nesse sentido, o sentimento de provisoriedade em relação à institucionalização do Estado Imperial Brasileiro no Pará ganhava expressividade, por exemplo, na expectativa dos que estavam inicialmente aliados do poder verem a “verdadeira causa da independência”, ou em realidade o seu projeto político, brevemente triunfar. Por outro lado, a generalização dos conflitos armados pelo território paraense fez com que os diferentes partidos das elites políticas temessem igualmente a implementação na província de um projeto de futuro classificado por esses homens como “exaltado” ou, ainda, como uma deturpação das idéias da independência. Caso isto acontecesse, e as dificuldades para reprimir desertores e soldados rebelados tornaram esta possibilidade não desprezível, para os estratos dominantes a existência do Império do Brasil no Pará teria sido

apenas uma solução provisória, desde já com seus dias contados e que daria lugar, a partir de então, para a mais vulgar anarquia.

Na sociedade paraense havia muito espaço para se pensar de maneiras diferentes qual seria a configuração para o Estado brasileiro até porque muitas das referências políticas que lhe darão sustentação também estavam sendo construídas. As identidades políticas coletivas são um bom exemplo disso. Neste sentido, uma das idéias consagradas por grande parte da historiografia paraense foi a de que os conflitos que se seguiram à Independência decorreram da oposição dos brasileiros em relação aos portugueses e a exigência dos primeiros de que os europeus deixassem todos os cargos públicos. Ainda que estas identidades em vários momentos tenham sido realmente reclamadas pelos contendedores, a simples generalização esconde a evidência de que não havia apenas duas e sim múltiplas identidades na província.

A questão identitária envolvia um jogo complexo, ao contrário da idéia hoje corrente, e experiências anteriores já tinham demonstrado isto. Nesse sentido, István Jancsó e João Paulo G. Pimenta assinalaram como na ocasião da Revolução Pernambucana de 1817, mesmo para os diretamente envolvidos no movimento revolucionário, era difícil se desvencilhar da identidade portuguesa. Afinal, a condição de português, fosse nascido em qualquer parte do império, assegurava a clara distinção da elite branca em relação aos homens pardos e negros. Com a ruptura com Portugal, como isso seria acomodado? O bispado local, numa carta de apoio ao Governo Revolucionário, buscou dar uma resposta a este problema restringindo o universo daqueles que poderiam legitimamente reivindicar a condição de pernambucanos às “fiéis ovelhas Pernambucanas do Governo Espiritual deste Bispado”, pertencentes “à espécie branca [que] é toda européia, ou de descendentes dos europeus”⁴¹⁴. Longe de ser uma idéia inequívoca e generalizada, obviamente este entendimento da realidade atendia aos interesses de um grupo específico e era apenas uma das identidades políticas possíveis de serem encontradas em território pernambucano naquele contexto.

No Pará do início da década de 1820, a coexistência de múltiplas identidades também era uma regra. Como visto nas páginas anteriores, antes da independência a idéia

⁴¹⁴ István Jancsó & João Paulo G. Pimenta – “Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. IN: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias, pp. 157-158.

de “brasileiro” não tinha grande expressão na província, mas isto não significava que esta condição não fosse reclamada publicamente por alguns dos indivíduos que eram partidários do alinhamento ao governo do Rio de Janeiro e que não gerasse conflitos com os europeus. Contudo, não há dúvida que neste período, logo depois de “português”, é o termo “paraense” a palavra mais utilizada para expressar o sentido de pertencimento⁴¹⁵. Dizer-se “paraense”, por sua vez, poderia despertar entendimentos muito diferentes nesta época. Ilustra bem a questão um episódio ocorrido logo depois do já citado levante militar de 14 de abril de 1823: no dia seguinte, na tentativa de acalmar os ânimos, a Junta Provisória enviou uma proclamação que iniciava com os dizeres “Honrados e Briosos Paraenses” e que deveria ser inserida no periódico no qual Daniel Garção de Mello era impressor. Nesta ocasião, no entanto, um dos funcionários da gráfica causou constrangimentos ao emissário que levava o documento do governo ao dizer que, depois da tentativa de revolução, os paraenses não eram dignos de serem chamados de “honrados”, devendo-se proclamar, sim, os “honrados portugueses”. A isto o emissário respondeu simplesmente que “por paraenses entendia-se todos que ali habitavam no Pará”⁴¹⁶. Mostra como era ainda mais complexa a questão identitária na província, uma série de conflitos ocorridos neste mesmo mês na vila de Vigia. Sendo os reclamantes todos europeus, o governo logo entendeu se tratarem de rugas entre portugueses do Reino e americanos, mas descobriu em seguida que na vila corria, entre outras idéias, a disposição de só entender como compatriota os naturais de Vigia e nenhuns outros, mesmo que paraenses. A isto respondia a Junta exortando as autoridades locais a insistirem na idéia de que todos os nascidos no Império eram simplesmente portugueses e que a distinção entre os indivíduos se devia, exclusivamente, às virtudes de cada um⁴¹⁷.

Depois do Agosto de 1823, muitas correspondências enviadas ao Governo de Belém falam de conflitos que são explicados como confrontos entre brasileiros e europeus. Ora surgem tumultos por conta de um português que esfaqueou um brasileiro na saída de

⁴¹⁵ Não por acaso, “O Paraense” é escolhido como título para o periódico fundado por Patroni em 1822. Sobre esta questão, veja de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*.

⁴¹⁶ APEP – Códice 764 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823-28) , d. 10.

⁴¹⁷ APEP – Códice 754 – Correspondência da Junta Provisória com Diversos (1823), d. 174.

uma missa⁴¹⁸, ora aparecem queixas contra um europeu que se recusa terminantemente a alugar imóveis a brasileiros⁴¹⁹. A incidência deste tipo de registro pode levar a conclusões precipitadas como a de que uma idéia única de “brasileiro” estava consolidada e formava juntamente com o “português” os únicos tipos de identidade existentes na província. No entanto, neste período encontram-se diferentes associações ao termo brasileiro, algumas delas, inclusive, restringindo esta condição apenas aos “cabras” e aos “filhos da Guiné”. Por outro lado, como se verá adiante, quando se generalizou o conflito armado em grande parte do território paraense, a distinção entre brancos e não brancos tornou-se um importante elo de identidade que, em alguns momentos, não só prevaleceu entre os estratos dominantes sobre os conflitos partidários como também relegou a um plano menor as diferenças entre os nascidos na Europa e os nascidos na América.

O reconhecimento das diferentes identidades políticas coletivas coexistentes neste período na província é importante porque através delas pode-se começar a entender qual o papel pensado para cada um dos indivíduos na nova nação que estava se forjando. Nesse sentido, nesta época há muitas manifestações de tapuios reivindicando para si a condição de brasileiros, mas existem inúmeras evidências de que estes não eram assim reconhecidos pelos brancos, tanto os nascidos na Europa como na América, o que explica, em alguma medida, porque são estes homens a grande massa envolvida nos conflitos armados que se seguiram à Independência. Se antes, em meio ao Constitucionalismo Português, os tapuios estavam se apropriando das novas idéias e, como visto anteriormente, baseavam-se em leis aprovadas nas Cortes de Lisboa para se recusarem a realizar trabalhos compulsórios, a nova ordem política parece não ter lhes assegurado a realização destes anseios. Testemunha isto o fato destes homens, que reivindicavam a condição de cidadãos brasileiros, serem o objeto da reclamação de uma carta enviada por um oficial ao Presidente da Província em 1824. Este oficial tinha a função de recrutá-los compulsoriamente para os serviços públicos, tal como se fazia antes do Estado independente, mas não conseguia realizar a tarefa pelo fato de muitos tapuios serem, em suas palavras, posse dos sitiantes do lugar que não estavam dispostos a permitir seu emprego nos serviços públicos⁴²⁰. Um ano depois, na vila de Óbidos, o sacerdote local se queixava para o Presidente da Província das dificuldades para

⁴¹⁸ APEP – Caixa 31 – Série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), d. 210.

⁴¹⁹ APEP – Códice 783 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 94.

⁴²⁰ APEP – Caixa 31 – Série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), d. 172.

conseguir a mão-de-obra tapuia que julgava necessária para terminar sua igreja, registrando com pesar que as disputas em torno da força de trabalho indígena eram, constantemente, a “pedra de escândalo”⁴²¹. A negativa de encarar os tapuios simplesmente como brasileiros também encontra evidências na carta de uma autoridade da Vila de Monforte, Joaquim Ângelo Gonçalves, que comunicava ao Governo de Belém, em 1824, que por ser responsável pela manutenção do sossego público e por julgar serem ignorantes os habitantes da vila, quase todos índios, tomou a iniciativa de não fazer publicar na localidade o projeto da Constituição brasileira⁴²². Ao engrossarem a fileiras dos desertores e dos soldados rebelados, os tapuios, contudo, não deixaram registros de estarem lutando contra um novo sistema político que os oprimia e, sim, de acreditarem estar construindo a vitória da verdadeira causa da independência.

Desta forma, nas páginas que se seguem pretende-se demonstrar que, para os contemporâneos, nos meses que se seguiram aos acontecimentos de agosto de 1823 no Pará, não era hegemônica a idéia de que havia sido tomada uma decisão definitiva sobre o destino da província. Numa época em que tradições seculares eram desmoralizadas, que tudo parecia transitório e quando ainda não haviam sido fixados os referenciais políticos que legitimarão o novo Estado independente, o arranjo político tal como estabelecido no Grão-Pará, na tentativa de superar a crise vivida, ganhava um aspecto provisório tanto quanto mais os partidos vislumbassem a possibilidade de viabilizar outros projetos de futuro, uma vez que estes continuavam a ter expressividade mesmo após o juramento de fidelidade a D. Pedro I. Nesse sentido, a generalização dos conflitos armados, traço característico da história da província neste período, resulta, entre outras questões, do fato dos vários grupos políticos paraenses terem percebido, na conjuntura por eles vivida, condições para viabilizar as alternativas de futuro defendidas por cada qual.

É este o assunto do quarto capítulo – “A provisoriedade da ‘Solução Brasileira’”. Neste capítulo, buscará se evidenciar que as duas questões centrais para a compreensão do processo anterior sofrem um novo enquadramento, mas continuam a dificultar a estabilização da província. A primeira delas diz respeito ao fato de ainda ser grande a dependência de forças militares externas para manter a ordem no Pará, uma vez que

⁴²¹ APEP – Códice 713 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1820-26) , d. 109.

⁴²² APEP – Códice 783 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 169.

nenhum partido, mesmo depois de agosto de 1823, conseguiu impor sua hegemonia e nenhum dos grupos políticos consegue controlar as forças armadas da província. Com a saída de Grenfell no começo de 1824, diante da extrema partidarização da sociedade paraense e sem que qualquer um dos grupos políticos em disputa conseguisse se impor, fosse pelo estabelecimento de acordos duradouros ou fosse pela coerção, generaliza-se o conflito armado. Sabe-se que os conflitos armados são uma constante na província até o final da década de 1830, mas o que acontece neste período, entre o final de 1823 e 1825, só encontra alguma semelhança nos dias Cabanagem. Isso porque não se tratavam de sublevações isoladas, mas sim de um movimento com razoável articulação e que se expandiu pelo território de maneira muito rápida até sofrer os revezes impostos, especialmente, pelo sucesso das ações da Junta Militar de Santarém em 1824. Até então, diante do avanço dos rebelados, sem qualquer apoio armado externo e tornando-se cada vez mais forte a idéia de que levar as tropas para reprimir os insurretos era o mesmo que ajuntar rebeldes, o conflito tinha chegado a uma dimensão que tornava impossível prever qual seria o destino da província. Neste sentido, esta indefinição, por si só, alimentava a expectativa dos grupos políticos viabilizarem os seus projetos de futuro, algo ainda reforçado pelas instabilidades no cenário externo, especialmente no Maranhão e por conta da Confederação de Equador, e pelo perigo muito factível, para os contemporâneos, de retaliações de forças armadas portuguesas destinadas a recuperar seus antigos domínios na América.

Por fim, no quinto capítulo – “Grão-Pará, Província do Império do Brasil”- pretende-se demonstrar como foram sendo inviabilizadas várias alternativas de futuro que vinham sendo acalentadas pelos diferentes partidos durante este processo. Destaca-se aí o já citado sucesso das ações da Junta Militar de Santarém, a derrota da Confederação do Equador e o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. A partir de então, a luta política na província vai ser redefinida, pois para os partidos em disputa o Império do Brasil tinha perdido o seu caráter de provisoriedade.

Capítulo 4

A Provisoriedade da “Solução Brasileira”

4.1- A importância da intervenção militar externa na manutenção da ordem após o alinhamento do Pará ao governo do Rio de Janeiro

Quando Grenfell chegou a Belém, no início de Agosto de 1823, duas certezas e muitas suposições tomavam de assalto a cidade e, posteriormente, a província. Àquela altura, para aqueles homens, a primeira das certezas era a de que se subordinar ao governo instalado no Rio de Janeiro significava assumir as possíveis consequências de um grave crime contra a autoridade de D. João VI, na medida em que se alinhavam à fileira dos que aspiravam à independência política da parte americana do Reino Unido. A outra certeza compartilhada naquele momento era a de que a disputa política no Grão-Pará tinha chegado a um perigoso limite. Nesse sentido, a força naval trazida por Grenfell, ainda que sob uma bandeira diferente da que muitos aguardavam, era encarada, esperançosamente, como a chance de viabilizar a manutenção da ordem interna, fragilizada, entre outras coisas, pela progressiva perda de controle sobre as tropas paraenses. De resto, sobravam pouco mais que simples suposições sobre as mudanças que ocorreriam no cotidiano da província em consequência das decisões que estavam sendo tomadas.

Os ofícios trazidos pelo mercenário inglês diziam que, com a subordinação da província ao governo do Rio de Janeiro, os paraenses teriam o direito de, em conjunto com os outros brasileiros, fazer suas próprias leis, algo que distinguia os homens livres dos escravos. Também assegurava o respeito à propriedade tanto de brasileiros como de portugueses que jurassem fidelidade a D. Pedro I⁴²³. E era só. Não havia nenhuma palavra, por exemplo, sobre o tipo de governo que deveria ser instalado, ou sobre quais eram os

⁴²³ Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp. 374-375.

critérios para se admitir alguém como eleitor ou como elegível, assim como tampouco estavam determinadas quais deveriam ser as primeiras medidas do novo governo para ajustar a província à nova situação política.

Diante desta indefinição, cabia aos próprios paraenses a tarefa de “inventar” o Estado brasileiro no Grão-Pará, o que trazia uma consequência: na falta de balizas claras, cada um dos grupos políticos da província buscava ajustar o Estado ao seu projeto de futuro, pretensão desde a primeira hora identificada como a defesa da causa da independência. Focado desta maneira, obviamente este era um cenário que guardava muitas semelhanças ao que já foi descrito em relação aos primeiros dias do Constitucionalismo Português no Grão-Pará, mas ao mesmo tempo trazia uma diferença fundamental quando comparado aquele passado recente: as novas práticas políticas que ganharam a cena pública com o Vintismo imprimiram uma experiência inédita na sociedade paraense, que foi ganhando densidade ao longo daqueles anos, alargando o universo dos homens que, de alguma forma, pretendiam interferir nos destinos da província. Deste modo, as disputas que se deram em decorrência dos acontecimentos do agosto de 1823 eram muito mais complexas do que aquelas que tiveram lugar logo após a adesão dos paraenses à Revolução do Porto, uma vez que agora estavam inseridas em um contexto no qual a política era cada vez menos uma matéria reservada ao seletivo grupo de homens que, antes de 1821, constituía a Sociedade Política.

A despeito disso, o primeiro esboço do Estado brasileiro no Grão-Pará foi “inventado” pela correlação de forças deste universo restrito. Tudo estava por se decidir e por conta disso convocaram-se as autoridades civis, militares e eclesiásticas da província para uma reunião no dia 16 de agosto de 1823. Na ata desta reunião, mencionava-se que estava em discussão não só a composição do novo Governo, mas também a sua forma e até mesmo as suas atribuições⁴²⁴. Foi respeitando estes parâmetros que o Senado da Câmara elegeu, no dia seguinte, cinco nomes para compor o novo Governo, estabelecido sob a forma de uma Junta Provisória. Os escolhidos foram: presidente, Giraldo José de Abreu; secretário, José Ribeiro Guimarães; e para vogais, Felix Antonio Clemente Malcher, João Henrique de Matos e o Cônego João Batista Gonçalves Campos⁴²⁵.

⁴²⁴ Esta ata está transcrita IN: Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*, pp.392-394.

⁴²⁵ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 42.

Os nomes indicados para compor o governo demonstravam que a nova situação da província não tinha propiciado a nenhum dos partidos, formados na conjuntura anterior, a condição de impor-se sobre as outras forças políticas. Desta forma, se a partir desta eleição subia ao poder provincial um homem como o Cônego Batista Campos, que na direção do periódico “O Paraense” havia se notabilizado por suas críticas ao Brigadeiro José Maria de Moura, deve-se atentar também para o fato do presidente do novo governo ser o Coronel Giraldo José de Abreu, membro tanto da primeira Junta como daquela que foi instalada logo após o golpe militar orquestrado pelo Brigadeiro Moura em março de 1823. O nome de Giraldo, portanto, estava diretamente relacionado ao partido que não só empastelou periódicos como “O Paraense” e perseguiu adversários na tentativa de tutelar e restringir o processo de mudanças que estavam em marcha na província desde o Vintismo, mas que fez isso também sob o argumento de que estava combatendo simpatizantes do alinhamento do Grão-Pará ao governo de D. Pedro.

Por conta disso, a Junta foi colocada numa situação delicada quando na sua posse recebeu uma petição que requeria a demissão de oficiais e empregados públicos que tinham sido contrários à emancipação política do, então, Reino do Brasil. Não se tratava exatamente de uma revanche contra aqueles que tinham atentado no passado recente sobre supostos sentimentos nativistas, até porque muitos dos que a partir de então fizeram este tipo de petição não teriam mais do que as acusações feitas na época por seus adversários para comprovar o seu empenho na quebra dos laços com Lisboa, sendo que outros, ainda, nem isso poderiam argumentar. O que estava em jogo, na verdade, era a tentativa de marginalizar ou excluir grupos políticos da disputa pelo poder no novo Estado, “inventando-se” critérios para barrar as suas pretensões. Neste caso específico, este tipo de critério atingia diretamente aqueles que tinham exercido funções públicas durante o período anterior, uma vez que era mais difícil para esses indivíduos negar o seu comprometimento com a velha ordem, atendendo, desta forma, especialmente os interesses daqueles que estavam alijados destes cargos e que desde o período do Constitucionalismo Português vinham pleiteando sua ascensão nas estruturas de poder da província.⁴²⁶

⁴²⁶ Sobre esta questão, veja de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução. Os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*.

No discurso, as acusações buscavam ter um caráter objetivo: livrar-se dos “inimigos” da independência era a única forma de consolidá-la. Na prática, as diferentes maneiras de identificar esses “inimigos” revelavam que o valor das evidências em que se baseavam essas acusações variavam claramente conforme os interesses em jogo. Dessa forma, por exemplo, não foi incomum o registro deixado por militares de mais baixa patente que, antes diretamente empregados em ações que visavam a manutenção dos laços da província com Lisboa, depois dos acontecimentos de agosto de 1823 vão acusar seus superiores pelos atos de repressão por eles praticados. Esses militares reivindicavam para si um nativismo difícil de sustentar à luz dos fatos anteriores, mas que se esperava que, se aceito, abrisse caminho para ascensão destes indivíduos, talvez no próprio lugar dos superiores que delatavam.

Deve-se dizer, contudo, que o fato de não ter ocupado cargos públicos no período anterior não livrava ninguém da possibilidade de ser acusado como “inimigo da independência”. Para isso bastava que o adversário conseguisse atribuir ao seu oponente a defesa de um projeto político radical, de pertencer, entre outras denominações dadas à época, ao “partido da anarquia”: eis o perfil, frequentemente descrito pelas mais diversas autoridades paraenses, para identificar, na sua ótica, a figura dos que “conspiravam contra a independência”. Desta forma, diante de tamanha flexibilidade para validar as evidências que sustentavam essas acusações, estava claro que ninguém era imune a elas. Talvez isso explique, além do interesse pela concessão de benesses do Imperador, porque um homem como Batista Campos, que não ocupou altos cargos no regime anterior, menos de 15 dias depois da posse do novo governo tratou de recolher 54 assinaturas, cuja função era lhe dar um “atestado” de que teria sido um dos primeiros a defender o alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro⁴²⁷. Como se verá, pouco tempo depois, este “atestado” não foi o suficiente para livrá-lo das acusações de que seria um traidor do novo sistema político.

Todos os lados da disputa faziam referências esporádicas e confusas a decretos ou leis do Império do Brasil na tentativa de legitimar suas reivindicações. Contudo, a ignorância a respeito da legislação e do desenho institucional do novo Império, ambas

⁴²⁷ Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Lata 289 – Pasta 1. Abaixo-assinado atestando que o Cônego João Batista Gonçalves Campos foi um dos primeiros a aderir à Independência no Pará. É provável que tenha sido com base neste “atestado” que poucos dias depois, Batista Campos tenha requerido ao governo do Rio de Janeiro, através da Junta Provisória, que fosse condecorado com a comenda da Ordem Imperial do Cruzeiro. Ver APEP – Códice 757 – Correspondência do Governo com a Corte (1823-24), d. 06.

também em construção no centro de poder ao sul do continente, misturavam essas referências a uma série de boatos. Diante desse vácuo, de modo geral, o que se contrapunha a uma regra “inventada” era outra da mesma natureza. Nesse sentido, no mesmo dia em que foi apresentada a petição em que se solicitava a demissão de funcionários públicos tidos como adversários da emancipação política no período anterior, outro grupo requeria, também através de uma petição, que oficialmente fosse “lançado um véu sobre todos os atos passados e que se deixasse nas mesmas posições os indivíduos que exerciam os cargos públicos”⁴²⁸. As várias requisições e argumentos que ao longo do tempo se fizeram na defesa deste posicionamento político tinham algo em comum com a disposição contrária: tal como aquela, apresentava-se como uma medida necessária para garantir o sucesso da causa da independência. Argumentavam, os seus defensores, que só desta maneira os ânimos seriam serenados e se fecharia a porta para o “partido da anarquia”.

A princípio, até mesmo em função dos interesses de membros da Junta que tinham ocupado altos cargos públicos durante o sistema político anterior, pouco se fez no sentido de destituir indivíduos de seus empregos públicos nas semanas que se seguiram. O silêncio a este respeito entre grande parte das autoridades paraenses contrastava com a progressiva popularidade que a idéia ia tomando, ganhando força em um grupo importante da sociedade paraense: os tapuios. É um registro instigante desta questão a carta do oficial Jacinto José Alcântara, transcrita parcialmente em páginas anteriores, na qual o militar defende-se da acusação de ser um “inimigo da independência”. Na correspondência, Jacinto José Alcântara dá a entender que a campanha feita contra ele era em grande medida promovida por tapuios que viam o seu comprometimento com a velha ordem nos “excessos” que este oficial ao longo da sua história cometera contra os “índios ligeiros” – tapuios compulsoriamente empregados em serviços públicos - que estavam sob sua responsabilidade⁴²⁹.

O registro deixado por Jacinto José Alcântara junta-se a uma série de outros que evidenciam como os tapuios compreendiam as mudanças políticas que vinham acontecendo

⁴²⁸ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 43.

⁴²⁹ APEP – Códice 751 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 159. Jacinto José Alcântara, por sua vez, dizia que, caso tivesse cometido algum “excesso”, teria sido por seu zelo ao serviço. Argumentava que precisou tomar algumas atitudes mais rigorosas para cumprir o que lhe era determinado, já que era notório a todos que os “índios ligeiros” desprezavam ordens, não as executavam e muitas atacavam com palavras e atitudes, o que requeria prudência dos comandantes.

na província desde janeiro de 1821 e qual o significado que tinha para esses indivíduos a idéia de derrubar a velha ordem. Nesse sentido, pode-se remeter novamente ao já citado conflito, ocorrido pouco tempo depois do alinhamento do Grão-Pará ao Movimento Constitucional Português, entre João Martins, Intendente da Marinha e da Construção Naval, e os operários do Arsenal sob suas ordens⁴³⁰. Como se viu, as queixas feitas contra o Intendente no pedido de devassa enviado a Lisboa eram muito próximas das que se farão depois a Jacinto José Alcântara. Em ambos os casos, os tapuios queixavam-se das práticas arbitrárias desses homens contra os indígenas obrigados ao trabalho em serviços públicos civis e militares, identificando na mudança política – fosse ela o Constitucionalismo Português ou a Independência – a oportunidade de extinguir essas práticas através da exclusão de seus autores da estrutura de poder na província.

Ainda que as indicações sobre as ações dos tapuios no período do Constitucionalismo Português sejam incomparavelmente mais raras do que se pode encontrar na documentação escrita nos meses que se seguiram à independência, quando a ação desses indígenas vai dominar grande espaço dos registros, apontou-se nas páginas anteriores o fato da inédita experiência política, vivenciada na província durante o Vintismo, ter tido também o seu impacto sobre estes homens, ainda que de modo diverso daquele sofrido pelos indivíduos que disputavam o poder nas mais altas esferas da província. Desse modo, a partir dos poucos registros deixados, é patente o incômodo das autoridades pelo fato dos tapuios valerem-se das novidades políticas para pôr em xeque a utilização da sua mão de obra, acusando não só práticas arbitrárias sofrida contra eles, mas até se recusando ao trabalho forçado sob argumentos construídos a partir da apropriação de leis aprovadas em Lisboa⁴³¹. Nesse sentido, a experiência política acumulada nestes anos do Constitucionalismo Português foi deslocando progressivamente o foco das queixas destes homens, que antes se restringiam a acusações contra indivíduos e agora paulatinamente iam se concentrar em insatisfações contra o próprio Sistema Político e Social. Por conta disso, apesar da inicial descontinuidade e desarticulação, essas ações promovidas pelos tapuios eram entendidas pelas autoridades como a manifestação de um projeto revolucionário que era preciso silenciar.

⁴³⁰ AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.654 (Projeto Resgate). Ver Capítulo 3.

⁴³¹ Este cenário está descrito no capítulo 3.

A independência, na medida em que anteriormente tinha sido identificada com todo o tipo de projeto político radical na província, potencializou tudo isso⁴³². Nesse sentido, para os tapuios, mais do que antes, derrubar a velha ordem tinha um significado muito concreto que passava pela destituição de funcionários públicos, grande parte deles europeus, de seus antigos cargos, objetivando assim minar as estruturas que sustentavam a exploração compulsória do seu trabalho. Assim, num cenário no qual as balizas legais eram quase de todo desconhecidas e as regras se estabeleciam, praticamente, apenas de acordo com a composição das forças locais, a seu modo os tapuios também “inventavam” os significados do novo Estado independente, algo que não podia ser simplesmente ignorado por conta da expressiva participação desses indivíduos nas tropas paraenses. Ao contrário, esta questão trazia grande preocupação para as autoridades, uma vez que era uma idéia corrente que depois de episódios como o 1 de janeiro de 1821 e o 14 de Abril de 1823, quando as forças armadas assumiram um papel ativo na mudança ou na tentativa de mudança do sistema político da província, mais do que nunca as tropas no Grão-Pará haviam se tornado um elemento de contínua instabilidade. Tanto era identificada como um ponto nevrálgico essa questão, que rapidamente a Junta procurou remediá-la através de uma proclamação dada a público em 2 de outubro de 1823, na qual o Governo Civil exortava as tropas à obediência, dizendo também que o assunto das demissões reivindicadas e demais providências contra os “inimigos da sagrada causa da independência” estavam sendo tratadas na estrita observância das leis⁴³³.

Contudo, a proclamação não teve o efeito esperado, até porque a argumentação legal usada para justificar as não demissões era vaga e tinha uma credibilidade pífia. Com isso ganhava corpo cada vez mais o boato de que haveria um levante em 12 de outubro, quando por ocasião do aniversário de D. Pedro I se faria a aclamação solene do Imperador na província. Observaram-se as medidas de precaução e os festejos ocorreram sem maiores incidentes, apesar de nesta altura o clima de insegurança já ter tomado todas as ruas de Belém.

⁴³² Sobre as diferentes aspirações políticas e sociais despertadas pela independência no Grão-Pará veja, entre outros, de Geraldo Mártires Coelho – *Ação e Reação na Província do Pará: o conflito político-social de 1823*.

⁴³³ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 44-45.

No dia 15 de outubro, o boato tornou-se um fato que entraria para a história sob tantas versões, respeitando a ótica e os interesses dos próprios protagonistas que deixaram a maior parte dos registros a este respeito, que o acontecido jamais se desvencilhou da marca de informações desconstruídas que o antecedeu. Contudo, quanto a algumas questões não há controvérsias. A primeira delas é que o levante militar de 15 de outubro foi planejado e difundido entre várias pessoas⁴³⁴, envolvia diversas corporações e foi muito bem executado: às dez horas da noite, ao sinal luminoso de um foguete, começou a tocar rebate no quartel do segundo regimento e logo estavam formados, juntos a este corpo militar, o primeiro regimento, a cavalaria e muitos paisanos, indo todos logo se encontrar com o terceiro regimento que já estava na porta do Trem. Neste ponto pretendia-se tomar armas e munição com as quais marchariam até o Palácio do Governo para pressionar pelas demissões há muito requeridas. A segunda questão que não fomenta grandes controvérsias é o fato deste levante ter sido feito sem a participação dos oficiais de alta patente, restringindo-se aos oficiais inferiores e aos soldados, coadjuvados por civis classificados por Raiol como de ínfima classe⁴³⁵.

É, contudo, na participação de membros do governo nesta ação que reside a maior discussão historiográfica. Tendo em vista os seus interesses, homens como Batista Campos e Felix Clemente Malcher teriam incentivado o levante, uma vez que a efetivação das demissões favoreceria o projeto político do seu partido, que pretendia excluir do poder os homens que vinham impedindo sua ascensão desde os tempos do Constitucionalismo Português? Ou, tal como descreve a versão oficial, Batista Campos teria cometido sozinho o mais imperdoável dos pecados para as elites políticas ao, numa atitude pessoal, envolver populares na disputa? Ou ainda, como sugeriu Raiol, o levante teria sido arquitetado sem o envolvimento de membros do governo⁴³⁶? Com base na documentação e na bibliografia pesquisada, é impossível dar uma resposta segura a esta questão, mas pode-se afirmar com certeza um dos desdobramentos do levante: quando ficou evidente a impossibilidade de restringir a um ato episódico a fúria dos rebeldes, todos os membros dos estratos dominantes de Belém, fossem os indivíduos europeus ou brasileiros, fossem comerciantes

⁴³⁴ APEP – Códice 762 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará, d. 41.

⁴³⁵ Sobre estes eventos veja, entre outros, Palma Muniz – *Grenfell na História do Pará*, p. 97-99; Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 47.

⁴³⁶ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 51-52. Para um contraponto a esta perspectiva, veja de Palma Muniz – *Grenfell na História do Pará*.

ou militares de diferentes patentes e ignorando até mesmo as lutas partidárias que os dividiam, enfim, todos se solidarizaram na repressão às tropas.

Tropas essas que na noite do dia 15 foram se avolumando em frente ao Trem, exigindo o seu municiação. Satisfeita esta exigência, marcharam, junto com uma multidão, para frente do Palácio do Governo onde reivindicaram a deposição do Presidente da Junta e a sua substituição pelo Cônego Batista Campos, além das demissões dos “inimigos do novo sistema político”. Sem nenhuma possibilidade de resistência, o governo cedeu e assim começou a efêmera presidência de Batista Campos, que no dia seguinte já deu ordem para que as demissões requeridas fossem levadas a cabo.

Apesar de conseguir com essas concessões que o povo se dispersasse e que as tropas voltassem aos quartéis, logo ficou patente que o grande temor das autoridades paraenses que, como apontado neste texto diversas vezes, há muito tempo era vislumbrado como possibilidade, agora se tornava um fato concreto: tinha-se perdido por completo o controle sobre as forças armadas do Grão-Pará estacionadas em Belém. Avolumavam-se notícias de desordens, de intimidações feitas a brasileiros e portugueses e até mesmo de saques, atribuindo-se a autoria destes feitos a militares de diferentes regimentos, ao corpo policial e a alguns escravos⁴³⁷.

Na noite do dia 16, membros do governo já reconheciam que não tinham meios próprios para controlar as tropas que cada vez mais radicalizavam suas posições, seguros de terem se tornado senhores da situação. Mais do que nunca, a intervenção de uma força militar externa apresentava-se para estes homens como a única medida possível para evitar novas investidas contra a ordem estabelecida e, por conta disso, integrantes da Junta de Governo recorreram a Grenfell que tinha acompanhado todos esses acontecimentos de maneira passiva. Atendendo ao pedido para que interviesse, o mercenário inglês organizou os seus homens e municiou a eles e a todos os marinheiros dos navios mercantes ancorados na cidade, inclusive alguns sob bandeira portuguesa, que meses depois chegariam à Europa

⁴³⁷ Apesar das várias versões dadas a estes acontecimentos pelos inúmeros registros feitos, alguns deles publicados em diferentes províncias, nenhuma delas nega a versão oficial de que teriam havido tumultos e saques em Belém, nos dias 15 e 16 de outubro de 1823, promovidos pelas tropas. É verdade que as cores dadas a esta questão são muito diferentes nos diversos documentos, mas nenhum deles nega este fato, algo que interessaria particularmente, por exemplo, a Batista Campos que produziu alguns registros sobre estes acontecimentos e sobre quem pesava a acusação oficial de ser o responsável pelo levante do dia 15 e os seus desdobramentos. Uma análise sobre estas diferentes fontes pode ser encontrada em Geraldo Mártires Coelho – *Ação e Reação na Província do Pará: o conflito político-social de 1823*. Niterói, UFF, 1978. Dissertação de Mestrado.

onde fariam vários relatos dirigidos a D. João VI sobre estes fatos⁴³⁸. Numa destas descrições, afirma-se que Grenfell conseguiu reunir, por estes meios, 182 homens e com eles desembarcou⁴³⁹.

Ainda na noite do dia 16, a força comandada pelo inglês efetivou várias prisões, conseguiu desarmar a tropa e mantê-la sob sua custódia no quartel, pondo fim desta forma à sublevação. Na manhã seguinte, a tropa desarmada foi levada ao Largo do Palácio, sob a guarda dos comandados por Grenfell. A seguir, retiraram-se cinco homens, entre os acusados pelos acontecimentos dos últimos dias, que foram sumariamente fuzilados, sendo ainda outros 256 presos imediatamente. Para o mesmo local, também veio escoltado o Cônego Batista Campos, então presidente da Junta de Governo, que acabara de ser preso por um pequeno grupo confiado a Joaquim José Jordão, um dos oficiais por ele demitidos, o que já era um indicativo que o quadro político desenhado no dia 15 de outubro tinha sido revertido. No Largo do Palácio, segundo Raiol, Batista Campos foi intimado a confessar sua participação naqueles acontecimentos sob a mira de uma peça com o morrão aceso, só evitando-se o seu sacrifício pela intervenção de outros membros da Junta, do que resultou sua prisão no Brigue Maranhão e a posterior deportação para o Rio de Janeiro⁴⁴⁰. Por fim, ainda no correr deste mesmo dia, dissolveram-se os três regimentos da infantaria, formando-se com os poucos soldados que restaram, após as sucessivas prisões feitas nos últimos meses e as crescentes deserções, um único corpo militar que se teve o cuidado de manter desarmado.

A sublevação havia sido controlada, mas isso não significava que o problema principal tivesse sido resolvido. Pelo contrário, os acontecimentos dos dias 15 e 16 de outubro de 1823 não só escancaravam um dos motivos pelos quais as expectativas em torno do envio de esquadras, que ironicamente nunca foram mais que “imaginárias”, tinham sido tão importantes para as estratégias de sobrevivência dos grupos políticos no período anterior, como também deixava patente que a situação se mantinha: ou seja, neste período os homens que disputavam posições nas mais altas esferas do poder na província tinham a sua liberdade para fazer opções limitada pela dependência de apoio militar externo, sem o

⁴³⁸ O Arquivo Ultramarino de Lisboa guarda alguns destes relatos sobre os quais haverá uma análise mais detida ainda neste capítulo.

⁴³⁹ AHU – ACL – CU 013, CX. 162, D. 12.371 (Projeto Resgate)

⁴⁴⁰ No Rio de Janeiro, o Cônego Batista Campos não só foi absolvido como também foi nomeado Cavaleiro da Ordem de Cristo.

qual avaliavam que poderiam perder o controle sobre o processo político para indivíduos que até então estavam à margem da Sociedade Política. Em outras palavras, sem que qualquer partido tivesse conseguido se impor de maneira hegemônica, mesmo depois de agosto de 1823, e com a progressiva perda de controle sobre as tropas que, como visto em páginas anteriores, Baena já havia avaliado com pesar que tentavam ter um papel ativo nas mudanças políticas da província, os estratos dominantes paraenses não tinham meios próprios para garantir aquilo que todos os seus membros, a despeito das suas divergências, entendiam como ordem.

Nesse sentido, mesmo nos relatos posteriormente levados a D. João VI sobre estes acontecimentos pelos comandantes das embarcações portuguesas, ancoradas em Belém na ocasião, é forte a impressão deixada pela tentativa de intervenção das tropas no destino político da província e a violência que se seguiu, dando a entender que muitos podiam compartilhar da perspectiva de que aquela ação, no seu conjunto, representava a desordem. Tanto era assim, que ao desarmar as tropas e entregar a segurança da cidade a rondas feitas por aquilo que a Junta Provisória denominou como “cidadãos armados”, o governo da província pôde contar com uma importante ajuda de ingleses, tanto dos que estavam nos navios mercantes quanto daqueles que residiam e tinham negócios em Belém⁴⁴¹.

As cartas trocadas neste período entre o Vice-Consulado inglês instalado na capital paraense e a Junta Provisória são alguns dos documentos mais instigantes sobre o período, pois revelam de forma muito clara as dificuldades de governabilidade, a grande dependência de forças militares externas e o clima de insegurança disseminado primeiro na cidade e depois em toda a província. Nesse sentido, a primeira destas cartas foi escrita já no próprio dia 15 de outubro, quando a Junta respondia a uma correspondência enviada algumas horas antes, na qual o Vice-consulado pedia ao governo paraense para que tomasse providências de modo que os vassalos britânicos não sofressem os “ultrajes da tropa”⁴⁴², revelando já grande preocupação com a insegurança e a desordem, temas que a partir de então se tornarão recorrentes nestas correspondências. Também é partir destas cartas que se pode avaliar o tamanho da intervenção dos ingleses nestes episódios, algo que se efetivou

⁴⁴¹ Biblioteca Nacional (RJ) – I, 28, 31, 25 – Coleção Martins. Pará, Administração e Política. “Relação das ocorrências recentes neste paiz, prisão de soldados de linha, remessa destes para bordo de um navio onde foram mortos em número de 260 e tantos, ficando vivos apenas 4. Um dos grandes serviços do Conde Grienfeld!” Pará, 11/11/1823. (Seção de Manuscritos)

⁴⁴² APEP – Códice 756 – Correspondência da Junta Provisória com Diversos (1823-24), d. 210.

principalmente na participação durante meses destes indivíduos em rondas noturnas, mas que poderia ter tido sido ainda mais expressivo, uma vez que o Vice-consulado cogitou a hipótese de pedir o envio de navios britânicos para garantir a segurança de cidadãos ingleses na província⁴⁴³. Contudo, mesmo que esta última medida não tenha sido efetivamente tomada, numa circunstância em que eram escassos os meios para manter a ordem estabelecida, a importância do apoio dos ingleses era muito clara para o governo paraense, a ponto de o Vice-consulado britânico conseguir manter neste período uma grande pressão sobre a Junta Provisória, chegando até mesmo a obrigá-la intervir para que negociantes ingleses recebessem dívidas de residentes no Grão-Pará⁴⁴⁴.

O auxílio dos ingleses, juntamente com a força naval comandada por Grenfell eram peças de um sistema de defesa da cidade que a Junta tentava compor com dificuldades, uma vez que estava decidida a manter as tropas desarmadas. Como dito antes, ao citar a atuação dos ingleses, uma das medidas propostas pelo Governo da Província foi a criação de milícias formadas por “cidadãos armados”. Para alcançar este objetivo, tendo novamente Giraldo Abreu como presidente, a Junta Provisória lançou uma proclamação no dia 18 que é um documento muito importante. Nela, o Governo buscava convencer a comerciantes, proprietários, entre outros, a pegarem em armas para proteger as suas vidas, a vida de suas famílias e suas propriedades, lembrando a violência daqueles dias e alegando que, quando a pátria está em perigo, “todo o cidadão é soldado”. Até aí, essa convocação não teria nada de especial se não fosse por um detalhe: tomar esta postura estava associada nesta proclamação à defesa da “causa do Império do Brasil” e da Independência⁴⁴⁵.

Colocada a questão desta maneira, a proclamação do governo explicitava uma outra disputa: afinal, o levante promovido pelas tropas foi justificado pelas mesmas como uma tentativa de consolidar a Independência, enquanto a Junta buscava, de modo contrário, associar estas ações à anarquia e a atitudes ilegítimas, transformando a derrota dos anseios contidos nas ações daqueles dias na primeira condição necessária para salvar a “causa da

⁴⁴³ APEP – Códice 673 – Cônsules (1814-26), ds. 61 e 66. Num dos relatos enviados a D. João VI por comandantes de navios portugueses ancorados em Belém no período, diz-se que neste porto havia vários navios mercantes ingleses e um que o comandante português supunha que estivesse ali, a serviço da Inglaterra, apenas monitorando o que acontecia na província. Segundo o comandante português, pouco antes de sua partida, o navio que fazia o monitoramento para a Inglaterra seguiu para o Maranhão. AHU – ACL – CU 013, CX. 162, D. 12.371 (Projeto Resgate)

⁴⁴⁴ APEP – Códice 673 – Cônsules (1814-26), ds. 73 e 77.

⁴⁴⁵ Esta proclamação está transcrita na obra de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 49.

Independência”. Nesse sentido, ainda que esta “causa” tivesse significados diferentes também para a elite econômica e política do Grão-Pará, o seu pronto atendimento à convocação da Junta para a formação das milícias de “cidadãos armados”, a despeito das lutas partidárias que os dividiam, expressava claramente que os objetivos políticos que motivaram os acontecimentos daqueles últimos dias representavam a negação do que todos eles entendiam como “ordem”, sem a qual acreditavam que a “causa da Independência” estaria perdida.

Como citado anteriormente, o bispo do Pará escrevia em suas cartas que o Constitucionalismo tinha dados aos homens daquela província “demasiada ânsia e liberdade às paixões”, julgando que por isso era muito difícil contê-los⁴⁴⁶. À primeira vista, esta era uma percepção generalizada: a crise antes vivida pela progressiva perda de operacionalidade das velhas formas de reiteração da vida social agora tinha um novo enquadramento na busca da construção de novas legitimidades. Assim, mesmo que essa construção recorresse inúmeras vezes ao discurso da continuidade como forma de legitimar projetos políticos, era claro para todos que havia um grande espaço para disputa num cenário em que os homens se esforçavam para dar às formas políticas mais que o sentido de provisoriade que impregnava a todas elas naquele momento. Por conta disso, a Junta Provisória acreditava que, a despeito de toda violência empregada contra os rebeldes, uma vez dada “ânsia e liberdade às paixões” era muito provável que ocorressem novas investidas contra a ordem. Deste modo, além das rondas, o Governo organizou um sistema de defesa dos rios com barcas artilheiras, sob coordenação de Grenfell, porque temia que soldados desertores se reunissem fora da cidade e resolvessem desembarcar em Belém⁴⁴⁷. A Junta sabia que a extensa rede fluvial deixava a cidade muito vulnerável e por conta disso, além das providências em relação às barcas artilheiras, também mandou comunicados para os comandantes de milícias de fora, a fim de que estes igualmente policiassem os rios de forma a impedir o trânsito de soldados desertores e a possível reunião de escravos, recomendando ainda que se prendesse qualquer um sobre o qual houvesse desconfiança e que contra esse se aplicassem severas punições⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ APEP – Códice 713 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1820-26), d. 63.

⁴⁴⁷ APEP - Códice 758 - Ofícios da Junta a Grenfell (1823-24), d. 55.

⁴⁴⁸ APEP - Códice 756 - Correspondência da Junta com Diversos (1823-24), d. 215.

Nesse meio tempo, tanto em cartas enviadas ao Rio de Janeiro como em textos com circulação restrita à província, o Governo paraense por diversas vezes deixou clara a grande dependência em relação às forças comandadas por Grenfell, afirmando que, sob sua óptica, sem este apoio a cidade estaria reduzida a um “montão de ruínas”⁴⁴⁹. Contudo, apesar do apoio militar oferecido por Grenfell e das medidas tomadas para reforçar a segurança, a Junta sabia que a situação era delicada. Numa carta dirigida ao Rio de Janeiro no dia 23 de outubro, o Governo do Grão-Pará se mostrava “paralisado” em meio aos conflitos, uma vez que, nas palavras dessas autoridades, não era este “o tempo próprio de fazer hum recrutamento, nem a tropa existente permite que nellas se tenha confiança alguma”, restando à Junta a esperança de que a Corte levasse em consideração o seu pedido feito nesta correspondência e tomasse “providências tão enérgicas e promptas como o cazo exige”⁴⁵⁰. Neste sentido, Grenfell também via limites na força que dispunha frente à delicadeza da situação e, como citado no capítulo anterior, por conta disso escreveu a Lord Cochrane, em novembro de 1823, alegando que a vinda de um representante do Rio de Janeiro com “imediatos socorros” era a única possibilidade de evitar que a província caísse sob “poder dos pretos”⁴⁵¹. Apesar de Grenfell e do Governo paraense insistirem na gravidade da situação e apontarem o envio de reforços como a única solução para garantir o

⁴⁴⁹ APEP – Códice 757 – Correspondência do Governo com Diversos (1823-24), d. 22. Ver também de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 49. Depois dos acontecimentos do “Brigue do Palhaço”, que serão debatidos adiante, foram escritos panfletos anônimos, atribuídos especialmente a homens presos durante a permanência de Grenfell no Grão-Pará e sobretudo ao Cônego Batista Campos. Nestes dias se dizia que as ações do mercenário inglês são desproporcionalmente louvadas, a despeito da extrema violência empregada, porque beneficiaram aos interesses de um grupo específico, marcadamente aqueles indivíduos que se pretendia demitir no dia 15 de outubro. Contudo, as correspondências que circularam na província neste período e, posteriormente, quando Grenfell anunciou que estava prestes a deixar Grão-Pará – ocasião em que os homens mais poderosos de Belém, sem distinção partidária, enviaram pedidos ao mercenário inglês para que ficasse - dão a entender que, frente à ameaça de sublevação das tropas, desertores, escravos e sem que se pudesse contar com meios próprios para manter a “ordem”, na ótica da maior parte da elite residente em Belém, mesmo que contrariasse os interesses imediatos de algumas facções, Grenfell era entendido, no mínimo, como um mal necessário.

Sobre os documentos que acusam as autoridades paraenses de encobrirem as arbitrariedades de Grenfell, veja do Arquivo do IHGB (RJ) – 116, 6, 27. Pará. Exposição breve de como foram no Pará fuzilados 5 brasileiros e mortos 252 no porão do navio S. José Diligente, na noite de 20 de outubro de 1823. Sem folha de rosto (1826). Coleção Manuel Barata. Veja também, da Biblioteca Nacional (RJ) – Breve Exposição do Estado Atual da Província do Pará sob a Presidência de José Araújo Roza para servir de contribuição para a história dos acontecimentos políticos daquela província. Seção de Obras Raras.

⁴⁵⁰ APEP - Códice 757 - Correspondência do Governo com a Corte (1823-24), d. 23.

⁴⁵¹ Geraldo Mártires Coelho – *Ação e Reação na Província do Grão-Pará: o conflito político-social de 1823*, p. 117-118. Vale relembrar, tal como está melhor explicado na nota que acompanha a citação anterior desta carta no capítulo 3, que pode-se supor que ao usar a expressão “pretos” Grenfell não estava se referindo apenas aos africanos e aos seus descendentes, mas a todos os não brancos, o que inclui a numerosa massa de tapuios.

que entendiam como a ordem interna, a Corte do Rio de Janeiro não só ignorou na prática esse pedido como, em um sentido inverso, tempos depois solicitou que a Junta provincial tomasse medidas para providenciar o envio para o Rio de Janeiro de tapuios, a fim de que estes viessem a reforçar a Marinha Imperial em suas ações, até que fosse garantido o reconhecimento da Independência do Império do Brasil⁴⁵².

Frente a todas essas dificuldades, o uso da violência para dirimir os conflitos políticos no Grão-Pará seguia uma escalada, ganhando, ainda em outubro de 1823, os contornos de um grande massacre: no dia 20 de outubro de 1823 Grenfell resolveu atender aos pedidos da Junta Provisória, que se queixava das dificuldades que estava enfrentando por conta dos mais de duzentos homens que tinham sido presos nos dias 16 e 17 e superlotavam as cadeias de Belém. Nas cartas enviadas ao militar inglês, a Junta manifestava o temor de que as prisões da cidade, algumas frágeis demais e consideradas fáceis de ceder à força, não fossem o suficiente para conter os rebeldes, ainda mais com o pequeno efetivo que dispunha para vigiá-los⁴⁵³. Ter esses homens em terra, em celas não confiáveis, era um grande problema para os membros do Governo, principalmente quando se leva em conta que, como visto antes, os membros da Junta desconfiavam da possibilidade de soldados desertores tentarem desembarcar em Belém para defender a mesma causa dos que estavam presos. Por conta disso, Grenfell atendeu ao pedido da Junta transferindo para o porão do Brigue Diligente, depois conhecido como o “Brigue Palhaço”, 256 presos entre soldados e civis presos desde o dia 16. Ali, após um dia de prisão, ao se abrir a escotilha do navio na manhã de 22 de outubro, foram encontrados mortos 252 prisioneiros, vindo a falecer poucas horas depois outros três dos quatro únicos sobreviventes. Para se ter uma idéia do que isto significava em termos populacionais da época, basta dizer que o número de mortos nesse massacre correspondia a quase 5% de toda a população livre de Belém. Também se pode lembrar que o número de 252 falecidos era maior que a população livre que se contava em boa parte dos povoados do Grão-Pará e chegava a ser muito próximo ao de algumas vilas da província⁴⁵⁴.

⁴⁵² APEP – Códice 725 – Avisos, Ministério da Guerra (1821-25) , d. sem número. Posteriormente, novas cartas com o mesmo teor são enviadas do Rio de Janeiro para o Grão-Pará, dando a entender que o governo provincial, pelo menos inicialmente, não atendeu a esta solicitação da Corte.

⁴⁵³ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 49-50.

⁴⁵⁴ Para os números estatísticos, veja de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*.

Há muitas versões para este acontecimento, não por acaso chamado por uns de “o massacre do Brigue Palhaço” e por outros de “a tragédia do Brigue Palhaço”. O relato mais conhecido a este respeito é o que está no *Motins Políticos* de Raiol, que por sua vez é a transcrição de uma versão que foi escrita já na década de 1840 por José Joaquim Machado de Oliveira, membro do IHGB e que ocupara a presidência da província alguns anos antes⁴⁵⁵. Segundo Machado de Oliveira, os presos foram levados para o porão do Brigue Palhaço em um dia de extremo calor e lá ficaram confinados, em um espaço reduzidíssimo, com apenas uma fresta da escotilha aberta para entrada de ar. Em meio a ameaças contra a guarnição, os presos também pediam insistentemente água e lamentavam pelo calor e pela falta de ar. Depois de algum tempo, os soldados jogaram a água do rio em uma grande tina, começando um pequeno tumulto entre os presos na ânsia de cada um ver saciada a sua sede. Mas ao invés da situação se acalmar, segundo Machado de Oliveira, os que conseguiram beber começaram a passar mal, alguns caindo sem sentido, enquanto os demais, por conta do calor crescente, puseram-se nus. Jogou-se um pouco mais de água, o que deu início a mais um tumulto entre os presos que tentavam beber. Com a justificativa de que se tentava conter os prisioneiros, os soldados começaram a atirar em direção ao porão⁴⁵⁶ onde, em seguida, jogaram uma grande quantidade de cal, fechando totalmente a escotilha na sequência. Três horas depois já não se ouvia nenhum rumor⁴⁵⁷.

Entre outras versões que buscaram explicar a razão das mortes, há uma que explicita algo apenas levemente sugerido por Machado de Oliveira: a acusação de que a água servida aos prisioneiros estaria envenenada. Este boato, cuja circulação era muito prejudicial às autoridades paraenses, uma vez que fazia daquelas mortes um ato premeditado, estava presente em panfletos que abordaram o acontecimento e circularam no Rio de Janeiro⁴⁵⁸ e, aparentemente, tinha grande credibilidade na própria província. Tanto

⁴⁵⁵ O livro em que está esta versão é de José Joaquim Machado de Oliveira – *Juízo sobre as obras intituladas – Corographia Paraense, ou descrição physica, histórica e política da província do Grão Pará: por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva – e – Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, por Antonio Ladislau Monteiro Baena*. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial de F. de P. Brito, 1843. Há um exemplar desta obra no Arquivo do IHGB.

⁴⁵⁶ Na devassa feita para apurar os acontecimentos do Brigue do Palhaço, aponta-se que 20 prisioneiros foram mortos por armas de fogo. Arquivo Nacional (RJ) – BU 0081 -Traslado dos Autos da Devassa que se procedeu sobre a morte de uns presos a bordo do Navio São José Diligente no Pará.

⁴⁵⁷ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 50-51.

⁴⁵⁸ Arquivo do IHGB – 116, 6, 27 – Pará. Exposição Breve de como foram no Pará fuzilados 5 brasileiros e mortos 252 no porão no navio S. José Diligente, na noite de 20 de outubro de 1823. Sem folha de rosto (1826). Coleção Manuel Barata.

assim que, apesar de não assumir como verdadeiro e nem de negar este fato, Raiol não só registrou que se dizia que a água dada aos prisioneiros estava envenenada, como chegou ao requinte de apontar sobre quem pesava as acusações: o boticário João José Calamopim e Bernardo José Carneiro⁴⁵⁹.

Num sentido contrário a esta versão, as explicações dadas pelo governo paraense a respeito dos acontecimentos do Brigue Palhaço procuraram afastar a idéia de intencionalidade e atribuir as mais de duzentas e cinquenta mortes a uma fatalidade. A versão oficial dos fatos foi apresentada ao governo do Rio de Janeiro em dois momentos: o primeiro em uma carta assinada por toda a Junta e endereçada a José Bonifácio em 23 de outubro de 1823. O segundo momento se deu através da devassa trasladada alguns meses depois para a Corte. Nessa devassa se ratificou a história que já havia sido contada na carta enviada a José Bonifácio, o que gerou uma série de acusações e escritos que circularam dentro e fora da província nos quais dizia-se que esta era uma “devassa viciada”, feita somente para encobrir o massacre que havia acontecido⁴⁶⁰. Tamanha campanha e problemas formais fizeram com que as autoridades instaladas no Rio de Janeiro ordenassem a realização de uma nova devassa⁴⁶¹.

Contudo, o que entrou para a posteridade como a versão oficial dos acontecimentos no Brigue Palhaço foi mesmo a história apresentada na carta a José Bonifácio e depois confirmada na primeira devassa. Na correspondência, a Junta alegava, sem maiores explicações, que foram os próprios presos que mataram uns aos outros, tomados que estavam pelo desespero após o disparo feito pela guarnição contra os que estavam no porão. Não há na carta, fora a alegação de desespero, nenhuma tentativa de dar

⁴⁵⁹ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 51.

⁴⁶⁰ Entre outros documentos com este teor, pode-se citar um localizado na Biblioteca Nacional – Breve Exposição do Estado Atual da Província do Pará sob a presidência de José Araújo Rozo para servir de contribuição para a história dos acontecimentos políticos daquela província.

⁴⁶¹ Existem alguns documentos no Arquivo Público do Estado do Grão-Pará indicando que as autoridades paraenses realmente receberam uma ordem vinda do Rio de Janeiro para refazerem a devassa, mas não foi possível encontrar este segundo processo em nenhum dos arquivos pesquisados. Em algumas cartas cita-se a existência de erros jurídicos na devassa que obrigariam abrir novamente o processo, mas não se deixa totalmente claro qual foi o erro. Supõe-se, através leitura da documentação, que o desrespeito à norma legal se deu porque o número de testemunhas ouvidas na devassa foi de 12 quando o correto seriam 30 pessoas. A primeira devassa está no Arquivo Nacional – BU 0081 - Traslado dos Autos da Devassa que se procedeu sobre a morte de uns presos a bordo do Navio São José Diligente no Pará. Ainda sobre os problemas jurídicos desta devassa veja da Biblioteca Nacional – I – I, 3, 16 7 – Coleção Otoni. Devassa procedida no Pará sobre os acontecimentos de 15 e 16 de outubro de 1823. Decreto suprimindo as nulidades nela existentes, em 27 de fevereiro de 1824. (seção de manuscritos)

resposta ao que teria motivado os prisioneiros a esta atitude extrema, o que reforçava imensamente a imagem de selvagens atribuída, ao longo de todo este relato, pela Junta aos que vieram falecer⁴⁶². Já na devassa, trasladada alguns meses depois, diz-se que antes de morrer, enquanto uns prisioneiros davam “Vivas ao Rei do Congo”, outros davam “Vivas ao Imperador” e outros ainda “Vivas ao Rei de Portugal”, dando a entender que possivelmente tivessem se matado por essas diferenças⁴⁶³.

No entanto, parece pouco crível esta versão de que haveria entre estes presos partidários de um retorno da província à união com Portugal, já que os que estavam no Brigue eram acusados pelo levante do dia 15 e pelas desordens do dia 16. Já a história de que se dava “Vivas ao Rei do Congo” – aliás, único grito dos presos que foi citado na carta a Bonifácio – não é absurda, pois em documentos que circularam internamente na província, dirigidos pouco antes dos acontecimentos do Brigue Palhaço a autoridades responsáveis pela segurança e por ações judiciais, dizia-se não só que havia escravos entre os participaram das desordens, mas também se mandava investigar porque na cadeia havia negros dando “Vivas ao Rei do Congo”⁴⁶⁴. Porém, também não parece convincente a hipótese de que diferenças entre livres e escravos teriam motivado as mortes, mesmo porque o grande medo da Junta, expresso no pedido de investigação que acaba de ser citado e em várias outras orientações dadas a autoridades, era o de que soldados e escravos estivessem agindo em combinação⁴⁶⁵.

Apesar de, anos depois destes acontecimentos, homens como Batista Campos terem afirmado que as ações que resultaram nos episódios do Brigue Palhaço tinham o apoio apenas daqueles indivíduos que estavam prestes a perder seus postos no serviço público, identificados por ele como os “inimigos da independência”, no calor dos acontecimentos a história parece ter sido um tanto quanto diferente. Neste sentido, a carta enviada a José Bonifácio é um documento muito singular. Nela além de, como visto antes, se atribuir a culpa pelas mortes aos próprios prisioneiros, é explícita a idéia de que os falecimentos ocorridos eram um mal menor diante de algo muito mais sério que eram as

⁴⁶² APEP – Códice 757 – Correspondência do Governo com a Corte (1823-24), d. 22

⁴⁶³ Arquivo Nacional – BU 0081 - Traslado dos Autos da Devassa que se procedeu sobre a morte de uns presos a bordo do Navio São José Diligente no Pará. Na carta enviada a José Bonifácio, diz-se que antes de morrer os prisioneiros davam gritos sediciosos, mas não se fala quais, exceção feita aos “Vivas ao Rei do Congo” que já tinham sido citados nesta correspondência.

⁴⁶⁴ APEP – Códice 756 – Correspondência da Junta com Diversos (1823-24), d. 211.

⁴⁶⁵ APEP – Códice 757 – Correspondência do Governo com a Corte (1823-24), d. 22.

desordens ocorridas e a possibilidade, já citada, de que soldados e escravos estivessem agindo de forma combinada. A grande questão é que esta carta, que de maneira clara apoiava todas as medidas tomadas para reprimir as tropas naqueles dias, foi assinada por toda a Junta Provisória. Desse modo, ao mesmo tempo em que a correspondência teve a assinatura de Giraldo Abreu, presidente deposto no levante do dia 15, também pode se encontrar nela subscritos homens como Félix Antonio Clemente Malcher, sempre identificado como aliado de Batista Campos e inimigo do partido de Giraldo Abreu, e Antonio Correa de Lacerda, presidente da Junta Provisória que havia sido defensora dos redatores de “O Paraense” frente às imposições do Brigadeiro Moura e que acabou por ser deposta em março de 1823 e substituída pelo grupo do qual Giraldo Abreu fazia parte⁴⁶⁶. Na verdade, não foi possível encontrar nenhuma censura aos acontecimentos do Brigue do Palhaço feita no período por membros da Junta ou por outras autoridades paraenses, mas, num sentido contrário, existem documentos que registram o esforço de homens como Felix Antonio Clemente Malcher em negar qualquer envolvimento com o levante, deixando claro que recriminavam a audácia das tropas⁴⁶⁷. Tudo isto somado ao pronto atendimento ao pedido para que os cidadãos se alistassem nas milícias que deveriam substituir as tropas davam a entender a todos os contemporâneos que, de modo geral e a despeito das lutas partidárias que os dividiam, a elite econômica e política residente em Belém agia em conjunto para impedir que cenas como as dos dias 15 e 16 de outubro se repetissem, pois evitar que as aspirações políticas que motivaram essas ações ganhassem vulto era causa comum a todos esses homens⁴⁶⁸.

⁴⁶⁶ APEP – Códice 757 – Correspondência do Governo com a Corte (1823-24), d. 22. Desta vez, Antonio Correa de Lacerda foi eleito como membro da Junta Provisória para substituir o Cônego Batista Campos que havia sido preso.

⁴⁶⁷ Palma Muniz - *Grenfell na História do Pará*, p. 127-130.

⁴⁶⁸ Numa proclamação lançada pela Junta Provisória aos habitantes de Belém com a finalidade de esclarecer os acontecimentos do Brigue do Palhaço, os membros do Governo acusavam as tropas de terem agido motivados por princípios “anti-sociais”. Mais a frente, já narrando as mortes no Brigue do Palhaço, a Junta dizia que depois de terem quebrado todos os “laços sociais” os prisioneiros acabaram por quebrar também os “laços da natureza” saindo da “esfera dos homens e das mesmas feras” para matarem-se uns aos outros, deixando, segundo a proclamação, “nos horrores do seu estrago imprimidas as suas malévolas intenções”. Este documento está transcrito na obra de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 54-55.

A idéia de reduzir as aspirações destes homens a princípios “anti-sociais”, o que tornava seu imediato repúdio uma obrigação para os homens mais bem colocados na sociedade paraense, aparecerão em outros momentos, chegando inclusive a nomear-se alguns grupos como alinhados a um “partido anti-social”. A este respeito ver, por exemplo, o estudo sobre o chamado “partido anti-social” de Monforte feito por Eliane Cristina Lopes Soares – *Roceiros e Vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no Período Colonial*. Belém, UFPA/NAEA, 2002. Dissertação de Mestrado, especialmente o capítulo 3.

Esta postura, como se verá, teve conseqüências. Quando se espalhou pela cidade de Belém a notícia das mortes no Brigue Palhaço, a forma como estes acontecimentos foram compreendidos pelo restante das tropas e pelos homens que se aliaram a elas, especialmente civis de origem tapuia, acabaram motivando uma série de ações que terminaram por disseminar o conflito aberto e armado em grande parte da província. Para esses homens, as mortes no Brigue do Palhaço foram entendidas como uma demonstração de que a Junta Provisória e seus aliados, especialmente Grenfell, pretendiam eliminar fisicamente todos aqueles que se opunham politicamente a eles, o que resultou numa deserção em massa de soldados que ainda estavam em Belém. Estes desertores juntaram-se a outros e seguiram para vários pontos do interior, espalhando relatos sobre os acontecimentos no Brigue do Palhaço e repassando a idéia de que as tropas estavam sendo desarmadas para serem mortas⁴⁶⁹.

Ainda no mês de outubro e nas semanas seguintes, começaram a chegar cartas vindas do interior que acusavam a chegada destes desertores em diferentes vilas e povoados e o impacto trazido pelas notícias da capital, alegando-se ainda que a navegação por diversos rios tinha se tornado perigosa pela grande presença destes soldados⁴⁷⁰. Contudo, nesse momento, em nenhum outro lugar a chegada dos desertores provocou maiores conseqüências do que em Cametá, a Vila mais populosa da província na época. Em Belém se sabia que desde setembro, quando se reconheceu localmente a Independência, em Cametá muitos ânimos estavam acirrados. Grande parte das animosidades decorria do fato de que, em uma reunião da Câmara Municipal com outras autoridades da Vila, havia se decidido pela demissão de vários funcionários públicos, alegando-se que estes eram hostis ao novo regime político, medida que se pôs em prática para logo depois ser desautorizada por um juiz enviado pela Junta para arbitrar a questão⁴⁷¹. O conflito até então, porém, tinha sido moderado antes da chegada dos desertores que, por sua vez, rapidamente difundiram as notícias da capital e a versão de que a tropa estava sendo desarmada para ser morta. Frente a estas novidades, a força armada local e muitos civis se uniram à causa dos

⁴⁶⁹ APEP – Códice 757 – Correspondência do Governo com a Corte (1823-24), d. 24.

⁴⁷⁰ APEP – Códice 738 – Correspondência de Diversos com o Governo (1822-23), d. 165; APEP – Códice 748 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 115; APEP – Códice 748 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 138; APEP – Códice 751 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 98;

⁴⁷¹ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 55-56

desertores da capital que passaram a orientar os Cametaenses para que se armassem e preparassem a defesa da Vila contra possíveis investidas militares de Belém. De fato, cartas vindas de Cametá registraram que muitos habitantes, entre civis e militares, procuraram se armar com arcos e flechas para se defenderem da temida chegada de Grenfell, municiação que, por sua vez, favoreceu novos atos de rebeldia e fez com que as autoridades tivessem cada vez mais um menor controle sobre a Vila⁴⁷².

A partir daí, Cametá torna-se o epicentro do conflito armado que progressivamente se espalhou por quase toda a província, até que os rebeldes sofressem sérios revezes em 1824. Foi desta Vila que partiram diferentes grupos organizados de desertores que tomaram muitos pontos do interior, dando a este movimento um grau de articulação e unidade de interesses nem sempre considerado pela historiografia. Portanto, a dimensão mais ampla desta rebeldia iniciada em Cametá é muito complexa e por isso será analisada em um ponto específico ainda neste capítulo. Por ora, o que interessa aqui é evidenciar como a impossibilidade do Governo da Província conseguir por meios próprios debelar os insurretos no interior fez com que a dependência em relação às forças comandadas por Grenfell se tornasse ainda mais patente.

Nesse sentido, no caso de Cametá, a Junta tomou medidas para acabar com a insurreição ainda no final de outubro. Na ocasião, sem ter confiança nas tropas de linha, a Junta organizou uma expedição com uma escuna e uma barca artilheira guarnecidas por 70 homens, entre marinheiros e milicianos. Apesar do poder de fogo da expedição, demonstrado logo na chegada à Vila, as forças enviadas por Belém não conseguiram se contrapor à grande quantidade de rebeldes que os receberam, o que resultou em algumas baixas entre os expedicionários e a fuga dos sobreviventes⁴⁷³. Frente a esta derrota, o Bispo do Pará escreveu um ofício à Junta em que fazia algumas considerações sobre as recentes insurreições, pondo-se à disposição do Governo para “levar a paz”. Nesta correspondência, o Bispo relacionava os acontecimentos de outubro na capital e a insurreição em Cametá a doutrinas anárquicas e aos levantes militares de 1 de Janeiro de 1821 e de 1 de março de 1823, quando as tropas interferiram na política da província, conduzindo-a para a Adesão às Cortes de Lisboa e ao golpe que deporia a Junta Constitucional, respectivamente. Essa

⁴⁷² APEP – Códice 751 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 98.

⁴⁷³ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 56-57.

relação entre os levantes daquela ocasião e os de 1821 e 1 de março de 1823, feita pelo Bispo numa carta de circulação restrita, acabava por reconhecer o caráter político das insurreições militares que estavam acontecendo, algo que era negado pelas proclamações dadas a público pela Junta que as preferiam identificar como ações motivadas pelo desejo do saque e da prática da violência. O sacerdote, contudo, afirmava nesta carta que o grande problema era, em suas palavras, as “liberdades constitucionais mal entendidas”. Afinal, eram elas, frutos das experiências políticas acumuladas durante o Constitucionalismo Português, que induziam as tropas a pretenderem interferir na política e a depor autoridades. Por conta disso, quando solicitado pela Junta para ir a Cametá, o bispo fez uma Pastoral em que afirmava, entre outras coisas, que era um mandamento bíblico que se obedecesse às potestades da terra, mesmo que perversas como Calígula ou Nero, sendo que quem as resistisse também resistia a uma ordenação de Deus e por isso era digno de condenação eterna. Depois da Pastoral, houve calma na Vila por algumas semanas, mas logo depois os conflitos voltaram a acontecer com toda a força⁴⁷⁴.

Frustrada mais esta expectativa, as autoridades de Belém passaram a ficar numa situação delicada. Depois do fracasso das tentativas de persuasão, só restava o uso da força para subordinar os rebeldes e fazê-los desistir de suas pretensões políticas que, por sua vez, faziam causa comum às bandeiras levantadas pelas tropas no levante de 15 de outubro na capital. No entanto, a expedição militar enviada por Belém para Cametá em outubro já demonstrara que seria necessário contar com um número maior de homens para uma nova investida, o que era difícil conseguir contando-se apenas com as milícias e com os marinheiros, pois, na avaliação da Junta, deslocar o pequeno número desses homens que estavam em Belém era deixar a capital muito vulnerável a ataques dos desertores. Restava como alternativa o envio das tropas, solução que em qualquer outro momento seria a mais lógica para reprimir uma insurreição com um grande número de homens. No entanto, naquela ocasião a Junta se recusava terminantemente a municiar novamente as forças armadas paraenses e usá-las neste combate, chegando a declarar numa carta enviada ao Rio de Janeiro que mandar as tropas para Cametá naquele momento era o mesmo que juntar rebeldes⁴⁷⁵. O envio dessas forças para reprimir os pontos de insurreição, aliás, chegou até a

⁴⁷⁴ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 57-62.

⁴⁷⁵ Palma Muniz - *Grenfell na História do Pará*, p. 195.

ser desaconselhada por autoridades de outras Vilas do interior que também estavam sendo sacudidas por ações das tropas e dos desertores. Neste sentido, em dezembro de 1823 é enviada uma carta da Vila de Bragança na qual autoridades locais expõem saberem que se planeja um grande ataque a essa e outras localidades, dizendo ainda que os rebeldes não temiam a chegada dos soldados da capital, pois tinham certeza que estes se juntariam a eles⁴⁷⁶.

A expectativa pela chegada de um novo reforço também acabaria sendo frustrada neste ínterim. É que, depois de aclamada a independência no Maranhão, estavam retornando ao Pará os mais de 100 soldados que tinham sido enviados para lá no começo do ano para tentar defender a união da província com Portugal e, dessa forma, salvar o que havia restado do Bloco Regional de províncias sujeitas a Lisboa. A princípio poderia se pensar que estes militares, por estarem ausentes na ocasião do levante na capital, seriam reforços importantes para as pretensões da Junta. No entanto, no caminho de volta para a província os soldados e os oficiais inferiores se sublevaram a bordo do Brigue que os transportava, do que resultou, posteriormente, a prisão destes homens e a inconveniência para o Governo em fazer uso deles⁴⁷⁷.

Diante deste cenário, ficava cada vez mais evidente a dependência dos membros do Governo em relação às forças comandadas por Grenfell, caso quisessem contrapor-se aos rebeldes pelas armas. No final de janeiro de 1824, a Junta reuniu-se para decidir quais providências deveria tomar a este respeito e depois de muita discussão resolveu que só lhe restava preparar uma força para ir a Cametá. Caberia a Grenfell comandar um cruzeiro de barcas e canoas artilhadas, mas restava ainda o problema de como prover os homens necessários para este embate. Neste sentido, a Junta pediu ao comandante inglês que fosse criterioso ao reunir marinheiros e milicianos para esta expedição, de forma que não acabasse por desproteger a capital. Mas considerando pequeno ainda este número de homens à disposição para a incursão contra os rebeldes de Cametá, o Governo acabou por considerar que, uma vez estando em um número bem reduzido por conta das mortes, deserções e prisões, as tropas da capital podiam ser novamente armadas em casos bem específicos, sendo a expedição para Cametá um deles.

⁴⁷⁶ APEP – Códice 788 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem numeração.

⁴⁷⁷ APEP – Códice 756 – Correspondência da Junta com Diversos (1823-24), d. 462; APEP – Códice 756 – Correspondência da Junta com Diversos (1823-24), d. 522.

Isso não significava que a situação na capital fosse tranqüila. Poucos dias depois das tropas serem novamente armadas, correu um boato de que elas pretendiam se levantar mais uma vez. Isso causou um alvoroço na cidade e foram tomadas medidas preventivas. Ao mesmo tempo, tornavam-se mais fortes os boatos de que se preparava uma força em Portugal para reconquistar o Pará, o que acirrava os conflitos e perseguições contra os europeus. O cenário era, por fim, tão instável que no dia 18 de fevereiro de 1824 a Junta pediu para que Clemente Malcher, um dos seus membros, reunisse uma força na Vila do Acará e marchasse para Belém a fim de defender a causa da Independência. De modo sintomático, o Governo orientava Malcher a não colocar nestas fileiras, em nenhuma hipótese, negros ou cafuzos⁴⁷⁸.

Em meio a essas adversidades na capital, porém, o Governo continuava a investir nos preparativos da expedição militar que iria para Cametá, pois o seu controle sobre o interior da província se tornava cada vez menor. No entanto, no final de janeiro um fato novo viria a mudar tudo: começaram a circular boatos de que Grenfell deixaria o Grão-Pará brevemente. Em 24 de janeiro, a Junta escreve para o militar inglês dizendo que estava recebendo um número incomum de pedidos de passaportes, porque muitas pessoas pretendiam deixar a província com medo do que aconteceria depois da saída de Grenfell, motivo pelo qual solicitava que ele oferecesse garantias de que não faria isso para acalmar os ânimos⁴⁷⁹.

Contudo, as coisas estavam realmente caminhando neste sentido. Quando Grenfell saiu do Maranhão em direção ao Pará, em meados de 1823, tinha recebido de Lord Cochrane como missão, além de tentar promover o alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro através do blefe da “esquadra imaginária”, que também trouxesse para a Corte a fragata Leopoldina que estava sendo construída no Pará e sob a qual havia tanto interesse, que Cochrane chegou a orientar Grenfell que deixasse o Brigue que estava levando, se não tivesse condições para trazer as duas embarcações⁴⁸⁰. Depois de muitas adversidades e de uma enorme pressão feita por Grenfell para que o Governo garantisse as condições necessárias para o termino da obra, finalmente a Fragata ficou pronta no começo de 1824. Desse modo, em 23 de fevereiro o comandante inglês comunicou à Junta que, uma

⁴⁷⁸ APEP – Códice 756 - Correspondência da Junta com Diversos (1823-24), d. 595.

⁴⁷⁹ APEP – Códice 758 – Ofícios da Junta a Grenfell (1823-24), d. 109.

⁴⁸⁰ Palma Muniz – *Adesão do Grão Pará à Independência*, p. 370-371.

vez estando pronta a embarcação, tinha que seguir as orientações do Almirante Cochrane e por isso estaria partindo desta província para o Rio de Janeiro nos primeiros dias de março⁴⁸¹.

A notícia provocou um alvoroço na cidade. O vice-consulado britânico, depois de algumas consultas às garantias oferecidas pela Junta aos ingleses no caso da saída de Grenfell, escreveu um ofício no dia 29 de fevereiro no qual protestava pela inabilidade das autoridades locais que declaravam abertamente não poder garantir a vida de ninguém após a saída do Brigue Maranhão. Por conta disso, e não vendo nenhuma mobilização da Junta em sentido contrário, o Vice-consulado pediu a expedição de passaportes para vários ingleses que estavam em Belém e que tinham decidido deixar a cidade, abandonando inclusive suas propriedades e bens, porque viam nesta medida a única forma de salvar suas vidas⁴⁸².

As atitudes extremas dos ingleses residentes em Belém não deixam dúvida quanto ao fato de todos os contemporâneos perceberem a grande dependência que a Junta tinha das forças comandadas por Grenfell para manter a sua autoridade e a ordem interna. A própria Junta não escondia isso e, diante do fato confirmado, suspendeu a expedição para Cametá, na tentativa declarada de assegurar pelo menos o controle da capital, pretensão tão incerta que, como visto, não lhe permitia nem mesmo assegurar a vida dos ingleses ou de quem quer que fosse. Essa dependência também está expressa na última carta do Governo paraense enviada a Grenfell na tentativa de persuadi-lo a não deixar a província. Nela, a Junta diz que o militar inglês prestou um grande serviço ao Brasil ao incorporar o Pará ao Império, mas que isso não serviria de nada se ele a abandonava agora, antes da chegada dos reforços pedidos ao Rio de Janeiro, pois a província estava ameaçada, podendo ser perdida ou arruinada, uma vez que, sem as forças marítimas, as facções entrariam num conflito aberto⁴⁸³.

Desse modo, ironicamente, a saída de Grenfell naquelas circunstâncias diz muito sobre a sua chegada, pois evidencia o caráter decisivo que teve nas decisões de agosto de 1823 a necessidade de apoio militar externo para manter a ordem interna, esperando-se na

⁴⁸¹ Ofício transcrito na obra de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 72-73.

⁴⁸² APEP – Códice 673 – Cônsules (1814-26), d. 68; APEP – Códice 756 – Correspondência da Junta com Diversos (1823-24), d. 657.

⁴⁸³ APEP – Códice 758 - Ofícios da Junta a Grenfell (1823-24), d. 130.

ocasião que, com este apoio, fosse possível evitar o confronto aberto entre os partidos. Se o conflito permaneceu com a presença de Grenfell, o que demonstra que a província estava longe do consenso, sem ele todos esperavam que a situação se tornasse mais aguda. Na verdade, voltava-se a um cenário político muito próximo ao de agosto de 1823, ainda que sob uma conjuntura mais explosiva por conta dos sucessivos levantes, uma vez que, excluído o ponto de desequilíbrio representado pelas forças marítimas, todos os partidos julgavam ter força suficiente para chegar ao poder e fazer valer o seu projeto político. Dessa forma, com a saída de Grenfell e sem nenhuma previsão para a chegada de apoio por parte do Rio de Janeiro, para muitos a “solução brasileira” tinha os seus dias contados no Pará. Isso porque, por um lado, diante do silêncio do Rio de Janeiro e continuando-se a depender de apoio militar externo para garantir o controle interno da província, os grupos políticos estavam atentos às possibilidades de conseguir este apoio através do envio de forças portuguesas para o Grão-Pará, ou através da formação de um novo Bloco Regional, como a Confederação do Equador. Por outro lado, para todos aqueles que detinham o poder econômico e político da província, se a “causa da Independência”, tal como entendida pelos homens que fizeram o levante do 15 de outubro e as insurreições no interior, prevalecesse, a “solução brasileira” também estaria perdida, pois o Grão-Pará estaria entregue a anarquia e aos princípios “anti-sociais”. Em outras palavras, para esses homens, isso era o mesmo que dizer que a província estaria arruinada.

Ruína. Esta é a palavra que expressa o medo dos membros do governo nas melancólicas cartas escritas por eles em março de 1824, poucos dias depois da saída de Grenfell. Em uma delas, o governo diz que a cidade de Belém ainda se mantinha sem transtornos por conta de um barco francês, que propositadamente se manteve no porto para manter a segurança na cidade, razão pela qual a Junta julgava conveniente estreitar os laços com Caiena⁴⁸⁴. Apesar disso, as incertezas dominavam as correspondências, juntos com reiterados pedidos de ajuda. Nesse sentido, duas cartas escritas para a Corte do Rio de Janeiro, em 4 e 7 de março, são bastante significativas. Nelas, o governo do Pará, após fazer uma descrição dos últimos acontecimentos, fazia uma série de solicitações. O primeiro destes pedidos, e também o mais enfático, era o envio de tropas para o Grão-Pará. Mas não era apenas isso. A Junta também pedia que se nomeassem um intendente da

⁴⁸⁴ APEP – Códice 756 – Correspondência da Junta com Diversos (1823-24), d. 681.

marinha e magistrados, pois estavam sem eles. Também pedia dinheiro e solicitava que o Rio de Janeiro impusesse ao Maranhão que fizesse repasses aos cofres paraenses, como era feito antes, de 40 contos anuais. Isso não só evidenciava a dependência do Pará em relação à sua vizinha, como já era um sintoma da crise econômica que tomava a província por conta da proliferação das insurreições no interior que, pouco a pouco, irão criar entraves aos setores mais relevantes da economia paraense, como se verá adiante. Por fim, a Junta faz um pedido que é encontrado outras vezes em cartas escritas em meses anteriores: a solicitação reiterada era de que se mandasse uma coleção de leis do Império, pois os próprios membros do governo se declaravam inteiramente ignorantes em relação a elas, o que dá a medida do caráter de “invenção” do Estado brasileiro que defendiam⁴⁸⁵.

Na carta de 4 de março, após insistir na urgência do envio de tropas do Rio de Janeiro para o Grão-Pará, assim encerrava a Junta Provisória suas considerações à Corte do Rio Janeiro, ressaltando as incertezas que cercavam a todos:

*“Finalmente, Exm. Sr. [Ministro do Império], digne-se V. Ex. de fazer chegar ao Imperial conhecimento de S. M. que esta bella e rica Província do Grão-Pará vai tocar a sua última ruina se na he promptamente socorrida de maneira que suspenda a precipitada marcha com que vai a despenhar-se.”*⁴⁸⁶

⁴⁸⁵ APEP – Códice 756 – Correspondência da Junta com Diversos (1823-24), d. 677. Para ser mais exato, a carta de 7 de março são as instruções dadas ao Capitão de Fragata, José Joaquim da Silva, que foi encarregado pela Junta paraense para levar documentos deste governo para diversos Ministérios no Rio de Janeiro. Estas instruções ressaltam os inúmeros pedidos, que deviam ser feitos pelo Capitão de Fragata, para as autoridades na Corte e se constituem numa espécie “síntese” das demais cartas enviadas.

⁴⁸⁶ Documento transcrito na obra de Palma Muniz – *Grenfell na História do Pará*, p. 222.

4.2 – Os novos “Sebastianistas”⁴⁸⁷

No dia 12 de agosto de 1824, o Padre Salvador Roiz do Couto dirigiu uma carta ao Juiz de Fora para fazer algumas considerações em sua defesa quanto a um processo movido contra ele. Tratava-se de uma acusação contra o Padre na qual se alegava que o mesmo tinha cometido um grave erro ao não denunciar às autoridades, logo após de ter lido, o conteúdo da carta enviada de Lisboa por Antonio Joaquim de Barros e Vasconcellos à sua mulher. No entanto, o padre dizia em sua defesa que não podia ser acusado por não denunciar aquilo que todo mundo já sabia: que em Portugal se preparava uma força para reconquistar o Pará. Dizia o sacerdote que era um absurdo ser acusado de fazer segredo de algo que era voz pública na cidade, já que muitos tinham recebido cartas de Lisboa que transmitiam as mesmas notícias e até as correspondências enviadas em Julho pela Corte do Rio de Janeiro, antes de ter lido a tal carta, já alertavam para o risco iminente de choques com Portugal⁴⁸⁸.

Sem dúvida, tratava-se de um assunto delicado. A defesa do padre e as anotações subscritas do Juiz de Fora que acompanham este documento demonstram a histeria que o tema provocava. Isso porque havia um clima tenso na província, entre outras coisas, por notícias e às vezes por simples boatos que de modo recorrente davam conta de que, em Portugal, se preparava uma força para reconquistar o Pará. A expectativa gerada na província por conta disso era um dos fatores que mais causava transtornos para o governo paraense na sua tentativa de manter a estabilidade. Isto porque essas notícias faziam com que grupos que ainda sonhavam com o restabelecimento dos laços com Lisboa acreditassem na viabilidade desta alternativa política, o que por sua vez gerava conflitos e ações contra esses indivíduos, freqüentemente acusados de conspirarem para que o Grão-

⁴⁸⁷ Arthur Cezar Ferreira Reis certa vez designou de “sebastianistas do momento” aos portugueses residentes no Pará que ainda sonhavam restabelecer os laços da província com a antiga metrópole. Ver de Arthur Cezar Ferreira Reis – “O Grão-Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e Unidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 94.

⁴⁸⁸ APEP – Códice 791 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 87.

Pará fosse novamente colônia de Portugal, por parte daqueles que rejeitavam essa alternativa de futuro. Isso fazia com que o governo em muitas ocasiões fosse extremamente severo em relação aos que vinculavam essas notícias, chegando a prender pessoas mesmo sem ter provas além de alguma denúncia feita contra o acusado. Este parece ter sido o caso do soldado Manoel Francisco, sob o qual pesava a acusação de ter dito que de Portugal estavam vindo três Fragatas armadas para o Grão Pará, algo posto em dúvida pelo seu superior, o Coronel Comandante João Antonio da Silva Egues, que em carta escrita ao governo em maio de 1824 pedia a libertação do soldado, que para ele tinha sido condenado com base numa falsa denúncia⁴⁸⁹.

As expectativas criadas em torno dessa questão eram muito fortes porque todos sabiam, dada a intensa circulação de cartas pessoais e de negócios entre o Grão-Pará e Portugal, que as notícias veiculadas não se tratavam de simples boatos⁴⁹⁰. Na verdade, a formação de uma força militar para reconquistar o Pará foi realmente o objetivo de vários homens que trabalharam neste sentido ou ofereceram informações para que a expedição se realizasse, de tal modo que em Lisboa é possível encontrar correspondências enviadas a autoridades portuguesas em que se dá por certa e iminente a saída de uma Força armada lusa com o objetivo de reconquistar o Pará⁴⁹¹.

Nesse sentido, data do começo de 1824 a documentação na qual se pode encontrar os primeiros registros em que se fala abertamente desta possibilidade: tratam-se das já citadas cartas enviadas às autoridades de Lisboa por comandantes de navios portugueses recém-chegados a capital do Reino Europeu e que estiveram meses antes ancorados em Belém, ocasião em que aconteceu o massacre do Brigue Palhaço, episódio descrito nestas correspondências. Além da descrição deste episódio contido nas diferentes cartas, também está sempre presente uma avaliação das forças existentes na província e a possibilidade de reconquistá-la, coincidência que torna plausível a possibilidade destas informações

⁴⁸⁹ APEP – Códice 784 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 86.

⁴⁹⁰ Além disso, não se deve esquecer que, como dito antes, nos dias que antecederam a chegada de Grenfell era grande a expectativa pela chegada de reforços vindos de Portugal que tinham sido pedidos pela Junta. Por conta disso, somando-se aos novos elementos expostos agora, esta possibilidade ainda não estava totalmente descartada nos primeiros meses depois do alinhamento da província ao Rio de Janeiro. Ao contrário: em uma das primeiras cartas da Junta Provisória a Grenfell, ainda em agosto de 1823, o governo paraense diz ter razões suficientes para acreditar que algumas tropas portuguesas brevemente chegariam ao Pará e por conta disso tomava algumas medidas para reforçar a defesa da província. Correspondência transcrita na obra de Palma Muniz – *Grenfell na História do Pará*, pp. 228-229.

⁴⁹¹ AHU – ACL – CU 013, CX. 163, D. 12.421 (Projeto Resgate).

enviadas pelos comandantes tratarem-se, na verdade, de respostas a questionamentos feitos por autoridades lisboetas.

Numa destas cartas, escrita em 23 de março, o comandante do navio português recém-chegado, depois de descrever de modo trágico o levante de 15 de outubro em Belém e o massacre Brigue do Palhaço, contava que cidadãos europeus residentes na cidade aguardavam que Portugal viesse ao seu encontro, de forma a garantir a ordem interna que se tinha perdido. Ainda nesta carta, o seu autor avaliava que uma Fragata e 600 homens seriam o suficiente para reconquistar o Pará⁴⁹².

A certeza do sucesso, caso fosse empreendida a expedição, está expressa nas diferentes cartas sempre baseada em duas questões: a pequena resistência que poderia ser oferecida por forças locais, em razão do número diminuto de homens engajados nas tropas armadas, e o fato descrito por todos eles de que a tentativa de reconquista encontraria apoio em muitos dos residentes de Belém. Nesse sentido, numa dessas cartas, datada de 9 de março, o mestre da embarcação dizia que muitos cidadãos que estavam na capital paraense desejavam se sujeitar novamente a D. João VI. Para tanto, julgava que seria necessário deslocar uma força ainda menor que a indicada na outra carta: para ele, uma Fragata, um Bergantim e 400 homens seriam o suficiente. Mais ainda: o mestre da embarcação que acabava de retornar a Lisboa, chegava a afirmar que, caso a expedição acontecesse, antes dos militares descerem ao solo paraense, a adesão a Portugal já teria acontecido⁴⁹³.

À medida que os indícios sobre esta expedição de reconquista do Pará iam ganhando vulto, aumentava a opressão sobre os portugueses residentes em Belém por parte daqueles que não aceitavam esta alternativa de futuro. Aliás, não se pode negar que desde a quebra dos laços com Lisboa o grito de “morte aos europeus”, ou a pretensão de retirar os portugueses de seus prestigiosos cargos públicos ou, até mesmo, da província foram bandeiras levantadas por diversas vezes, por diferentes motivos que interessavam a diferentes grupos políticos. Essas ações motivavam gestos extremados de parte à parte que se justificavam numa alteridade confusa, já que um dos lados da equação – o ser brasileiro – ainda tinha o seu significado disputado por diferentes grupos, pois como se adiantou anteriormente e mais adiante pretende-se retomar, a afirmação de uma dessas possibilidades

⁴⁹² AHU – ACL – CU 013, CX. 162, D. 12.371 (Projeto Resgate).

⁴⁹³ AHU – ACL – CU 013, CX. 162, D. 12.364 (Projeto Resgate). Há uma outra carta com teor semelhante escrita neste mesmo dia. Veja AHU – ACL – CU 013, CX. 162, D. 12.366 (Projeto Resgate).

relacionava-se diretamente com as alternativas políticas defendidas por esses mesmos grupos⁴⁹⁴.

Exemplos destes gestos extremados, justificados por esta confusa alteridade, são evidenciados pelas recorrentes acusações feitas contra europeus que, segundo seus denunciante, teriam dado provas de menosprezo aos “brasileiros” ou ao Império do Brasil. É o caso da acusação feita ainda em novembro de 1823 contra o padre da Vila de Santarém: segundo seu indignado denunciante, na missa do dia 14 deste mês, o padre se pôs a mandar que os brasileiros “trabalhassem, que não fossem mandriões, que não estivessem deitados na rede fumando em um cachimbo com as concumbinas na rede, e de casa, que já terião tantos bens como os europeus”⁴⁹⁵. Ainda nesse sentido, também eram comuns as denúncias feitas contra portugueses acusados de fazerem bravatas nas quais expunham publicamente, segundo os denunciante, o fato de não aceitarem a nova situação política da província ou de acalantar o desejo de revertê-la. Exemplifica esta questão a denúncia feita contra José Acácio Correia, por moradores de Cametá, que o acusavam de dizer que seria mais fácil a Vila se tornar em cinzas que os brasileiros conseguirem se libertar de Portugal⁴⁹⁶. Também ilustra este problema a denúncia feita contra um morador da Vila de Vigia, que foi preso por insistir em dizer que não era vassalo do Imperador do Brasil, mas sim de D. João VI⁴⁹⁷.

Atitudes como estas muitas vezes eram a justificativa para decisões extremadas. No dia 18 de novembro de 1823, o major da infantaria de linha e comandante da força armada em Cametá, escreveu uma carta às autoridades, subscrita em seu nome e do “Povo em Geral”. Nesta correspondência, antes de fornecer uma lista das várias pessoas contra as quais, segundo ele, o povo tinha as maiores queixas, o major avisava que a partir de então “não deve ficar ahy hum só Europeu, para evitar qualquer acontecimento funesto por haverem aqui homens de diversos sentimentos”⁴⁹⁸. Situação semelhante, entre vários outros exemplos que poderiam ser dados, ocorreu na Vila de Cintra, onde os tapuios se sublevaram em setembro de 1823, prendendo alguns portugueses e escrevendo posteriormente para o governo que não desejavam que ficassem na vila nenhum europeu,

⁴⁹⁴ Parece significativo para se pensar esta confusa alteridade, o fato dos portugueses residentes no Pará serem poucas vezes chamados de “portugueses” pelos grupos que se opunham a eles, sendo incomparavelmente mais freqüente identificá-los por “europeus”.

⁴⁹⁵ APEP – Códice 748 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 137.

⁴⁹⁶ APEP – Códice 750 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 132.

⁴⁹⁷ APEP – Códice 749 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 122.

⁴⁹⁸ APEP – Códice 750 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 132.

alegando que estes diziam que eram senhores daquela terra, que os índios não sabiam nada e que ficariam por baixo deles⁴⁹⁹.

Neste período, sem dúvida, as identidades “brasileira” e “portuguesa” foram reivindicadas por grupos políticos ou indivíduos nos diferentes conflitos que se espalhavam pela província. No entanto, esta alteridade estava sendo construída no desenrolar da própria luta política, atendendo a diferentes interesses, inclusive de parte dos estratos dominantes paraenses que cristalizou a idéia de que toda a tensão disseminada na província advinha do choque entre “brasileiros” e “portugueses” como forma de minimizar vários outros questionamentos que também estavam sendo feitos à época no Grão-Pará, versão dos fatos em grande medida reproduzida pela historiografia. Contudo, uma análise mais cuidadosa da documentação evidencia o quanto é redutora esta explicação. Nesse sentido, já seria bastante instigante perceber que em todas as Vilas e Povoados em que efetivamente os rebeldes assumiram o controle, a perda de cargos e as punições não se restringiram apenas aos europeus, mas também a brasileiros tidos como “inimigos da independência”, ou, na verdade, como entraves à implementação dos objetivos políticos dos rebeldes.

Para tornar isso ainda mais claro, pode-se recorrer a um novo exame dos casos, citados algumas linhas acima, das vilas de Cametá e Cintra. Em Cametá, por exemplo, a despeito do que argumentava o bispo paraense, segundo o qual todo o problema da Vila eram as rivalidades entre brasileiros e europeus, os pedidos de demissões e punições feitas pelos habitantes de Cametá atingiam não só aos portugueses, mas também aos brasileiros classificados por eles como “inimigos da independência”⁵⁰⁰. O caso de Cintra é ainda mais revelador. Lá, depois de alguns levantes feitos pelos tapuios, que eram explicados pelas autoridades locais para a Junta de Belém como ações contra europeus, o Vigário Geral, André Fernandes de Souza, exigiu, após realizar uma exortação aos indígenas, que estes apresentassem por escrito os motivos de suas queixas e contra quem se dirigiam. O resultado é muito significativo por mostrar o que as autoridades locais estavam tentando esconder da Junta ao reduzir os motivos dos conflitos ao “ódio ao português”: segundo os tapuios, o descontentamento recaía sobre o Tenente Domingos Teixeira e o seu partido, do qual faziam parte tanto europeus como brasileiros. Segundo os tapuios, esse partido

⁴⁹⁹ APEP – Códice 750 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 121.

⁵⁰⁰ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 55.

dominava os empregos públicos da Vila e agia com despotismo contra os indígenas. Nesse sentido, para os tapuios, o despotismo se materializava no fato de serem obrigados a trabalharem em atividades particulares dos membros deste partido. Esse despotismo também tomava forma sob espancamento e tortura dos tapuios, a fim de que estes se sujeitassem aos homens de Domingos Teixeira. Ainda muito significativo é o fato das reclamações abrangerem também episódios ocorridos há mais de vinte anos, demonstrando a recorrência destes incidentes ao longo da história⁵⁰¹. Portanto, tratava-se de um rechaço não simplesmente aos europeus, mas sim aos homens da velha ordem a qual os tapuios não queriam mais se sujeitar. Eram estes indivíduos que compunham o perfil do “inimigo da independência”, contra o qual se levantaram tapuios em diferentes vilas neste período.

A bandeira do “ódio ao português”, ouvida em muitas partes da província, por trás do discurso da alteridade, que dava aparente unidade às diversas vozes que a professavam, escondia diferentes motivações. Como visto, para os tapuios o grito de “morte aos europeus” tinha a sua motivação no desejo de alijar do poder os homens da velha ordem que os oprimia, especialmente através do trabalho compulsório, o que, por extensão, atingia também a indivíduos de notável posição nascidos na América. Por sua vez, a reivindicação da condição de “brasileiro” por parte dos tapuios, algo registrado com bastante frequência na documentação, dizia menos sobre a percepção de uma alteridade destes homens em relação aos nascidos na Europa, em contraposição a uma identidade política coletiva compartilhada entre estes indígenas e os brancos nascidos em solo americano, e dizia mais sobre uma tentativa de alcançar para seu grupo um novo status político. Isto porque a condição de “brasileiros” os igualava aos demais americanos, ameaçando desta forma a legitimidade de práticas consagradas, como as que obrigavam os tapuios ao trabalho compulsório. Já para a parte dos estratos dominantes paraenses que fazia coro ao “ódio ao português”, os interesses eram diferentes. Nesse sentido, com a manutenção dos portugueses em seus cargos públicos mesmo depois da independência, mantinha-se a pressão deste último grupo que desde os tempos do Constitucionalismo Português, como

⁵⁰¹ APEP – Códice 713 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1820-26), d. 68. O documento em questão não diz o lugar em que foi escrito, mas há algumas evidências que se trata de Cintra. A primeira delas é que está disposto como uma espécie de anexo a uma carta do Vigário Fernandes de Souza em que diz que mandaria os tapuios dizerem por escrito suas reclamações. A outra evidência é que o nome de Domingos Teixeira também é citado em uma outra correspondência, esta com a indicação de ter sido escrita em Cintra. Ver APEP – Códice 750 - Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 123.

visto anteriormente, vinha tentando abrir caminho para a sua ascensão. Dessa forma, o “ódio ao português”, sob o discurso da alteridade, parece ter sido instrumentalizado em alguns momentos para atender estes interesses.

Não resta muita dúvida que um destes momentos se deu no início do ano de 1824 quando, como já citado superficialmente, correram boatos de que a tropa estava preparando um novo levante para o dia 25 de janeiro, que tinha por objetivo depor a Junta Provisória. Fazia apenas 6 dias que a Junta tinha resolvido novamente armar as forças estacionadas em Belém e por isso a notícia causou grande comoção. A novidade sugeria o desarmamento das tropas e a reunião de uma força capaz de combater os supostos rebeldes. Para isso prontamente se apresentou o major Inácio Pereira, que teve permissão de reunir homens de sua confiança no Trem Imperial, onde era diretor, o que o fazia também ter controle sob grande parte das armas e munição da cidade. Contudo, a Junta recebeu uma denúncia que acusava o major de ser justamente o cabeça do levante. Com isso se enviou um piquete da Cavalaria Imperial, municiado e com ordens expressas de fazer dispersar os homens que estavam no Trem, o que se conseguiu, apesar da resistência que se encontrou. No dia seguinte, depois de manifestar publicamente em uma reunião que deveria ser eleita uma nova Junta, buscando o apoio para sua proposta entre as diversas autoridades ali presentes, o major Inácio Pereira foi preso como líder de uma sublevação que morrera no nascedouro⁵⁰².

É no processo judicial deste caso e seus desdobramentos, no entanto, que fica clara a instrumentalização do “ódio ao português”. No dia 31 de Janeiro, Felix Clemente Malcher apresentou um requerimento à Junta Provisória no qual dizia que já era de ciência pública que a tentativa de levante do dia 25 de janeiro era promovida por uma facção portuguesa e, portanto, exigia a troca dos magistrados indicados para fazerem a devassa porque, segundo ele, estes ou eram europeus ou tinham ligações com eles. Pressionada, uma vez que Malcher disse que a acusaria por todos os males que ocorressem caso essa substituição não fosse aceita, a Junta acabou acatando este parecer e indicou para o caso o único homem a quem Malcher considerava como confiável para entregar esta empreitada⁵⁰³.

⁵⁰² Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 62-65.

⁵⁰³ Palma Muniz – *Grenfell na História do Pará*, pp. 158-161. O nome indicado por Malcher foi o do presidente do Senado Pedro Rodrigues Henriques.

Como resultado, as investigações foram consagrando a versão de que uma facção portuguesa era a promotora da tentativa do levante, algo reproduzido na historiografia, apesar da fragilidade das acusações. Nesse sentido, um documento torna ainda menos crível esta versão dos fatos: como se verá adiante, pouco tempo depois destes acontecimentos, uma parte destes e de outros portugueses então residentes no Pará foram deportados. Ao chegarem em Lisboa, enviaram uma carta a D. João VI em que contavam os últimos sucessos da província, entre os quais relatavam a tentativa de levante do dia 25 de janeiro, alegando que não tinham envolvimento na conspiração⁵⁰⁴. Nesse sentido, este parece um testemunho mais confiável, já que seria uma contradição que estes homens, sendo culpados, alegassem inocência diante de D. João VI em relação à acusação de terem tentado fazer um levante com o objetivo de, nas palavras de Malcher, lançar a “província nos vergonhosos ferros que huã vez despedaçára e que jámais poderá supportar enquanto existir o ultimo brasileiro”⁵⁰⁵.

Isso não significa que não existissem na província homens que desejassem reverter a situação política do Grão-Pará, restabelecendo os laços com Lisboa. Demonstra isso, por exemplo, os já citados registros acerca de indivíduos que expressavam esta opinião publicamente e também as cartas dos comandantes de navios portugueses que chegaram a Lisboa no começo de 1824, nas quais se afirma que uma possível expedição de forças portuguesas para reconquistar o Pará teria o apoio de muitos residentes em Belém. Contudo, como dito nestas cartas dos comandantes dos navios que regressavam para a Europa, os portugueses tinham a expectativa de reverter a situação política da província com base na esperança de que Portugal lhes viria ao encontro. Ou seja, contavam que teriam o apoio de uma intervenção militar externa para esta tarefa e parece pouco provável que naquele momento tentassem fazer uma revolução sem garantia do socorro europeu, principalmente porque Grenfell ainda estava no Porto de Belém, defendendo os interesses do governo do Rio de Janeiro e desequilibrando as forças internas da província em favor daqueles que não aceitavam a reconquista do Pará⁵⁰⁶.

⁵⁰⁴ AHU – ACL – CU 013, CX. 162, D. 12.383 (Projeto Resgate).

⁵⁰⁵ Palma Muniz – *Grenfell na História do Pará*, pp. 163-164.

⁵⁰⁶ Deve-se lembrar que Grenfell deixa o Grão-Pará em 03 de março de 1824. Como dito nas páginas anteriores, quando isto acontece as forças internas passam novamente a ter um maior equilíbrio e os grupos políticos passam a vislumbrar a viabilidade de implementar na província o seu projeto político.

A despeito de tudo isso e apesar da fragilidade das denúncias, Felix Clemente Malcher manteve a veemência nas acusações contra os portugueses. Malcher era um homem, como bem salientou Souza Jr., que alimentava aspirações comuns àqueles que tinham se reunido em torno de Patroni e depois se associado ao Cônego Batista Campos no jornal “O Paraense”. Como estes, Malcher era um proprietário de terras, um membro da elite econômica local, mas que não teve acesso às estruturas de poder, através de altos cargos públicos, durante o período em que o Pará foi uma colônia portuguesa⁵⁰⁷. Com a Independência, assim como outros homens do seu partido, Malcher teve rápida ascensão: se ao se tornar membro da Junta Provisória, em agosto de 1823, ele era apenas um porta-bandeira, menos de um mês depois, em 13 de setembro, já era alferes do 2º regimento de 2ª linha, sendo ainda no mesmo mês, no dia 23, promovido ao posto de tenente, para ser logo em seguida, em 15 de outubro, nomeado como capitão. Essa trajetória feita em 32 dias por Malcher levava, de modo geral, algumas décadas para ser percorrida. Mesmo assim, o antes porta-bandeira ainda buscou neste intervalo ser agraciado com a Ordem do Cruzeiro, fazendo com que a Junta Provisória apresentasse um pedido junto a José Bonifácio, mesmo procedimento feito pelo governo pouco tempo antes, tendo na ocasião o Cônego Batista Campos como cidadão a ser agraciado⁵⁰⁸. Contudo, apesar de rapidamente ter galgado muitos postos, os indivíduos que já estavam ocupando os altos cargos públicos na província, grande parte deles europeus, continuavam representando um obstáculo para a ascensão de Clemente Malcher e os homens do seu partido, o que parece ter sido o motivo principal para que Malcher voltasse a se pronunciar contra os portugueses numa sessão ordinária da Junta, no dia 6 de fevereiro.

Nesta ocasião, Malcher assegurou que já se sabia que a tentativa frustrada de levante do dia 25 de janeiro tinha sido promovida por uma “facção portuguesa”, que pretendia por “meio das baionetas e a boca do canhão depor a Junta Provisória” para, como já citado, lançar a província “nos vergonhosos ferros, que hua vez despedaçara, e que jamais poderá suportar”. Por conta disso, nas palavras de Malcher, era imperiosa a necessidade de “abater, e esmagar para sempre o orgulho portuguez, a fim de consolidar-se,

⁵⁰⁷ José Alves Souza Jr. – *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*.

⁵⁰⁸ Sobre esta ascensão de Malcher, veja de Palma Muniz – *Grenfell na História do Pará*, p. 93.

e estabelecer-se inabalavelmente o Systema da nossa Independência política”⁵⁰⁹. Nesse sentido, dava então um argumento importante para a medida que iria sugerir em seguida, apoiado na idéia de alteridade e na nova situação política da província:

*“separadas as duas Nações independentes [a brasileira e a portuguesa], o portuguez não deve mais considerar-se no Brasil que como estrangeiro”*⁵¹⁰.

Estrangeiro. Ao introduzir esta palavra no debate político Malcher, a despeito de qualquer discussão que estivesse sendo travado no Rio de Janeiro, ao seu modo “inventava” o Estado brasileiro, no qual, para ele, o português era diferente dos nascidos na América e, portanto, não tinha os mesmos direitos. Por isso, dizia, era do conhecimento de todos que a causa principal de todos os males da província era o descontentamento dos povos pelo fato de ver que “muitos lugares, postos e empregos públicos se achão occupados por portuguezes, que ainda tendo jurado a Independência política do Brasil, não são contudo affectos a este systema”. Isso posto, apresentava uma lista de 105 nomes, dentre os quais alguns brasileiros tidos como aliados dos europeus, que deviam ser demitidos de seus empregos públicos civis e militares. Acuada frente às insurreições que se espalhavam por toda a província, a Junta não só efetivou as demissões como também, pouco depois, aceitou uma nova lista de demissões proposta pelos rebeldes de Cametá. Mais do que isso: algumas semanas depois, as ações contra os portugueses residentes no Pará se radicalizaram ainda mais, sendo que a Junta terminou por se decidir pela deportação para a Lisboa de 215 deles, indo na ocasião outros tantos por vontade própria, frente às hostilidades que vinham sofrendo. Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, reunidos os deportados e os que deixaram a província por vontade própria, só nesta ocasião foram mais de mil os portugueses que abandonaram a província⁵¹¹.

⁵⁰⁹ Palma Muniz – *Grenfell na História do Pará*, pp. 163-164.

⁵¹⁰ Palma Muniz – *Grenfell na História do Pará*, pp. 163.

⁵¹¹ Arthur Cezar Ferreira Reis – “O Grão Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e unidade, p. 91. É preciso ressaltar, no entanto, que, apesar das demissões e das deportações, muitos dos portugueses e brasileiros que ocupavam os altos cargos públicos paraenses desde os tempos da colônia continuaram a exercê-los, a começar pela própria Junta Provisória que manterá europeus entre os seus membros.

Contudo, apesar das demissões e deportações, como se verá adiante, as insurreições no interior não só não se extinguiram como se proliferaram para outras vilas e povoados, demonstrando que os objetivos políticos dos rebeldes eram ainda mais radicais do que os propostos por Malcher e o seu partido. Se estas atitudes não serviram para pacificar a província, no entanto, deram impulso para que o problema apresentado na abertura deste sub-capítulo ganhasse vulto: ao chegarem em Lisboa, os portugueses deportados enviaram uma carta a D. João VI no final de abril de 1824, como já citado. Nesta correspondência, após contarem em detalhes os últimos sucessos da província, os deportados se põem à disposição de D. João VI para participarem de uma expedição com o objetivo de reconquistar o Pará, desejo subscrito por inúmeras assinaturas contidas na carta⁵¹². Tudo indica que este projeto não foi apenas verbalizado, mas tomaram-se medidas efetivas em relação a ele. Um dos indícios nesse sentido são duas cartas enviadas às autoridades lisboetas por Brito Inglês, um dos militares portugueses deportados. Na primeira destas correspondências, escrita em setembro, Brito Inglês pedia ao Monarca que lhe concedesse o favor de poder fazer parte da expedição que teria como objetivo a reconquista do Pará, expedição essa que todos em Portugal sabiam que estava prestes a acontecer, segundo Brito Inglês⁵¹³. Aparentemente sem receber uma resposta, o militar voltou a repetir o pedido no mês seguinte, mas já sem grandes esperanças de participar da expedição, porque entendia que D. João preferiria, por motivos estratégicos, não incluir os deportados nestas forças de reconquista⁵¹⁴. Se nessa segunda correspondência já não tinha tanta segurança de que iria fazer parte das forças que seriam enviadas para reconquistar o Pará, é patente que Brito Inglês manifesta nesta última carta uma certeza ainda maior de que esta expedição não só iria acontecer, como era iminente. E era justamente esta convicção, compartilhada por muitos em Portugal, que era transmitida pelas correspondências enviadas por residentes na Europa para parentes ou negociantes no Pará, causando todo o desconforto já citado.

Para aqueles que pretendiam resistir a uma tentativa de reconquista do Pará, que ali parecia ter tanta credibilidade quanto a descrita por Brito Inglês em relação à Europa, a situação era delicada, pois o único recurso que lhes restava era o Rio de Janeiro e de lá não

⁵¹² AHU – ACL – CU 013, CX. 162, D. 12.383 (Projeto Resgate).

⁵¹³ AHU – ACL – CU 013, CX. 163, D. 12.421 (Projeto Resgate).

⁵¹⁴ AHU – ACL – CU 013, CX. 163, D. 12.424 (Projeto Resgate).

vinham notícias positivas para este grupo político. Nesse sentido, além da Corte não enviar os reforços que vinham sendo insistentemente pedidos, uma carta enviada em junho de 1824 trazia um novo fato: nela, as autoridades do Rio de Janeiro informavam que eram fortes as suspeitas de que Portugal estava prestes a atacar o Brasil, devendo cada província providenciar a sua própria defesa, pois as forças disponíveis mal bastavam para defender a capital e socorrer um ou outro porto que se achasse em apuro⁵¹⁵. Três meses depois, em setembro, as ordens vindas do Rio de Janeiro eram muito mais incisivas, ordenando-se que o recém-empossado Presidente da Província construísse ou comprasse barcas canhoneiras para a defesa do Pará, dando a entender que o confronto era iminente⁵¹⁶. Por sua vez, a certeza compartilhada na província de que Portugal realmente atacaria, além da evidência de que estas informações eram de domínio público, podem ser facilmente demonstradas pelas cartas que vinham do interior dando conta dos preparativos que se faziam para reforçar a defesa militar do Pará⁵¹⁷. Na vila de Vigia, por exemplo, em sessão extraordinária realizada em 23 de Julho, o senado da Câmara tomava providências para garantir o abastecimento de comida durante a guerra, caso Portugal fizesse um bloqueio. Além disso, vem deste senado um instigante comentário sobre a situação então vivida no Grão-Pará:

“Já todos os brasileiros sabemos que o pequeno (ilegível) Reino de Portugal pertende pelo meio das armas aguilhoar o nosso Bello Paiz querendo athe atropelar a Natureza que separou esta porção do Globo por um estenso Atlântico; que presunpção querer hum reino atacar a hum gigante, idéia tão rasteira forma o Reino Leozitano do Império Brazilico que com a única força que lhe resta quis ainda copar perante as Naçoens Civilizadas: Por certo que muito se engana o seu Machiavelico Ministério, porque em lugar de fraqueza achará forças em lugar de dezunião achara união e boa ordem elle bem o seu pezar conhecera o seu erra então se lembrara que já mais a América se

⁵¹⁵ APEP – Códice 686 – Correspondência da Metrópole com o Governo (1816-1824), d. 144.

⁵¹⁶ APEP – Códice 725 – Avisos, Ministério da Guerra (1821-25), d. sem número.

⁵¹⁷ APEP – Caixa 31 – Série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), d. 109

*dobrou diante da Velha Carcomida Europa apesar do gaz soberbo com que sempre quizerão subjar esta grande rica e defendida quarta parte do mundo conhecido. Nesta Vila estamos dispodo os meios de defeza mais depressa ela se tornará em sinzas do que deixarmos os Luzos nos aguilhoar como Escravos.*⁵¹⁸”

Obviamente, apesar da veemência das palavras, todos sabiam, fosse em Vigia ou em qualquer outro canto do Grão-Pará, que a província não tinha a menor condição de resistir a um ataque externo, especialmente em um momento em que as autoridades de Belém não tinham meios militares suficientes nem para assegurar o controle interno da província entre outros motivos porque, ao contrário do que afirmava o senado de Vigia, a sociedade do Grão-Pará estava extremamente dividida. Por isso, frente à suposta iminência do ataque, as incertezas quanto ao destino político da província aumentavam, especialmente porque o fiel da balança parecia estar novamente no cenário externo. Nesse sentido, para os que pretendiam resistir, apesar das últimas notícias pouco promissoras, restava a esperança que o Rio de Janeiro levasse em conta os pedidos de reforços feitos há muito tempo. Já para os residentes no Pará que desejavam restabelecer os laços da província com Portugal, restava esperar a chegada das forças vindas da Europa. Aliás, esperar, esperar e esperar. Todos os dias, como novos sebastianistas. E dessa forma, na medida em que uns esperavam reforços vindos do Rio e outros ansiavam pela chegada das forças portuguesas, mais uma vez esquadras que nunca foram mais que imaginárias conturbavam e influenciavam as decisões e a vida política do Grão-Pará.

Nesse meio tempo, esses impasses foram muito bem instrumentalizados por aqueles que pretendiam superar a crise com uma alternativa de futuro diferente destas duas: era a proposta de organização de um novo bloco regional. Neste sentido, em setembro de 1824 chega às autoridades de Belém a cópia de uma proclamação que estava circulando por várias províncias:

⁵¹⁸ APEP – 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 20.

“Abitantes das Províncias do Norte do Brazil

A Providencia que vela constantemente sobre a nossa felicidade, continua a encaminhar tudo para que mais facilmente possamos conseguila.

Não satisfeito S.M.I. de ter dispotica, e atrevidamente dissolvido a Soberana Assemblea Constituinte e Legislativa do Brazil, de ter atacado d’esta sorte a Soberania Nacional em as Augustas Pessoas de seus representante, procurando assim dividirnos, e animando o Rei de Portugal para vir atacar os nossos lares, depois de nos aver exposto a uma guerra injusta, e inigua, bem que estejamos certos da Vitória: agora, Brasileiros! Quem tal pensara! Agora que nos vê expostos as Baionetas e Canhoens Portugueses, S.M.I. manda reunir todas as suas forças a Capital, a fim de defender somente a sua pessoa, e desampara aqueles mesmos que o elevarão ao trono, e que lhe pozerão na Cabeça a Coroa Imperial. Brasileiros o Imperador dezamparou-nos; e que nos resta agora? Unamo-nos para a salvação nossa, estabeleçamos hum Governo Supremo, verdadeiramente Constitucional, que se encarregue de nossa defeza, e salvação Brasileiros. Unemo-nos, e seremos invencíveis”⁵¹⁹.

O autor da Proclamação era Manoel de Carvalho Paes de Andrade, um dos líderes da proposta de criação de um novo Bloco Regional: a Confederação do Equador.

⁵¹⁹ APEP – 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 80.

4.3 – O Espectro da República

“No princípio do mês de abril chegou a Belém a escuna Camarão procedente de Pernambuco sob o comando de José Caetano de Mendonça: era mandada por Manuel Carvalho Pais de Andrade, que estava na posse do governo daquela província e trabalhava com empenho para estabelecer ao Norte do Império a chamada Confederação do Equador, depois da dissolução da assembléia constituinte em novembro de 1823 e deportação para a França de alguns dos seus membros mais proeminentes. Neste navio vieram como passageiros Manuel de Almeida Coutinho de Abreu, Joaquim Antonio Tupinambá, Manuel Lourenço de Matos assim como José Batista da Silva e Marcos Antonio Rodrigues Martins, já então conhecidos, este por Mundurucu Paiquicé e aquele por Camecran, nomes que tomaram por ocasião da independência. Comprometidos nos acontecimentos de 14 de abril, tinham todos fugido para os Estados Unidos da América do Norte, transportando-se dali para o Rio de Janeiro e depois para Recife. Trouxeram e espalharam avultado número de exemplares da constituição política da República Columbiana pela qual deveria reger-se a pretendida Confederação, enquanto outra não fosse promulgada: também trouxeram e espalharam proclamações e instruções feitas com o fim de excitar os espíritos a favor da revolução e prescrever as medidas, que deviam ser tomadas para o bom êxito da mesma.

Constituindo-se apóstolos de semelhante doutrina, eles procuraram o apoio de certos cidadãos que julgaram não lhes ser infensos. O agradável acolhimento que receberam de Malcher, Lacerda e Pedro Henriques, os animou bastante, tendo este último até franqueado a sua casa para as reuniões que conviesse fazer.

O presidente da Junta Provisória e o acerdiago Romualdo Antonio de Seixas, foram em tempo informados da trama, que se urdia, e trataram logo de frustrá-la. O primeiro, recorrendo aos meios de persuasão e autoridade, pode conseguir retirar seu filho, Coutinho de Abreu, do grêmio dos que tinham constituído apóstolos do novo sistema político. Privados assim de um consórcio, em que tanta confiança depositavam, e receosos de alguns membros da Junta, decidiram fazer decretar a prisão deles e de quantos lhes parecessem suspeitos.

De feito, no dia 27 de abril foram presos na Fortaleza da Barra, o coronel Geraldo José de Abreu, o arcediago Romualdo Antonio Seixas e o capitão Coutinho de Abreu procedendo-se no dia seguinte à eleição de um novo governo provisório.

Estava designado o dia 1º de maio para ser proclamada na capital da província a Confederação do Equador. Mas a chegada inesperada do coronel José de Araújo Roza, primeiro presidente nomeado para o Pará, veio a pôr termo a tão irrefletido plano”⁵²⁰.

Esta minuciosa descrição é um dos trechos mais famosos do clássico *Motins Políticos*, de Domingos Antonio Raiol, sendo inúmeras vezes repetido, tanto por obras paraenses como pernambucanas, como a única fonte sobre a influência da Confederação do Equador no Grão-Pará⁵²¹. Neste trabalho, no entanto, ao falar sobre o “Espectro da República” em território paraense, ao invés de simplesmente adotar a versão consagrada por Raiol, pretende-se questioná-la em pelo menos dois pontos: o primeiro destes questionamentos é necessário pelo fato do autor do *Motins Políticos* ter feito esta descrição sem citar as fontes documentais em que estava se baseando, algo incomum nesta obra famosa, entre outros motivos, pela ampla citação e transcrição de fontes. Isto torna muito

⁵²⁰ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 79-80.

⁵²¹ Um dos exemplos que podem ser citados na historiografia paraense é a obra de Ricardo Borges – *O Pará Republicano, 1824-1929: Ensaio Histórico*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1983. Já no caso da historiografia pernambucana, ou de livros que pretenderam focar a Confederação do Equador como o seu grande tema, pode-se citar, por exemplo, a obra de Ulysses de Carvalho Soares Brandão – *A Confederação do Equador*. Recife, Officinas Graphics da Repartição de Publicações Oficiais, 1924, especialmente o trecho entre as páginas 349 e 352.

plausível a suposição de que Raiol tenha se baseado na tradição e em uma documentação produzida posteriormente quando, como se verá no próximo capítulo, o Presidente da Província passou a perseguir seus inimigos políticos sob a acusação de serem republicanos. Isso não quer dizer, no entanto, que a Confederação do Equador tenha sido usada apenas como pretexto para perseguição de adversários: pelo contrário, a segunda questão a ser demonstrada aqui é que, diferentemente do que supôs Raiol, o impacto da Confederação na vida e nas decisões políticas do Grão-Pará foi muito maior do que foi descrito por ele na narração desta revolução morta no seu nascedouro.

Quanto à primeira questão é intrigante que durante esta pesquisa tenha se encontrado alguns documentos que registram este período e especificamente a sedição de 27 de abril, quando foram presos Giraldo José de Abreu, então presidente da Junta Provisória, e D. Romualdo Antonio Seixas, mas que não se tenha localizado nenhuma fonte que ligue estas prisões a tentativa de se proclamar a Confederação do Equador em Belém no dia 1 de maio de 1824⁵²². Um dos documentos mais significativos nesse sentido são as memórias do próprio D. Romualdo Antonio de Seixas, publicadas já na década de 1860. Nestas memórias, D. Romualdo confirma que, pouco depois de ter retornado da Europa, foi preso juntamente com o presidente da Junta, Giraldo Abreu, destacando o papel de Malcher nestes atos, a quem qualificava, simplesmente, como um homem mal. Em nenhum momento, no entanto, D. Romualdo relaciona este ato a uma tentativa de alinhar a província à Confederação do Equador, testemunho que deve ser levado em conta, pois seria incompreensível que o, mais tarde, Marquês de Santa Cruz criasse uma versão dos fatos para inocentar seus declarados inimigos políticos⁵²³.

Nesse sentido, é importante salientar que os presos, Giraldo de Abreu e D. Romualdo, pertenciam ao mesmo grupo político, tendo sido membros tanto da Junta eleita em 1 de janeiro de 1821 quanto daquela que tomou posse logo depois do golpe dado pelo Brigadeiro Moura em 1 de março de 1823, o que os tornava conhecidos adversários do partido que, com a deportação do Cônego Batista Campos para o Rio de Janeiro, tinha

⁵²² Quanto a questão das datas, é importante perceber que ainda que a Confederação do Equador tenha sido proclamada em Recife apenas em julho, é possível encontrar proclamações de Manuel de Carvalho Paes de Andrade às Províncias do Norte datadas também de 1 de maio. Biblioteca Nacional (RJ) – II – 32, 1, 11 – Confederação do Equador, 1824. Manifesto de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, Presidente da Província de Pernambuco, às províncias do Norte do Império do Brasil. Em 1º de maio de 1824.

⁵²³ Romualdo Antonio de Seixas – *Memórias do Marquês de Santa Cruz*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1861.

agora em Malcher o seu principal representante. Portanto, seria plausível julgar que estes atos teriam como motivação, simplesmente, a luta entre os partidos pelo poder da província, sem que isso tivesse relação necessariamente com o movimento liderado por Pernambuco. Inclusive, esta foi a interpretação dada a estes fatos pelo Coronel José de Araújo Rozo, primeiro Presidente da Província nomeado pelo Rio de Janeiro, em uma de suas primeiras cartas enviadas para a Corte, datada de 1 de junho de 1824⁵²⁴. Por sua vez, anos depois, já em 1829, também não foi feita nenhuma relação entre as prisões de Giraldo Abreu e D. Romualdo, citadas ainda que superficialmente, e a Confederação do Equador na defesa que Rozo apresentou no Rio de Janeiro na ocasião em que estava sendo processado por sua conduta na Presidência do Grão-Pará⁵²⁵.

Se não foram encontrados documentos que façam uma relação entre estas prisões e a tentativa de alinhar a província à Confederação do Equador, contudo, são vários os documentos que denunciam a entrada de publicistas enviados pelo governo de Pernambuco, bem como também são muito freqüentes as denúncias contra indivíduos tidos como partidários da Confederação. Nesse sentido, o próprio Rozo escreve outra carta ao Rio de Janeiro, pouco menos de dois meses depois da primeira citada, na qual afirma que desde a sua chegada já fora informado da existência em Belém de um partido Republicano que teria se formado logo após a escuna Maria Felippa Camarão, citada no famoso trecho transcrito de Raiol, ter ancorado na cidade vinda de Pernambuco⁵²⁶. Nesta correspondência, Rozo dizia ter tentado por todos os meios pacificar aqueles que eram acusados como republicanos, mas que por não ter sucesso decidiu-se pela prisão destes indivíduos e sua posterior deportação para o Rio de Janeiro⁵²⁷. O fato instigante desta medida, algo a ser melhor explorado no capítulo seguinte, foi a coincidência dos ditos republicanos serem declarados inimigos políticos do Presidente.

⁵²⁴ APEP – Códice 797 – Correspondência de Diversos com o Governo do Rio de Janeiro (1824), d. 02.

⁵²⁵ IHGB – Lata 291 – Livro 1. Rozo, José de Araújo. Cópia dos autos originais do processo do ex-presidente da província do Pará, Cel. José de Araújo Rozo. 1829.

⁵²⁶ APEP – Códice 797 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 07.

⁵²⁷ No já citado processo movido posteriormente contra Rozo, a devassa contra os acusados de serem republicanos é mencionada como se tivesse sido juntada ao processo. No entanto, não foi possível encontrá-la. Deve-se mencionar que os acusados e deportados por Rozo foram absolvidos, inclusive, Malcher que pouco depois ainda solicitou a mercê da Ordem do Cruzeiro. Biblioteca Nacional (RJ) – C – 518, 1 – Pedido de Felix Antonio Malcher. Requerimento encaminhado ao Ministro do Império solicitando a Mercê da Ordem do Cruzeiro. 1825.

Além de documentos que registram acusações contra indivíduos tidos como republicanos, ou de outros que identificam levantes feitos em momentos posteriores ao 27 de abril como alinhados à Confederação, também foi possível encontrar fontes que denunciavam o grande alcance da propaganda republicana no Grão-Pará, na medida em que os rebeldes conseguiram encontrar meios para distribuir panfletos e proclamações a vários indivíduos, incluindo aí os mais ricos proprietários e negociantes da província⁵²⁸. Contudo, apesar de todos esses indícios e denúncias, pode-se afirmar que o ponto nevrálgico da interferência da Confederação do Equador na vida política do Grão-Pará estava em um lugar para o qual poucos atentaram: este ponto estava fora do território paraense, mais especificamente era o Maranhão.

Se a dependência econômica do Pará em relação ao Maranhão, como já citado, era notória há muitos anos e, como se sabe, permanecerá ainda forte durante pelo menos mais uma década⁵²⁹, neste momento a situação era ainda mais crítica. Isto porque a independência criou algumas dificuldades circunstanciais para realização de negócios com Portugal, na época o principal comprador da província, além do que, as insurreições no interior, como se verá adiante, impediram durante meses o escoamento dos produtos de exportação mais importantes do Pará⁵³⁰. Dessa forma, como não há notícia de ajuda financeira do Rio de Janeiro para a província, a despeito dos pedidos feitos pelos governos paraenses, e diante da progressiva dilapidação dos já escassos recursos disponíveis, todos os partidos estavam atentos ao que acontecia no Maranhão, pois o posicionamento político desta província era uma peça-chave para a viabilização econômica de qualquer alternativa de futuro no Grão-Pará numa perspectiva mais imediata.

Contudo, o grande problema neste sentido era que a situação no Maranhão também era muito instável, sendo impossível não só para os maranhenses, mas também

⁵²⁸ APEP – Códice 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 81.

⁵²⁹ Um registro de que esta dependência econômica do Pará em relação ao Maranhão persistiu ainda durante muitos anos pode ser encontrado nos anais do Parlamento do Rio de Janeiro no ano de 1834: na sessão de 4 de agosto estava em discussão a possível transformação da Comarca do Rio Negro em uma província autônoma em relação ao Pará. Apresentada a questão, deputados colocaram-se contrários à medida com o argumento de que o Pará já não se sustentava sozinho e vivia da ajuda do Maranhão, sendo que a criação de uma nova província seria dar mais um “filho” para os maranhenses sustentarem. Ao final a discussão foi adiada. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia de H. J. Pinto, 1879. Sessão de 4 de agosto.

⁵³⁰ É possível encontrar cartas tanto dirigidas ao Rio de Janeiro como às próprias autoridades do Maranhão em que se cobra veementemente o repasse de verbas desta província para o Grão-Pará. APEP – Códice 794 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 670.

para os partidos do Grão-Pará, conseguir vislumbrar com segurança qual seria, ao cabo, o destino político do Maranhão. Cartas, hoje guardadas na Biblioteca Nacional, ao descreverem o cenário político desta província no calor dos acontecimentos da independência, já apontavam uma intensa luta interna e uma imensa dúvida sobre qual o desfecho que teriam esses embates. Exemplar deste tipo de documentação é uma correspondência escrita por Bernardo José de Abrantes e Castro em julho de 1823. Nesta carta, Castro dividia os partidos no Maranhão em apenas dois: aquele que pretendia manter a província subordinada a Portugal e o partido favorável à Independência. Ao longo do seu relato, porém, Castro vai demonstrando, contraditoriamente, que o cenário político maranhense era muito mais complexo do que esta simples contraposição entre os que queriam se manter ligados a Portugal e os que queriam a Independência. Isso porque, em primeiro lugar, entre os que lutavam pela independência havia os que queriam se unir ao Rio de Janeiro, mas também era merecedor de adesões, segundo Castro, o projeto político da formação de uma República independente. Além disso, em segundo lugar, Castro chamava a atenção para a grande mobilização, a exemplo do que também acontecia no Grão-Pará, dos homens que até então tinham estado à margem da Sociedade Política e que, na sua óptica, representavam naquele momento o mais expressivo perigo à manutenção da ordem. Tanto era assim, que Castro julgava imprescindível o envio de tropas do Rio de Janeiro para o Maranhão, sem as quais, para ele, era impossível ter clareza sobre qual seria o destino político desta província que, para Castro, não estava livre da possibilidade de repetir em seu território as cenas que há pouco tinham acontecido em São Domingos⁵³¹.

Em recente artigo, Mathias Röhrig Assunção afirmou que, apesar desta ter sido uma imagem usada à exaustão, tamanho era o temor dos grandes proprietários maranhenses, era óbvio que o Maranhão não era o Haiti e que, portanto, os conflitos tinham outra natureza. Contudo, Assunção diz que é inegável a importância da grande mobilização no período dos “homens pobres livres”, escravos e “índios domésticos” do Maranhão, para os quais a Independência como revolução ainda não estava terminada⁵³². Este foi um fatores da instabilidade da vida política local, já bastante abalada pela aberta disputa pelo

⁵³¹ Biblioteca Nacional (RJ) – II – 32, 20, 7 – Maranhão – Administração e Política. Ofício do Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro remetendo ao Marques de S..., uma exposição sobre a situação partidária do Maranhão na época da independência. 26 de julho de 1823.

⁵³² Mathias Röhrig Assunção – “Miguel Bruce e os ‘Horrores da Anarquia’ no Maranhão, 1822-27”. IN: István Jancsó (org.) – *Independência: História e Historiografia*. São Paulo, Hucitec/ FAPESP, 2005.

controle do poder na província entre três das famílias mais influentes do Maranhão: os Burgos, os Bruce e os Belfort, todos envolvidos em um conflito que ficaria consagrado na história como a “Guerra dos 3 Bês”⁵³³. Portanto, este já era um cenário político muito conturbado quando, então, as notícias sobre o republicanismo deixaram de ser referências apenas ao que acontecia em Pernambuco e suas vizinhas mais próximas, para se tornar um tema que ocupava grande parte das discussões cotidianas sobre o rumo político da província.

Este era um assunto que não podia ser simplesmente ignorado por pelo menos um motivo: o homem sobre o qual pesavam as mais fortes acusações de ser simpatizante da Confederação do Equador era o próprio Presidente da província, Miguel dos Santos Freire e Bruce, um dos “três Bês”. Sem dúvida, estas acusações foram utilizadas para depreciar a figura a Bruce entre os que rejeitavam a República, mas hoje a historiografia, com raras exceções, também afirma que o então Presidente do Maranhão foi mesmo um simpatizante da Confederação do Equador. Mais do que isso: aqueles que se dedicaram ao tema, costumeiramente, também afirmam que esteve nos planos de Bruce alinhar a província ao bloco até o momento em que percebeu a inviabilidade do projeto, passando a partir de então, a inverter a lógica, e a denunciar os seus adversários como republicanos.

Apesar das denúncias serem freqüentes na luta política e de nem sempre se sustentarem, é inegável que Bruce tomou atitudes que fortaleceram os argumentos dos seus adversários e que hoje são evidências sempre referidas pelos historiadores. Uma das mais famosas, neste sentido, é o fato de Miguel Bruce ter mandado que se publicasse na Gazeta oficial do Governo a proclamação dos rebeldes da província do Ceará, sem que a publicação acompanhasse uma única nota contrária ao movimento que se desenvolvia em território cearense⁵³⁴. Além disso, havia um burburinho popular em relação a alguns encontros do Presidente. Era sobre isso que um morador do Maranhão falava, em uma carta pessoal, a um amigo, então residente no Rio de Janeiro, em 1824: segundo ele, como Bruce naquele momento percebera que a Confederação do Equador seria derrotada, tentava por todos os meios se inocentar, ao mesmo tempo em que acusava a Junta Expedicionária, então sua grande adversária, de ser ela a principal defensora da república em território

⁵³³ Veja, entre outros, de Mario Meirelles – *História da Independência no Maranhão*. São Luís, Arte Nova, s.d., pp.121-132.

⁵³⁴ Mário Meirelles – *História da Independência no Maranhão*, capítulo 11.

maranhense. Mas, segundo o autor da carta, seria impossível para o Presidente se inocentar, pois eram de conhecimento público as reuniões que ele mantinha com o objetivo de alinhar-se aos confederados.⁵³⁵

O que tornava este cenário político ainda mais indefinido, no entanto, era o fato de que havia indícios de que a Confederação do Equador não tinha apenas o Presidente da província entre os seus simpatizantes no Maranhão. Tal constatação enfraquece a tese dos que atribuem apenas a uma voluntarismo de Bruce o “perigo” da Confederação, ao mesmo tempo em que reforça a afirmação feita por Bernardo José de Abrantes e Castro em sua carta, citada há pouco, quando dizia que existiam homens mais inclinados ao projeto político da república em território Maranhense⁵³⁶. É exemplar disso a resposta enviada por João Paulo Dias Carneiro, um membro do estrato dominante local, ao Capitão Francisco de Moraes que, em uma carta anterior, buscara convencer Carneiro a aliar-se ao seu grupo que pretendia depor Bruce sob a alegação de que ele seria aliado dos confederados:

“(...) acertado por um lado, e por outro não lhe acho jeito nenhum por estarem os negócios políticos tão atrapalhados, que ninguém os entende, e nem sabe a carreira que devemos seguir; porém sempre me lembro de dizer a Vossa Senhoria, que em tais circunstâncias deve um homem seguir o maior partido: Vossa Senhoria na sua me diz, que a maior causa da sua resistência a Bruce, é por ele querer aclamar nesta província a República: digo eu então, se essa é a vontade de Bruce, então está Bruce como quer, porque essa é quase a vontade geral e nesse caso não deve Vossa Senhoria oposição.”⁵³⁷

⁵³⁵ Documento transcrito na obra de Luís Antonio Vieira da Silva – *História da Independência da Província do Maranhão, 1822-28*. Rio de Janeiro, Cia Editora Americana, 1972, pp. 196-199 (doc. 83)

⁵³⁶ Biblioteca Nacional (RJ) – II – 32, 20, 7 – Maranhão – Administração e Política. Ofício do Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro remetendo ao Marques de S..., uma exposição sobre a situação partidária do Maranhão na época da independência. 26 de julho de 1823.

⁵³⁷ Trecho de documento citado por Mathias Röhrig Assunção – Miguel Bruce e os “Horrores da Anarquia” no Maranhão, 1822-27. Há uma transcrição completa deste documento na obra de Luís Antonio Vieira da Silva – *História da Independência da Província do Maranhão, 1822-28*, pp. 207-209 (doc. 93)

Além de indicar que o projeto político de alinhamento ao bloco liderado por Pernambuco tinha um expressivo apoio em território maranhense, esta carta também é significativa por indicar que no Maranhão, tal como acontecia no Grão-Pará, não existiam certezas sobre o destino da província. Dizia Carneiro que estavam “os negócios políticos tão atrapalhados, que ninguém os entende, e nem sabe a carreira que devemos seguir”. E esta confusão exposta por Carneiro, no entanto, aumentaria ainda mais algumas semanas depois quando Bruce, prevendo a derrota dos confederados, passou atribuir à Junta Expedicionária o papel de defensora dos republicanos⁵³⁸.

A Junta Expedicionária era um grupo político e militar que se formou na rica região do Itapecuru-mirim, aglutinando em torno de si vários dos mais poderosos adversários do Presidente da província. Como durante muito tempo a principal alegação dos homens da Junta Expedicionária para justificar a sua pretensão de depor Miguel Bruce foi justamente a acusação de que ele seria aliado dos confederados, poderia se supor que as denúncias contra a Junta não passassem de oportunismo do Presidente, na medida em que a conjuntura se tornou desfavorável aos aliados de Pernambuco. A verdade é que ele se esforçou para que se fixasse a idéia de que as tropas de Itapecuru-mirim tinham os mesmos sentimentos dos cearenses e pernambucanos, escrevendo várias vezes isso, inclusive, em suas cartas enviadas para as autoridades do Grão-Pará⁵³⁹. Diziam ainda algum de seus adversários, que Bruce foi mais além para alcançar os seus objetivos, chegando a favorecer o encontro de mensageiros dos confederados com a Junta Expedicionária, para dessa forma poder incriminá-la.⁵⁴⁰ Tudo seria simples e mais óbvio se assim pudesse ser resumido, mas a política maranhense do período era realmente repleta de lances contraditórios. Nesse sentido, existem documentos que registram que efetivamente a Junta Expedicionária não só manteve contatos com os confederados, como abriu negociações para receber armamentos destes com o fim de fortalecer a sua causa.⁵⁴¹ A situação era tão confusa que o próprio

⁵³⁸ Entre outros meios para denunciar a Junta Expedicionária como cúmplice dos republicanos, Bruce lançou proclamações públicas. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – Fundo: Coleção Palma Muniz – Coletânea de Impresses Raras (1810-35), d. 28

⁵³⁹ APEP – Caixa 30 – Série 13 – Correspondências dos Presidentes de diversas Províncias (1819-29), d. 24.

⁵⁴⁰ Documento transcrito na obra de Luís Antonio Vieira da Silva – *História da Independência da Província do Maranhão, 1822-28*, pp. 196-199 (doc. 83)

⁵⁴¹ Documento transcrito na obra de Luís Antonio Vieira da Silva – *História da Independência da Província do Maranhão, 1822-28*, pp. 215-218 (doc. 97)

emissário dos rebeldes do Ceará chegou a escrever em carta que tinha enormes dificuldades para saber realmente quem era o seu verdadeiro aliado no Maranhão.⁵⁴²

A confusão do lado de lá, por sua vez, tinha sérias implicações para os grupos políticos no Grão-Pará. Isso porque, se num determinado momento os indícios faziam crer que o Presidente da província vizinha poderia tentar proclamar a república, as notícias de que a Junta Expedicionária também estava mantendo contato com os Confederados fazia com que não se tivesse certeza de que, caso ela conseguisse efetivamente derrubar Bruce, não tentaria também alinhar os maranhenses ao bloco liderado por Pernambuco. Isso, sem dúvida, levava os paraenses ao grau máximo de incertezas sobre o destino político da sua vizinha. Nesse sentido, não se deve achar que o que acontecia no Maranhão era ignorado pelas autoridades paraenses. Pelo contrário, isto não só era do seu conhecimento como um dos problemas enfrentados pelo governo era justamente controlar a veiculação de notícias que vinham de lá, pois era freqüente que as novidades da vizinha rapidamente se espalhassem pelo território paraense “acirrando as paixões”, segundo reclamavam para a capital os administradores das vilas no interior do Grão-Pará⁵⁴³. Por sua vez, evidencia as desconfianças do governo de Belém o fato deste não ter enviado para São Luís, onde ficava o Tribunal da Relação competente, os presos acusados de serem republicanos. Na carta enviada ao Rio de Janeiro, Rozo alegava que não era possível mandar aqueles presos para o Maranhão por conta do estado em que se encontrava aquela província. Dizia em seguida que enviá-los para a Corte lhe parecia mais adequado, já que o importante era tirá-los daquela região, uma vez que, segundo Rozo, as províncias do norte achavam-se em perigo pela contaminação das idéias de Pernambuco⁵⁴⁴.

Evitar o contágio no Pará pelas idéias de rebeldia que vinham de fora, aliás, era uma tarefa inglória naquele momento, especialmente se a fonte delas fosse o Maranhão. Nesse sentido, não eram apenas por notícias que estas idéias se espalhavam, mas também pela migração de rebeldes de um lado para o outro, criando uma área de grande instabilidade política na fronteira. Nessa região, a vila de Turiaçu⁵⁴⁵ foi a mais afetada por

⁵⁴² Documento transcrito na obra de Luís Antonio Vieira da Silva – *História da Independência da Província do Maranhão, 1822-28*, pp. 212-214 (doc. 96)

⁵⁴³ APEP – Códice 788 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 57.

⁵⁴⁴ APEP – Códice 797 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 07.

⁵⁴⁵ A vila de Turiaçu fez parte da província do Grão-Pará até 1852, quando a partir de então passou a integrar o Maranhão.

este trânsito: entre junho e julho de 1824, começam a chegar cartas a Belém dando conta que vários indivíduos, entre eles alguns negros, estavam cruzando a fronteira do Maranhão e se fixando na vila. Ali eles estavam causando tumultos que já eram esperados, uma vez que, nas palavras dos administradores de Turiaçu, esses homens eram reconhecidamente adeptos do “Partido da Revolução”.⁵⁴⁶ Pouco tempo depois, em agosto, os tapuios da vila fizeram um levante, momento no qual quase todos os brancos fugiram do local e ainda algumas autoridades foram presas, atribuindo-se estes atos à influência dos maranhenses e aos exemplos que aconteciam na província vizinha⁵⁴⁷. Passadas mais algumas semanas, era evidente que o movimento só crescia e os tapuios de Turiaçu começaram a ter a adesão também dos indígenas das vilas vizinhas, de tal modo que o oficial sob o qual pesava a responsabilidade de reprimir os rebeldes, queixava-se ao governo de Belém que não tinha forças suficientes para enfrentar ao mesmo tempo os sublevados desta vila, de suas vizinhas e da fronteira maranhense, já que para ele estavam todos associados⁵⁴⁸. Ainda nesse sentido, entendendo ser este também um problema do Maranhão, Bruce escreveu em outubro para Rozo dizendo que tinha enviado armas para tentar sufocar os ditos facciosos de Turiaçu⁵⁴⁹.

Não há evidências de quais eram exatamente as bandeiras levantadas por estes rebeldes que migravam do território maranhense e deve se levar em conta que no período existia uma grande mobilização nesta província de escravos e homens livres pertencentes aos estratos subordinados que estava longe de ser motivada pelo republicanismo. Contudo, a despeito de seus posicionamentos políticos, não há muita dúvida de que estes migrantes traziam para o Grão-Pará as discussões que estavam sendo travadas no Maranhão, sendo o alinhamento ou não dos maranhenses à Confederação do Equador, certamente, um dos temas que ocupavam espaço neste debate.

Em meio a tudo isso, acontecia um fato novo em setembro: pelo correio, vindas de Sobral e passando pelo território maranhense chegavam ao Senado da Câmara de Belém cartas enviadas pelos confederados, contendo vários exemplares de jornais de Pernambuco

⁵⁴⁶ APEP – Códice 788 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 48; APEP – Códice 788 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 49; APEP – Códice – 797 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 10.

⁵⁴⁷ APEP – Códice 788 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 83; APEP – Códice 783 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 137

⁵⁴⁸ APEP – Códice 788 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número.

⁵⁴⁹ APEP – Caixa 30 – Série 13 – Correspondências dos Presidentes de diversas Províncias (1819-29), d. 25.

e do Ceará, assim como outras tantas proclamações que circulavam naquelas províncias. Lidos os textos, o Senado resolveu remetê-los ao Rio de Janeiro, tentando demonstrar assim a sua fidelidade⁵⁵⁰. Mas todos sabiam que as coisas não eram tão simples. Era de domínio público que as cartas não tinham sido enviadas apenas para Câmara da Capital, mas também para vários moradores do Grão-Pará, sendo impossível naquele momento saber ao certo quem havia recebido aquele material e quais seriam as conseqüências da circulação desta propaganda⁵⁵¹. Além disso, a forma pela qual esses papéis tinham chegado na província - através do correio oficial, passando incólume pelo território de várias províncias - causavam desconforto pela ousadia: para muitos, a revolução de Pernambuco tinha realmente batido à porta.⁵⁵²

Se esta era a sensação geral, era muito razoável que todas as atenções dos grupos políticos paraenses se voltassem para a vizinha. Afinal, se o Maranhão era naquele momento o que separava o Grão-Pará do bloco republicano, caso esta província se alinhasse à Confederação, isto não poderia ser ignorado nem pelo governo de Belém nem pelos partidos que o sustentavam, ou que disputavam com ele o poder. Não se pode esquecer que em agosto de 1823, a informação de que o Maranhão tinha se alinhado ao Rio de Janeiro foi decisiva para a vitória dos que pretendiam dar o mesmo destino ao Grão-Pará. Isto porque, uma vez esfacelado o bloco de províncias fiéis a Lisboa, que até então se pretendia se manter, tornava-se muito difícil a viabilidade política e econômica do projeto político daqueles que ainda se mantinham firmes no propósito de preservar os laços com Portugal. Passado pouco mais de um ano, a situação ameaçava se reverter totalmente, pois caso o Maranhão passasse mesmo a ficar sob a órbita de Recife, não só se perderia este fator que foi muito relevante para a vitória dos adeptos do alinhamento ao governo Rio de Janeiro em território paraense, como também deve se levar em conta que o Grão-Pará ficaria numa situação em que seria muito difícil sustentar a “solução brasileira”. Afinal, apesar dos inúmeros pedidos, da ruína econômica e da progressiva perda de controle das autoridades da capital sobre grande parte do interior, o governo de Belém não recebia

⁵⁵⁰ APEP – Códice 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 81.

⁵⁵¹ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 99.

⁵⁵² Tamanha foi a impressão causada por este fato que permitiu a Roza, então presidente da província, que fizesse uma série de demissões e prisões sob a alegação de que o Grão-Pará corria o risco de ser cooptado pelos revolucionários de Pernambuco. Veja de Arthur Cezar Ferreira Reis - “O Grão Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e unidade, p. 96.

nenhum tipo de auxílio financeiro ou militar do Rio de Janeiro, enquanto Pernambuco falava de auxílio mútuo, principalmente na área militar para enfrentar o ataque de Portugal que então se julgava iminente, e o Maranhão continuava a ser o apoio financeiro mais óbvio para os paraenses. Isso posto, há um raciocínio muito claro nas entrelinhas da documentação produzida no período: se antes, em agosto de 1823, a leitura dos partidos fora de que não seria viável para o Grão-Pará se manter como uma ilha fiel à Lisboa em meio a uma América independente, como a província continuaria integrada ao Império do Brasil, sem nenhum apoio do Rio de Janeiro, estando incrustada nesta nova organização regional a quem deram o nome de Confederação do Equador?

Nesse sentido, parece que o comportamento mais comum dos grupos políticos foi aguardar e ficar atento ao que acontecia no Maranhão. Até porque, naquele momento, todas as forças disponíveis estavam empregadas nos conflitos internos que tinham assumido, então, uma espantosa dimensão.

4.4 – O Espraçamento das Rebeldias: a Perda do Controle Sobre o Interior da Província

No dia 5 de fevereiro de 1824, era lançada pelos administradores locais uma proclamação aos habitantes de Vigia, uma vila próxima à cidade de Belém. Nela, os vigienses, civis e militares, eram convocados para pegarem em armas a fim de se defenderem de uma ameaça iminente: segundo as autoridades da vila, os rebeldes de Cametá tinham mandado um destacamento com o objetivo de tomar a ilha do Marajó, região próxima a Vigia. Sob o argumento de que “quando a Pátria carece de defesa, todos os seus filhos são soldados”, dizia-se na proclamação que era preciso resistir a esses homens, pois os ideais defendidos pelos cametaenses eram os piores possíveis: expunha-se aos vigienses que em Cametá, epicentro destas rebeldias que estavam tomando a província, parecia que estava se querendo reviver o “infeliz tempo dos Governos Ministeriais da França”, sendo que cada homem se julgava um “Robespierre querendo beber o sangue de

todos os seus próprios irmãos”⁵⁵³. Poucos dias depois, ainda em fevereiro, chegavam cartas a Belém avisando que as tropas rebeldes tinham avançado, chegando a tomar alguns pontos do Marajó, sendo, portanto, indispensável que a capital providenciasse armas e munições para serem enviadas à Vigia, uma vez que a vila era a porta de entrada da cidade do Pará⁵⁵⁴.

Como dito no começo deste capítulo, já em setembro de 1823 havia conflitos abertos entre os partidos em Cametá, motivados inicialmente pelas demissões de homens acusados de serem contrários à Independência. Contudo, foi a partir da chegada de desertores vindos de Belém em outubro, espalhando notícias e boatos sobre os episódios do Brigue Palhaço, que as rebeldias externadas na vila mais populosa do Grão-Pará passaram a assumir o vulto que tanto atemorizava as autoridades de Vigia. Mas, afinal, por que se temia tanto esse movimento?

A grande questão era que naquele momento as rebeldias externadas em Cametá já não representavam mais uma insubordinação localizada, isolada: ao contrário, este tinha se tornado um movimento que podia ser, e era, reproduzido cada vez mais por um número maior de vilas e povoados. Segundo Raiol, só neste momento inicial, entre o final de 1823 e os dois primeiros meses de 1824, já era possível encontrar “movimentos idênticos” em Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapu, Igarapé-Miri, Moju, Conde Beja e o Marajó, para desespero dos vigienses⁵⁵⁵. E, para tanto, foram dois os mecanismos pelos quais a revolta se espalhou em várias direções da província: o primeiro deles foi a imitação, freqüentemente motivada pelas notícias que eram trazidas por pequenos grupos de desertores que chegavam a essas vilas. Na documentação, há alguns registros sobre os impactos sofridos nas localidades paraenses com a chegada de boatos ou informações sobre levantes e conflitos, bem como de que forma serviam de motivação para que a rebeldia então conhecida fosse reproduzida. Um bom exemplo disso está descrito numa carta enviada por um militar de Bragança no final do ano de 1823. Nela, denunciava-se que um tapuio, conhecido como Filipe, que então ocupava o posto de Cabo de Esquadra, após ouvir e pedir detalhes sobre o levante que ocorrera na Capital⁵⁵⁶, declarara que pretendia fazer o mesmo naquela vila, já

⁵⁵³ APEP – Códice 790 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número.

⁵⁵⁴ APEP – Caixa 31 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), ds. 34 e 35.

⁵⁵⁵ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 56.

⁵⁵⁶ Estava se referindo ao levante da tropa de 15 e 16 de outubro de 1823 na cidade de Belém.

que tinha bons arcos e flechas para alcançar o seu intento⁵⁵⁷. A outra forma pela qual a revolução iniciada em Cametá ia avançando em outros pontos da província era aquela já anunciada pelos vigienses: grupos de desertores formavam expedições, e através de campanhas militares, novas vilas aderiam ao movimento.

Contudo, o que mais preocupava o governo da capital e os administradores do interior era o fato de que o alinhamento das vilas a este movimento, mesmo quando ocorriam essas campanhas militares, dava-se, sobretudo, por uma expressiva adesão dos próprios habitantes das localidades. Nesse sentido, o ponto crucial desta questão estava no fato de que as tropas locais se destacavam entre aqueles que, freqüentemente, aderiam aos rebeldes, o que demonstrava a persistência de um problema já debatido na primeira parte deste capítulo: entre outros motivos, as dificuldades para se manter o que se tinha então por ordem no Grão-Pará ganhavam uma especial dramaticidade para as autoridades pelo fato de que muitas vezes os próprios militares, onde deve se incluir também os desertores, estavam entre os principais promotores das rebeldias. Mas, afinal, por que o movimento iniciado em Cametá conseguiu tantas adesões, reproduzindo-se em poucos meses em diversas partes da província?

Isso só pode ser entendido quando são observadas com maior atenção as características peculiares deste movimento que favoreciam, primeiro, que suas “bandeiras” fossem compartilhadas por um grande número dos habitantes do Grão-Pará. Em segundo lugar, pretende-se evidenciar que este movimento possuía mecanismos que garantiam que as rebeldias não fossem apenas reproduzidas em diversos pontos, mas que também tivessem alguma articulação entre si, ainda que, como se verá adiante, isto não significasse que houvesse uma rígida unidade de ação.

A primeira das características a ser salientada é que os levantes que se espalharam por todo o Grão-Pará eram expressões da luta política que se travava na província. É importante que isto seja sublinhado, pois os adversários dos rebeldes freqüentemente descreveram estes acontecimentos nos documentos oficiais, posteriormente usados pela historiografia, como decorrentes de simples banditismo quando se tratavam de papéis que deviam circular publicamente, ainda que expressassem opinião bem diferente quando se

⁵⁵⁷ APEP – Códice 696 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1817-23), d. 130.

tratavam de correspondências de circulação restrita entre as autoridades, fontes que neste caso foram menos utilizadas pelos historiadores. A questão pode ser exemplificada pela confrontação de duas cartas enviadas pela Junta Militar que se formou em Santarém em 1824, o ponto mais ermo a que chegaram as expedições militares enviadas pelos rebeldes de Cametá naquele período e que constitui um dos episódios centrais do capítulo seguinte. Na primeira destas cartas, uma circular enviada para vilas vizinhas e que se prestava a dar orientações de como deviam ser enfrentados os desertores que chegassem a esses locais, as autoridades de Santarém determinavam que fosse usada a força ao menor sinal de resistência, sublinhando ainda que aquela “canalha” devia ser tratada como “salteadores”⁵⁵⁸. Não bastasse o fato deste tipo de tratamento ter que ser determinado, o que demonstra que aqueles homens não eram necessariamente encarados por todos como simples ladrões, numa correspondência posterior, agora tendo como destinatário apenas o Presidente da Província, as autoridades da região de Tapajós mudavam o seu foco, deixando bem claro que o grande problema era o fato de que as “coisas políticas” não andavam bem ou, em outras palavras, que se vivia uma crise de caráter explicitamente político⁵⁵⁹.

Eram muitos, e não só os governantes de Santarém, aqueles que então já tinham clareza de que os conflitos armados que se espalhavam pelo Grão-Pará eram uma expressão da luta política que estava sendo travada na província, porque entendiam que este movimento objetivava impor mudanças na forma como se estruturava a sociedade paraense. Este objetivo, por sua vez, alimentava-se, em meio à falta de balizas legais claras no período e da incapacidade de todos os partidos de até então se imporem de maneira hegemônica, da expectativa de que seria possível moldar o Estado que se formava conforme os interesses de cada grupo político. E aí residia um aspecto deste movimento para o qual não tem se chamado a devida atenção: é importante ressaltar que mesmo em Cametá a revolta era sustentada por rebeldes que, apesar de se unirem momentaneamente em torno de causas comuns, não eram identificados, todos, como homens de um mesmo partido. Isso significava que por trás do rótulo genérico de “exaltados”, praxe da

⁵⁵⁸ Documento do Códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12. Belém, Secdet, 1981, pp. 57-58.

⁵⁵⁹ APEP – 783 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 116.

historiografia, estavam diferentes grupos envolvidos nestas rebeldias, o que significava por extensão, como se verá, que mesmo no interior deste movimento estavam em disputa e tentavam se tornar hegemônicas pelo menos duas alternativas de futuro, as quais ainda poderiam ser assimiladas, eventualmente, anseios de grupos minoritários, conjunturalmente tidos como aliados⁵⁶⁰.

Como foi em Cametá, mais do que em qualquer outro lugar da província para onde posteriormente se expandiu este movimento, que coexistiram e entraram em conflito os grupos que, respectivamente, defendiam estas duas alternativas de futuro, é preciso retornar ao palco inicial destes combates. Vila mais populosa do Grão-Pará, Cametá também era uma das poucas localidades da província em que a experiência de produção de monoculturas em larga escala tinha sido bem sucedida, destacando-se a cana-de-açúcar, cujo plantio era favorecido também por uma oferta da mão-de-obra de africanos escravizados comparativamente maior do que a disponibilizada em grande parte do território paraense⁵⁶¹. E foi justamente entre uma parte dos homens da vila envolvida nestes negócios que se formou o grupo que passou a defender um destes projetos de futuro de que se está tratando.

Tal como acontecia na capital, entre os ricos proprietários cametaenses havia uma parcela deles que, por motivos diversos, até então tinha tido frustrado o seu intento de participar das mais importantes estruturas do poder local e, sobretudo, daquelas que pertenciam ao âmbito provincial. Por sua vez, também como acontecia em Belém, para este grupo político o alinhamento do Grão-Pará ao Rio de Janeiro foi encarado como uma possibilidade de ascender rapidamente, eliminando-se dos mais importantes cargos públicos, tanto os americanos, quanto os europeus que já os ocupavam, sob a alegação de que estes homens eram “inimigos da independência”. Como tanto para os tapuios que tinham desertado de Belém em outubro de 1823 em direção a Cametá, quanto para os que se aliaram a eles nas semanas seguintes, as demissões daqueles que tinham tido vínculos com a velha ordem também era algo pleiteado, ainda que por motivos diferentes daqueles

⁵⁶⁰ Neste caso está se pensando nas pontuais alianças feitas pelos desertores, em sua maioria tapuios, em algumas vilas e povoados nos quais libertavam os escravos que passavam, então, a engrossar as suas fileiras. Concretizava-se assim, como se verá adiante, um dos grandes temores já externados pelas autoridades na ocasião dos levantes de outubro de 1823 em Belém: a união de soldados e escravos, ainda que, vale reafirmar, esta tenha sido uma prática pontual, atendendo a conjunturas.

⁵⁶¹ Ver de José Maia Bezerra Neto – *Escravidão Negra no Grão Pará (séculos XVII-XIX)*, pp. 68-75.

acalentados pelos ricos proprietários cametaenses, o movimento iniciado na vila rapidamente cresceu sob uma bandeira comum – a demissão dos “inimigos da independência”. Contudo, os objetivos diferentes que sustentavam esta proposta não tardariam a aparecer, deixando clara a complexidade destes conflitos, que não podem ser reduzidos a manifestações de um suposto “nacionalismo exaltado”, ou apenas à luta pelo poder entre os estratos dominantes da província.

As notícias vindas de Cametá desde o final de 1823 se tornaram um problema muito sério para o governo de Belém, já que àquela altura a Junta Provisória tinha dificuldades até para manter o seu controle sobre a capital. Como dito anteriormente, a primeira tentativa feita por Belém para contornar a situação foi tomada ainda no final de outubro, ocasião em que se enviou para a vila dois barcos de guerra com o objetivo de reprimir os rebeldes. Sabendo-se poucos dias depois na capital que a força enviada tinha sido obrigada, pela reação de militares e também de civis armados, a fugir vergonhosamente, recorreu-se a uma tentativa de pacificação intermediada pelo bispo diocesano, que tinha a seu favor o fato de ser cametaense. Apesar do bispo ter conseguido uma pequena trégua, logo os conflitos se restabeleceram, levando a Junta a decisão tomada na sessão extraordinária de 19 de janeiro, quando se determinou que Grenfell comandaria uma nova investida militar contra os insurretos de Cametá⁵⁶². Com a partida do mercenário inglês em março, no entanto, naquele momento ficaram inviabilizadas quaisquer intenções de retomar o controle sobre o interior da província pelo uso da força, abrindo-se aí uma nova fase na interlocução entre os rebeldes e o governo de Belém.

Ciente de sua limitada capacidade para intervir militarmente, só restou a Junta Provisória a alternativa de negociar, atitude que gerou uma correspondência preciosa por deixar explícito o jogo dos interesses que estavam em disputa. Na verdade, a ação de abrir a negociação com os ditos “facciosos”, em março de 1824, retomava uma tentativa feita em janeiro, quando simultaneamente se discutia a pretensão de se enviar forças comandadas por Grenfell para combater em Cametá. Naquela ocasião, o governo de Belém mandou um emissário com uma carta para a Câmara Municipal daquela vila, onde perguntava o que seria necessário para estabelecer a paz no interior da província. No dia 9 de fevereiro, o Senado da Câmara enviava uma resposta na qual se apresentava como “órgão e cabeça dos

⁵⁶² Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 53-82.

povos reunidos” nas vilas que tinham se levantado, dizendo ainda que seria necessário ouvir estes povos sobre as exigências que faziam para largarem as armas, o que demandaria algum tempo⁵⁶³. Tamanho zelo, contudo, não foi observado pelo Senado da Câmara algumas linhas depois, ainda na mesma correspondência, quando externou uma proposta ousada: alegando que Cametá era a vila mais populosa do Grão-Pará, cujo número somado ao dos habitantes das vilas e povoados que então lhe estavam associadas representava a maioria da província, o Senado dizia ter o direito de propor que a primeira medida a ser tomada no sentido de acalmar os ânimos fosse a eleição de um novo governo. Na verdade era mais do que isso: esta sugestão vinha acompanhada por uma lista de nomes indicados para compor todos os cargos da nova Junta, justificando-se ainda nesta carta que esses homens eram merecedores de tais postos por serem reconhecidos defensores da “causa da independência”. Esta seria uma pré-condição para se acalmar o interior da província, pois, segundo a carta, os cametaenses e seus aliados só entregariam as suas condições para deposição das armas ao novo governo, recusando-se a fazê-lo ao que já estava instalado⁵⁶⁴.

Esta primeira troca de correspondências evidenciava três questões importantes: a primeira delas é a participação de membros da elite econômica de Cametá, representados pelo Senado, no levante desta vila, fato incomum quando observadas as outras localidades pelas quais se disseminou a insurreição, geralmente sustentada nestes lugares por tapuios civis, militares de baixa patente e desertores, o que talvez explique porquê esta tentativa de negociação não se repetiu em relação a outros rebeldes.

A segunda questão é a evidência de que o estrato dominante local pretendia, através do Senado, autoproclamar-se como a liderança das vilas e povoados que tinham se insurgido, quando isso não era de todo verdade. Como se verá ao longo deste texto, o movimento nas vilas e a ação dos rebeldes tinham uma articulação entre si e por conta disso produziram resultados estratégicos de guerra realmente impressionantes. Mas, ao mesmo tempo, deve-se admitir que a elite política de Cametá, que tinham dificuldades até para controlar os ânimos no âmbito da vila, não tinham grande poder de intervenção sobre suas aliadas, pois freqüentemente a reprodução das rebeldias nestas localidades tinha sido fomentada pela ação dos desertores que, por sua vez, não estavam necessariamente

⁵⁶³ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 65-66 e 70-71.

⁵⁶⁴ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 65-66.

comprometidos com as aspirações da Câmara cametaense. Na verdade, são raros os registros em que é possível ver alianças entre as elites políticas de outras vilas e as de Cametá. Quando alguma evidência é encontrada nesse sentido, percebe-se que estas alianças restringiam-se a um ou outro indivíduo entre os que tinham maior poder ou prestígio naquela localidade, o que se procurava estimular com a possibilidade de ascensão na nova ordem que se pretendia implantar. Ilustra bem isso o caso do Igarapé-Miri, no qual o Vigário local, por manter relações estreitas com o Senado de Cametá, acabou sendo um dos nomes indicados para a nova Junta que esta Câmara propunha ao governo de Belém como pré-condição para se alcançar a paz no interior⁵⁶⁵.

A proposta de substituição dos membros do governo da província, por fim, sublinhava uma terceira questão: o interesse do Senado cametaense em se apresentar como “cabeça dos povos reunidos” nas vilas que tinham se levantado, mesmo que isso não correspondesse totalmente à realidade, era o de alcançar poder político suficiente que permitisse a esta parcela dos estratos dominantes de Cametá rivalizar com os grupos que controlavam o governo de Belém. Esta fugaz tentativa de se estabelecer um centro de poder alternativo na província exteriorizava não só a insatisfação dos grupos políticos do interior pelo fato de terem sido excluídos de todos fóruns pelos quais se reorganizou o poder central da província após os eventos de agosto de 1823⁵⁶⁶, como também evidenciava as conseqüências decorrentes daquela conjuntura em que já era patente a incapacidade de qualquer partido impor-se de maneira hegemônica: diante do restabelecimento do equilíbrio de forças no Grão-Pará, principalmente após a partida de Grenfell de Belém, cada vez mais todos os grupos políticos passavam a acreditar que tinham condições para chegar ao poder e impor o seu projeto de futuro, crença esta que enfraquecia a posição da Junta Provisória a ponto desta ser afrontada por uma proposta de deposição como a apresentada pelo Senado de Cametá. Nesse sentido, deve se levar em conta ainda que, neste momento, os grupos políticos que dividiam o poder central da província, especialmente aqueles que tinham chegado a esta posição mais recentemente, haviam sido incapazes de capitalizar interesses

⁵⁶⁵ APEP – 782 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 54. O nome do Vigário do Igarapé-Miri foi indicado pelo Senado da Câmara Municipal de Cametá para ocupar o posto de Secretário da nova Junta que reivindicavam. Ver Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 65-66.

⁵⁶⁶ Não se deve esquecer que nos tumultuosos dias que imediatamente se seguiram à chegada de Grenfell, as decisões, tanto sobre qual seria o modelo do governo central da província como a eleição de seus membros, foram tomadas sem nenhum tipo de consulta aos grupos políticos que estavam fora de Belém, sendo, ainda, que nos meses seguintes não houve nenhum indicativo de que esta situação seria alterada.

convergentes para a construção de alianças amplas com as elites políticas das vilas e povoados que lhe garantissem uma sustentação mais sólida, sendo exemplo disso o fato de Malcher só ter tentado influenciar o movimento de Cametá muito tempo depois deste ter eclodido. É justamente por conta desta incapacidade que o fato do Senado cametaense apresentar-se como o articulador de uma grande aliança entre várias vilas e povoados conferia ao seu blefe, uma vez que isso não era de todo verdade, um especial poder político, sobretudo num momento em que o controle sobre os recursos militares da província estava pulverizado.

No entanto, no período em que ocorreu essa primeira tentativa de negociação, entre janeiro e fevereiro de 1824, a Junta Provisória ainda acreditava que poderia dispor dos serviços de Grenfell e por isso estava determinada a responder à ousadia da Câmara de Cametá com o uso da força até o mês de março quando, então, confirmou-se a partida do mercenário inglês⁵⁶⁷ e não restou ao governo de Belém outra alternativa senão a de abrir novamente as negociações com os “facciosos”, como já citado. No final deste mês, contudo, o Senado cametaense já parecia muito mais interessado em também buscar o restabelecimento da paz, retirando de suas exigências qualquer menção a uma possível substituição da Junta. Pedia, tão somente, a aprovação dos atos da Câmara Municipal, o que incluía a efetivação das demissões dos acusados de serem “inimigos da independência”, a anistia de todos os rebeldes, uma moratória de quatro anos para todos que tivessem dívidas com os indivíduos que foram expatriados, além de alguns outros pleitos pontuais. Por sua vez, indica o reconhecimento por parte do governo da capital da sua frágil situação, o fato deste ter aceitado inteiramente e sem condicionantes todas as exigências do Senado de Cametá, na esperança que o sucesso da negociação lhe desse algum controle sobre o interior, já que naquele momento não tinha condições para dobrar os rebeldes pelo uso das armas⁵⁶⁸.

Contudo, uma questão continua a intrigar: por que a Câmara cametaense desistiu de pleitear a substituição da Junta, tal como tinha feito em janeiro, se agora em março a situação do governo da capital era muito mais delicada por conta da saída de Grenfell? Por

⁵⁶⁷ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 70-76.

⁵⁶⁸ A única ressalva feita pela Junta Provisória foi a de que não lhe competia a aprovação de algumas medidas do Senado, que precisariam ser apreciadas pelo Rio de Janeiro. Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 77-79.

que o Senado agora parecia tão interessado em também colaborar para o mais rápido estabelecimento da paz no interior da província? Algumas questões parecem ter sido importantes neste sentido. A primeira delas foi o fato de Malcher ter estabelecido contato, como particular, com os rebeldes ainda no final de fevereiro⁵⁶⁹. Àquela altura, este membro do governo de Belém já tinha tido sua fama espalhada por toda a província, pelo fato de ter sido apontado como o principal defensor das demissões na capital de vários homens acusados de serem “inimigos da independência”. A interlocução com um membro do governo que tinha defendido uma ação que, se repetida em Cametá, atenderia aos interesses das elites políticas desta localidade que almejavam ascender nas estruturas de poder foi, sem dúvida, um dos fatores que colaboraram para a mudança da postura do Senado cametaense, que agora parecia acreditar que tinha aliados em Belém.

No entanto, uma carta escrita no começo de abril pelo juiz de Cametá, na qual ele descrevia a situação da vila, dá a entender que outra questão foi muito mais decisiva para que a Câmara cametaense de repente demonstrasse tanto interesse para que a paz no interior fosse restabelecida: nesta correspondência, o juiz Manuel Barrozo Bastos elogiava a atuação do Senado da vila, mas dizia que era patente o fato de que este órgão, por mais que se esforçasse, já não tinha nenhum controle sobre os povos de Cametá, uma vez que os próprios militares, entre os quais muitos desertores, estavam entre os principais promotores das comoções populares. A situação era descrita como tão caótica pelo juiz que para ele só havia uma solução: ironicamente, pedia-se que a capital mandasse reforços militares para que o Senado cametaense, que antes pretendia liderar diversas vilas, agora tentasse, pelo menos, restabelecer a ordem interna que havia fugido do seu controle na própria vila⁵⁷⁰.

Mas afinal, quem eram os desertores, os militares, enfim, o “povo” que já não era mais possível controlar em Cametá e que partiu deste lugar em direção a várias vilas e povoados, expandindo a revolta por estas localidades graças à adesão que recebiam de seus pares? Os registros da documentação do período não deixam grandes dúvidas sobre quais eram os protagonistas destas rebeldias. Nesse sentido, é bastante reveladora uma lista feita pelos rebeldes cametaenses, em novembro de 1823, das pessoas que não se admitia mais que residissem na vila, acompanhando respectivamente a cada nome a infração que fazia

⁵⁶⁹ Esta comunicação foi autorizada pela própria Junta. Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 77.

⁵⁷⁰ APEP – Códice 783 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 22. O pedido de reforço militar foi especialmente dedicado ao envio de oficiais.

sua presença indesejável. Entre os indesejados, pelo menos dois eram acusados pelo mesmo crime: ao lado dos nomes de Antonio José Alves e de um indivíduo identificado como Agostinho denunciava-se que durante a chegada da primeira tropa enviada pela capital na tentativa de controlar a revolta em Cametá, entre o final de outubro e o começo de novembro, estes homens, acreditando que as forças de Belém esmagariam os “facciosos”, começaram a gritar pela vila, desafiando os rebeldes. O que chama atenção e é de grande importância para este trabalho é a clareza com que estes indivíduos definiam os ditos “facciosos”: Agostinho, por exemplo, era acusado de dizer publicamente, durante a chegada das forças da capital, que naquele momento queria que novamente “aparecessem os tapuios com suas flexas”, enquanto Antonio José Alves era denunciado por perambular pela vila nesta mesma ocasião com a espada desembainhada, gritando a plenos pulmões que desejava ver naquele instante aos “inimigos tapuios” aos quais agora iria ensinar⁵⁷¹.

Nos registros que foram deixados, tanto se referindo a Cametá como às vilas e povoados pelas quais se expandiu a revolta, o papel ativo dos tapuios no movimento é sempre central, fossem eles soldados, desertores, ou civis que aderiam entusiasticamente a chegada de seus pares, que podiam vir tanto sob a forma de uma expedição militar ou apenas como um punhado de desertores que traziam notícias de vitórias e conquistas alcançadas em outros pontos da província por onde tinham passado. À massa de tapuios juntavam-se nas ações dos “facciosos” muitos mestiços e, em algumas ocasiões também, escravos de origem africana, circunstancialmente tidos como aliados. Na região de Santarém, além de indicar que as desordens tinham sido motivadas pela chegada de expedições vindas de Cametá⁵⁷², as autoridades também foram bastante precisas ao mencionar quem fazia a revolta naquele lugar, tanto entre os recém-chegados como entre os habitantes locais que tinham aderido: nas palavras deles, os “facciosos” eram além dos negros, toda a raça de gente ordinária, estropiada, numa clara referência aos mestiços e aos tapuios freqüentemente citados nos ofícios dessas autoridades como protagonistas das rebeldias⁵⁷³. Aliás, como se verá ao longo do texto, à medida que a revolta vai se

⁵⁷¹ APEP – Códice 750 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 132. Como tem sido praxe neste trabalho, as citações conservam a grafia original.

⁵⁷² APEP – Códice 789 - Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 31.

⁵⁷³ Documento do Códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 54-55.

expandindo pelo interior, também vai se criando uma oposição, assumida entre os dois lados do confronto, entre os brancos e todos os não-brancos, algo especialmente crítico na região do Baixo Amazonas⁵⁷⁴. Um intrigante registro deste conflito na região pode ser encontrado numa paródia do Hino da Independência, feita neste período e atribuída aos europeus da vila de Óbidos:

*Já podeis filhos da Puta
Ver contente a May Gentia
Já reinou a ladroeira
No horizonte do Brazil*

*Cabra gente Brasileira
Longe va temor servil
Ou ficar a Patria limpa
Ou morrer todo o Brazil*

*Cabra gente Brasileira
Descendente do Guiné
Que trocarão as sinco chagas
Por um ramo de Café⁵⁷⁵*

Perceber, através dos relatos deixados, o grande envolvimento dos tapuios nessa revolta é peça-chave para se entender o seu espraiamento por toda a província. Algumas

⁵⁷⁴ Esta é a região que tinha Santarém como sua principal vila. Os acontecimentos ali registrados serão superficialmente citados nesta parte do trabalho, já que serão detalhados no capítulo seguinte.

⁵⁷⁵ APEP – Códice 798 – Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos (1824-25), d. 90. Apesar da referência a Guiné, no terceiro verso, associar estes “cabras” aos africanos e seus descendentes, a utilização deste termo em outros documentos sugere que esta era uma designação que podia ser utilizada para todos os não-brancos, acreditando-se que foi empregada aqui sob este critério (excetuando-se este verso). Também é preciso lembrar, como já se disse algumas vezes neste texto, que havia uma prática histórica no Grão-Pará de se designar muitas vezes os tapuios como “pretos”, o que indica que os termos utilizados para falar sobre os não-brancos eram pouco precisos e se misturavam nesta província.

páginas acima se disse que a primeira característica que favoreceu que as rebeldias iniciadas na vila de Cametá fossem reproduzidas em diversos outros pontos do Grão-Pará foi o fato deste movimento ter um caráter explicitamente político, não se reduzindo a uma espasmódica manifestação de banditismo, como vários contemporâneos o pretendiam rotular. O caráter político favorecia a expansão porque permitia que interesses convergentes fossem transformados em bandeiras a serem solidariamente compartilhadas. Nesse sentido, como se disse antes, o projeto de futuro da parcela das elites políticas e econômicas da vila de Cametá que se envolveu na revolta objetivando ascender nas estruturas de poder através das demissões daqueles que já ocupavam os mais importantes cargos públicos, sob a acusação de estes serem “inimigos da independência”, podia e foi compartilhada por alguns dos seus pares nas vilas e povoados pelos quais o movimento se expandiu, sendo exemplo disso o caso do vigário do Igarapé-Miri, conforme já citado. No entanto, como também já foi salientado, a expansão da revolta iniciada em Cametá não se deveu ao compartilhamento deste projeto político, uma vez que esta facção dos estratos dominantes de Cametá que se sublevou não conseguiu firmar alianças expressivas com seus pares nas vilas e povoados, restringindo sua associação a alguns indivíduos. Admitindo-se esta questão, a participação dos tapuios nesta revolta torna-se o “elo perdido”, a peça que muitas vezes faltou, a despeito da farta comprovação documental, para se compreender o verdadeiro motivo pelo qual esse movimento conseguiu se reproduzir em tão pouco tempo em diversos pontos da província, adquirindo uma dimensão que só pode ser comparada ao que aconteceu posteriormente na Cabanagem.⁵⁷⁶

Isso porque, se já foi dito que uma das características que favoreceu a expansão da revolta foi o seu caráter político, igualmente também já se disse que no interior deste movimento coexistiram diferentes projetos de futuro que inicialmente convergiram para uma bandeira comum – a demissão dos “inimigos da independência” – mas que brevemente deixaram explícitas as diferenças dos seus objetivos: um destes projetos, como se sabe, foi

⁵⁷⁶ A participação dos tapuios nas revoltas ocorridas no século XIX na província são muito valorizadas na Cabanagem, mas são citadas superficialmente em relação a este período. As indicações que existem remetem a uma vaga participação de tapuios, índios e caboclos, muitas vezes indicando sua ação como o extravasamento de séculos de ódio contra os brancos e sem demonstrar o grau de articulação e as dimensões a que chegou esta revolta. Da mesma forma, não se destaca o caráter específico deste conflito e suas motivações particulares, freqüentemente o classificando simplesmente como uma espécie de prefácio da Cabanagem. Veja, entre outros, de Jorge Hurley – *A Cabanagem*; e de Carlos Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia, de maioria à minoria*.

o da parcela das elites políticas e econômicas que tomou parte na revolta; já o outro era o dos tapuios, principal grupo que formava aquilo que o juiz de Cametá designava genericamente como “povo” e o qual, segundo sua carta enviada a Belém em 1824, não era mais possível controlar⁵⁷⁷. Eis aí a segunda característica que favoreceu a reprodução da revolta: o caráter político do movimento que ganhava adesões era principalmente o que dizia respeito à alternativa política defendida pelos tapuios. Esta peculiaridade, por sua vez, era um rastilho de pólvora por três motivos. O primeiro deles era o fato dos tapuios representarem um contingente populacional muito significativo em todas as vilas, povoados e até na cidade de Belém, característica que, por sua vez, não encontrava semelhança em nenhum outro grupo social, pois freqüentemente os demais grupos tinham uma grande presença em determinadas localidades e um número diminuto em outras. O segundo motivo, que se somava a onipresença dos tapuios pelo território da província, era o fato de todos estes indivíduos serem atingidos de alguma forma por um problema: o trabalho compulsório. Isso conferia aos tapuios uma unidade de interesses que era muito mais homogênea do que a encontrada em qualquer outro grupo social naquele período⁵⁷⁸. Por fim, o terceiro motivo pelo qual era favorecida a expansão da revolta, com base na adesão aos objetivos políticos defendidos pelos tapuios, era o fato de grande parte das forças armadas da província serem compostas justamente por estes indígenas. Com isso, de modo inversamente proporcional, quanto mais as rebeldias se espalhavam, menor se tornava a capacidade das autoridades em reprimi-las, já que os homens que seriam usados nesta repressão eram, freqüentemente, aqueles que mais rapidamente aderiam à causa dos tapuios.

Causa esta que traz muitas dificuldades para ser completamente desvendada, uma vez que, de modo geral, entre aqueles que tomaram parte na revolta, apenas os homens que detinham poder econômico e político deixaram registros de suas reivindicações, não por acaso tomadas freqüentemente como as únicas existentes. Além disso, apesar da impressionante articulação entre as ações dos revoltosos, não parece terem existido líderes

⁵⁷⁷ Justamente por não perceber a coexistência destes dois projetos políticos e tomar as reivindicações da Câmara cametaense como as únicas do movimento é que Raiol chegou ao equívoco de afirmar que a paz foi estabelecida com o acordo entre o governo de Belém e o Senado de Cametá quando todos os documentos disponíveis apontam o contrário, deixando bem clara a expansão da revolta e a perda do controle sobre os revoltosos por parte da Câmara. Ver de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 77-79.

⁵⁷⁸ Entre os negros, por exemplo, havia escravos e libertos. Já entre os tapuios, todos eram atingidos de alguma forma pelo trabalho compulsório.

deste movimento que conseguissem alcançar uma expressão que os fizessem porta-vozes de todos os tapuios rebelados na província, o que supostamente garantiria uma visão mais sistemática sobre as reivindicações dos “facciosos”. Na inexistência de líderes de âmbito provincial, sobram referências a chefes locais, como Tupinambá Baia⁵⁷⁹, mas não foram encontradas nesta pesquisa nem mesmo processos contra esses indivíduos. Resta, então, reconstituir essa causa dos tapuios, transmutada em a “verdadeira causa da Independência”, a partir de fragmentos, de pistas deixadas nas correspondências entre autoridades e particulares, buscando identificar quais eram os focos de tensão daquela sociedade. E, nesse sentido, no que se refere a esses indígenas todos os indícios presentes na documentação apontam o trabalho compulsório a que estavam condenados todos estes indivíduos, ainda sob diferentes formas, como a principal motivação para os conflitos.

Senão, vejamos: como apontado no capítulo 3, o Constitucionalismo Português não teve impacto apenas na vida dos homens mais abastados do Grão-Pará. Ao contrário, foi uma experiência política inédita, ainda que com diferentes matizes, que ultrapassou os limites do que até então se tinha por Sociedade Política, estendendo-se, inclusive, aos tapuios. Desde este período, estes indivíduos não só procuraram obter um papel ativo nas mudanças mais amplas que estavam ocorrendo na província, especialmente através de sua atuação nas forças armadas, como também já focavam uma questão particular que queriam ver alterada: o trabalho compulsório. O ataque a esta questão, como demonstrado naquela parte deste estudo, dava-se de diferentes formas: num primeiro momento, foram levantadas queixas contra homens identificados como os responsáveis pela opressão destes indígenas, tal como o citado caso do Intendente da Marinha João Martins, buscando-se rotular estes indivíduos como agentes da velha ordem que, uma vez derrubada, também deveria significar a perda de poder dos seus promotores. Alguns meses depois, quando já estavam mais adiantados os trabalhos das Cortes de Lisboa, os tapuios avançaram nas suas pretensões e, com dito anteriormente, em algumas ocasiões registrou-se a recusa deles a servir no trabalho compulsório se baseando em leis promulgadas em Lisboa que reivindicavam estender-se a eles.

⁵⁷⁹ APEP – Códice 786 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 69; APEP – Códice 783 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 06.

Isso posto, a notícia da dissolução das Cortes e o alinhamento da província ao Rio de Janeiro poucas semanas depois, significavam uma encruzilhada neste processo, pois estavam quebrados os laços de obediência ao órgão político que tinha promulgado as leis que foram apropriadas pelos tapuios para legitimar a sua luta. Dessa forma, neste primeiro momento criou-se um “vácuo legal”⁵⁸⁰ sobre a questão que foi instrumentalizado de formas diferentes pelos grupos em conflito. Assim, por um lado, aqueles que se valiam do trabalho compulsório desses indígenas queriam voltar à condição anterior ao Constitucionalismo Português no que se referia especificamente a esta questão. Não por acaso, mês após mês tornava-se cada vez mais freqüente a circulação de ofícios em que o assunto principal era a escalada da opressão e de ações arbitrárias feita por particulares contra os tapuios no que se referia à utilização da sua mão de obra, sendo ainda instigante perceber que a origem destas correspondências estava concentrada justamente nas vilas e povoados em que ocorreram os levantes dos indígenas. É o caso de Melgaço, em que um militar escreveu uma carta para o governo de Belém sugerindo sutilmente que os tapuios recrutados para o serviço público estavam sendo empregados para fins particulares das próprias autoridades⁵⁸¹. Aliás, a reclamação pela falta da mão-de-obra destes indígenas por parte dos funcionários que tinham a missão de recrutá-los para a execução de trabalhos públicos, apesar de sempre ter existido, no momento imediatamente posterior à Independência é nítido o aumento, em relação ao período anterior, das situações em que é diagnosticado como causa deste problema o desvio destes braços para empreitadas privadas, denotando a crescente “fome” dos particulares por estes trabalhadores. Exemplar disso é a carta do responsável pelo Pesqueiro Imperial da Ilha Grande de Joannes, escrita em meados de 1824, na qual a paralisia do Pesqueiro era atribuída justamente ao fato de alguns homens, entre eles

⁵⁸⁰ A idéia do “vácuo legal” aqui empregada, vista a partir do Grão-Pará, está ligada a uma série indefinições a respeito do novo Estado independente decorrentes da pouca clareza ou da inexistência de normas legislativas que arbitrassem os conflitos de interesse, incluindo aí o trabalho compulsório dos tapuios, mas também a própria forma de governo na província ou, ainda, a forma como deveriam ser eleitos os representantes da administração pública. Esse “vácuo legal” no Grão-Pará trata-se, portanto, de um fenômeno que ocorreu num período muito restrito que é o dos primeiros meses após o alinhamento ao Rio de Janeiro, quando todos os grupos políticos da província ainda julgavam que poderiam “inventar” o Estado Brasileiro conforme os seus interesses, tal como já explicitado na primeira parte deste capítulo. Este esclarecimento é importante para deixar claro que esta idéia de “vácuo legal” é totalmente diferente da tese defendida por Manuela Carneiro de que teria existido durante grande parte do século XIX um “vazio legislativo” sobre a questão indígena no Império Brasileiro. Sobre isto veja de Manuela Carneiro (org.) – *Legislação Indigenista no século XIX. Uma compilação (1808-1889)*.

⁵⁸¹ APEP – Códice 713 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1820-26), d. 98.

autoridades, não só se valerem da mão-de-obra dos tapuios, mas se recusarem terminantemente a dispor alguns desses braços para o serviço público⁵⁸². Este era um conflito tão disseminado pelo Grão-Pará que não parece exagero dizer que a já citada análise feita pelo vigário de Óbidos sobre a sua vila valeria para toda a província: para o religioso, as disputas em torno desta mão-de-obra eram tão intensas que faziam do “Artigo Índio” constantemente a “pedra de escândalo”.⁵⁸³

Tendo em vista a postura descrita acima, vai ficando claro porquê a questão do trabalho compulsório dos tapuios tornou-se especialmente explosiva neste momento, uma vez que para estes indígenas a independência tinha um significado completamente diverso, sendo este momentâneo “vácuo legal” encarado não como a possibilidade de perder garantias que julgavam ter conquistado, mas a hora de avançar, já que este, como todos os outros grupos políticos do Grão-Pará naquele período, ainda julgavam poder “inventar” o Estado Brasileiro conforme os seus interesses. Nesse sentido, é importante perceber que as ações dos tapuios, naquele momento específico, não representavam uma tentativa de afronta contra um Estado que eles julgavam que os oprimiria. Pelo contrário, não existe nada mais uniforme nos levantes feitos por esses indígenas do que o fato deles se apresentarem como representantes do Imperador ou como defensores da “verdadeira causa da Independência”, causa esta que acreditavam que cabia a eles lutarem para que pudessem vê-la triunfar.⁵⁸⁴

Tratava-se de uma luta política, de uma disputa pelo poder do Estado no Grão-Pará e parece inegável que os tapuios tinham clareza disto. Tanto era assim que esses indígenas não só se esforçaram pela destituição de seus adversários, agora rotulados de “inimigos da independência”, de todos os cargos de poder e mando na província, como, sempre que foi possível, eles mesmos passaram a ocupá-los. Foi o que aconteceu em Melgaço, por exemplo, de onde vem uma carta, escrita em meados de 1824. Nesta carta se

⁵⁸² APEP – Códice 678 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1815-24), d. 106. Situação semelhante pode ser encontrada, entre outros registros, em: APEP – Caixa 31 – Série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), d. 172.

⁵⁸³ APEP – Códice 713 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1820-26), d. 109.

⁵⁸⁴ São inúmeros os documentos em que as autoridades locais comentam esta atitude dos tapuios, sempre atribuindo a ela o interesse dos indígenas em mentir já que, segundo os administradores das vilas e povoados, o partido dos tapuios era o da Anarquia e não o da Independência. Veja como exemplos: APEP – Códice 786 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 14; APEP – Códice 783 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 41.

reclamava pelo fato do Senado da vila ainda ser composto àquela altura por “índios rústicos e de nenhum conhecimento” que tinham, nas palavras do remetente, sido empossados pelos revolucionários⁵⁸⁵.

Ocupar o poder no Estado que nascia, sepultar a velha ordem através da demissão dos indivíduos ligados a ela, fossem europeus ou americanos, assim como todas as demais ações organizadas e levadas a cabo pelos tapuios, por mais diversas que fossem as abordagens, quando vistas no seu conjunto, convergiam para um objetivo principal: minar o poder dos homens e das estruturas que historicamente garantiram a exploração compulsória do seu trabalho. Nesse sentido, naquele momento, a independência ainda era entendida por esses indígenas como um projeto revolucionário, tal como fora vista unanimemente pelos estratos dominantes paraenses durante a maior parte do período do Constitucionalismo Português, quando esta alternativa de futuro era identificada como a porta de entrada para o levante dos negros e dos tapuios⁵⁸⁶. E assim ao mesmo tempo em que negociantes e proprietários buscavam moldar o novo Estado afastando-o do risco da “subversão social”, os tapuios valeram-se de tudo que nesta mudança do “sistema político” potencialmente tivesse um princípio revolucionário: é o caso, por exemplo, da questão das identidades políticas coletivas. Como dito anteriormente, parece pouco provável que o fato, registrado na documentação de modo recorrente, destes indígenas insistirem em se autodenominarem como brasileiros fosse motivado pela identificação entre eles e os brancos nascidos na América, até porque estes últimos sempre fizeram questão de pontuar a diferença⁵⁸⁷. Isso posto, ao que tudo indica, esta pretensão de transmutar-se em brasileiro estava ligada ao objetivo de igualar-se politicamente e socialmente ao que seria o cidadão do novo Estado, o

⁵⁸⁵ APEP – Códice 786 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número.

⁵⁸⁶ Veja o capítulo 3. Há pelo menos um registro em que esta idéia foi completamente verbalizada por membros das elites políticas e econômicas do Grão-Pará: foi na ocasião da partida de D. Romualdo de Souza Coelho para as Cortes de Lisboa. Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Compêndio das Eras da Província do Pará*, 331-332.

⁵⁸⁷ Entre outros documentos em que os tapuios se apresentam como brasileiros, veja: APEP – Códice 750 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 104. Como exposto na introdução desta parte do trabalho, todos os movimentos que propuseram a dissolução dos laços com Lisboa tinham um problema comum para as elites: como definir quem eram os brasileiros? Os brasileiros eram todos os nascidos na América? Isto incluiria negros e índios? Como as elites brancas, descendentes dos europeus, conseguiriam justificar seus traços distintivos que permitiam que tivessem um acesso diferenciado às estruturas de poder e aos bens de produção? Sobre esta questão veja, além de algumas anotações feitas na introdução citada, o trabalho de István Jancsó e João Paulo G. Pimenta – “Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. IN: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias.

que na prática significava a tentativa de tirar de sobre si o traço distintivo que os obrigava ao trabalho compulsório⁵⁸⁸.

Contudo é importante salientar, ainda detendo-se à questão identitária, que à medida que o movimento se espalhou pelo interior, que a repressão contra os rebeldes tornou-se mais intensa e dirigida também por americanos, sintomaticamente outros tipos de identidade se exteriorizaram com mais clareza. Assim, apesar de continuarem se autodenominando como brasileiros e de dizerem que faziam suas ações em nome do Imperador, em regiões de sangrento combate, como Santarém e as vilas vizinhas, vai se cristalizando com grande força a idéia de que estava ocorrendo um conflito entre brancos e não-brancos. Como se verá no próximo capítulo, denúncias recorrentes de mortes indiscriminadas de brancos, fossem europeus ou americanos, pelos rebeldes, bem como a circulação de boatos e de versões presentes em correspondências⁵⁸⁹, nas quais se dizia, por exemplo, que os levantados teriam expressado publicamente sua intenção de matar todas as mulheres brancas para que jamais no Grão-Pará se reproduzisse esta raça, foram a matéria-prima que permitiu a articulação de iniciativas como a Junta Militar de Santarém. Nessa empreitada, todos os brancos da região, independentemente do seu lugar de nascimento, juntaram-se na causa comum de aniquilar os rebeldes, aqueles que posteriormente classificaram como formados por todo tipo de “raça de gente ordinária, estropiada”. Nesse sentido, parece óbvio que foi interessante espalhar estas notícias e boatos, de forma a firmar uma unidade entre os estratos dominantes dessa região para o objetivo de esmagar os rebeldes, algo que não ocorreria tão facilmente sob outras circunstâncias, haja vista os conflitos de interesses no interior deste grupo, já salientados. Contudo, ao mesmo tempo, também é preciso admitir que em um determinado momento e em algumas regiões da província, os combates se radicalizaram nesse sentido, à medida que estes tapuios e seus eventuais aliados, como os escravos africanos, passaram acreditar que, para impor os seus

⁵⁸⁸ Obviamente, ainda predominava aqui a idéia de que todos os cidadãos eram iguais, algo que, como se sabe, tomou outro formato na Carta Constitucional outorgada em 1824.

⁵⁸⁹ Há vários exemplos neste sentido. Veja alguns deles nos documentos do Códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcritos IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 60-61, 85-88. Veja também APEP – Códice 791 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 90.

objetivos políticos, não bastava eliminar apenas os homens ligados à velha ordem, mas precisariam livrar-se do jugo dos brancos⁵⁹⁰.

É claro que este “jugo dos brancos” se manifestava de muitas maneiras, mas é preciso insistir que a única coisa contra a qual teria sido possível conseguir tamanha adesão entre os tapuios, principal grupo entre os rebeldes, era mesmo o trabalho compulsório. Nesse sentido, problemas que motivavam muitos embates em outras regiões, aqui não pareciam ter, pelo menos ainda, força suficiente para sustentar um conflito generalizado como o que estava acontecendo naquela ocasião. Exemplo disso é a questão fundiária: sempre que este assunto aparece na documentação, a motivação nunca é o registro de conflitos entre as partes pelo avanço de grandes proprietários sobre as terras de posseiros ou de gente metida com a agricultura de subsistência, algo que, por sua vez, era muito comum em outras partes do Brasil. Exemplar disso é uma carta enviada para Belém pela Câmara de Cametá, poucos meses antes do alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro, na qual a questão da propriedade da terra pelos tapuios é abordada, mas de forma totalmente contrária ao que geralmente se poderia esperar: nessa correspondência, a Câmara propunha justamente que se distribuíssem terras entre os indígenas como uma medida para fixá-los nas vilas e povoados⁵⁹¹. O que pode parecer ilógico à primeira vista, quando se tem em mente o modelo das províncias meridionais, é totalmente adequado às formas de produção daquela sociedade. Afinal, declaradamente, a Câmara pretendia com esta medida desestimular que os tapuios preferissem a vida errante, nômade, sendo esta migração para fora das vilas e povoados o maior de todos os problemas para se recrutar a mão-de-obra desses indígenas, como é insistentemente repetido nas cartas do período. A adequação desta proposta, por sua vez, pode ser medida pelo entusiasmo com o qual a própria Junta Provisória a recebeu, defendendo sua implementação junto às Cortes, talvez também motivado pelo senso comum da época segundo o qual se dizia que os tapuios eram

⁵⁹⁰ Neste sentido, é importante perceber que esta questão apareceu em situações anteriores, como a já citada Revolta em Muaná no ano de 1823, e surgirá novamente em ocasiões posteriores, como a Cabanagem. Sobre os conflitos entre brancos e não-brancos durante a Cabanagem veja, entre outras obras, o artigo de David Cleary – “Lost Altogether to the Civilised World: Race and Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850”. IN: *Comparative Studies in Society and History*. 1998.

⁵⁹¹ APEP – Códice 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23), d. 65.

propensos à rebeldia pelo fato de não terem propriedades para defender⁵⁹², o que parecia que seria resolvido com esta medida.

Muito provavelmente, o motivo para isso deve ter sido o fato de no Grão-Pará a agricultura de exportação não ter sido tão bem-sucedida quanto em outras partes, o que fazia que houvesse uma pressão menor sobre a fronteira agrícola, uma menor “fome” por terras se comparadas a outras províncias. Nesse sentido, a já citada carta de Patroni a seu amigo Salvador Rodrigues do Couto, escrita em 1817, ajuda pensar os limites da agricultura monocultora no Grão-Pará e conseqüentemente a menor pressão sobre a fronteira agrícola: à certa altura Patroni resolve descrever a produção da província e cita o açúcar e a cachaça, dizendo que o seu consumo principal era interno. Mais à frente Patroni desvendava a lógica das trocas comerciais no interior do território paraense envolvendo estes produtos: dizia ele que os Sertões eram proibidos legalmente de possuírem engenhos de cachaça, pois a exclusividade da região mais próxima a Belém sobre o direito de fabricação deste produto era o que garantia que esta fosse uma boa moeda de troca com o interior, sendo este monopólio, nas palavras do remetente, “todo o alento daqueles Povos” já que sem ele estaria estagnado o comércio da Cidade.⁵⁹³ Dessa forma Patroni colocava muito claramente que a função mais importante da agricultura monocultora, na região da província em que ela foi mais bem-sucedida, era acessória em relação à produção dos sertões, lugar de onde saíam os bens que tinham grande valor no mercado externo, especialmente o cacau, responsável por metade das exportações do Grão-Pará no começo da década de 1820. Esses produtos do sertão, como o cacau, cujo comércio representava o setor mais pujante da economia paraense do período, ainda eram em sua maioria frutos do extrativismo para o qual não havia a necessidade de grandes propriedades de terras, no sentido da monocultura. Contudo, a disponibilidade de um grande contingente de mão-de-obra era o principal fator de produção, do qual dependia o sucesso da empreitada⁵⁹⁴. E,

⁵⁹² Uma das muitas vezes em que esta idéia é registrada pode ser vista em: APEP – Códice 748 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 19.

⁵⁹³ Filipe Alberto Patroni – “Carta a Salvador Rodrigues do Couto”. IN: Haroldo Maranhão (org.) - *Dissertação sobre o Direito de Caçar / Carta a Salvador Rodrigues do Couto*, pp. 116-117, 126-128.

⁵⁹⁴ O cacau também era plantado na província, mas neste período aquele que era produzido pelo extrativismo era numericamente mais expressivo. Sobre a produção do cacau no Grão-Pará veja, entre outros, Dauril Alden – *O significado da Produção de cacau na Região Amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*; e de José Maia Bezerra Neto – *Escravidão Negra no Grão-Pará (séculos XVIII-XIX)*.

neste sentido, os braços preferidos, os mais bem adaptados para este trabalho e os que efetivamente sustentaram este negócio foram os dos tapuios.

Por conta disso, uma vez que a “fome” por mão-de-obra, especialmente destes indígenas, era mais intensa que a sua correspondente por terras, não é de estranhar que os conflitos fossem principalmente motivados por esta primeira questão, nem que o objetivo de minar o poder das estruturas e dos homens que, historicamente, sustentaram o trabalho compulsório dos tapuios se tornasse objeto de tantas adesões. Por sua vez, o fato de tantas pessoas convergirem para este propósito favorecia o fortalecimento da última característica que deu a estas rebeldias tamanha dimensão: já que o trabalho compulsório não era um problema que atingia os indivíduos de um modo local, mas uma questão de toda a província, logo se criaram condições para que as manifestações locais se articulassem, o que permitiu que os rebeldes produzissem ações estratégicas verdadeiramente impressionantes, já que os seus impactos por pouco não deixaram todos os poderes do Grão-Pará aos seus pés.

O sucesso da articulação deste movimento, e de qualquer outro de igual natureza, dependia primeiro do êxito na constituição de uma eficiente rede de informações, o que, no Pará daquele contexto, significava ter à disposição um grande número de homens que pudessem transitar pelos rios, a via mais rápida e de maior capilaridade da região, para manter contato com seus pares distribuídos por toda a província. E, neste sentido, essa condição básica foi eficientemente suprida pela ação dos desertores, que formando uma rede de informações, muitas vezes invisível para as autoridades, acabaram por se constituir na espinha dorsal que garantia a articulação destas rebeldias.

Diz-se que esta rede de informações era muitas vezes invisível porque nem sempre as ações dos desertores, trazendo notícias ou espalhando boatos, era tão espalhafatosa como na ocasião em que chegaram a Cametá anunciando os acontecimentos de outubro de 1823 na capital e o massacre do Brigue Palhaço, quando também estimularam publicamente que civis e militares se armassem contra quaisquer investidas das forças da capital.⁵⁹⁵ Exemplo de uma estratégia diferente foi registrado em uma carta enviada por um Capitão do interior da província em 1824, na qual o oficial dava conta de um processo movido contra um soldado que tentara desertar. Durante o interrogatório

⁵⁹⁵ APEP – Códice 748 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 115.

descobriu-se que o militar tinha um objetivo bem definido: ele desertaria junto com alguns companheiros de outros regimentos e todos partiriam para Cametá, pois tinham informações seguras de que aquela vila iria se levantar e pretendiam tomar parte do movimento⁵⁹⁶. Esta revelação representava um sério problema para aquelas autoridades, pois tornava explícito que as informações também circulavam num “boca-a-boca” discreto, que as deixavam com poucas condições para reagir quando a ação dos rebeldes já havia sido posta em marcha. Por sua vez, o depoimento do soldado também evidenciava o grau de coordenação das ações locais com o que acontecia no resto da província o que, somado a outros documentos a serem citados, demonstra que as ações dos “facciosos”, especialmente dos desertores, ainda que não tivessem um comando único, conseguiam ganhar um sentido que as articulavam a uma estratégia de luta, que tinha como palco todo o Grão-Pará e não apenas as localidades.

De modo geral, o padrão mais comum das ações dos desertores nesses episódios era o seguinte: fosse com uma expedição militar ou apenas com um punhado de poucos homens, esses indivíduos chegavam a uma vila ou povoado onde geralmente conseguiam aliados entre os próprios soldados locais e os tapuios civis, promovendo pouco tempo depois uma tentativa de levante naquela localidade. Caso fosse bem-sucedida esta empreitada e a vila ou povoado ficasse sob controle dos rebelados, ou se tivesse conseguido minar o poder local, parte dos rebeldes permaneciam ali estacionados enquanto o restante engrossava o grupo inicial que partia para repetir a ação nas vizinhanças. Este tipo de estratégia, no qual o movimento iniciado em Cametá ia se espalhando vila após vila através da “contaminação” pela vizinhança, era um assunto freqüente nas correspondências do período, do qual é exemplo uma carta escrita pela Câmara de Gurupá em 1824: segundo aquelas autoridades, tinham-se notícias de que os rebeldes, após levantarem Melgaço e Portel, estavam a caminho do Rio Xingu com o objetivo de, nas palavras do remetente, tornarem rebeldes os índios daquela região⁵⁹⁷. Através deste processo de “contaminação”, os novos focos de rebeldia passavam a compartilhar discursos, interesses e até símbolos que conferiam uma certa unidade aos “facciosos”, mesmo que não houvesse um comando unificado, ou uma liderança sobre toda a província. Entre os símbolos compartilhados, cuja

⁵⁹⁶ APEP – Caixa 31 – Série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), d. sem numeração.

⁵⁹⁷ APEP – Códice 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 53

existência era importante por externar a articulação do movimento, pode-se citar o ramo de café associado aos rebeldes na paródia já transcrita do Hino da Independência, feita por europeus em Óbidos em 1824⁵⁹⁸, já que no final do ano anterior, o Bispo paraense, pouco tempo depois de partir para Cametá a fim de tentar apaziguá-la, escreveu um ofício para a Junta Provisória dizendo, entre outras coisas, que os “facciosos” tinham um exército de pelo menos quinhentos homens, todos empunhando orgulhosamente o seu ramo de café⁵⁹⁹.

No entanto, o processo de expansão dessas rebeldias que mais impressiona, por mostrar a capacidade que estes rebeldes tinham de pensar a sua luta numa estratégia no âmbito provincial, não é este feito pela “contaminação” da vizinhança. Realmente impressionantes são as ações que deslocavam indivíduos para longas distâncias com o objetivo de conquistar pontos específicos por sua importância econômica ou por se tratarem de fontes para o abastecimento das regiões que se pretendia enfraquecer. É o caso do Marajó, área que na época era um ponto essencial para o fornecimento de alimentos para Belém e que foi alvo dos “facciosos” por esta razão. Nesse sentido, a Câmara de Bragança já havia alertado a Junta Provisória, em dezembro de 1823, sobre o fato de ter descoberto que os rebeldes daquela vila e de suas vizinhas vinham mantendo contato com os cametaenses e há pouco tinham enviado um plano para lá, segundo o qual marchariam para Cametá e de lá, junto com reforços de outras localidades, seguiriam para o Marajó com o objetivo de, nas palavras do remetente, pôr a província em sítio⁶⁰⁰. Pouco menos de dois meses depois, segundo as já citadas cartas enviadas pela vila de Vigia, o plano estava em marcha com a vinda de uma expedição militar que partira desde o território cametaense⁶⁰¹. O governo de Belém ainda tentou se mover enviando embarcações para frustrar o plano⁶⁰², mas a essa altura já havia perdido o controle sobre o Marajó. Os resultados do domínio dos rebeldes foram registrados cinco meses depois, quando só então se considerou a ilha pacificada: nesta ocasião, o militar responsável fazia uma série sugestões para evitar a repetição daquelas cenas, pois, segundo ele, todos sabiam que a capital dependia daquela região para a sua subsistência e que, com a proibição feita pelos rebeldes de se exportar

⁵⁹⁸ APEP – Códice 798 – Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos (1824-25), d. 90.

⁵⁹⁹ Geraldo Mártires Coelho – *Ação e Reação na Província do Pará: O Conflito Político-Social de 1823*, pp. 183-184.

⁶⁰⁰ APEP – Códice 788 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número.

⁶⁰¹ APEP – Caixa 31 – Série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), d. 35.

⁶⁰² APEP – Códice 758 – Ofícios da Junta a Grenfell (1823-24), d. 113.

para Belém este tipo produto, dizia a carta, tinha-se posto a cidade em aperto⁶⁰³. Ou seja, os “facciosos” tiveram a atitude deliberada de conquistar o Marajó com o objetivo de cortar o fornecimento de alimentos para Belém, ação muito semelhante a uma clássica tática de guerra: o bloqueio.

Na verdade, naquele momento algumas das vias mais vitais para a província estavam bloqueadas pela ação dos rebeldes. Isso se dava porque os desertores, em número cada vez maior, “infestavam” os rios de todo o Grão-Pará causando embaraços para a circulação de mercadorias e de correspondências oficiais, o que inacreditavelmente acabou isolando regiões importantes por um longo período, no qual ficaram sem nenhum contato com a capital. Exemplo disso é uma carta enviada pela Junta Militar de Santarém ao governo do Rio Negro, no qual se pede reforços militares para que esta vila e suas aliadas não só se defendessem, mas também tentassem abrir a comunicação com a capital que, segundo a correspondência, estava totalmente cortada há quase três meses⁶⁰⁴. Como Santarém era o “empório” do comércio do Sertão, o que significava que grande parte dos produtos do extrativismo, como o cacau, eram ali negociados para depois serem remetidos à capital, a interrupção do contato desta vila com Belém era também a paralisação dos negócios em torno dos artigos mais valiosos da província a serem exportados. Deve-se ainda destacar que se esta situação já se arrastava por três meses, ainda demorarão mais alguns outros meses para que as autoridades de Santarém passem a recomendar ao governo do Rio Negro que orientasse os comerciantes a retomarem o transporte dos seus produtos⁶⁰⁵. Esta situação, obviamente, foi economicamente desastrosa para a província, que cada vez mais dependia de repasses externos, deixando o governo da capital de mãos atadas.

Aliás, para as autoridades de Belém restava pouco mais do que acompanharem atônitas o seu controle, sobre as vilas e povoados do interior, se esvair. Como visto, tanto a Junta Provisória, como depois o Presidente Rozo, mal dispunham de recursos militares para

⁶⁰³ APEP - Caixa 31- Série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), d. 94.

⁶⁰⁴ APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número.

⁶⁰⁵ Apenas em maio de 1824 a Junta Militar de Santarém pediu para que o Governo do Rio Negro comesse a preparar os barcos para retomar o comércio entre ela e Belém. Contudo, ainda nesta data, a Junta deixa bem claro que as embarcações deviam ser preparadas, mas igualmente deviam aguardar por um novo aviso de Santarém, quando só então se daria certeza sobre a real segurança para este comércio. Documento do Códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcritos IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 110-111.

garantirem o que entendiam por ordem interna na capital, sendo que ainda poucas esperanças restavam de que o Rio de Janeiro mandasse algum socorro para esta província já que a Corte estava concentrando suas forças para a defesa própria contra o ataque de Portugal que então se julgava iminente, inclusive contra esta província. Esta situação, somada à partida de Grenfell e as incertezas sobre o destino político do Maranhão, fazia com que, poucos meses após o alinhamento do Grão-Pará ao governo do Rio de Janeiro, algumas das condições que favoreceram a vitória deste projeto político em agosto de 1823 desaparecessem ou fossem revertidas. Por isso, para muitos, este quadro era o indicativo de que ali a “solução brasileira” estava com seus dias contados.

Essa idéia, deve-se insistir pela última vez, não se dava apenas porque se achava que o Grão-Pará podia restabelecer os laços com Portugal ou se alinhar à Confederação do Equador. Para os estratos dominantes do Grão-Pará, a vitória de alguns projetos de futuro, mesmo que estes não almejassem se desligar do Rio de Janeiro, significava a derrota do que julgavam ser a “verdadeira causa da independência”. Nesse sentido, sem sombra de dúvida, a alternativa de futuro a qual estes homens não associavam outra coisa que não fosse anarquia ou revolução, era aquela que os tapuios diziam defender em nome do Imperador. Por isso, deve ter causado grande apreensão a notícia de que os rebeldes estavam marchando agora ofensivamente para o oeste, em direção a Santarém e o Rio Negro, entre fevereiro e março de 1824. Isto porque, naquela direção, a proporção de tapuios entre o total de habitantes crescería cada vez mais, fazendo supor que a fileira dos “facciosos” seria engrossada e o interior, e talvez a própria província, fossem definitivamente perdidos.

Capítulo 5

O Grão-Pará, Província do Império do Brasil: a inviabilização de outros projetos de futuro

5.1 – A Junta Militar Provisória de Santarém e a contra-ofensiva aos rebeldes

Por conta de sua localização na rede hidrográfica da capitania e depois província do Grão-Pará, o lugar onde no século XIX estava a vila de Santarém, ao longo de sua história, sempre foi identificado como um ponto estratégico. No final do século XVII, este lugar já tinha sido escolhido para abrigar uma fortaleza que tinha como missão reprimir possíveis ataques dos indígenas, além de vigiar constantemente o tráfego de embarcações no Rio Amazonas⁶⁰⁶. Já no século XIX, o lugar privilegiado da vila chamava a atenção dos cronistas mais por sua função na logística comercial do que na militar: contando com a maior população da região conhecida como Baixo Amazonas, Santarém foi definida tanto na obra de Spix e Martius quanto no clássico de Baena como o empório entre a parte ocidental da província e a capital, o que, considerando-se que os referidos autores jamais conheceram um ao texto do outro, deixa claro que este era um senso comum disseminado no território paraense⁶⁰⁷.

Não é de se estranhar, pois o procedimento que se tinha ali era bem conhecido: migrantes portugueses, antigos e novos, como também seus descendentes, instalavam-se em Santarém onde se punham a montar lojas que comercializavam todo o tipo de mercadorias européias. Ao mesmo tempo, estes e outros negociantes de mesma origem eram intermediários que compravam produtos como o cacau, salsaparrilha, cravo-do-

⁶⁰⁶ Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, pp. 332-335.

⁶⁰⁷ Johann Baptist Von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, capítulo 3 (livro oitavo). Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, pp. 332-335.

maranhão, café, algodão e borracha plantados ou colhidos na eficiente atividade extrativista montada nas vilas e povoados vizinhos. Excetuando-se os grandes produtores que tinham transporte próprio para Belém, o carregamento tanto dos produtos do Sertão, como se dizia, como daqueles que vinham do Mato Grosso, que tinham Santarém como ponto obrigatório no seu comércio com o Pará, eram todos feitos por esses intermediários, que estabeleceram neste fluxo com a capital a rota comercial mais importante da economia paraense no período. No entanto, se a posição-chave desta vila na rede hidrográfica favoreceu que ela se destacasse economicamente, Santarém nunca deixou de ser um ponto estratégico sob a ótica militar, já que esta era a porta de entrada do Rio Negro e o entroncamento de rios importantes. Desta forma, não é por acaso que este foi o palco de um dos combates mais decisivos para a definição do destino político da província em 1824.

No começo de março daquele ano, já era público que forças rebeldes vinham de Cametá em direção ao oeste e que, depois de terem levantado a vila de Gurupá, tinham a intenção de chegar à região do Baixo Amazonas⁶⁰⁸. Foi nesta ocasião que começaram a chegar a Santarém as primeiras levas de moradores das vilas vizinhas, fosse porque tinham sido expulsos pelos “facciosos” ou porque se antecipavam à chegada deles. Junto com as notícias trazidas por esses recém-chegados, crescia a tensão na vila, já que a guerra civil que crescia no leste da província parecia ter batido à porta através de uma ameaça muito concreta: segundo uma carta enviada posteriormente ao governo do Rio Negro, afirmava-se que, naquele momento, os rebeldes estacionados na fronteira de Santarém chegavam a 400 homens, número que militarmente era espantoso neste contexto, já que era maior que a quantidade de habitantes oficialmente registrada na maioria dos povoados e até de algumas vilas⁶⁰⁹. Por conta disso, aumentava a pressão sobre a Câmara para que esta tomasse alguma providência com recursos próprios, uma vez que o contato com Belém já estava cortado há mais de dois meses e não havia esperanças que algum socorro de lá viesse, tal era o estado de impotência em que a capital era descrita pelas esparsas notícias que

⁶⁰⁸ APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número; APEP – Códice 798 – Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos (1824-25), d. 15.

⁶⁰⁹ APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número. Sobre dados populacionais, veja de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*.

chegavam ao Sertão⁶¹⁰. Foi nesta conjuntura que se formou a Junta Militar Provisória de Santarém, que passou a ser, não só a maior autoridade política e militar da vila, como também se tornou um novo centro de poder com decisiva influência sobre toda a região.⁶¹¹

A missão militar da Junta era muito clara: através da defesa de Santarém e das vilas e povoados vizinhos, pretendia-se impedir a qualquer custo que as forças rebeldes chegassem ao Rio Negro e ali espalhassem a revolta⁶¹². Este objetivo militar, por sua vez, estava subordinado a uma justificativa política: desde suas primeiras correspondências a Junta Militar Provisória legitimava suas ações sob a alegação de que estava defendendo a “causa da independência” do Brasil⁶¹³. Mas o que era a “causa da independência” para esses homens e do que eles a estavam defendendo? Não havia nisso um contra-senso, uma vez que todos os relatos sobre a chegada dos rebeldes nas diferentes vilas são unânimes em registrar que estes davam “vivas” ao Imperador e à Independência, além do que seus líderes se autodenominavam como “comandantes imperiais”? Citada já parcialmente, uma carta escrita em 22 de abril à Câmara da vizinha Óbidos, explica esta questão de uma maneira muito crua. Após ter perdido de modo humilhante uma batalha contra os “facciosos” de Monte Alegre, vila em que se concentraram os rebeldes de toda a região no cerco a Santarém, a Junta explicava como pretendia proceder a partir de agora com a chegada de uma barca artilheira e de soldados, ambos reforços mandados pelo Rio Negro:

⁶¹⁰ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 58-60.

⁶¹¹ Os episódios em torno da ação da Junta Militar Provisória de Santarém, como se verá, tiveram importância decisiva para o desenlace da guerra civil que tomou grande parte do Grão-Pará logo após o alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro. Apesar disso, estes eventos são praticamente ignorados pela historiografia paraense, algo que Arthur Cezar Ferreira Reis lamentou na sua introdução ao clássico de Domingos Raiol – *Motins Políticos*. Neste sentido, o próprio Reis pretendeu reverter este silêncio da historiografia ao dedicar a este tema um capítulo do livro que escreveu sobre Santarém. Nesta ocasião, produzindo um texto com uma perspectiva muito diferente daquela a ser apresentada aqui, Reis se valeu de vários documentos do Arquivo Público do Pará, inclusive alguns que também foram selecionados por esta pesquisa e que serão citados a seguir. Veja de Arthur Cezar Ferreira Reis – *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

⁶¹² Este objetivo está explicitamente exposto no documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 153-157.

⁶¹³ Esta justificativa dá o tom do discurso em vários documentos. Veja como exemplo, APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número.

*“Temos resolvido fazer marcha 2 Barcas Artilhadas, huma amanhã fica pronto e outro he o do Rio Negro com aforça que podermos, para arrazar de huma vez desta Vila athe Monte Alegre tudo, assim como se fez em Portugal, e para esta aforça que poder, e se assim o não fizermos pudendo muito esta, eperdido todo o Certão, porque o inimigo compoem-se detoda aração de gente ordinária estrupiada he a Negra.”*⁶¹⁴

O fatalismo da Junta, amplamente apoiado pelos discursos e correspondências dos moradores desta vila e de suas vizinhas, era muito claro: a vitória da “canalha”, como foi repetidamente rotulado o bando de tapuios, mestiços e negros que cercavam Santarém, era o inaceitável. Tanto que estes homens, reproduzindo o procedimento que teve governo de Belém em relação ao levante de 15 de outubro de 1823 na capital, mesmo sabendo que a revolta da “canalha” era uma manifestação do embate político que estava sendo travado na província, sendo desta forma descrita em correspondências de restrita circulação, recusavam-se assim considerá-la publicamente. Como foi feito em Belém, a luta dos “facciosos” era descrita pela Junta Militar como uma ação movida por um partido anti-social, cujo objetivo era somente a anarquia e o roubo⁶¹⁵. A desqualificação do movimento tinha todo o sentido: afinal, os objetivos políticos de tapuios e escravos africanos chocavam-se, necessariamente, com as formas de trabalho compulsório existentes no Grão-Pará e isso não podia encontrar acolhida, mesmo que eventualmente, entre os partidos em que se dividiam as elites políticas e econômicas da província. Isso porque, para esses homens, aquilo era mais do que uma reivindicação ou uma forma divergente de se compreender o significado da independência: os objetivos políticos perseguidos por tapuios e negros através daquelas revoltas, caso fossem vitoriosos, acabariam destruindo estruturas sobre as quais se sustentava o próprio modo pelo qual esses estratos dominantes da

⁶¹⁴ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp.54-55. A grafia original foi mantida a não ser as abreviações.

⁶¹⁵ Veja o capítulo 4. Veja também o documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 57-58.

província entendiam o mundo e organizavam a sociedade, o que fazia com que estes homens não pestanejassem em afirmar que o sucesso dos rebeldes significaria que o sertão estaria perdido ou, em outras palavras, que a própria “causa da independência” teria sido malograda. Para reforçar esta idéia, a Junta Militar de modo recorrente se apoiava na imagem de uma revolução também feita por homens que estavam condenados ao trabalho compulsório e cuja vitória era tida em todo o Mundo Atlântico como a perda para a civilização daquele território:

*“Julgamos que nesta mesma ocasião serão Vossa Senhorias informadas pela Camera desta Villa dos Passos que os seus povos tem dado para nos defender do inimigo comum, que pretende lançar esta Província do Rico Amazonas na Anarchia, depois d’hua horrorosa effusão de sangue, e para em montões de cadáveres se levantarem Novos Neros, ou repetirem-se as tristes e sempre lastimáveis scenas de S. Domingos”*⁶¹⁶.

Obviamente, o medo de que os acontecimentos de São Domingos se repetissem foi habilmente utilizado pela Junta de Santarém para que ela conseguisse fazer com que os proprietários, comerciantes e a elite política da região convergissem para um objetivo, tarefa inglória naquele período em que os grupos digladiavam-se entre si, animados pela disputa dos últimos anos. Ao mesmo tempo, e é importante ter isso muito claro, a ameaça era real. Não há dúvidas de que nem o Brasil, muito menos o Pará, tinham as características do Haiti, mas as especificidades paraenses só significavam que a ameaça à completa subversão da ordem estabelecida tinha outros caminhos para prosperar. Nesse sentido, ao contrário do que ocorrera em São Domingos, os escravos africanos não eram a grande ameaça, apesar de serem muito temidos. Na verdade, as correspondências trocadas entre as autoridades do período esclarecem que os negros cativos eram incorporados às forças

⁶¹⁶ O trecho transcrito acima é de uma carta enviada pela Junta Militar de Santarém para o governo do Rio Negro em 23 de março de 1824. APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número.

rebeldes sob a promessa de serem libertados⁶¹⁷, chegando-se, neste sentido, a se declarar abolida a escravidão na vila de Alenquer⁶¹⁸, o que, por sua vez, concretizava o pior dos pesadelos exteriorizados pelo governo de Belém na ocasião do levante de 15 de outubro de 1823: o medo da união entre escravos e soldados. Nesta parceria, contudo, é preciso salientar que, apesar de sua inegável importância, os cativos africanos não eram a mola propulsora da revolta, mas elementos que eram a ela agregados.

Isso posto, então quem eram os protagonistas destas rebeldias no Baixo Amazonas? As descrições sobre a chegada dos “facciosos” na vila de Alenquer repetem os mesmos procedimentos dos rebeldes que se registravam em toda a província, mas com a grande vantagem de se terem produzido ali relatos bem mais detalhistas sobre estes acontecimentos. Em uma dessas cartas enviadas posteriormente ao governo de Belém, contava-se que no final de março tinha vindo de Monte Alegre, vila onde estavam concentrados os rebeldes, uma força comandada por um tapuio desertor formada por outros indígenas, alguns vaqueiros e outros tantos “sicranos”, antes declarados libertos pelo comandante⁶¹⁹. Uma vez em Alenquer, a correspondência relatava que se os “facciosos”, dando repetidos “Vivas” à Sua Majestade Imperial, tinham conseguido a adesão de alguns escravos para fazer o levante, por sua vez obtiveram por parte dos tapuios locais apoio integral, pois todos eles engrossaram a fileira dos forasteiros.⁶²⁰ Portanto, em consonância ao que foi registrado por toda a província, eram estes homens a grande massa que compunha as forças rebeldes no Baixo Amazonas, sendo outras tantas vezes também a sua liderança.

O protagonismo dos tapuios nesta revolta, aliás, não é nem um pouco surpreendente. Especificamente na região do Baixo Amazonas era notória a grande presença destes homens e o papel fundamental que desempenhavam na economia local. Nesse sentido, em seu famoso relato de viagem, Spix e Martius não deixaram dúvidas a este respeito: falando sobre Santarém, a principal vila da região, os viajantes registraram que os tapuios, algumas vezes morando em senzalas, eram os responsáveis por quase todas

⁶¹⁷ APEP – Códice 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 31.

⁶¹⁸ Veja o documento do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 85-87.

⁶¹⁹ A indeterminação “sicrano” está na carta, impossibilitando saber se estava falando de escravos negros ou indígenas.

⁶²⁰ APEP – Códice 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 31.

as atividades do lugar, chegando ainda a dizerem que era raro encontrar-se ali um escravo negro⁶²¹. Isso não quer dizer que eles não existissem: estes muitas vezes foram empregados nas tentativas de se cultivar produtos agrícolas, como o cacau, espalhadas por toda a região⁶²². Contudo, era inegável a predominância do tapuio ali. Indicativo disso, por exemplo, era o fato de Spix e Martius registrarem que a língua predominante em Santarém, no período que por ali passaram, ainda era a Língua Geral.⁶²³ Por conta desse quadro, não poderia haver nada mais desastroso para negociantes e proprietários que uma revolta liderada e apoiada por tapuios. Nesse sentido, o que acontecia ali era diferente do que ocorrera em São Domingos, mas igualmente ameaçador.

E foi justamente em torno deste medo que a Junta Militar de Santarém conseguiu articular toda a região numa contra-ofensiva aos rebeldes, sem que houvesse interferência da capital nesse sentido⁶²⁴. O reconhecimento provisório deste novo centro de poder regional, apesar das contendas entre as autoridades de que se tratará mais adiante, permitiu que a Junta tivesse a seu dispor uma força militar muito superior ao que estava a seu alcance na vila, o que por sua vez demonstrava de maneira indireta o poder dos rebeldes: foi necessário mobilizar tropas e armas de várias vilas e povoados para que se vencesse, com notórias dificuldades, os “facciosos”.

Para montar a contra-ofensiva, a Junta Militar de Santarém dividiu o tratamento a seus possíveis aliados em três blocos, sendo que, de cada qual, pretendia obter um apoio diferente. O primeiro destes blocos era formado pelas vilas e povoados com menor importância na região. Destes lugares esperava-se obter principalmente homens para reforçar as tropas, chegando-se a dar ordens para que os comandantes militares recrutassem todos os rapazes capacitados para tomarem armas, o que significava excetuar apenas os pais

⁶²¹ Johann Baptist Von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, capítulo 3 (livro oitavo).

⁶²² José Maia Bezerra Neto – *Escravidão Negra no Grão Pará (séculos XVII-XIX)*, pp. 88-100.

⁶²³ Johann Baptist Von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, capítulo 3 (livro oitavo). Há um detalhado estudo sobre o uso das línguas nesta região, valendo-se inclusive das descrições de Spix e Martius, na obra de José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português: Para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*.

⁶²⁴ Os contatos com a capital conseguem ser parcialmente retomados só em maio de 1824, quando a campanha militar já estava muito adiantada. Ver APEP – Códice 794 – Correspondência de diversos com o Governo (1824), d. 65.

de família, os velhos e os doentes⁶²⁵. Além destes homens recrutados pelas autoridades militares da região, a Junta ainda pôde contar com o reforço de vários indivíduos das vilas vizinhas que se apresentavam voluntariamente. É o caso do que aconteceu em Alenquer: lá, no começo do mês de março, notícias de que os rebeldes estavam nas vizinhanças fizeram com que todos os brancos, com exceção do juiz ordinário e do vigário, abandonassem a vila e se dirigissem a Santarém onde foram se oferecer para ingressarem nas tropas⁶²⁶. O recorte racial destes voluntários, somado a outras questões recorrentes nas correspondências que estavam sendo trocadas, apontam a motivação dos fugitivos de Alenquer: acreditava-se que a guerra movida pelos rebeldes era uma guerra contra todos os brancos.

Esta era uma visão que a Junta Militar de Santarém fazia questão de reforçar: segundo ela, todos os brancos eram o alvo dos “facciosos” não se fazendo diferença entre os europeus e os americanos⁶²⁷. Era com este tipo de argumento que a Junta pretendia disciplinar a ação da vila de Óbidos, com quem negociava como um bloco à parte das vizinhas, tentando convencê-la de que o problema era comum a todos, o que exigia uma resposta coordenada. Apesar de esperar de Óbidos o mesmo que vinha pedindo aos demais vilarejos – ou seja, homens e o pouco que dispusessem de armas e munições – é nítido que o tratamento dado a esta vila foi diferenciado. Para isso contribui não só a maior capacidade militar desta em relação à vizinhança, mas também as dificuldades para fazer suas autoridades se subordinarem a Santarém. Este, aliás, era o tema de grande parte das correspondências trocadas entre a Junta e a Câmara de Óbidos, chegando a primeira a repreender a segunda por ter realizado investidas contra os rebeldes por iniciativa própria, sem prestar contas nem se submeter ao comando dos santarenos⁶²⁸.

Por fim, além das vilas vizinhas e de Óbidos, a Junta Militar de Santarém ainda concentrava grande parte dos seus esforços para conquistar um terceiro aliado: o governo

⁶²⁵ Documentos do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 52 e 45-46.

⁶²⁶ APEP – Códice 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 31.

⁶²⁷ Esta afirmação está presente em várias cartas. Veja, por exemplo, APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número.

⁶²⁸ Veja o documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 107-108. Registro de uma dessas ações autônomas das tropas de Óbidos que causaram conflitos com Santarém pode ser encontrado em APEP – Códice 791 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 90.

do Rio Negro. Em termos militares, esta era a mais melindrosa das tarefas diplomáticas dos santarenos, pois se acreditava que o apoio do Rio Negro, através de armas e homens, seria decisivo para o resultado da guerra. Afinal, de lá se esperava que viesse, além de soldados, também uma barca artilheira, arma de combate da qual não se dispunha na vila e que tinha grande importância estratégica naquele contexto. O interesse no sucesso da negociação era tanto que fez com que a Junta gastasse boa parte do mês de março enviando cartas ao Rio Negro, tentando dar todas as contrapartidas possíveis. Nesse sentido, por exemplo, o comando Militar de Santarém afirmava que todos os homens enviados para engrossar as tropas seriam pagos mensalmente, alegando ainda já dispor de todos os mantimentos necessários para isso, faltando apenas um pouco de farinha pelo fato de não se encontrar quem a vendesse naquela ocasião⁶²⁹.

O Governo do Rio Negro acabou atendendo integralmente as solicitações de Santarém ainda em março⁶³⁰, muito provavelmente menos pelos apelos e garantias oferecidas e mais pelos próprios interesses que estavam em jogo: além de ser imprescindível deter a marcha dos rebeldes, pois, caso vencessem a resistência no Baixo Amazonas, teriam o Rio Negro como próximo alvo, pesava também o fato de todo o comércio do sertão estar paralisado há meses por conta do bloqueio dos “facciosos”, que impediam o acesso à capital da província⁶³¹. Contudo, apesar da rápida resposta vinda do interior do Amazonas, alguns fatos precipitaram a ação da Junta, que teve que responder a ataques sem que os reforços do Rio Negro tivessem chegado.

É que no final de março de 1824, parte das forças rebeldes que estavam concentradas em Monte Alegre seguiu para Alenquer, onde não havia senão dois moradores brancos, já que todos os outros homens adultos tinham ido reforçar as tropas de Santarém. Com a confirmação desta notícia, não restou à Junta outra alternativa que não fosse a de

⁶²⁹ APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 20; APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número.

⁶³⁰ APEP - Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 21; Veja também o documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 85-87.

⁶³¹ Como dito anteriormente, apenas em maio a Junta de Santarém recomendou que governo do Rio Negro começasse a preparar os transportes para retomar o comércio com a capital e mesmo assim ainda pediu para que estas autoridades aguardassem novas informações para o efetivo envio dos barcos. Veja o documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 110-111.

preparar uma contra-ofensiva, fosse porque temia que os “facciosos” ganhassem força com a nova conquista, fosse porque não era possível lidar com a pressão dos voluntários da vila vizinha, que clamavam por suas mulheres deixadas em sua terra, então transformada em um campo de batalhas⁶³².

Em vista disso, organizou-se uma expedição com as forças que até então tinha sido possível reunir, mandando-se no dia 29 de março que 80 praças marchassem em direção a Alenquer⁶³³. Como este era apenas um braço dos rebeldes que estavam concentrados em Monte Alegre, numa luta desigual de armas, pouco adiantou o apoio dos tapuios locais: a vitória das tropas de Santarém se consolidou em menos de duas horas de combate, com a morte de apenas um de seus homens contra mais de 15 dos seus adversários, ao que se somou ainda um outro tanto de prisioneiros⁶³⁴. A fulminante vitória, no entanto, acabaria precipitando o pior erro militar da Junta.

É que diante do êxito nos campos do Alenquer, as autoridades de Santarém começaram a especular se não seria possível atacar e desarticular o foco da revolta com a capacidade bélica que já dispunham. No entanto, é preciso salientar, que essa ação militar acabaria se precipitando não só pela maior confiança que a Junta adquiriu após a vitória em Alenquer, mas principalmente porque a situação na região ia ficando cada vez mais difícil: segundo as autoridades santarenas, diariamente todos assistiam à fuga de tapuios e escravos, que abandonavam as vilas e povoados vizinhos para se juntarem aos rebeldes de Monte Alegre que, assim, iam ficando mais fortes a cada amanhecer⁶³⁵.

Dessa forma, decidiu-se enviar no dia 10 de abril uma expedição que deveria enfrentar frontalmente os “facciosos” em Monte Alegre, o seu principal ponto de reunião. Para tanto, organizou-se uma força que se esperava que chegasse a 200 homens, ainda reforçados por três embarcações que haviam sido improvisadas para dar apoio, já que a

⁶³² Foi em um dos relatos sobre a invasão de Alenquer que se acusou os rebeldes de dizerem publicamente que pretendiam matar as mulheres brancas da vila para que jamais nascessem novamente crianças desta raça. APEP – Códice 791 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 90.

⁶³³ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 85-87.

⁶³⁴ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 60-61. APEP – Códice 791 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 90.

⁶³⁵ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, p. 90.

barca artilheira prometida pelo Rio Negro ainda não havia chegado⁶³⁶. Não bastasse toda esta demonstração de força, a tropa que se preparava ainda iria dispor das melhores armas disponíveis na ocasião, além de farta munição, o que fazia com que muitos acreditassem que os rebeldes seriam vencidos definitivamente⁶³⁷.

No entanto, este seria um grave engano. Nas cartas que enviou posteriormente, a Junta sempre insistiu que a sua derrota teria acontecido exclusivamente pela falta de habilidade de um dos comandantes que decidiu atacar sem ter toda a tropa reunida, numa clara tentativa de minimizar a surpresa de seus aliados com a capacidade bélica demonstrada pelos rebeldes. De todo o jeito, independentemente dos motivos com os quais pudesse se justificar o resultado do embate, a verdade é que as forças enviadas por Santarém foram vencidas de maneira humilhante. Segundo os relatos, os rebeldes, certos de sua superioridade, não só perseguiram as tropas que fugiam por terra, como chegaram à ousadia de se jogarem na água com o objetivo de embarcar nos transportes enviados por Santarém e matarem os comandantes⁶³⁸. A confusão foi tamanha que, quinze dias depois, a Junta ainda não tinha o número certo de suas baixas, sendo que muitos soldados ainda eram considerados desaparecidos, já que poucos dias antes alguns homens ainda tinham retornado do campo de batalha em pequenos grupos, sem armas e parte deles até completamente nus⁶³⁹.

A esmagadora derrota da melhor capacidade militar que Santarém até então dispunha, colocava em dúvida a possibilidade da Junta impedir que os rebeldes passassem para o interior do Amazonas e espalhassem a revolta, caso estes resolvessem fazer uma investida contra a vila. Foi neste íterim que finalmente chegaram os reforços enviados

⁶³⁶ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 85-87.

⁶³⁷ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 47-49.

⁶³⁸ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 47-49.

⁶³⁹ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 54-55.

pelo Rio Negro, inclusive a esperada Barca Artilheira⁶⁴⁰. Diante deste novo elemento, o governo militar santareno resolveu agir logo, não só para evitar o avanço dos “facciosos”, mas porque aparentemente temia que sua liderança regional fosse questionada após a desastrosa campanha feita em Monte Alegre. Nesse sentido, é sintomático que a Junta tenha rapidamente escrito cartas para os seus aliados, com especial atenção para a Vila de Óbidos, com quem já tinha tido dificuldades para subordinar ao seu comando, com a finalidade de garantir que uma nova investida contra a “canalha” seria feita e que desta vez o inimigo seria definitivamente arrasado⁶⁴¹.

Contudo, a tática para “arrasar” o adversário foi significativamente alterada: ao invés de promover uma nova batalha aberta entre as duas forças, a Junta de Santarém optou por enfrentar os rebeldes de Monte Alegre através de um rigoroso bloqueio, decisão que era favorecida pelo reforço da barca artilheira enviada pelo Rio Negro. Desta forma, no final de abril de 1824, chegavam instruções mais precisas aos comandantes de como deveriam proceder em relação ao bloqueio: em primeiro lugar, todo o trânsito nos rios deveria passar por sua inspeção, sendo considerados inimigos todos aqueles que não tivessem autorização da Junta para circular. Caso qualquer embarcação não se identificasse ou resistisse às ordens do bloqueio, o governo santareno determinava que estas deveriam ser sumariamente atacadas e, se possível, afundadas. Devia-se também estar atento a possível chegada de embarcações da capital, esperadas pela Junta há muitas semanas, tomando-se todas as medidas possíveis para defendê-las. Por fim, restava ainda uma última orientação que, por sua vez, é a mais instigante de todas: a Junta ordenava ao chefe do bloqueio que organizasse, na medida do possível, expedições que teriam como objetivo retirar das vizinhanças de Monte Alegre todos os homens que fossem minimamente aptos a pegar em armas, fossem libertos ou escravos, e remetê-los para Santarém, deixando nas vilas e povoados apenas as mulheres e os velhos sobre os quais se tivesse certeza que não seriam capazes guerrear. O interessante desta medida era que, ao contrário do que inicialmente poderia se supor, o seu objetivo principal não era tanto reforçar as tropas santarenas, mas

⁶⁴⁰ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 85-87.

⁶⁴¹ Documento do códice 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 54-55.

principalmente o de evitar que os rebeldes encontrassem mais aliados e expandissem o seu domínio territorial.⁶⁴²

Enquanto apertava o bloqueio contra Monte Alegre, a Junta tentava por todos os meios abrir algum contato com a capital. No final de março, já havia sido mandado um correio para a cidade, mas diante da demora no seu retorno, em maio se reconhecia que ele provavelmente tinha sido interceptado pelos “facciosos”, que inundavam toda a rede hidrográfica⁶⁴³. Diante disso, o Governo de Santarém, que já havia explicado sua situação no começo de abril, voltou enviar cartas ao governador de Macapá pedindo para que este fornecesse todas as informações disponíveis sobre a situação na capital e no restante da província, uma vez que o Baixo Amazonas estava completamente isolado e sem notícias.⁶⁴⁴ Além disso, a Junta aproveitava a retomada das conversas com Macapá para tentar se reforçar: desta forma, pedia insistentemente que fossem remetidas para Santarém toda a munição de guerra e pólvora que fosse possível conseguir, adiantando que dinheiro para comprar estes artigos seria o menor dos problemas, afirmando assim que todo o material seria pago imediatamente⁶⁴⁵.

Foi justamente através do governo de Macapá, no começo de junho, que se soube no Baixo Amazonas do retorno de José de Araújo Roza, que tinha ido para o Rio de Janeiro saudar Imperador a mando da Junta Provisória no final de 1823 e agora voltava como Presidente da Província⁶⁴⁶. Contudo, ainda iria demorar mais alguns dias para que a Junta

⁶⁴² Documento do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 44-45.

⁶⁴³ Documento do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, p. 106.

⁶⁴⁴ Documentos do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 61-62 e 106.

⁶⁴⁵ Documento do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, p. 106. É importante lembrar que durante a negociação com o Rio Negro, a Junta de Santarém também havia assegurado ter recursos para sustentar toda a campanha, inclusive o pagamento dos soldados. Isto, por sua vez, só vinha reforçar o óbvio: esta era uma região que concentrava alguns dos mais prósperos negócios da província.

⁶⁴⁶ Documento do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 140. José de Araújo Roza assumiu a Presidência da Província no começo de Maio de 1824. Veja o capítulo 4.

Militar de Santarém recebesse a primeira correspondência do governo da capital desde a sua criação, o que viria a se constituir num documento muito singular.

Datado do final de maio, a carta escrita por Rozo é muito reveladora. O Presidente não poupava elogios à ação da Junta Militar, enaltecendo o que considerava ser uma demonstração de patriotismo e de interesse pela defesa da independência. No mais, cuidava apenas de recomendar que Santarém mantivesse a ação, enviasse os cabeças da revolta para a cidade quando fosse alcançada a paz, tempo em que também deveria ser dissolvida a Junta e devolvido o poder a Câmara. Nada mais era dito, nenhuma instrução em particular era dada. Tal postura revelava uma realidade: nesta guerra, o Governo de Belém era um mero espectador, já que, estando envolvido na tentativa de manter o controle sobre a capital e de fazer investidas contra os rebeldes em Cametá e no Marajó, não havia possibilidades de intervir na guerra que acontecia no Baixo Amazonas. Tanto era assim que nenhuma promessa de auxílio, por menor que fosse, foi feita nesta carta pelas autoridades da capital.⁶⁴⁷

Apesar disso, a Junta soube tirar algum proveito desta correspondência, na medida em que passou a repetir ostensivamente que era um poder reconhecido pelo próprio Presidente da Província⁶⁴⁸. Esta era uma das formas para manter a sua autoridade absoluta sobre a região, algo que já vinha sendo questionado pelos governantes da vila de Óbidos e que seria também um motivo de querela com o Rio Negro. A última contenda teria a sua origem por causa de uma das investidas de Santarém contra Monte Alegre: após manter aquela vila sob um rigoroso bloqueio por várias semanas, que tanto tinha enfraquecido os rebeldes a ponto destes já terem tentado acordar a paz⁶⁴⁹, a Junta resolveu fazer um ataque contra os “facciosos”. Isso gerou um protesto por parte do governo do Rio Negro, que escreveu uma carta dizendo desaprovar a atitude da “Comissão Militar”, designação pela qual desmerecia o poder do governo santareno. Este por sua vez, ressaltou que era uma Junta e não uma Comissão, sendo assim reconhecido por José de Araújo Rozo, que também não só apoiava como recomendara o ataque ofensivo, caso não fosse possível demover os

⁶⁴⁷ APEP – Códice 794 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 65. Na verdade o título do códice está equivocado: tratam-se de correspondências do Governo da Província do Pará enviadas para diversos destinatários.

⁶⁴⁸ Em algumas cartas deste período esta declaração é uma espécie de cabeçalho. Veja, por exemplo, APEP – Códice 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 07.

⁶⁴⁹ A guerra não cessou porque a Junta considerou que os pedidos feitos pelos rebeldes eram abusivos.

rebeldes por meios pacíficos. Assim, continuava a Junta, uma vez que os sublevados reunidos em Monte Alegre estavam atacando as embarcações do bloqueio, era muito justo que se fizesse uma contra-ofensiva, ainda mais sendo esta aprovada pelo Presidente.⁶⁵⁰ Apesar da severidade da carta enviada por Santarém, a tentativa de enquadrar o governo do Rio Negro já era um sinal claro do desgaste político da Junta Militar.

Contudo, se esta estava assistindo o declínio do seu poder, a situação para os “facciosos” naquele momento também já era muito pior. O bloqueio a Monte Alegre não só tinha se mostrado eficiente, como cada vez ia se tornando mais rigoroso. A única solução para furá-lo parecia ser a chegada de um reforço vindo das vilas ao leste, algo que seria trivial meses atrás, mas que agora parecia muito difícil de acontecer porque a repressão naquela região também havia sido muito severa: tinham-se notícias no Baixo Amazonas de que a capital estava atacando Cametá pela quinta vez e que agora a situação estava sob seu controle, assim como no Marajó não só graças à capacidade militar de Belém, mas também à anistia para os rebeldes que a cidade teve que ceder. Além disso, o horizonte dos homens de Monte Alegre tornava-se mais estreito ao saberem que a repressão tinha sido eficiente ao prender e matar líderes da revolta, o que desarticulava o movimento.⁶⁵¹

Somando-se a tudo isso, ainda existiam os efeitos do ataque feito contra os homens de Monte Alegre por parte das tropas de Santarém que tantos problemas tinham causado para esta no seu relacionamento com o Rio Negro. A Junta Militar viu neste momento de desarticulação dos “facciosos” a hora de dar o lance decisivo: aproveitando-se da anistia geral dada pelo Presidente da Província a todos aqueles que anteriormente tinham se envolvido em sublevações, os santarenos propuseram um acordo de paz com os rebeldes, dizendo que respeitariam o perdão dado por Rozo e levantariam imediatamente o bloqueio caso fossem entregues as armas e os escravos fossem devolvidos aos seus senhores⁶⁵².

⁶⁵⁰ Documento do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 131-132. Na verdade não existia uma recomendação muito precisa sobre um ataque ofensivo aos rebeldes, mas apenas um comentário um tanto quanto despretensioso e genérico.

⁶⁵¹ Nesse sentido, mostra a repercussão destas ações o fato da Junta noticiar entusiasticamente em suas correspondências que o Maneta, personagem muitas vezes citado ao lado de Tupinambá Baia nas ações dos sublevados de Cametá, tinha caído morto nos campos Marajó em meio à contra-ofensiva feita aos rebeldes. Sobre todas estas ações contra os rebeldes no leste da província, veja o documento do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 45-46.

⁶⁵² APEP – Código 798 – Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos (1824-25), d. 28; Veja também o Documento do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta

Sem muita alternativa, isolados e sem esperança de obter reforços, os homens de Monte Alegre se renderam. Com isso, apesar de algumas queixas de Santarém, que alegava vez ou outra que os acordos estavam sendo traídos⁶⁵³, considerou-se que o sertão estava pacificado. Assim, no dia 30 de Junho de 1824 a Junta Militar de Santarém dissolvia a si própria, devolvendo o poder à Câmara⁶⁵⁴.

Tanto do ponto de vista político como militar, a experiência da Junta de Santarém, ao ser extremamente bem-sucedida em relação aos objetivos locais a que se propôs, acabou se tornando também um dos capítulos que mais influenciaram na definição do destino de toda a província. Nesse sentido, militarmente, a resistência feita no Baixo Amazonas impediu que a revolta iniciada em Cametá e sustentada em grande parte pelos tapuios conseguisse chegar e se espalhar pelo Rio Negro, onde a proporção destes indígenas por cada branco era muito maior e o risco da completa perda de controle sobre a situação, considerável. Do ponto de vista político, a “causa da independência”, tal como gritada aos “vivas” em Alenquer e Monte Alegre pela “canalha” era frustrada e reduzida a uma manifestação de um partido anti-social.

O fracasso dos tapuios na sua tentativa de “inventar” o Estado brasileiro, ou, em outras palavras, a inviabilização do seu projeto de futuro, deveu-se ainda a outras contra-ofensivas bem sucedidas em Cametá, no Marajó, em Macapá e em outras vilas e povoados menores e circunvizinhos a estes locais. Além disso, deve-se salientar que o movimento foi muito atingido pela escalada de repressão que se seguiu a essas campanhas militares vitoriosas. Os estratos subordinados da sociedade paraense passaram a ser vistos com maior desconfiança, o que abriu caminho para que o recrutamento para o trabalho compulsório fosse ainda mais intenso. É o que acontece, por exemplo, em Macapá, para onde vão ordens expressas da capital para que não se permitisse que os tapuios ficassem vagando sem ocupação⁶⁵⁵. Caso mais interessante, no entanto, é o do Marajó: após a vitória sobre os rebeldes que dominaram a ilha por meses, a autoridade militar da região julgou que era

Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 144-145.

⁶⁵³ Documento do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 119-122.

⁶⁵⁴ Documento do código 796 do Arquivo Público do Estado do Pará – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos (1824) – transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 122-123.

⁶⁵⁵ APEP – Código 756 – Correspondência da Junta com diversos (1823-24), d. 735.

necessário haver um plano de polícia para aquele local, chegando a sugerir-lo item por item. Neste instigante documento, o Coronel Chermont observava as especificidades do Marajó pedindo, por exemplo, que fosse proibida legalmente a entrada de qualquer pessoa na ilha sem autorização do governo de Belém. Contudo suas preocupações também encontravam pontos comuns ao que tinha sido proposto em Macapá: nesse sentido, fechava-se o cerco contra os indivíduos que vagavam sem ocupação, identificados como soldados da desordem. Quanto a estes homens, na maior parte tapuios, Chermont recomendava que fossem obrigados ao trabalho nos serviços públicos, ou que fossem empregados compulsoriamente nas atividades de particulares⁶⁵⁶. Era uma velha e lucrativa teoria que estava sendo posta em prática mais uma vez no Grão-Pará: a da disciplina dos homens pelo trabalho.

Tudo isso posto, obviamente não significava que a partir de agora a província tivesse simplesmente se livrado de sublevações de tapuios, mestiços e escravos africanos. Toda a história do Grão-Pará desta época até a Cabanagem é marcada por uma contínua série de conflitos armados, muitos deles envolvendo esta gente. Contudo, algo fundamental que existira, entre o final de agosto de 1823 e a vitória das contra-ofensivas em Santarém e no leste do território paraense, perdera-se: neste período, a revolta destes homens tinha conseguido encontrar uma articulação que a fazia ser uma alternativa política que envolvia toda a província e por isso realmente ameaçava o governo de Belém. Esta é a grande especificidade deste momento histórico, que só encontrará algum paralelo na deflagração da Cabanagem. No intervalo entre estes dois pontos, a luta continuará sangrenta, mas se manifestará sempre na forma de insurreições pontuais, sem a força necessária para que os rebeldes pudessem se pôr a inventar o futuro, tal como fizeram a “canalha” de Monte Alegre e os seus aliados.

⁶⁵⁶ APEP – Caixa 31 – Série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), ds. 94 e 108.

5.2 – A inviabilização da costura de alianças externas: a derrota da Confederação do Equador, a intervenção militar da Marinha Imperial no Maranhão e o reconhecimento da independência brasileira por Portugal

Paralelamente ao fato de Belém ir pouco a pouco recobrando o controle sobre a província, como resultado de suas ações ou de ofensivas contra os rebeldes lideradas por autoridades locais, como a Junta Militar de Santarém, acontecimentos externos ao Grão-Pará também iam estreitando os horizontes pelos quais os grupos políticos internos faziam o cálculo de quais projetos de futuro eram viáveis. Nesse sentido, as notícias que chegavam ao território paraense sobre os acontecimentos no restante da América e na Europa voltavam a ser extremamente favoráveis aos defensores do alinhamento ao Rio de Janeiro, de modo que a “solução brasileira”, frente à progressiva inviabilização de outras alternativas políticas, ia cada vez mais deixando de ser vista na província como um arranjo provisório⁶⁵⁷.

O Grão-Pará ia se consolidando como uma província do Império do Brasil na medida em que, como foi visto em todo este trabalho, só era possível sustentar a viabilidade econômica e política de qualquer projeto de futuro na província através de alianças com grupos externos e as notícias que agora chegavam do restante da América e, posteriormente, da Europa davam conta que adversários do governo do Rio de Janeiro iam perdendo as condições que em determinado momento fizeram com que grupos políticos paraenses os enxergassem como possíveis aliados.

⁶⁵⁷ Simultaneamente, com a dissolução da Assembléia Constituinte, a Carta Constitucional outorgada e o paulatino funcionamento das instituições do Império orientadas e legitimadas por essa legislação, a “solução brasileira” também ia ganhando contornos mais claros. Em outras palavras, cada vez mais havia um menor espaço para que os homens sonhassem “inventar” o Estado brasileiro, pois um modelo para ele havia sido criado, excluindo, inclusive, muitos dos quais antes gritaram em sua defesa. Neste sentido, a partir do momento em que o modelo do Estado Brasileiro se consolida, fica claro para tapuios e negros do Grão-Pará que este não era um projeto político revolucionário tal como tinham acreditado.

Nesse sentido, a primeira reviravolta no contexto externo aconteceu na própria América. Como dito anteriormente, o progresso da Confederação do Equador teve um significativo impacto político no Grão-Pará na medida em que um possível alinhamento do Maranhão a este novo “bloco regional”, àquela altura uma possibilidade na qual muitos acreditavam no território paraense, tornaria a situação dos partidários do governo do Rio de Janeiro muito difícil na província. No entanto, no começo de junho de 1824 as Forças Imperiais, das quais em Belém esperava-se algum socorro há meses, entravam em contato com autoridades belenenses para comunicar o início da primeira grande intervenção militar do governo do Rio de Janeiro na região após a campanha da independência. Esta operação, apesar de só ter sido efetiva nas províncias vizinhas, teve grande importância para definição do destino político do Grão-Pará.

O teor deste contato do comandante das Forças Imperiais com as autoridades de Belém, em 10 de junho de 1824, era muito significativo: numa carta enviada a São Luís, com instruções para ser também encaminhada à capital do Grão-Pará, John Taylor descrevia o bloqueio ao Recife, ordenado por conta do descumprimento de ordens do Imperador, da maneira mais sombria possível, num tom que claramente pretendia intimidar os destinatários de sua correspondência. Segundo Taylor, a recusa dos pernambucanos em aceitar o presidente de província nomeado por D. Pedro era a responsável pela situação humilhante que, segundo ele, o Recife estava sofrendo: sem mantimentos, principalmente farinha, o comandante imperial apostava que a cidade acabaria se rendendo pela fome em menos de duas semanas, especialmente depois que se soubesse, segundo a versão do remetente, que os aliados de Manuel de Carvalho Pais de Andrade nas outras províncias tinham sido derrotados. Não achando suficiente este quadro sombrio como aviso às províncias vizinhas, Taylor ainda afirmou que no Rio de Janeiro estava se preparando uma forte expedição para esmagar os rebeldes.⁶⁵⁸

De certa forma, nesta correspondência do comandante imperial o chamamento dos maranhenses e dos paraenses à ordem pautava-se pelo “know-how” criado por outros mercenários ingleses: tal como fizeram Grenfell e Cochrane, as descrições e afirmações de Taylor, que visavam impressionar homens do Grão-Pará e do Maranhão, em grande parte eram apenas mais um blefe. Como se sabe, os aliados de Pais de Andrade em outras

⁶⁵⁸ APEP – Caixa 30 – Série 13 – Ofícios dos Presidentes de Diversas Províncias (1819-29), d. sem número.

províncias estavam longe de serem vencidos naquele momento, assim como o Recife demonstrava uma disposição a resistir muito maior que a comentada por Taylor. Nesse sentido, a idéia de que tudo não passava de um blefe com a intenção de impressionar as províncias vizinhas fica mais clara quando se sabe que no dia seguinte à data em que foi escrita esta carta, na qual o comandante imperial afirmava que sua ação levaria o Recife a se entregar pela fome, John Taylor levantou o bloqueio à capital de Pernambuco por conta do Império não poder manter mais aquelas forças estacionadas no porto recifense: é que, diante das notícias de que Portugal estava prestes a enviar tropas para reconquistar seus domínios na América, o governo do Rio de Janeiro tinha ordenado o retorno de Taylor e das forças por ele comandadas para que se reforçasse a segurança da Corte⁶⁵⁹. Dessa forma, a mensagem do comandante imperial ao Maranhão e ao Pará fazia parte da guerra de informações que também estava sendo travada e objetivava quebrar os ânimos daqueles que nestas províncias pudessem pretender seguir o Recife. Isso pretendia garantir que o Império tivesse mais algum tempo para se restabelecer, antes que se pudesse descobrir que a situação na região estava mesmo fora de controle, o que foi atestado com a ruptura de Pernambuco com o Rio de Janeiro e a proclamação da Confederação do Equador no começo do mês seguinte.

De qualquer forma, o blefe parece ter dado algum resultado nestas duas províncias, pois o que se assistia ali eram os grupos políticos tomarem um posicionamento cauteloso em relação ao que acontecia em Pernambuco, uma vez que todas as informações sobre a real capacidade do Império reprimir este movimento eram confusas e por vezes contraditórias. Deste momento em diante e tendo em vista os poucos recursos de todos os lados em conflito, a guerra da informação continuou sendo vital e o Grão-Pará permaneceu sendo alvo de mensagens e contra-propagandas enviadas pela Corte com o objetivo de minar os possíveis aliados dos confederados na província. Exemplo disso foi o envio, alguns meses depois, de uma matéria publicada no “Diário Fluminense” na qual se criticavam um a um todos os artigos do “Projeto de Governo para as Províncias

⁶⁵⁹ Como dito no capítulo 4, datam de junho de 1824 as primeiras correspondências enviadas pelo Rio de Janeiro às províncias com instruções para que estas preparassem as suas defesas para o ataque de Portugal, tido na época como iminente. APEP – Códice 686 – Correspondência da Metrópole com o Governo (1816-24), d. 144. Sobre a suspensão do bloqueio ao Recife e a retirada das John Taylor veja, entre outros autores, de Amaro Quintas – “A Agitação Republicana no Nordeste”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 1: O Processo de Emancipação, pp. 231-232.

Confederadas”. As ordens para o Presidente do Pará quanto à forma que devia proceder neste caso eram bastante explícitas: as notas do “Diário Fluminense” deviam ter publicidade em toda a província como forma de desmascarar as idéias dos facciosos de Recife.⁶⁶⁰

No meio tempo entre a hesitação dos grupos políticos do Maranhão e do Pará frente às notícias desencontradas e a entrada em circulação de informações que confirmavam o rompimento de Pernambuco com o governo do Rio de Janeiro, chegava à região uma poderosa força militar enviada pela Corte que tinha condições para vencer os rebeldes sem a necessidade de recorrer a nenhum blefe. Com o dinheiro de um empréstimo contraído junto a banqueiros ingleses, o governo do Rio de Janeiro conseguiu montar não só uma expedição com recursos militares muito superiores aos Confederados, mas também reunir no seu comando nomes muito significativos naquela região. Nesse sentido, basta dizer que o chefe das tropas do Império brasileiro era Lord Cochrane, que voltava poucos meses depois ao norte do Brasil, região que tinha dele lembranças muito recentes, de quando fizera naquele lugar se justificar toda a mística por trás do seu nome. Os paraenses, por sua vez, ouviriam falar de um velho conhecido: para auxiliar Cochrane na campanha contra os confederados, a Corte decidiu libertar temporariamente o tenente-coronel Grenfell, que até então estivera detido para responder ao Conselho de Guerra que julgava as acusações contra ele por sua conduta em território paraense⁶⁶¹. A presença destes dois nomes nas forças de repressão era muito significativa para os homens do Maranhão e do Grão-Pará dado o seu passado recente, contribuindo, num tempo em que as notícias sobre a guerra eram contraditórias e imprecisas, para espalhar nesta região a idéia de que a expedição militar do Império seria arrasadora.

Coincide com o período em que a repressão a Pernambuco se tornou notória, o momento em que Miguel Bruce, Presidente do Maranhão, sobre o qual até então pesavam várias acusações de ter simpatia pelo projeto dos confederados, começou a insistir em suas cartas ao governo de Belém na suposta relação entre a Junta Expedicionária do Itapecuru-mirim, grupo político e militar que reunia seus principais adversários, e os republicanos do

⁶⁶⁰ APEP – Códice 686 – Correspondência da Metrópole com o Governo (1816-24), ds. 154 e 155.

⁶⁶¹ Palma Muniz – *Grenfell na História do Pará*, pp. 201-207.

nordeste⁶⁶². Mas, como visto anteriormente, isso só fazia com que os paraenses tivessem ainda mais dúvidas sobre qual seria o posicionamento dos maranhenses em relação à Confederação do Equador. Além de não esquecerem que até pouco tempo antes era sobre Bruce que repousavam as suspeitas de alinhamento com o Recife, na visão destes a situação política da província vizinha era tão indefinida que o fato do seu Presidente agora se pôr como “caçador” de republicanos não garantia a fidelidade do Maranhão ao Rio de Janeiro, pois ele nem podia garantir se conseguiria se manter no poder. Por estas e outras razões, o governo de Belém, nomeado por D. Pedro I, continuou considerando ainda por algum tempo que as instituições maranhenses não eram confiáveis⁶⁶³.

Na verdade, as dúvidas sobre o destino político da província vizinha só começaram a se tornar menores no final de 1824, quando começaram a circular pelo Pará as notícias de que a Confederação do Equador tinha sido massacrada e que o próprio Maranhão estava sobre intervenção das forças militares do Império do Brasil⁶⁶⁴. Este último episódio teve seus capítulos iniciais no começo de novembro, quando Cochrane, já vitorioso na guerra contra os republicanos, retornou a São Luís por conta das notícias das “desordens” que lá estavam ocorrendo e para pressionar pelo pagamento de presas que julgava que lhe eram devidas pelo seu papel na campanha da Independência.

Logo no dia seguinte à sua chegada, o Almirante recebeu uma representação escrita por 78 senhoras maranhenses na qual se relatava as ocorrências recentes e se denunciava Bruce como o causador de todas as desgraças da província⁶⁶⁵. Sabendo do conflito aberto entre o Presidente e a Junta Expedicionária, Cochrane nomeou a si próprio como Governador de Armas e passou a exercer sem limites o papel de árbitro na província. Nesse sentido, em 12 de novembro, menos de uma semana depois de sua chegada, ordenou

⁶⁶² Como exemplo, veja APEP – Caixa 30 – Série 13 – Ofícios dos Presidentes de Diversas Províncias (1819-29), d. 21 e 24. Veja também o capítulo 4.

⁶⁶³ Neste sentido, quando foram presos no Pará alguns indivíduos acusados de republicanismo, em meados de 1824, o governo de Belém os mandou diretamente ao Rio de Janeiro e não ao Maranhão onde ficava o Tribunal da Relação e que seria o destino jurídico correto que deveriam ter os acusados em uma situação normal. Contudo, o Presidente do Pará alegava à Corte que esta atitude se justificava pelo fato da província vizinha não ter condições políticas para abrigar homens com este tipo de acusação naquele momento. APEP – Códice 797 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 07.

⁶⁶⁴ Em outubro chegam cartas oficiais do Maranhão que declaram que a guerra contra os confederados tinha sido vencida pelas forças do Império Brasileiro. APEP – Caixa 30 – Série 13 – Ofícios dos Presidentes de Diversas Províncias (1819-29), d. 25.

⁶⁶⁵ Mário Meireles – *História do Maranhão*, p. 246. Veja também de Mário Meireles – *História da Independência no Maranhão*, pp. 144-148.

que não só os rebeldes do interior entregassem as armas, mas também julgou ter autoridade suficiente para intimar que as forças do governo, até então sob o comando de Bruce, fizessem o mesmo.

O fato desta ordem só ter sido atendida pela Junta Expedicionária, além das constantes denúncias de que ações militares continuavam sendo realizadas no interior por forças do governo a mando do Presidente, levaram ao último grau as animosidades entre Cochrane e Bruce. Foi então que o Marquês do Maranhão, aproveitando-se do clima sobressaltado que se vivia em toda a província, deu início à primeira de uma série de ações que surpreendem pela ousadia: sob o argumento de que as queixas contra Bruce se avolumavam⁶⁶⁶, invocando a autoridade com a qual tinha sido investido na Corte e, principalmente, confiando na superioridade das forças militares sobre o seu comando, nos últimos dias de 1824, o Almirante do Império depôs o Presidente do Maranhão que tinha sido nomeado para este cargo por decreto Imperial.

Esta, no entanto, seria apenas a primeira demonstração de força de Cochrane. Logo em seguida, o mercenário inglês encarregou-se de nomear Manuel Teles da Silva Lobo como presidente interino. Este, sustentado pelo chefe das forças imperiais, tomou providências para expulsar Bruce e um grande número de oficiais alinhados a ele do território da província, ao mesmo tempo em que dava encaminhamento ao pleito do Almirante que requeria naquele momento que se saldasse uma dívida de Rs 104:000\$000 que julgava ter direito de receber dos cofres maranhenses⁶⁶⁷. Meses depois, já em 1825, Cochrane daria a prova definitiva de que era senhor absoluto da situação política e militar no Maranhão: em fevereiro daquele ano, não permitiu que Pedro José da Costa Barros, também combatente na campanha da Confederação do Equador, tomasse posse da presidência da província, mesmo tendo Costa Barros a nomeação da Coroa. Para justificar esta atitude, o Almirante afirmava que os ânimos políticos em território maranhense ainda estavam muito exaltados e que seria prudente só dar a posse após a chegada das tropas que seriam deslocadas de Pernambuco para São Luís. No entanto, Costa Barros protestou por este ato e prometeu responsabilizar o presidente interino junto ao Imperador, o que fez que Silva Lobo apresentasse sua demissão a Cochrane. Este, por sua vez, não só não aceitou

⁶⁶⁶ Cochrane aproveitou-se, inclusive, das queixas dos cônsules da Inglaterra e da França contra Bruce para justificar sua ação.

⁶⁶⁷ Mário Meireles – *História do Maranhão*, p. 246.

esta decisão como ainda, diante da insistência de Costa Barros, obrigou que o novo presidente nomeado embarcasse em direção a Belém, de onde só retornaria para ocupar o seu cargo quando o chefe das forças imperiais já havia deixado o Maranhão.⁶⁶⁸

Contudo, no Pará não foi necessário esperar todo este desenlace para que os grupos políticos percebessem que os ventos tinham mudado seu rumo na região. Já no final de 1824 estava claro para os paraenses que não só o projeto da Confederação tinha sido inviabilizado, mas que o Maranhão não teria condições, pelo menos naquele momento, de sair da órbita do Rio de Janeiro. Com isso, a exemplo do que Bruce tentara fazer com relação à Junta Expedicionária, José de Araújo Rozo, Presidente do Pará, uma vez seguro da derrota dos republicanos passou a atribuir aos seus adversários a defesa de uma bandeira que já era moribunda, com o objetivo de garantir por este meio uma justificativa para prender e expulsar da província os principais membros do partido que agregava a facção da elite política paraense que se opunha a ele.

Rozo já tinha tentado algo parecido em meados de 1824, coincidentemente no mesmo período em que chegara a carta de John Taylor afirmando que o Recife estava prestes a se entregar pela fome. Naquela ocasião, o Presidente do Pará também prendeu algumas pessoas sob a acusação de serem republicanas, mas o número de atingidos foi bem menor. Para dizer a verdade, naquele momento o alvo de Rozo era bem específico: a grande vítima da ação do Presidente foi o Brigadeiro José Inácio Borges que com ele tinha viajado até Belém para ocupar o cargo de Governador de Armas, mas que acabou tendo sua posse impedida pelo próprio Rozo sob a alegação de que os povos, tendo ainda frescas na memória as ações do Brigadeiro José Maria de Moura, não queriam a divisão do poder entre um governo civil e um militar em um momento em que o conflito armado era generalizado em toda a província⁶⁶⁹. Portanto com esta medida, o homem que agora concentrava os poderes do Grão-Pará livrava-se de um oponente que fazia uma aberta campanha contra ele desde este episódio, reunindo em torno de sua causa, declarada como a defesa da ordem legal, todos os inimigos do Presidente⁶⁷⁰.

⁶⁶⁸ Mário Meireles – *História do Maranhão*, p. 247-249.

⁶⁶⁹ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 86-91.

⁶⁷⁰ Arthur Cezar Ferreira Reis – “O Grão-Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e Unidade, pp. 92-94.

Adversários, aliás, não faltavam para Rozo. Ao contrário do que propuseram alguns historiadores⁶⁷¹, o nome escolhido pelo Imperador para ocupar o governo civil paraense estava longe de ser visto com bons olhos por todos os grupos políticos que disputavam o poder, pois desde o início a sua figura esteve associada a um dos partidos envolvidos nos conflitos que tomavam toda a província. Neste sentido, Rozo era filho de um poderoso negociante português radicado no Pará, sendo um legítimo representante do grupo que Souza Jr. denominou de “funcionários-negociantes”, o que o fazia se aproximar politicamente e ser associado com os mais iminentes membros da primeira Junta Constitucional e daquela que foi empossada após o golpe dado por José Maria de Moura em março de 1823⁶⁷². Conseqüentemente, Rozo tinha em homens como o Cônego Batista Campos, que no início de sua administração ainda estava no Rio de Janeiro, e Felix Malcher inimigos óbvios que nunca lhe pouparam de críticas duras e, por vezes, embaraçosas⁶⁷³. Assim, ao mesmo tempo em que acusavam o Presidente de ser um déspota, o que a concentração dos poderes civis e militares supostamente comprovaria, buscava-se também ferir a sua honra pessoal, dizendo-se que ele era despreparado, ainda morava na casa dos pais, escrevia e lia, mas não tinha o domínio da ortografia, etc. A vida privada do então chefe do governo paraense foi discutida publicamente à exaustão, primeiro no Pará e posteriormente no Rio de Janeiro, por conta das defesas e da circulação de publicações feitas pelos prisioneiros por ele mandados para a Corte, sendo que neste momento Rozo foi acusado até de ter transformado o Palácio de Belém em um prostíbulo⁶⁷⁴.

Por sua vez, o presidente sabia desde o início que representava um grupo específico da política paraense e quais seriam as forças que se oporiam a ele. Tanto era

⁶⁷¹ Pelos motivos a serem expostos a seguir, não é crível a tese de Ricardo Borges, segundo a qual a chegada de Rozo teria acalmado os ânimos políticos, que pouco tempo antes estavam acirrados ao ponto do presidente da província ser deposto e preso, por sua nomeação ter sido vista com simpatia por todos os grupos em conflito. Ver de Borges Ricardo – *O Pará Republicano, 1824-1929: ensaio histórico*.

⁶⁷² Veja o capítulo 3.

⁶⁷³ As intrigas entre estes dois grupos políticos se acirrava, entre outras coisas, também pelo fato de Rozo ter revertido, enquanto esteve no poder, algumas medidas tomadas por seus adversários. Neste sentido, por exemplo, Rozo acabou readmitindo vários dos funcionários públicos que tinham sido demitidos pela Junta Provisória. Este ato acabou fazendo com que muitos indivíduos que foram deportados voltassem para a província obtendo para isso a permissão do Presidente. Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, p. 91.

⁶⁷⁴ Arthur Cezar Ferreira Reis – “O Grão-Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e Unidade, pp. 92-94. Ver também do acervo da Biblioteca Nacional – Breve Exposição do Estado Atual da Província do Pará sob a Presidência de José Araújo Rozo para servir de contribuição para a história dos acontecimentos políticos daquela província.

assim que chegou a escrever uma carta ao governo do Rio de Janeiro, em meados de 1824, na qual lastimava o retorno do Cônego Batista Campos para a província, após ter sido absolvido na Corte, chegando a dizer que, justificando-se no temor dos povos, pensava em não permitir o desembarque do Cônego por ser ele considerado um inimigo da ordem pública⁶⁷⁵. Contudo, quando Batista Campos chegou ao Pará, em agosto, Rozo não ousou prendê-lo, o que deu espaço para que o Cônego fizesse uma grande campanha contra o presidente, especialmente pelo fato dele concentrar em suas mãos o poder civil e militar⁶⁷⁶. Só que, no final de setembro, houve uma reviravolta: como citado no capítulo anterior, neste período chegaram cartas enviadas pelos confederados a vários particulares e à Câmara de Belém, o que acirrou os ânimos em toda a província e especialmente na cidade. Foi então que denúncias que já existiam sobre a simpatia de Batista Campos pelo “sistema” defendido por Pais de Andrade ganharam força. Lembrava-se que o Cônego, no seu retorno ao Pará, havia descido no Recife já insurreto e especulava-se que ele teria conversado e recebido instruções do próprio Pais de Andrade. Nesse sentido, na denúncia posteriormente enviada ao Rio de Janeiro, dizia-se que o sacerdote criticava o governo e elogiava a Confederação do Equador, como já teria feito na sua passagem pelo Maranhão, ainda se atribuindo a ele a responsabilidade pela distribuição do material favorável aos republicanos⁶⁷⁷.

Aqui se diz que estas acusações foram remetidas posteriormente ao Rio de Janeiro porque, de fato, naquele período Rozo não se sentia seguro o suficiente para enfrentar as possíveis consequências da deportação de Batista Campos, tendo que assumir o perigoso incômodo de ter seu inimigo preso em uma embarcação ancorada em Belém⁶⁷⁸. Essa situação só foi alterada no final de 1824, como já se disse, quando ficou evidente a derrota da Confederação do Equador e Rozo já sabia da intervenção no Maranhão, por conta das cartas que trocava com o próprio Cochrane. O cenário que se abria naquele momento lhe dava condições para uma ação mais ousada.

⁶⁷⁵ APEP – Códice 797 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 07.

⁶⁷⁶ Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 91-92.

⁶⁷⁷ Arthur Cezar Ferreira Reis – “O Grão-Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e Unidade, pp. 96-97.

⁶⁷⁸ O fato de Batista Campos não ter sido mandado para o Tribunal da Relação no Maranhão, algo que nem foi cogitado mas que seria o correto legalmente, demonstra que ainda em setembro os paraenses tinham dúvidas sobre qual seria o posicionamento da província vizinha em relação a guerra que estava sendo travada.

Foi o que aconteceu nos últimos dias de dezembro de 1824. Na mesma noite de natal em que Cochrane, no Maranhão, depunha Bruce abrindo caminho para a expulsão de uma facção dos estratos dominantes maranhenses alinhada ao então presidente, ocorria no Pará um pequeno motim de soldados que permitiu a Rozo justificar uma ação semelhante àquela posta em marcha pelo Almirante na província vizinha. Mesmo tendo sido a dita “dezembrada” uma insubordinação de apenas alguns soldados que faziam a guarda do palácio, com uma articulação tão frágil com outras unidades a ponto do movimento ser controlado em poucas horas e sem o disparo de uma única bala, o Presidente do Grão-Pará alardeou aos quatro ventos que se tratava de uma tentativa de golpe articulado por um grupo político aliado aos republicanos, que pretendia matá-lo e entregar o poder ao seu suposto líder: o Cônego Batista Campos⁶⁷⁹.

Foi com base nesta acusação que Rozo mandou abrir uma devassa que, conforme suas orientações, deveria atingir não só o suposto líder da “Dezembrada”, o Cônego Batista Campos, mas também todos os seus aliados que, segundo o presidente, em conjunto com ele tramavam contra o governo por serem republicanos e partidários do “sistema” de Pais de Andrade. Essa caça aos “republicanos” acabou, na verdade, resultando na prisão e deportação para o Maranhão e, posteriormente, para o Rio de Janeiro dos mais eminentes membros da facção das elites políticas do Grão-Pará que se opunha a Rozo e ao seu grupo político, entre eles homens como Felix Malcher, o Cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, além do próprio Batista Campos⁶⁸⁰.

A acusação de que se valia o Presidente do Pará naquele momento era muito astuciosa. Afinal, por um lado, ele atribuía aos seus inimigos políticos a defesa de um

⁶⁷⁹ Arthur Cezar Ferreira Reis – “O Grão-Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e Unidade, pp. 96-97. Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, pp. 98-99.

⁶⁸⁰ Arthur Cezar Ferreira Reis – “O Grão-Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e Unidade, p. 97. Todos os acusados por Rozo e deportados para o Rio de Janeiro acabaram sendo não só absolvidos, mas engrossando a série de acusações que já se faziam contra o presidente na Corte e que terminaram por definir sua posterior demissão e a abertura de um processo contra ele no Rio. Sobre as defesas dos acusados, veja do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 123, 2, 36 – Aos verdadeiros amigos de S. M. I. e do Brasil. Carta de Felix Clemente Antonio Malcher. Por Silvestre Antunes Pereira da Serra; Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Lata 289 – Pasta 11 – Fala que dirigiu ao Imperador D. Pedro I o Cônego silvestre Antunes Pereira da Serra depois de absolvido pela denúncia de propaganda republicana no Pará. O processo movido na Corte contra Rozo tem uma cópia no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Lata 291 – Livro 1 – Cópia dos Autos originais do processo do ex-presidente da província do Pará, Cel. José de Araújo Rozo.

projeto político que ele já sabia estar inviabilizado e que representava o “pecado capital” num Estado monarquista. Por outro lado, se não tinha provas concretas da simpatia destes homens pela proposta da Confederação do Equador, também é certo que toda a bibliografia que tratou do tema ressaltou que no período existiam indícios e acusações que envolviam vários membros da elite política local com este projeto político, o que fazia esta denúncia não ser de todo descabida. Reuniões secretas, trocas de papéis, alimentaram o clima de conspiração que se vivia na província⁶⁸¹. E isto, ressalte-se, não era sem razão: afinal, sabia-se que o destino da Confederação do Equador e, principalmente, a definição do alinhamento do Maranhão teriam impactos importantes na vida política paraense o que, naturalmente, fez com que os grupos políticos buscassem se articular de modo a se antecipar aos fatos. Como o que os movia era a situação geopolítica da província e não o fato de serem republicanos ou monarquistas, ao contrário do que posteriormente quiseram mostrar as autoridades paraenses, sempre houve em relação à Confederação do Equador uma resposta dúbia por parte tanto dos grupos políticos que estavam fora do poder, como daqueles que o estavam exercendo e que só enveredaram pela repressão aos “republicanos” nos momentos em presumiram o fracasso do “sistema” de Pais de Andrade. A astúcia de Rozo, portanto, foi a de transformar seus inimigos públicos em “republicanos” por indícios e acusações que poderiam também ser atribuídas a outros grupos políticos, justamente quando a derrota do Recife estava assegurada.

Paralelamente a esta mudança no cenário político de toda a região, que por seu turno tornava distante a possibilidade da criação de um bloco de províncias unidas sob a órbita de Pernambuco, cada vez mais também parecia se inviabilizar outra possibilidade de aliança que objetivava dar sustentação política e econômica a um projeto de futuro que igualmente negava a autoridade do governo do Rio de Janeiro. Tratava-se da esperada reconquista por Portugal de seus domínios americanos, algo que por um longo tempo foi tido por muitos no Pará como um acontecimento iminente. Contudo, a iminência certa foi pouco a pouco dando lugar à frustração dos que aguardavam esta expedição dos dois lados

⁶⁸¹ Arthur Cezar Ferreira Reis – “O Grão-Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e Unidade, pp. 96-98.

do continente. Depois da Vila-Francada⁶⁸², as disputas internas em Portugal acarretaram problemas que se sucediam dia após dia, sempre adiando a partida da Força Militar para América de tal modo que, como disse Valentim Alexandre, a expedição parecia ter eternizado sua estadia nos portos portugueses⁶⁸³. Com isso, assim como a expectativa da partida das tropas para o Brasil tinham chegado meses antes através da correspondência daqueles que estavam na Europa, é de se supor que a posterior descrença no Pará em relação a esta alternativa estaria ligada ao novo cenário que os europeus estavam presenciando e descrevendo em suas novas cartas que tinham o território paraense como destino.

Contudo, o fato da investida de Portugal contra o Império do Brasil não ter acontecido não significa que tenha sido fantasioso o receio do Rio de Janeiro quanto a esta possibilidade, medo que acabou resultando, entre outras coisas, em instruções para que as províncias se preparassem para o ataque iminente, tal como foi citado no capítulo 4. De fato, um dos pilares políticos pelos quais se pretendia justificar a Vila-Francada era o objetivo de reconquistar o antigo Reino do Brasil: dizia-se, por exemplo, que com a dissolução das Cortes teria sido anulado o partido que motivara a secessão americana, só restando a D. Pedro reconhecer a autoridade de seu pai, agora não mais “refém” do Congresso de Lisboa⁶⁸⁴. Seguindo o mesmo raciocínio, os que apoiaram o movimento contra-revolucionário argumentavam ainda que a mudança do sistema político favoreceria o objetivo de reconquistar os domínios americanos porque, com a retomada por parte de D. João VI de seus poderes majestáticos, também se acreditava que Portugal poderia contar com um maior apoio diplomático, especialmente da Santa Aliança, para pressionar a Corte

⁶⁸² Ocorrida em Portugal entre o final de maio e o começo de junho de 1823, a Vila-Francada, nas palavras de Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, “foi sobretudo uma demonstração militar de forças políticas contrárias ao liberalismo”. Deste movimento contra-revolucionário resultou a dissolução das Cortes e a entrega da responsabilidade da criação de uma nova Constituição a uma Junta nomeada por D. João VI. Ver de Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal – “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O exílio político”. IN: José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*. Quinto volume: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa, Estampa, s. d., pp. 65-70.

⁶⁸³ Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, parte 5.

⁶⁸⁴ Este argumento encontrou eco do outro lado do Atlântico. Em meados de 1823, quando o Pará ainda se mantinha alinhado a Lisboa, enquanto muitos choraram e até planejaram uma quixotesca defesa da ordem Constitucional derrubada, outros comemoraram a queda das Cortes Portuguesas, argumentando-se que com esta mudança política e a retomada dos poderes por D. João VI, o Rio de Janeiro não poderia mais manter o seu plano de Independência, já que este era justificado nos atos do Congresso Lisboeta e no desrespeito aos direitos do monarca português.

do Rio de Janeiro⁶⁸⁵. Percebe-se, então, que parte da credibilidade do novo sistema político, imposto aos portugueses em meados de 1823 e que vai perdurar até a morte de D. João VI, dependia do sucesso que ele teria em relação à “questão brasileira”. Por isso o temor por parte da Corte do Rio Janeiro em relação a uma possível investida de reino europeu não era exagerada, nem fantasiosa: sendo por muito tempo a reconquista dos antigos domínios americanos não só uma obsessão, mas também uma questão de “vida ou morte” para o regime político que vigorava em Portugal, era grande a aceitação entre as autoridades portuguesas da idéia de que deveria se usar a força para alcançar este objetivo, caso falhassem as tentativas de acordo com D. Pedro e os apoios diplomáticos⁶⁸⁶.

Neste sentido, o temor da investida militar portuguesa tornou-se o centro das preocupações no Rio porque, num curto espaço de tempo, esta tinha se transformado na única opção que ainda restava para os que pretendiam insistir na reconquista do Brasil, dado que as outras duas alternativas aventadas se mostraram fracassadas. De fato, a possibilidade de um acordo com D. Pedro, a primeira destas alternativas, já no final de 1823 parecia totalmente inviável, especialmente depois que se soube na Europa do malogro da missão diplomática portuguesa enviada à Corte americana com este objetivo. De nada valeram os argumentos de que, uma vez derrubadas as Cortes de Lisboa e retomados os direitos de D. João VI, cabia a D. Pedro sujeitar-se ao monarca português, sob pena de ser encarado na Europa como um usurpador do trono⁶⁸⁷. O Imperador brasileiro não só foi insensível a esta argumentação como ainda sujeitou os enviados de Lisboa às mais vexatórias situações desde o seu desembarque no Rio de Janeiro, em setembro de 1823, quando se recusou a discutir qualquer assunto com a comissão porque esta não estava munida de poderes legais para reconhecer a independência do Brasil, chegando, inclusive, a dar o prazo de dois dias para que os enviados de D. João VI regressassem a Portugal⁶⁸⁸.

⁶⁸⁵ Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, p. 753-760.

⁶⁸⁶ Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, p. 753-764. Isto não quer dizer que esta opinião fosse unânime entre os que governavam após a Vila-Francada. Alguns rejeitavam a ação militar e outros já davam a independência americana como certa, restando concentrar esforços para se conseguir acordos comerciais vantajosos para Portugal. Contudo, a despeito destas divergências, a tendência geral foi a descrita anteriormente.

⁶⁸⁷ D. Pedro já tinha experimentado algumas represálias. O Imperador da Áustria, por exemplo, recusara-se a receber os agentes diplomáticos brasileiros, mesmo sendo a sua filha a Imperatriz do Brasil. Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, p. 756.

⁶⁸⁸ Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, p. 758.

Por sua vez, a outra alternativa com que contavam os homens da Vila-Francada para reconquistar o Brasil – o apoio diplomático das monarquias européias – também acabou se mostrando limitada. Apesar do entusiasmo inicial com as posições do Imperador Austríaco que, como já se disse, recusara-se a receber agentes diplomáticos do Império brasileiro, o silêncio extraordinário da Corte de Viena em relação ao pedido de mediação deste monarca nos negócios da América pôs fim a qualquer esperança de auxílio por parte da Europa Continental⁶⁸⁹. Restava a Inglaterra, que na verdade era o apoio mais decisivo, mas o que também se considerava mais difícil de alcançar, especialmente no momento em que Portugal estava cada vez mais isolado. Desde muito cedo, os diplomatas britânicos se opuseram à obsessão portuguesa de retomar seus domínios americanos, sugerindo que Lisboa devia concentrar seus esforços na tentativa de conservar soberania da Casa de Bragança no trono do Rio de Janeiro. Com relação ao uso da força, os ingleses comprometiam-se somente a reprimir qualquer tentativa dos brasileiros tomarem as possessões lusas em território africano⁶⁹⁰.

Portugal ainda continuaria a insistir por meses a fio nos pedidos de apoio militar da Grã-Bretanha para uma expedição de reconquista do Brasil, mas paralelamente a isto também procurava mobilizar os escassos recursos próprios que dispunha para agir sozinho se necessário. O uso da força, fracassadas as tentativas de acordo com D. Pedro e os apoios diplomáticos, tornava-se mesmo a derradeira alternativa que ainda restava para as autoridades portuguesas que se empenhavam em reverter os últimos acontecimentos na América. Esta via para a solução do problema ganhou força no final de 1823, particularmente depois da chegada dos enviados portugueses que tinham ido ao Rio de Janeiro e da ciência do insucesso desta missão diplomática. Nesse sentido, logo nos primeiros meses de 1824, a possibilidade de um ataque ao Brasil passou do nível da especulação para o do planejamento, quando passava a ficar claro, inclusive, que os temores que se tinha em relação a possíveis agressões contra o Pará não eram nem um

⁶⁸⁹ A resposta de Viena, só escrita em março de 1824, além de ser tardia era a pior possível para Lisboa: o Imperador austríaco negava-se a fazer a mediação porque acreditava que posta desta maneira ela seria inútil. Segundo o monarca, o primeiro passo para que fossem iniciadas as conversações deveria ser dado através do reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal. Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, p. 760.

⁶⁹⁰ Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, p. 760. Uma descrição mais detalhada sobre a disputa diplomática da Independência, só que do ponto de vista “brasileiro”, está no quinto volume da obra de José Honório Rodrigues – *Independência: Revolução e Contra-revolução. A Política Internacional*.

pouco infundados. Isso porque, entre as estratégias que eram discutidas na Europa para se planejar a investida contra o Brasil, o extremo-norte do Império do Brasil era o alvo em uma das duas alternativas de ataque mais bem aceitas pelas autoridades portuguesas: deste modo, discutia-se àquela altura se o mais conveniente seria atacar diretamente o Rio de Janeiro com uma grande força militar, ou se valeria mais a pena, conforme a observação do Conde Suberra, senhorear-se do Pará e do Maranhão, por terem estas províncias relações mais fáceis com Lisboa do que com a Corte americana, e porque posteriormente poderia se penetrar por todo o sertão brasileiro a partir do território paraense. O único inconveniente que se registrou contra esta ação era, por sua vez, muito significativo: dizia-se que era preciso refletir melhor sobre esta medida porque o ataque português poderia voltar estas províncias contra Lisboa, justamente no momento em que se avaliava na Europa que o Maranhão e o Pará estavam prestes a romper com o Rio de Janeiro⁶⁹¹.

Ao mesmo tempo em que se discutia qual seria melhor estratégia para a campanha militar e se esgotavam os últimos esforços diplomáticos na tentativa de se fazer a Corte de Viena se pronunciar a favor de Portugal, o cumprimento de uma determinação dos ministros portugueses reforçava para os habitantes do reino a impressão de que a expedição militar era iminente: enquanto não se decidisse definitivamente qual ação seria tomada para se reconquistar o Brasil, os ministros ordenavam que preventivamente se devia aprontar, equipar e guarnecer o maior número de Vasos de Guerra que se dispusesse na marinha portuguesa. Assim, em abril de 1824, correspondências das autoridades portuguesas afirmavam que era grande o entusiasmo da população de Lisboa pelo armamento da expedição naval ainda ancorada no porto, chegando-se a dizer que os negociantes locais

⁶⁹¹ Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, pp. 758-759. É muito provável que esta avaliação da Corte de Lisboa estivesse ligada às notícias que chegavam dos navios vindos de Belém, tal como descrito no capítulo 4. Resta ainda observar que se havia uma obsessão de grande parte do governo português em reconquistar o Brasil, era em relação às províncias do extremo-norte que repousavam a maior esperança de reversão do quadro. Reforçando o que foi dito nas páginas anteriores, outros documentos demonstram que não só em Belém, mas também no Rio e na Europa, considerava-se que o alinhamento do Pará e do Maranhão ao “Sistema do Sul” seria difícil de se manter. Neste sentido, nas instruções secretas dadas aos emissários brasileiros responsáveis pelas conversações com a diplomacia britânica, D. Pedro I expressava, no começo de 1824, uma particular preocupação com a possibilidade de que Portugal se pusesse a intervir no extremo-norte com o objetivo de desmembrar o território paraense e maranhense do restante do Império, uma vez que o Imperador reconhecia que os lusos ainda tinham muita influência nesta região. Por conta disso, D. Pedro I instruía os emissários a solicitarem que a Inglaterra deixasse claro a Portugal que se opunha a esta pretensão. Sobre este documento, veja de José Honório Rodrigues – *Independência: Revolução e Contra-Revolução. A Política Internacional*, pp. 113-114.

contribuíam pesadamente para este objetivo⁶⁹². A mobilização da sociedade lisboeta e o impacto visual da preparação dos Vasos de Guerra certamente contribuíram para que as notícias e os boatos gerassem uma enorme expectativa na cidade que, por sua vez, foi posteriormente repassada ao Pará através das cartas que eram remetidas pelos residentes na Europa, o que acabou gerando em território paraense uma histeria que durou a maior parte do ano de 1824.⁶⁹³

A despeito de todas essas evidências que se tinha na época, suficientes para alarmar na América a vários políticos experientes, o fato hoje sabido é o de que Portugal não enviou forças para tentar reconquistar o Brasil e muito menos o Pará. A razão para isso até hoje é motivo de grandes polêmicas entre os historiadores, mas parece difícil negar que a delicada situação da política interna em Portugal após a Vila-Francada foi decisiva para que se frustrassem os planos de ataque contra o Brasil. De fato, D. João VI teve pouco tempo para saborear sua vitória contra os liberais em junho de 1823: poucos meses depois, em outubro, ocorria a primeira tentativa de depor o monarca português do trono por um movimento liderado pelo próprio infante D. Miguel, ao que se seguiram ainda outras tentativas de deposição ou ações que afrontavam o regime ao longo do restante de 1823 e de todo o ano de 1824.

A fragilidade da posição de D. João VI, no entanto, ficaria completamente evidente durante a dita “Abrilada”, designação pela qual ficou conhecida a tentativa de golpe liderada novamente por D. Miguel em 30 de abril de 1824. Nesta ocasião o infante, como comandante-chefe do exército, reuniu as tropas e denunciou um suposto plano da Maçonaria que, segundo ele, pretendia matar o rei e a família real. Sob este argumento, D. Miguel pôs suas forças a exercer uma rígida vigilância no Palácio de Bemposta e especialmente sobre D. João VI que, na realidade, tornou-se um refém. Do lado de fora do Palácio, os conselheiros do monarca eram presos e alguns até torturados, o que somado ao seqüestro do rei, fez com que os diplomatas estrangeiros se mobilizassem. Graças à ação destes diplomatas o monarca conseguiu se refugiar em um navio inglês que o conduziu ao

⁶⁹² Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, pp. 758-761.

⁶⁹³ Veja o capítulo 4.

Tejo, onde determinou o exílio de D. Miguel e de D. Carlota Joaquina, ambos tidos como os responsáveis pelo movimento.⁶⁹⁴

Só duas semanas depois de iniciada a “Abrilada” é que D. João VI conseguiu desembarcar do navio, onde estava protegido, para acompanhar o cumprimento de suas ordens, estas só em parte cumpridas. D. Miguel e D. Carlota continuaram a ter influência e seguidores que não tinham sido devidamente punidos pelo movimento de abril. A consequência disto brevemente iria se manifestar: em outubro de 1824, mais uma vez se tentava um golpe com o objetivo de depor o monarca luso e novamente se fracassava⁶⁹⁵.

Contudo, foi mesmo a “Abrilada” que expôs a situação delicada de D. João VI, incapaz naquele momento até de garantir a sua própria segurança e a dos seus principais homens de governo. A percepção desta realidade, por sua vez, tinha um efeito decisivo para a “questão brasileira”: dada as dificuldades para manter a ordem interna em Portugal, seria sensato deslocar tropas para o Brasil? Isto não enfraqueceria a força militar do monarca frente aos seus inimigos? O próprio Marquês de Palmela, homem diretamente ligado aos preparativos da expedição militar que se preparava para atacar o Brasil, reconhecia que a “Abrilada” tinha abalado a convicção de que se deveriam deslocar tropas para tentar a reconquista dos domínios americanos. A certa altura Palmela escreveu:

“Para apoiar estas diligências [diplomáticas] com algum aparato de força e proteger os interesses dos portugueses estabelecidos no Brasil preparou-se um armamento considerável em Lisboa com que se ameaçava enviar uma expedição, no caso de ficar frustrada a negociação de Londres.

Os acontecimentos de 30 de abril vieram porém influir fatalmente nesta questão, obrigando o governo de El-Rei, abalado no seu centro, a

⁶⁹⁴ A descrição destes eventos está melhor detalhada na obra de Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal – “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O exílio político”. IN: José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*, pp. 70-72.

⁶⁹⁵ Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal – “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O exílio político”. IN: José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*, pp. 70-72.

*perdê-la temporariamente de vista, e fazendo com que se abandonassem os preparativos começados da expedição*⁶⁹⁶.

Não havia como ser diferente. Mesmo depois de debelada a tentativa de golpe de abril de 1824 e da prisão e deportação de vários dos homens envolvidos neste movimento, só cresciam as dúvidas, inclusive entre os homens do governo, sobre as reais possibilidades de se sustentar a autoridade de D. João VI no próprio reino Europeu. Isto, obviamente, deslocava o centro das atenções do governo, agora preocupado com sua própria sobrevivência, e trazia conseqüências importantes para a “questão brasileira”, uma vez que os ministros começavam a avaliar que precisariam de ajuda externa até para manter a ordem interna em Portugal. Neste sentido, entre junho e julho de 1824, o governo português tentava negociar o envio urgente de seis mil homens das tropas inglesas para Lisboa a fim de garantir a autoridade joanina, o que, uma vez negado por Londres, transformou-se num pedido puro e simples de reforço da esquadra britânica que já estava no Tejo e de demonstrações públicas de apoio ao monarca⁶⁹⁷. Com tamanha fragilidade no seu próprio “quintal” e o aumento da dependência em relação à Inglaterra, cuja diplomacia já havia se pronunciado contrariamente à tentativa de reconquista do Brasil, não parece difícil entender porquê a Coroa portuguesa frustrou a expectativa de tantos homens que, dos dois lados do Atlântico, tendo em vista várias evidências, davam como certa a campanha militar contra o Império do Brasil⁶⁹⁸.

Isto não queria dizer, no entanto, que o governo luso tivesse desistido definitivamente de tentar a reunificação do Império. Houve depois deste período alguns esboços de reação por parte do ministério e da diplomacia portuguesa, que por vezes sobressaltaram as relações entre o Brasil, Portugal e a Inglaterra, já que davam a entender que os portugueses voltariam à carga, repisando a idéia da reconquista. No entanto, depois

⁶⁹⁶ Transcrito por Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, p. 761.

⁶⁹⁷ Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, p. 761.

⁶⁹⁸ Na verdade, naquele momento se invertia a avaliação que durante muito tempo predominou nas negociações diplomáticas: a de que Portugal era forte e de que seus recursos militares seriam o suficiente para subjugar novamente o Brasil, tido como incapaz de resistir às forças lusas, especialmente se a Inglaterra não permitisse o apoio militar de ingleses como Cochrane e das dezenas de britânicos que vieram compor as forças brasileiras. Ver de José Honório Rodrigues – *Independência: Revolução e Contra-revolução. A Política Internacional*, pp. 119-120.

da “Abrilada” não havia meios para insistir numa investida militar e a esta época o isolamento diplomático do reino europeu era nítido, o que tornava todos estes esboços de reação muito mais limitados do que antes e cada vez mais frágeis. Exemplo destas ações portuguesas foi o envio de Soares Leal ao Rio de Janeiro no final de junho de 1824, quando Leal, como um agente particular, teve a missão de sondar homens importantes no Brasil e de conhecer mais claramente a posição do próprio Imperador. Os resultados práticos da investida foram, em realidade, pífios: Soares Leal foi rapidamente preso e a sua ação não representou grande perigo para o Império do Brasil. Do ponto de vista diplomático, no entanto, a missão portuguesa ganhou outra dimensão: a frágil tentativa lusa serviu de pretexto para que a diplomacia inglesa endurecesse a negociação e deixasse Portugal numa situação ainda mais desconfortável⁶⁹⁹.

Pouco a pouco, esboços de reação, como o caso do envio de Soares Leal, já não conseguiam reverter a descrença na Europa em relação à reconquista do Brasil, ceticismo que teve um impacto claro na vida política paraense. Nas últimas semanas de 1824, acabou perdendo força a histeria em relação ao possível desembarque em Belém de tropas enviadas por Portugal, temor que dominara a cena pública paraense desde o final de 1823 e que, a se julgar pelo teor das correspondências pesquisadas, caíra em total descrédito na província já no primeiro semestre de 1825. Para isso contribuía também, sem dúvida, os contínuos boatos que chegavam ao Pará, desde o final de 1824, afirmando que o reconhecimento da independência brasileira por Portugal estava concluído⁷⁰⁰. Desse modo, o verdadeiro reconhecimento por D. João VI no final de 1825 e sua posterior ciência em território paraense era apenas a pá de cal que se jogava sobre uma situação que vinha sendo desenhada há meses.

Na verdade era mais do que isso: do ponto de vista daqueles que estavam no Pará, uma periférica província do Império brasileiro, este evento, somado a acontecimentos anteriores, como a derrota da Confederação do Equador e a intervenção militar no Maranhão, representava também a oficialização de que o cenário externo realmente tinha mudado. Até então a grande instabilidade nas províncias vizinhas ao território paraense e as

⁶⁹⁹ Valentim Alexandre – *Os Sentidos do Império*, pp. 762-763.

⁷⁰⁰ Exemplo destes boatos é a notícia espalhada por um navio ancorado em Belém, em outubro de 1824, em que se dizia que informações vindas da Inglaterra asseguravam que o arranjo entre o Brasil e Portugal estava concluído e que só faltava a assinatura dos soberanos para que se pudesse oficializar o reconhecimento. APEP – Códice 782 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 106.

incertezas em relação a qual seria o comportamento de Portugal no que dizia respeito ao Brasil animavam grupos internos que, por conta deste quadro, ainda vislumbravam possibilidades de viabilizar política e economicamente um projeto de futuro diferente do proposto pelo “sistema do sul” mediante a aliança com grupos externos. Como visto anteriormente, durante todo o tempo em que o cenário externo favoreceu a certeza de que estas alianças seriam possíveis, a sustentabilidade da “solução brasileira” em território paraense foi posta em dúvida e conseqüentemente o conflito interno se manteve acirrado na província, já que os partidos continuavam lutando para impor o seu projeto político. A inviabilização de outras alternativas de futuro seria ao fim e ao cabo, ao menos no caso paraense, um fator essencial para que a “solução brasileira” perdesse o caráter de provisoriedade que por tanto tempo lhe marcou.

CONCLUSÃO

Como dito na introdução, uma pergunta foi a motivação original desta pesquisa: a formação do Estado e da nação brasileiros e a conquista da “unidade territorial” podem ser explicadas como o resultado de um “acordo entre as elites” dos antigos domínios lusos na América? Como também já exposto, para a literatura que defendeu esta tese, o “acordo entre as elites” teria sido um fácil arranjo porque era favorecido pela convergência de interesses entre esses homens de poder e mando radicados nas diferentes províncias do Reino do Brasil. Partindo desta premissa, autores como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, afirmaram que estes interesses comuns seriam, de modo mais amplo, os dos proprietários das grandes lavouras de monoculturas destinadas à exportação, enquanto historiadores como Luis Felipe de Alencastro focaram a manutenção do tráfico negreiro como o ponto cuja defesa conseguia reunir, efetivamente, todos os estratos dominantes do Reino do Brasil. De toda forma, a despeito de diferenças como a apontada acima, toda esta linha de pensadores que se debruçaram em torno do problema da formação do Estado e da nação brasileiros tem em comum o fato de atribuir o feito do novo Estado americano erguer-se sobre todo o território antes sob o domínio de um Império Europeu na América⁷⁰¹

⁷⁰¹ Nesse sentido, o caso da Cisplatina é sempre ignorado.

– engenharia política que não se repetiu em outras partes do continente – a este “acordo entre as elites”, lastreado na convergência de interesses.

Contudo, ao longo desta pesquisa foi ficando clara a fragilidade destas proposições, especialmente quando se põe em evidência a província do Grão-Pará, foco principal deste estudo. O alinhamento desta província ao “Sistema do Sul” nunca foi uma solução óbvia para os homens daquela época. Nesse sentido, um dos esforços deste trabalho foi evidenciar algo que salta aos olhos a partir da leitura da documentação: ao contrário da perspectiva que de modo geral se consagrou na historiografia, mesmo muito tempo depois do juramento de fidelidade a D. Pedro I, no Grão-Pará a “solução brasileira” não conseguiu se desvencilhar da idéia, generalizada na província, de que era um projeto de futuro difícil de sustentar. As causas da reversão desta idéia, a partir de 1825, por sua vez, não deixam também de surpreender: como foi visto, a consolidação da “solução brasileira” no Grão-Pará se deu muito mais pela inviabilização de outras alternativas políticas do que pela força de um suposto acordo entre os estratos dominantes desta província e seus pares no sul do continente.

Na verdade, em vista do que foi apresentado nas páginas anteriores, pode-se afirmar que este modelo de explicação histórica, construído sob a tese de que a formação do Estado e da nação brasileiros e a conquista da “unidade territorial” se deram através de um “acordo entre elites”, não encontra respaldo no processo histórico que resultou na incorporação do Grão-Pará ao Império do Brasil. Uma das razões para isso é que o principal pressuposto deste modelo explicativo não se sustenta quando confrontado com a realidade concreta da sociedade paraense: ao contrário do que propõe o modelo, não havia uma forte convergência de interesses econômicos entre os estratos dominantes do Grão-Pará e seus pares nas províncias meridionais. Neste sentido, apesar de existirem na província experiências bem-sucedidas de unidades produtoras que seguiam o padrão do “plantation”, não era ali que repousavam os setores mais dinâmicos da economia paraense⁷⁰². Da mesma forma, a escravidão baseada na utilização de braços de origem africana não sobrepujara o uso dos indígenas que, empregados compulsoriamente das mais diversas formas, ainda representavam a principal fonte de mão-de-obra da província. Estas diferenças ainda se

⁷⁰² Como discutido no capítulo 2, apesar do progresso das experiências de culturas cultivadas, em 1823, a pauta das exportações do Pará ainda era dominada pelo extrativismo.

somavam ao fato de que, durante a maior parte de sua história, os paraenses organizaram suas atividades políticas, econômicas e religiosas em “rotas de peregrinação” que ignoravam os centros de convergência existentes no sul da América Portuguesa.

Contudo, não é apenas o fato de o cultivo de monoculturas destinadas à exportação e a manutenção do tráfico negreiro não serem os aspectos cruciais para a apropriação das riquezas no Grão-Pará à época que invalida a tese do “acordo”. Fora isso, a própria análise da dinâmica política paraense no período evidenciou práticas concretas que se distanciam do que foi descrito por este modelo explicativo. Nesse sentido, enquanto a tese do “acordo” sugere que os homens de poder e mando nas províncias livremente confabularam, de modo a negociar o seu alinhamento ao Rio de Janeiro mediante o atendimento dos seus interesses, o que se vê no Grão-Pará é algo bem diferente: conforme descrito ao longo deste texto, percebe-se que os homens que detinham o maior poder econômico e político na província fizeram suas opções limitados por uma série de circunstâncias, muitas vezes tão difíceis, que restringiam o horizonte de suas ambições políticas à simples tentativa de preservar suas existências.

Isto posto, um dos objetivos deste trabalho foi evidenciar o limite, fartamente apontado pela documentação, da livre vontade dos estratos dominantes locais, seja quando pensadas em suas facções, seja quando consideradas em seu conjunto, no processo histórico que resultou na incorporação do Grão-Pará ao Império do Brasil. Deste modo, ao invés de ser um plano longamente gestado pelos homens que detinham o maior poder econômico e político da província, o alinhamento ao governo do Rio de Janeiro passou a merecer adesões significativas de uma parte destes homens, sim, como resposta desta facção a sua necessidade de se adaptar ao rápido processo de mudanças que alterava, então, o cenário político externo e interno.

Nesse sentido, na estratégia de sobrevivência dos partidos no Grão-Pará, todas as suas decisões no período levavam em conta o cenário externo, uma vez que era patente, como foi demonstrado, a impossibilidade de viabilizar política e economicamente qualquer projeto de futuro pensando esta província de maneira isolada. Assim, especialmente depois de meados de 1822, quando o Rio de Janeiro passou a se opor a Lisboa e a expor claramente a intenção de tornar-se o centro de reunião do Reino Brasil, o rearranjo geopolítico do Império luso e do espaço americano, resultante do aprofundamento da crise

do Antigo Regime português, passou a ser um dos fatores que “limitavam” a livre vontade dos grupos políticos paraenses, o que incluía as potestades locais. Isto porque, como buscou destacar este trabalho, é evidente que os partidos paraenses precisavam fazer suas opções no período fiando-se na expectativa da consolidação de determinados cenários externos, o que, uma vez frustrada, sempre precipitava um rearranjo na composição das forças internas. Por sua vez, também se buscou demonstrar como a longevidade dos conflitos na província se alimentava, em parte, do fato do cenário externo se manter indefinido por um longo período, na medida em que isto fazia com que grupos internos ainda acreditassem na viabilidade do seu projeto político, mesmo depois de agosto de 1823.

Ainda pensando os “limites” dos estratos dominantes do Grão-Pará neste processo, outro aspecto crucial para este trabalho foi investigar a forma como se estruturaram as disputas internas na província. A análise desta questão demonstrou que a vitória do projeto visando o alinhamento do Grão-Pará ao Rio de Janeiro não se deveu apenas a uma parte das elites políticas ter, de forma paulatina e errática, aderido a esta alternativa com a pretensão de ascender nas estruturas de poder da província, mas também ao fato dos homens de mais privilegiada posição social terem entendido que as disputas internas tinham chegado a um ponto em que ameaçavam subverter a ordem, uma vez que homens até então mantidos à margem da Sociedade Política passaram, progressivamente, a pretender influir nos destinos da província. Desta forma, como demonstrado, os recursos militares comandados por Grenfell sob a bandeira do Império do Brasil foram entendidos como a oportunidade, então possível, dos estratos dominantes restabelecerem a ordem, coisa que então se julgava que só poderia ser alcançado com uma intervenção de forças militares externas.

A avaliação de que dependia do socorro de forças externas a manutenção da ordem na província, raro consenso entre as elites políticas que, como visto, manteve-se mesmo depois de agosto de 1823, tinha a sua razão na forma como estavam estruturados os conflitos internos. Conforme se viu, na ocasião e mesmo depois do juramento de fidelidade a D. Pedro, a sociedade paraense estava dividida em grupos que defendiam diferentes alternativas de futuro para superação da crise então vivida, sendo que, na época em que Grenfell chegou a Belém, a disputa política na província tinha chegado a um impasse: a cisão era tamanha que nenhum partido era capaz de chegar ao poder e sustentá-lo de

maneira estável. Por sua vez, se todos pretendiam ver triunfar o projeto político defendido por seu grupo, todos também sabiam que este equilíbrio de forças era um cenário perigoso para o conjunto dos estratos dominantes do Grão-Pará.

Isto porque, na impossibilidade de um grupo impor-se aos demais, fosse através de acordos, fosse através da coerção, os conflitos tendiam a se prolongar, já que durante o equilíbrio de forças todos os envolvidos julgavam ter iguais condições de viabilizar a sua alternativa de futuro. A manutenção deste impasse por um longo período, por sua vez, trazia o temor de que os embates entre os partidos acabassem impulsionando confrontos armados generalizados por toda a província, situação que, segundo a avaliação mais comum na época, poderia facilmente sair do controle das elites políticas já que os homens livres pertencentes aos estratos subordinados e, especialmente, os tapuios cada vez mais pretendiam influir nos destinos da província, ao mesmo tempo em que compunham a maior parte das forças armadas. Desta forma, a chegada de Grenfell, no caso a única força externa que atracou em Belém, foi encarada como a possibilidade de desequilibrar a disputa em favor de um partido o que, conseqüentemente, pensava-se que asseguraria a manutenção da ordem interna. Contudo, episódios como o Massacre do Brigue do Palhaço e, principalmente, a generalização dos conflitos armados que se seguiram à retirada do mercenário inglês, quando a província voltou novamente a uma situação de equilíbrio de forças, demonstravam que no Grão-Pará se estava longe de um consenso político mínimo. Mais do que isso: passados meses depois do desfecho de agosto de 1823, estava claro que os embates no Grão-Pará permaneciam porque o que estava em disputa era mais do que o alinhamento ao Rio de Janeiro ou a Lisboa.

Esta conclusão, que talvez pareça trivial, diz muito sobre o percurso desta pesquisa. Como exposto na introdução, a partir da inquietação gerada pela pergunta original – “a formação do Estado e da nação brasileiros e a conquista da ‘unidade territorial’ podem ser explicadas como o resultado de um ‘acordo entre as elites’ dos antigos domínios lusos na América?” – o conflituoso processo em meio ao qual o Grão-Pará foi incorporado ao Império do Brasil chamou a atenção por sugerir que lá a tese do fácil acordo não encontraria respaldo. Foi por este caminho que se chegou ao que foi o objetivo central deste trabalho: analisar os conflitos que tiveram como palco o Grão-Pará neste período, pensando-os sob a problemática da formação do Estado e da nação brasileiros. Como

também foi exposto ao longo deste trabalho, a hipótese original da pesquisa – de que os conflitos seriam motivados pela resistência local ao projeto político elaborado no Rio de Janeiro – foi, aos poucos, mostrando-se equivocada porque, como dito algumas linhas acima, ficava cada vez mais claro que o que estava em disputa no Grão-Pará naquele período era mais do que o alinhamento ao Rio de Janeiro ou a Lisboa.

Por conta disso, a explicação apresentada neste trabalho para se compreender a origem e a manutenção dos conflitos no Grão-Pará por um período tão longo se apóia na reconstrução de um cenário político bem mais complexo que se revelou a partir da leitura da documentação pesquisada. A partir daí, entendeu-se que os confrontos que se pretendia estudar eram, na verdade, expressões de uma disputa entre grupos que defendiam diferentes alternativas de futuro visando superar a crise então vivida. Assim, reduzir este cenário a disputa entre o alinhamento ao Rio de Janeiro ou a Lisboa é ignorar as nuances que verdadeiramente marcavam a dinâmica daquela realidade. Nesse sentido, como se ressaltou ao longo do texto, entre os que pretendiam permanecer ligados a Portugal havia partidos com projetos políticos distintos o suficiente para justificar prisões e a eliminação física dos oponentes no calor da disputa. Da mesma forma, sob a bandeira do alinhamento à Corte americana estavam aspirações que moldavam alternativas de futuro conflitantes entre si, algo explicitado de maneira inequívoca, após o juramento de fidelidade a D. Pedro, nos embates, descritos aqui, entre os grupos que diziam defender, cada qual, a “verdadeira causa da independência”.

Este último conflito, aliás, exemplifica de maneira muito clara como a crise vivida no Grão-Pará não havia sido superada em agosto de 1823 e, sim, ganhado um novo enquadramento que, por sua vez, alimentaria a manutenção dos embates ainda por um longo período. Isto pôde ser percebido, ao longo desta pesquisa, através da reconstrução da trajetória coletiva de um personagem central nestes episódios: o tapuio.

Como foi visto, sintetizando a situação de crise então vivida, o bispo paraense afirmou a certa altura que o Constitucionalismo português havia patrocinado “a quebra da mola real das sociedades bem constituídas”, o que queria dizer, em outras palavras, que práticas e instituições consagradas tinham perdido a sua legitimidade e eficácia. É dentro deste quadro de mudanças que novas práticas políticas são incorporadas a vida paraense a partir da adesão à Revolução do Porto, em 1821, não por acaso o marco inicial deste

trabalho. É que neste momento a exteriorização do dissenso como prática legítima, fosse através de periódicos ou de outras manifestações públicas, marca não só a cisão das elites políticas em diferentes partidos, como também fez com que as discussões em torno do futuro da província ultrapassassem, como nunca, os limites do que até então se tinha por Sociedade Política. Como demonstrado, esta novidade política atingiu os homens livres pertencentes aos estratos subordinados e, em particular, aos tapuios que se apropriaram das novas idéias para questionar velhas práticas consagradas, especialmente aquelas relacionadas a exploração compulsória da sua mão-de-obra. Com o alinhamento da província ao Rio de Janeiro este problema não foi superado, mas redefinido: se antes os tapuios pretendiam derrubar as práticas e os homens do Antigo Regime, agora julgavam ser viável a possibilidade de moldarem o Estado brasileiro no Grão-Pará conforme os seus objetivos políticos que, obviamente, chocavam-se com a utilização de sua mão-de-obra compulsoriamente. Isto acontecia porque, se antes as velhas referências tinham perdido eficácia, para os paraenses ainda não havia naquele momento balizas muito claras a respeito da sua nova situação política, o que permitia que cada grupo buscasse dar legitimidade ao seu projeto de futuro, transmutando-o na “verdadeira causa da independência”.

As rebeldias dos tapuios progrediram nos meses que se seguiram ao juramento de fidelidade a D. Pedro, a ponto de sublevarem grande parte da província, porque, como visto, dois aspectos que fomentaram a instabilidade no Grão-Pará no período anterior permaneciam: o primeiro deles era a extrema cisão da sociedade paraense em partidos que, ainda neste tempo, acreditavam na viabilidade das diferentes alternativas políticas que defendiam, crença muitas vezes motivada pelo outro aspecto em questão que, no caso, era a manutenção de um cenário externo indefinido. Esta combinação de fatores impediu que qualquer partido se tornasse hegemônico na província durante todo este período, o que trazia uma consequência direta: diante da instabilidade política vivida no Grão-Pará, para as elites políticas a “solução brasileira” estava ameaçada de entrar para a história como um desfecho provisório por conta não só de projetos políticos que rejeitavam a subordinação ao governo do Rio de Janeiro, fosse através do realinhamento com Lisboa ou da reorganização do espaço americano como proposto pela Confederação do Equador, mas também por grupos que, apesar de reivindicarem para si a defesa da “verdadeira causa da

independência”, eram vistos por estas elites políticas como defensores de um projeto revolucionário ou “anti-social”, cuja vitória representaria condenar a província à ruína.

Desta forma, resumidamente, pode-se dizer que todo o processo histórico analisado neste trabalho diz respeito a um momento singular da vida política paraense no qual a aparente viabilidade de múltiplas alternativas políticas concretas fomentou a manutenção dos conflitos. É só com o sucesso da repressão feita sobre o movimento organizado dos tapuios, a derrota da Confederação do Equador e o reconhecimento da independência por Portugal que, já em 1825, este ciclo se fecha. Ou seja, é a inviabilização de outras alternativas de futuro, muitas vezes sufocadas com violência extrema, que garante a vitória do “Sistema do Sul” no Grão-Pará.

Isto não significa que a partir de 1825 tenham cessado os conflitos na província. Não está se negando aqui os fartos registros de diversos embates que se seguiram desta data até a explosão da Cabanagem. Contudo, está se levantado a hipótese, a ser testada em futuras pesquisas, de que estes novos embates nascem e se sustentam a partir de uma lógica diferente, pois com a inviabilização de outras alternativas de futuro, os grupos paraenses passaram a ter que observar e tomar decisões a partir do jogo político do Império do Brasil no seu conjunto.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

FONTES MANUSCRITAS

a) Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

Documentos Avulsos da Capitania do Pará digitalizados pelo “Projeto Resgate”

Caixas 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 163

b) Arquivo Público do Pará

b.1) Códices

671 – Correspondência de Diversos com o Governo (1814-23)

673 – Cônsules (1814-26)

678 – Correspondência de Diversos com o Governo (1815-24)

685 – Correspondência de Diversos com o Governo (1816-23)

686 – Correspondência da Metrópole com o Governo (1816-24)

687 – Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará (1816-29)

696 – Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará (1817-23)

697 – Alvarás, Cartas Régias e Decisões (1817-30)

698 – Registros, Previsões e Patentes Imperiais (1817-39)

705 – Provisões, Patentes e Nomeações (1818-25)

708 – Atas de Vila Franca (1819-29)

713 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1820-26)

714 – Correspondência de Diversos com o Governo (1820-38)

715 – Copiador de Cartas (1820-76)

725 – Avisos, Ministério da Guerra (1821-25)

- 726 – Registro de Ofícios do Ministro da Guerra e Conselho Militar
- 727 – Avisos do Ministro da Marinha (1821-34)
- 738 – Correspondência de Diversos com o Governo (1822-23)
- 739 – Correspondência de Diversos com o Governo (1822-23)
- 740 – Correspondência dos Governadores com Diversos (1822-23)
- 741 – Correspondência do Governo da Província com Diversos (1822-23)
- 742 – Correspondência do Governo com a Corte (1822-23)
- 743 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23)
- 744 – Correspondência da Junta com Diversos (1822-23)
- 745 – Alvarás, Cartas Régias e Decisões (1822-33)
- 746 – Registros, Avisos do Ministério da Fazenda (1822-33)
- 747 – Correspondência da Secretaria dos Negócios da Justiça (1822-33)
- 748 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823)
- 749 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823)
- 750 - Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823)
- 751 - Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823)
- 752 - Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823)
- 753 - Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823)
- 754 – Correspondência da Junta Provisória com Diversos (1823)
- 755 - Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823)
- 756 – Correspondência da Junta Provisória com Diversos (1823-24)
- 757 – Correspondência do Governo com a Corte (1823-24)
- 758 – Ofícios da Junta a Grenfell (1823-24)
- 759 – Correspondências com a Junta do Governo: Grenfell e Cochrane (1823-24)
- 760 – Livro da Porta (1823-25)
- 761 – Correspondência do Ajudante de Ordens com Diversos (1823-25)
- 762 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823-27)
- 764 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823-28)
- 765 - Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823-32)
- 766 - Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823-32)
- 767 - Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823-32)

768 – Histórico e Listas de População das Vilas do Pará (1823-40)

780 – Correspondência de Diversos com o Comando Militar do Baixo Amazonas (1803-24)

782 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

783 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

784 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

785 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

786 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

787 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

788 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

790 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

791 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

793 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824)

794 – Correspondência do Presidente de Província com diversos (1824)

795 – Correspondência de Diversos com as Juntas (1824)

796 – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com diversos

797 – Correspondência do Governo com a Corte (1824-25)

798 – Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos (1824-25)

799 – Portarias da Presidência (1824-28)

800 – Correspondência de diversos com o Governo (1824-29)

801 – Avisos do Ministério da Marinha (1824-30)

802 A – Autos e termos de Juramentos prestados a Constituição do Império (1824-38)

803 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824-33)

804 – Bandos, reclamações e editais (1824-70)

824 – Correspondência dos Presidentes com a Corte (1825-27)

832 – Correspondência do Governo com a Corte (1826)

846 – Correspondência do Governo com a Corte (1827-28)

850 – Cônsules (1827-32)

- 852 – Correspondência de Diversos com o Governo (1827-35)
- 853 – Correspondência de Diversos com o Governo (1827-37)
- 854 – Correspondência de Diversos com o Governo (1827-38)
- 855 – Correspondência de Diversos com o Governo (1827-38)
- 866 – Correspondência do Governo com a Corte (1828-30)
- 867 – Correspondência do Governo com a Corte (1828-30)
- 868 – Correspondência do Governo com a Corte (1828-30)
- 869 – Correspondência do Governo com a Corte (1828-30)
- 870 – Correspondência do Governo com a Corte (1828-30)
- 874 – Registros de Passes de Embarcações e Passaporte de Passageiros (1828-32)
- 875 – Correspondência de Diversos com o Governo (1828-35)
- 876 – Correspondência de Diversos com o Governo (1828-39)
- 887 – Registros dos Ofícios Dirigidos para Secretaria de Governo (1829-34)
- 888 – Correspondência de Diversos com o Governo (1829-38)
- 899 – Correspondência do Governo com a Corte (1830-32)
- 900 – Correspondência de Diversos com o Governo (1830-34)
- 901 – Correspondência do Governo com a Corte (1830-34)
- 902 – Correspondência do Governo com a Corte (1830-34)
- 903 – Correspondência de Diversos com o Governo (1830-35)
- 904 – Correspondência do Governo com a Corte (1830-35)
- 905 – Correspondência de Diversos com a Corte (1830-36)
- 906 – Correspondência do Governo com a Corte (1830-36)
- 907 – Correspondência de Diversos com o Governo (1831)
- 908 – Correspondência de Diversos com o Governo (1831)
- 909 – Correspondência de Diversos com os Presidentes (1831)

- 910 – Correspondência do Comando das Armas com o Governo (1831)
- 911 – Avisos do Ministério do Império (1831)
- 912 – Avisos do Ministério do Império (1831)
- 913 – Correspondência dos Comandantes de Armas com o Governo (1831)
- 915 – Correspondência de Diversos com o Governo (1831-32)
- 916 – Correspondência de Diversos com o Governo (1831-32)
- 918 – Correspondência dos Presidentes com Diversos (1831-32)
- 919 – Correspondência do Comandante de Armas com o Governo (1831-32)
- 920 – Correspondência de Diversos com o Governo (1831-33)

b.2) Caixas

- Caixa 12 – Série 04 – Autos (1801-46)
- Caixa 29 – série 13 – Ofícios (1813-26)
- Caixa 30 – Série 13 – Ofícios dos Presidentes de Diversas Províncias (1819-29)
- Caixa 31 – Série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824)
- Caixa 32 – Série 13 – Ofícios do Quartel General do Pará (1829 e 1831)
- Caixa 33 - Série 13 - Ofícios dos Comandantes Militares (1829-33)
- Caixa 34 – Série 13 – Ofícios dos Presidentes de Diversas Províncias (1830-37)
- Caixa 35 – Série 13 – Ofícios, Indicações, Pareceres e Posturas (1830-32 e 34)
- Caixa 36 – Série 13 – Ofícios das Câmaras Municipais (1830-39)
- Caixa 37 – Série 13 – Ofícios do Quartel do Comando das Armas (1831-34)
- Caixa 38 – Série 13 – Ofícios do Arsenal da Marinha (1831-39)
- Caixa 39 – Série 13 – Ofícios das autoridades judiciárias (1831-39)
- Caixa 40 – Série 13 – Ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Justiça e Guerra (1830-39)

b.3) Caixas da “documentação do Judiciário”

- Autos de Devassa, sob responsabilidade do Juiz Ordinário de Thomar (1825)
- Autos de Denúncia, sob a responsabilidade do Juiz de Paz de Turiaçu (1833)

c) Arquivo Nacional (RJ)

BU 0081 – Traslado dos Autos da Devassa que se procedeu sobre a morte de uns presos a bordo do Navio São José Diligente no Pará

BU 0008 – Devassa da Ouvidoria de Goiás contra Demagogos e Anarquistas (1823)

IG¹ 265 – Série Guerra – Gabinete do Ministro – Correspondência do Comandante de Armas

Cod. SDE 002 - Caixa 742. Confederação do Equador.

d) Biblioteca Nacional (RJ)

I- 3, 16, 7 - Col. Otoni - Devassa procedida no Pará sobre os acontecimentos de 15 e 16 de outubro de 1823 - Decreto suprimindo as nulidades nela existentes, em 27 de fev. de 1824. Iv. De 8 e 16 de março sobre o mesmo assunto.

I - 28,31,25 - Col. Martins - Pará Administração e Política. Relação das Ocorrências recentes neste paiz, prisão de soldados de linha, remessa destes para bordo de um navio onde foram mortos em número de 260 e tantos, ficando vivos apenas 4. Um dos grandes serviços do Conde Grienfeld! Pará, 11/11/1823.

II - 32,1,11 - Confederação do Equador, 1824 - Manifesto de Manuel de Carvalho Paes d'Andrade, Presidente da Província de Pernambuco, às Províncias do Norte do Império do Brasil. Em 1º de maio de 1824. Pernambuco, 01/05/1824. (16p.)

II - 31,36,12 n. 02 - Manifesto de ofícios de Francisco Vicente Viana, Francisco da Costa Branco, José Leite Pacheco e outros referentes às tropas destacadas a combater qualquer movimento relacionado com o republicano nas províncias de Pernambuco, Sergipe, Piauí, etc. Bahia, 1824. 6doc

I - 31,29,23 - Maranhão- Província. Estado Político do Maranhão referido por vários passageiros que de lá vieram em 9 de abril de 1823.

II - 32,20,7 - Maranhão - Administração e Política. Ofício do Dr. Bernardo José d'Abrantes e Castro remetendo ao Marquês de S..., uma exposição sobre a situação partidária do Maranhão na época da independência. 26/07/1823.

I - 31,29,35 - Maranhão - Administração e Política. Ofício da Junta Administrativa do Maranhão participando ao governo Imperial que, sendo de necessidade a substituição dos funcionários portugueses por brasileiros já começavam a fazer. São Luiz do Maranhão, agosto/1823.

7, 3, 41 – Informação sobre a comunidade e comércio do Pará para Goyazes. De Francisco de Souza Coutinho, Pará em 1797.

C – 518, 1 – Pedido de Felix Antonio Clemente Malcher. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando a Mercê da Ordem do Cruzeiro. 1825.

e) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ)

Lata 286 – Pasta 1. Coleção de documentos sobre o Pará (1821-1824). Cópias manuscritas dos originais e autógrafos que se acham no Arquivo Público Nacional no Rio de Janeiro.

Lata 288 – Livro 2. Almeida, Clemente Alvares de Oliveira e. Relação dos Presos mandados do Pará para Portugal. 1823.

Lata 289 – Pasta 1. Abaixo-assinado atestando que o cônego João Batista Gonçalves Campos foi um dos primeiros a aderir à Independência do Pará. Pará, 28/08/1823.

Idem – Pasta 7. Junta Provisória do Governo do Pará. Ofício a José Bonifácio de Andrade e Silva. Acompanha dois impressos: expediente e correspondência da referida junta e vereação extraordinária da Câmara. Pará, 1823.

Idem – Pasta 11. Serra, Silvestre Antunes Pereira de (Conêgo). Fala que dirigiu ao Imperador D. Pedro I o Cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, depois absolvido da denúncia de propaganda republicana no Pará. Rio de Janeiro, 11/02/1825.

Lata 291 – Livro 1. Rozo, José de Araújo. Cópia dos autos originais do processo do ex-presidente da província do Pará, Cel. José de Araújo Rozo. 1829. 385 fls.

f) Itamaraty (RJ)

Pará – Avisos recebidos (1825-1841) – 308/4/01

FONTES IMPRESSAS

a) Biblioteca Nacional

Breve Exposição do Estado Atual da Província do Pará sob a Presidência de José Araújo Roza para servir de contribuição para a história dos acontecimentos políticos daquela província.

b) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ)

116, 6, 14 – História dos acontecimentos políticos da Província do Grão-Pará, desde que adotou o sistema da independência até 5 de novembro de 1823. Rio de Janeiro, 1824. Coleção Manuel Barata.

116, 6, 27 – Pará. Exposição breve de como foram no Pará fuzilados 5 brasileiros e mortos 252 no porão do navio S. José Diligente, na noite de 20 de outubro de 1823. S. folha de rosto (1826). Col. Manuel Barata.

123, 2, 36. Aos verdadeiros amigos de S. M. I. e do Brasil. Carta de Felix Clemente Antonio Malcher. Por Silvestre Antunes Pereira da Serra. Rio de Janeiro, 1824. Coleção Manuel Barata.

116, 6, 24 – Ao Público: Presos vindos do Pará. Rio de Janeiro, Typographia Torres, 1824.

C) Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraense

“Coleção Palma Muniz” – Impressos Raros (1810-1835)

d) Acervos Particulares

Correio do Rio de Janeiro, n. 42 de 20 de Setembro de 1823.

Diário das Cortes Constituintes, 1821/1822. Cópia da Biblioteca Nacional

DOCUMENTOS PUBLICADOS

ARQUIVO NACIONAL. *As Juntas Governativas e a Independência*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.

BONAVIDES, Paulo & Roberto Amaral (org.) – *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª. edição, Brasília, Senado Federal, 2002. 9 volumes.

PATRONI, Filipe Alberto Patroni. “Carta a Salvador Rodrigues do Couto”. IN: Haroldo Maranhão (org.). *Dissertação sobre o Direito de Caçar / Carta a Salvador Rodrigues do Couto*. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.

SEIXAS, D. Romualdo Antonio de. *Memórias do Marquês de Santa Cruz*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1861.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

Correspondência sobre a Independência de Clemente A. de O. Mendes e Almeida – “Memorando em que se consigna uma notícia fidedigna e na máxima documentada”. IN: *Publicações do Arquivo Nacional*. Volume 4, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903.

Transcrição do Códice 776 (atual 796) do Arquivo Público do Pará. “Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com Diversos – 1824”. In: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará* – tomo 12. Belém, Secdet, 1981, pp. 44 a 164. (Volume 12)

BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO MARIN, Rosa. Elizabeth (org.) *A Escrita da História Paraense*. Belém, UFPA/NAEA, 1998.

_____. “A Influência da Revolução Francesa no Grão-Pará”. IN: José Carlos C. da Cunha (org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém, Unamaz/UFPA, 1992.

_____ & Flávio dos Santos Gomes. “Reconfigurações Coloniais: Tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII)”. IN: *Revista de História*, n. 149, 2º semestre de 2003, pp. 69-107.

ALDEN, Dauril. *O Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém, UFPA/NAEA, 1974.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da Vida Privada*, vol. 2. Império: A Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

_____. *Le Commerce des Vivants: Traite d’esclaves et “Pax Lusitana” dans l’Atlantique Sud*. Paris, Université de Paris X, 1985-86. Tese de Doutorado.

_____. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto, Afrontamento, 1993.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Ática, 1989.

ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de Southey*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981.

ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808). Contribuição ao Estudo Quantitativo da Economia Colonial*. São Paulo, USP, 1972. Tese de Doutorado.

ASSUNÇÃO, Mathias R. “Miguel Bruce e os ‘Horrores da Anarquia’ no Maranhão, 1822-27”. IN: István Jancsó (org.) – *Independência: História e Historiografia*. São Paulo, HUCITEC / FAPESP, 2005.

_____. “Quilombos Maranhenses”. IN: João José Reis e Flávio dos S. Gomes (org.) *Liberdade Por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

BALAKRISHINAN, Gropal (org.) – *Um Mapa da Questão Nacional*. Tradução de Vera Pinheiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.

_____. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Belém, Typographia de Santos & Menor, 1839.

BARATA, Manuel. *Formação Histórica do Pará*. Belém, UFPA, 1973.

- BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-1823). Gênese, estrutura e fatos de um conflito político*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1975.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. “Política Indigenista no Brasil Colonial (1570-1757)”. IN: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 29, 1988.
- BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato - Os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22*. São Paulo, Hucitec, 1999.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo, USP, 2002. Tese de Doutorado.
- BOEHER, George. “Some Brazilian Proposals to the Cortes Gerais 1821-23, on the Indian Problem”. IN: *Actas do 3o Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa, 1960, vol. 2.
- BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano 1824-1929: ensaio histórico*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1983.
- BRANDÃO, Ulysses de Carvalho Soares. *A Confederação do Equador*. Recife, Oficinas Graphics da Repartição de Publicações Oficiais, 1924.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem: O Povo no Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CHIARAMONTE, José Carlos. “El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana”. In: *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. 02, Buenos Aires, s.d.

_____. “Formas de Identidade en el Rio de la Plata luego de 1810”. IN: *Boletim del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”*, terceira série, n. 1, 1º semestre de 1989.

CLEARY, David (org.). *Cabanagem: documentos ingleses*. Tradução de Christine Moore Serrão. Belém, Secult/IOE, 2002.

_____. “Lost Altogether to the Civilised World: Race and Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. In: *Comparative Studies in Society and History*. 1998.

COELHO, Geraldo Mártires. *Ação e Reação na Província do Pará: o conflito político-social de 1823*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1978. Dissertação de Mestrado.

_____. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes. A imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém, CEJUP, 1993.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 7ª Edição, São Paulo, Editora UNESP, 1999.

CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª edição, Belém, Editora da UFPA, 1996.

_____. *História do Pará*. Belém, Universidade do Pará, 1963.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no século XIX. Uma compilação (1808-1889)*. São Paulo, Edusp / Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

- DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo, Coleção da Revista de História, 1971.
- DOLHNIKOFF, Mirian. *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites, 1820/1842*. São Paulo, USP, 2000. Tese de Doutorado.
- DONGHI, Tulio Halperín. *História de América Latina. Volume 3: Reforma y Disolución de Los Impérios Ibéricos (1750-1850)*. Madri, Alianza Editorial, 1985.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e Colonização. Da América Portuguesa ao Brasil: Ensaio de Interpretação*. São Paulo, USP, 2000. Tese de Livre-Docência.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado. Quatro Ensaio sobre o “Poder Institucional”*. São Paulo, Hucitec, 1976.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Campinas, UNICAMP, 2001. Tese de Doutorado.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da Língua Geral ao Português. Para uma História dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, UERJ, 2003. Tese de Doutorado.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 1988*. 2ª edição, Rio de Janeiro, IBGE, 1990.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 10ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1970.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e de Marcos Penchel. 2^o edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e de Anna Maria Quirino. 2^o edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Herança Colonial - sua desagregação”. IN: _____(org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3^a ed., São Paulo, Difel, 1970, tomo II.

_____. *Raízes do Brasil*. 24^a Edição, Rio de Janeiro, Editora Olympio, s.d.

Instituto de Pesquisas Econômicas. “Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil”. Joaquim Norberto de Souza e Silva – “Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e de cada Província per si tentados desde os tempos coloniais até hoje”. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

JANCSÓ, István. “A Construção dos Estados Nacionais na América Latina. Apontamentos para o estudo do Império como Projeto”. IN: Szmrecsányi, Tamás e Lapa, J. R. do Amaral (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1996.

_____. “A Sedução da Liberdade: Cotidiano e Contestação política no final do século XVIII”. IN: Fernando Novais (dir.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. Vol. 1. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

_____. “Bahia 1798 – A Hipótese do Auxílio Francês ou a Cor dos Gatos”. IN: István Jancsó. *Peças de um Mosaico*. São Paulo, USP. Tese de Livre-docência.

_____. *Na Bahia, contra o Império*. História do Ensaio de Sedição de 1798. São Paulo / Salvador, Hucitec / Edufba, 1996.

JANCSÓ, István (org.) – *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Fapesp / Hucitec / Unijuí, 2003.

JANCSÓ, István (org.) – *Independência: História e Historiografia*. São Paulo, HUCITEC / FAPESP, 2005.

JANCSÓ, István & João Paulo G. Pimenta. “Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. IN: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. *Formação: Histórias*. São Paulo, Editora Senac, 2000.

JANCSÓ, István & André Roberto Machado. “Tempos de Reforma, Tempos de Revolução”. IN: *Uma Imperatriz para o Brasil* (no prelo)

KANTOR, Íris. *De Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-americana (1724-1759)*. São Paulo, USP, 2002. Tese de Doutorado.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Tradução de Moacir Vasconcelos. Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / Edusp, 1980.

KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”. O “recrutamento” de escravos na guerra da Independência da Bahia (1822-23). IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Humanitas, vol. 22, n. 43, pp. 109-126, 2002.

- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise. Uma Contribuição à Patogênese do Mundo Burguês*. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, 1999.
- LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Revoltas Camponesas no Vale do Acará – Grão-Pará (1822-40)*. Belém, NAEA/UFPA, 2002. Dissertação de Mestrado.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *O Movimento da Independência: 1821-22*. São Paulo, Melhoramentos, 1922.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 1994.
- _____. “Memória da Independência: marcos e representações simbólicas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo, Editora UNESP/Moderna, 1997.
- MARSON, Isabel Andrade. “O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade Monárquica”. IN: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1985.
- MAW, Henrique Lister. *Narrativa da Passagem do Pacífico ao Atlântico através dos Andes nas províncias do norte do Peru, e descendo pelo Rio Amazonas até o Pará*. Manaus, Associação Comercial do Amazonas, 1989.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Mário Martins. “Os Negros do Maranhão”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 336, 1982.

_____. *História da Independência do Maranhão*. São Luís, Artenova, s.d.

_____. *História do Maranhão*. DASP, 1960.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. “O Caminho do Mato Grosso e as Fortificações Pombalinas na Amazônia”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 251, 1961.

_____. “O Marquês de Pombal e a Unidade Brasileira”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 219, 1953.

MONTEIRO, Tobias. *História do Império. A Elaboração da Independência*. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1927.

MOREIRA, Sérgio Paulo. *A Independência em Goiás*. IN: *Revista de História*, n. 94, 1973.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador, Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência*. 2^o edição, Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973.

- _____. “Grenfell na História do Pará (1823-24)”. IN: *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*. Tomo 10, Belém, Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1926.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949.
- NETO, Carlos de Araujo Moreira. *Índios da Amazônia, de maioria à minoria. 1750-1850*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988.
- NETO, José Maia Bezerra. *Escravidão Negra no Grão Pará (séculos XVIII-XIX)*. Belém, Paka-tatu, s.d.
- NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para Desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XXVIII*. Belém, NAEA/UFPA, 2000. Dissertação de Mestrado.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª edição, São Paulo, Hucitec, 1995.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Salles. *A Astúcia Liberal. Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, EDUSF/ICONE, 1999.
- _____. *O Brado do Ipiranga*. São Paulo, Edusp/ Museu Paulista/ Imprensa Oficial, 1999.
- PAOLO, Pasquale di. *Cabanagem: A Revolução Popular na Amazônia*. Belém, CEJUP, 1986.

PAULA, Eurípedes Simões de. “Pequena Nota sobre o Papel da Marinha Imperial no Processo de Independência”. IN: *Revista de História*, n. 94, 1973.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação na Crise dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec, 2002.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. São Paulo, PUC, 1998. Tese de Doutorado.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 5^o edição, São Paulo, Brasiliense, 1966.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. 12^a edição, São Paulo, Brasiliense, 1972.

_____. *História Econômica do Brasil*. 35^a edição, São Paulo, Brasiliense, 1987.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo, Edusc/ Edusp, 1999.

_____. “O Brasil e a Distante América do Sul”. IN: *Revista de História*, n. 145, 2^o semestre de 2001.

QUINTAS, Mário. “A Agitação Republicana no Nordeste”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 1: O Processo de Emancipação. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém, UFPA, 1970.

RENAN, Ernest. *Que és uma nacion?* Madrid, CEC, 1982.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1966.

_____. “O Brasil em 1822. Geografia Política”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 298, Jan/março de 1973.

_____. *A Integração da Amazônia na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, REGEAM, 1965.

_____. *Aspectos Econômicos da Dominação Lusitana na Amazônia*. Rio de Janeiro, SPVEA, sd.

_____. “O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas”. IN: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, Volume 2. São Paulo, Difel, 1960.

_____. “O Grão-Pará e o Maranhão”. IN: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, volume 2. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Síntese de História do Pará*. Belém, Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1942.

REIS, João José. “O jogo duro do dois de julho: o ‘partido negro’ na Independência da Bahia”. In João Reis & Eduardo Silva (orgs.). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção. Identidade Nacional e Conflitos Antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro, Relume / Dumará, 2002.

RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo, HUCITEC, 2004.

RICCI, Magda. “Do Sentido aos Significados da Cabanagem: Percursos Historiográficos”. IN: *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, 2001.

RODRIGUES, José Honório. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis, Vozes, 1974.

_____. *Independência: Revolução ou Contra-Revolução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem. Esboço do Pensamento Político-Revolucionário no Grão-Pará*. Belém, CEJUP, 1992.

_____. *O Negro no Pará, sob o Regime da Escravidão*. Belém, UFPA, 1971.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geografia Nacional*. 3ª. edição, Salvador, Secção Graphica da Escola de Aprendizes e Artífices, 1928.

SILVA, Luís Antonio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão: 1822-28*. Rio de Janeiro, Cia Editora Americana, 1972.

SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de Liberdade. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774)”. IN: *Revista de História*. N. 144, 1º semestre de 2001, pp. 107-149.

SILVA, Marcos A. (org.) *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo, Marco Zero, 1990.

- SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 7ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- SLEMIAN, Andréa. *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro – 1808/1824*. São Paulo, USP, 2000. Dissertação de Mestrado.
- SOARES, Eliane Cristina Lopes. *A Invenção da Liberdade: fala de índios, escravos e desertores no movimento de Independência do Pará*. Belém, UFPA, s.d. TCC
- _____. *Roceiros e Vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no Período Colonial*. Belém, NAEA/UFPA, 2002. Dissertação de Mestrado.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- SOUZA JR., José Alves. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820/23)*. Campinas, 1997. Dissertação de Mestrado (UNICAMP)
- SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Instantes e evocações da Cidade*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.
- VALE, Brian. *Independence or Death! British Sailors and Brazilian Independence, 1822-1825*. Londres, Tauris Academic Studies, 1996.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela Antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. 3^a ed., São Paulo, Melhoramentos, 1957.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma Notícia Histórica*. Belém, Arquivo Público do Pará, 1990. 1

VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato. Uma proposta de estudo sobre a memória Histórica*. São Paulo, Hucitec/Programa de Pós-Graduação em História Social, 1997.

VIANNA, Arthur. *Pontos de História do Pará*. Belém, Imprensa Oficial, 1900.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.

WISIAK, Thomas. *A Nação Partida ao Meio: Tendências políticas na Bahia na Crise do Império Luso-Brasileiro*. São Paulo, USP, 2001. Dissertação de Mestrado.

ANEXOS

TABELA 1

População da Província do Grão-Pará em 1823 e suas principais atividades econômicas divididas pelas comarcas, regiões, vilas e povoados

1- Comarca do Pará

Regiões Econômicas

A- Zona Guajarina			
Cidade, Vila ou Povoado	Pop. Total	Livres	Escravos
Cidade de Belém	12487	6772	5715
Freguezia do Rio Acará	2976	1539	1437
Freguezia de S. Domingos da Boa Vista	1929	882	1047
Freguezia do Rio Bojarú	1714	799	915
Freguezia do Rio Capim	1655	992	663
Freguezia de Benfica	985	913	72
Villa de Beja	886	886	0
Villa de Conde	400	400	0
Total	23032	13183	9849
Principais atividades econômicas: Comércio, produção* de cana-de-açúcar, arroz e café.			

B- Baixo Tocantins			
Cidade, Vila ou Povoado	Pop. Total	Livres	Escravos
Villa de Cametá	9450	8068	1382
Abaetetuba	5703	4064	1639
Villa de Oeiras	3944	3621	323
Freguezia do Iguarapé-Miri	3573	1734	1839
Freguezia do Rio Moju	3157	1429	1728
Lugar de Baião	1950	1500	450
Freguezia de Barcarena	837	472	365
Total	28614	20888	7726
Principais atividades econômicas: Produção* de cana-de-açúcar, cacau, arroz, café, cravo e canela.			

* Nesta tabela, a palavra "produção" refere-se tanto a artigos obtidos através do cultivo, como aqueles conseguidos através do extrativismo.

C- Cabo Norte			
Cidade, Vila ou Povoado	Pop. Total	Livres	Escravos
Villa de Macapá	2558	1963	595
Villa de Mazagão	1152	827	325
Villa de Arraiolos	425	405	20
Villa de Espozende	363	363	0
Villa de Almeirim	305	305	0
Total	4803	3863	940
Principais atividades econômicas: Produção* de arroz e algodão.			

D- Baixo Amazonas			
Cidade, Vila ou Povoado	Pop. Total	Livres	Escravos
Villa de Santarém	5255	3985	1270
Villa de Óbidos	4281	2987	1294
Villa de Franca	2888	2736	152
Villa de Faro	2082	1989	93
Villa de Monte Alegre	2070	1780	290
Villa de Alenquer	1648	1208	440
Missão de Curi	1014	1000	14
Villa de Pinhel	881	865	16
Villa de Alter-do-Chão	828	818	10
Villa de Boim	708	708	0
Missão de Santa Cruz	554	540	14
Lugar de Uxituba	489	485	4
Lugar de Itaituba	398	398	0
Lugar de Outeiro	362	342	20
Lugar de Aveiro	313	273	40
Total	23771	20114	3657
Principais atividades econômicas: Comércio, produção* de cacau, cravo, noz-moscada.			

E- Nordeste Paraense			
Cidade, Vila ou Povoado	Pop. Total	Livres	Escravos
Villa de Bragança	6847	6365	482
Freguezia de S. Miguel do Guamá	1071	629	442
Freguezia de Irituia	915	807	108
Villa de Ourém	669	509	160
Lugar de Gurupi	223	223	0
Lugar de Vizeu	172	172	0
Lugar de Turiassu	1653	1553	100
Lugar de Piriá	53	53	0
Total	11603	10311	1292
Principais atividades econômicas: Pecuária, produção* de café, algodão, arroz, cana-de-açúcar, cacau.			

F- Costa Oriental			
Cidade, Vila ou Povoado	Pop. Total	Livres	Escravos
Villa da Vigia	5130	4801	329
Villa de Cintra	4784	4319	465
Villa Nova del Rei	1392	1190	202
Lugar das Salinas	515	485	30
Villa de Collares	484	466	18
Lugar de Odivellas	335	335	0
Lugar de Santarém Novo	292	292	0
Total	12932	11888	1044
Principais atividades econômicas: Pesca, produção* de mandioca e café.			

G- Xingu			
Cidade, Vila ou Povoado	Pop. Total	Livres	Escravos
Villa de Gurupá	1456	1208	248
Villa de Pombal	814	806	8
Villa de Porto de Móz	758	705	53
Villa de Souzel	681	678	3
Lugar de Villarinho do Monte	566	518	48
Villa de Veiros	475	475	0
Lugar de Carrazedo	401	401	0

Lugar de Boa Vista	395	382	13
Lugar de Tapera	139	129	10
Total	5685	5302	383
Principais atividades econômicas: Produção* de milho e mandioca.			

H- Melgaço e Portel			
Cidade, Vila ou Povoado	Pop. Total	Livres	Escravos
Villa de Melgaço	5719	4615	1104
Villa de Portel	2250	2170	80
Total	7969	6785	1184
Principais atividades econômicas: Produção* de mandioca e algodão.			

2- Comarca de Marajó

Cidade, Vila ou Povoado	Pop. Total	Livres	Escravos
Freguezia do Muaná	3524	3021	503
Freguezia da Cachoeira	3463	2932	531
Villa de Chaves	1853	1406	447
Villa de Monsarás	857	608	249
Lugar da Ponta de Pedra	815	815	0
Villa de Monforte	664	540	124
Villa de Salvaterra	497	466	31
Villa de Soure	366	211	155
Lugar de Rebordelo	279	279	0
Lugar de Mondim	230	230	0
Lugar dos Breves	227	227	0
Lugar de Villar	95	95	0
Lugar de Condeixa	86	86	0
Total	12956	10916	2040
Principais atividades econômicas: Pecuária, pesca, produção* de frutas.			

3- Comarca do Rio Negro

Cidade, Vila ou Povoado	Pop. Total	Livres	Escravos
Lugar da Barra	4188	3809	379
Lugar de Airão	242	241	1
Lugar de Arvellos	362	354	8
Lugar de Alvaraens	268	264	4
Villa de Barcellos	447	403	44
Lugar da Boa Vista do Rio Negro	118	118	0
Lugar da Boa Vista do Amazonas	130	130	0
Villa de Borba	457	410	47
Missão de Canumá	231	223	8
Lugar de Carvoeiro	523	523	0
Lugar de Castanheiro Novo	154	154	0
Lugar do Carmo no Rio Negro	75	75	0
Lugar do Carmo no Rio Branco	155	155	0
Lugar de Castro de Avelans	57	57	0
Villa de Ega	406	384	22
Lugar de Fonte Boa	285	280	5
Missão de Jatapú	350	350	0
Lugar de Lamalonga	210	209	1
Missão de Maués	1745	1682	63
Villa de Moura	416	399	17
Lugar de Moreira	236	235	1
Lugar de Nogueira	346	344	2
Villa de Olivença	445	430	15
Lugar de Poiars	173	172	1
Lugar de Santa Anna	45	45	0
Lugar de Santa Barbara	122	122	0
Lugar de S. Bernardo da Camanau	42	42	0
Lugar da Senhora das Caldas	58	58	0
Lugar de São Filippe	52	52	0
Lugar de São Gabriel da Cachoeira	144	144	0
Lugar da Senhora da Guia	127	127	0
Lugar de Santa Izabel	186	186	0
Lugar de São Joaquim	94	94	0

Lugar de Tabatinga	92	92	0
Missão de Villa Nova da Rainha	1439	1349	90
Lugar de Uatumá	332	332	0
Total	14752	14044	708
Principais atividades econômicas: Produção* de peixe seco, manteiga de tartaruga, mexina, anil, cacau, café, tabaco, salsa, crajurú, puxiri, casca preciosa, óleo, estopa, cordame de piassaba.			

Fontes para a elaboração da tabela: Antonio Ladislau Monteiro Baena - *Ensaio Corográfico sobre a Província do Grão-Pará*. Op. Cit.; José Maia Bezerra Neto - *Escravidão Negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*; Rosa Acevedo Marin (org.) - *A Escrita da História Paraense*. Op. Cit.

TABELA 2

Principais produtos de exportação do Grão-Pará para Portugal (1808-1818)

Ano: 1800			
Produto	Arrobas	Preço por Arroba	Valor da Exportação
Cacau	127181	2\$400	305:234\$400
Arroz	90836	\$850	77:210\$600
Café	4903	4\$400	21:573\$200
Algodão	15930	7\$200	114:696\$000
Total das Exportações do Grão-Pará para Portugal: 628:494\$650			
Total das Exportações de Portugal para o Grão-Pará: 418:379\$989			
Saldo para o Grão-Pará: 210:144\$661			

Ano: 1802			
Produto	Arrobas	Preço por Arroba	Valor da Exportação
Cacau	145669	1\$150	167:519\$350
Arroz	65467	\$975	63:830\$325
Café	4973	1\$700	8:454\$100
Algodão	14040	4\$760	66:830\$400
Total das Exportações do Grão-Pará para Portugal: 417:127\$689			

Ano: 1805			
Total das Exportações do Grão-Pará para Portugal: 646:907\$222			
Total das Exportações de Portugal para o Grão-Pará: 625:614\$527			
Saldo para o Grão-Pará: 21:292\$695			

Ano: 1808			
Produto	Arrobas	Preço por Arroba	Valor da Exportação
Cacau	16465	3\$000	49:395\$000
Arroz	8248	1\$750	14:434\$000
Algodão	443	6\$400	2:835\$200
Total das Exportações do Grão-Pará para Portugal: Não há informações. No ano de 1809 as exportações para Lisboa foram suspensas.			

Ano: 1810			
Produto	Arrobas	Preço por Arroba	Valor da Exportação
Cacau	105213	1\$800	189:383\$400
Arroz	83944	1\$800	151:099\$200
Café	2498	3\$200	7:993\$600
Algodão	4449	4\$800	21:355\$200
Total das Exportações do Grão-Pará para Portugal: 338:675\$791			
Total das Exportações de Portugal para o Grão-Pará: 156:300\$280			
Saldo para o Grão-Pará: 182:375\$280			

Ano: 1813			
Produto	Arrobas	Preço por Arroba	Valor da Exportação
Cacau	85533	1\$200	102:639\$600
Arroz	107766	1\$200	129:319\$200
Algodão	3978	3\$600	14:320\$800
Total das Exportações do Grão-Pará para Portugal: 303:545\$593			
Total das Exportações de Portugal para o Grão-Pará: 253:431\$450			
Saldo para o Grão-Pará: 50:114\$143			

Ano: 1816			
Produto	Arrobas	Preço por Arroba	Valor da Exportação
Cacau	123827	2\$000	247:654\$000
Arroz	128351	\$800	102:680\$800
Café	1074	2\$400	2:577\$600
Algodão	12205	5\$600	68:348\$000
Total das Exportações do Grão-Pará para Portugal: 559:274\$285			
Total das Exportações de Portugal para o Grão-Pará: 496:058\$365			
Saldo para o Grão-Pará: 63:215\$920			

Ano: 1818			
Produto	Arrobas	Preço por Arroba	Valor da Exportação
Cacau	101627	2000	203:254\$000
Arroz	161642	1100	177:806\$200

Café	4267	4800	20:481\$600
Algodão	11827	8735	103:308\$845
Total das Exportações do Grão-Pará para Portugal: 615:272\$713			
Total das Exportações de Portugal para o Grão-Pará: 615:114\$990			
Saldo para o Grão-Pará: 157\$723			

Outros produtos exportados do Grão-Pará para Portugal: açúcar, aguardente, cravo fino e grosso, canela, salsaparrilha, puchiri, toros e pranchas de madeiras diversas, couros secos, salgados e cortidos, anil, óleo de copaíba e de andiroba, urucu, algodão em fio, sumaúma, mel, tapioca, castanha, cebo em pão, guaraná, manteiga de tartaruga, sabão, goma, copal, breu e chocolate.

Fontes para a elaboração da tabela: Manoel Barata - *Formação Histórica do Pará*. Op. Cit.; Dauril Alden - *O Significado da Produção do Cacau na Região Amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Op. Cit.

TABELA 3

Percentual, em réis, do valor do cacau na soma das exportações do Pará (1776-1822)

Ano	Exportações totais	Cacau	Percentagem do Cacau
1776	156.231.475	87.473.250	55
1777	131.061.955	87.771.100	66
1796	330.464.055	100.563.485	30
1797	255.506.350	155.996.400	61
1798	381.320.280	207.607.400	54
1799	565.109.863	269.766.400	47
1800	598.504.930	305.234.400	50
1801	279.056.983	122.502.500	43
1802	417.127.689	167.519.637	40
1804	478.378.124	188.573.875	39
1805	623.312.420	299.213.550	48
1806	752.708.741	508.980.000	67
1822	560.499.070	310.586.160	55
Média			50,39%

Fonte: extraído da obra de Dauril Alden - *O Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica no fim do Período Colonial: Um Ensaio de História Econômica Comparada*. Op. Cit.

TABELA 4

Comparação, em réis, dos valores exportados pelas Capitanias do Rio de Janeiro, Maranhão e Pará (1797-1807)

Ano	Rio de Janeiro	Maranhão	Pará
1797	915.718\$453	552.229\$335	255.536\$350
1798	4.717.688\$282	844.545\$100	381.320\$280
1799	4.525.553\$470	835.533\$473	447.594\$843
1800	4.840.455\$180	1.956.043\$840	628.494\$650
1801	6.289.887\$227	1.353.996\$640	294.725\$183
1802	3.643.419\$554	410.870\$324	417.127\$689
1803	3.294.712\$010	1.898.138\$665	717.111.\$370
1804	3.244.545\$578	1.807.497\$525	512.315\$554
1805	3.960.238\$153	1.583.827\$365	646.907\$222
1806	4.670.310\$810	1.527.719\$040	785.928\$941
1807	4.549.505\$626	1.776.971\$140	570.937\$150

Fonte: José Jobson de Arruda - *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808). Contribuição ao Estudo Quantitativo da Economia Colonial*. Op. Cit.

MAPAS

Fontes sobre a cartografia e as divisões regionais da província utilizadas para elaboração dos mapas das páginas seguintes: VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém, Arquivo Público do Pará, 1990; NETO, José Maia Bezerra. *Escravidão Negra no Grão-Pará (séculos XVIII-XIX)*. Belém, Paka-tatu, s.d.; e JOFFILY, Bernardo. *Atlas Histórico Isto é Brasil*. São Paulo, Grupo de Comunicação Três, s. d.

COMARCAS E REGIÕES ECONÔMICAS DO GRÃO-PARÁ (1822)

MOVIMENTAÇÃO DAS FORÇAS REBELDES E DOS DESERTORES (1823-24)

Elaboração: André R. de A. Machado
Arte: Cesar Eduardo Sposito